



**Universidade Federal da Bahia  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em História**

André Teixeira Jacobina

**CLIVAGENS PARTIDÁRIAS:  
ARENA E MDB BAIANOS EM TEMPOS DE  
DISTENSÃO (1974-1979)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

**Banca Examinadora**

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Cecília Velasco e Cruz (UFBA- Orientadora)**

**Prof. Dr. Aldrin Armstrong Silva Castellucci (UNEB)**

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Victoria Espiñeira Gonzalez (UFBA)**

Salvador – Bahia  
Julho 2010

## DECLARAÇÃO

DECLARO, para os devidos fins, que a Professora Dr. Maria Cecília Velasco e Cruz, orientadora, presidiu a banca examinadora da defesa pública da dissertação em História Social intitulada: Clivagens Partidárias: Arena e MDB baianos em tempos de distensão, de autoria do mestrando André Teixeira Jacobina.

A banca reuniu-se para a defesa no dia \_\_\_\_\_, nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia e contou com a participação dos professores doutores: Aldrin Armstrong Silva Castellucci e Maria Victoria Espiñeira Gonzalez.

Banca Examinadora.

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Cecília Velasco e Cruz (UFBA- Orientadora)**

---

**Prof. Dr. Aldrin Armstrong Silva Castellucci (UNEB)**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Victoria Espiñeira Gonzalez (UFBA)**

Salvador, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_.

George Evergton Sales Souza  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História  
UFBA - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

A todos que lutaram e ainda lutam  
por uma sociedade mais democrática  
e igualitária.

## RESUMO

O tema dessa dissertação pertence ao estudo da história política e se situa no contexto da “distensão e abertura política no Brasil”. Nesse contexto analisamos as clivagens partidárias existentes na Arena e no MDB baianos, bem como a relação entre esses partidos. Para esse fim destacamos os discursos e debates dos deputados estaduais na Assembléia Legislativa. Analisamos também os períodos que antecedem as eleições de 1974, 1976 e 1978, os resultados eleitorais e a sua repercussão ou relação com as divisões partidárias. Buscamos, assim, traçar um perfil não propriamente dos líderes políticos baianos, mas sim dos seus grupos partidários, distinguindo as características das divisões do MDB e da Arena, além de narrar o processo que antecede a reorganização institucional ocorrida em 1979, com o final do bipartidarismo.

**Palavras chave: Ditadura, distensão, partidos.**

## ABSTRACT

The theme of this dissertation belongs to the study of political history and is situated in the context of "distension and opening policy in Brazil". In this context we analyze the partisan divisions that exist in the Arena and the MDB Bahia, and the relationship between these parties. To this end we emphasize the speeches and debates of state representatives in the Legislative Assembly. We also analyze the periods prior to the elections of 1974, 1976 and 1978, the elections results and its impact or relation to partisan divisions. We seek, therefore, not exactly to draw a profile of political leaders from Bahia but of their party groups, distinguishing the characteristics of MDB and Arena divisions, as well as narrating the historical process prior to the institutional reorganization occurred in 1979, with the end of bipartisanship.

**Key Words: Dictatorship, distension, parties.**

## SUMÁRIO

<b>Agradecimentos</b>	<b>7</b>
<b>Introdução</b>	<b>9</b>
<b>I - O início da distensão no Brasil e na Bahia</b>	<b>28</b>
<b>II - A natureza do regime em debate e as divisões na Arena baiana</b>	<b>56</b>
<b>III- As eleições de 1974 e 1976 e sua relação com as clivagens partidárias na Bahia</b>	<b>88</b>
<b>IV- As eleições de 1978 e o fim do bipartidarismo</b>	<b>127</b>
<b>Considerações finais</b>	<b>154</b>
<b>Apêndices</b>	<b>159</b>
<b>Fontes e Bibliografia</b>	<b>169</b>

## **AGRADECIMENTOS**

Uma dissertação é um trabalho autoral, mas apesar disso, e especialmente no momento da sua conclusão, nos lembramos de todos aqueles que contribuíram para a sua realização. Por isso agradeço principalmente aos professores que tive, antes e durante o processo de realização da dissertação e também aos funcionários das instituições que me ajudaram no processo. Amigos e familiares também são importantes para o suporte durante esse período.

Começo agradecendo minha orientadora, a professora Maria Cecília Velasco e Cruz. O trabalho do orientador (imagino) não é fácil; existe a forte tentação de definir o que deve ser o trabalho do orientado. Maria Cecília não fez isso, ela sempre esteve disposta a contribuir para que a qualidade do meu trabalho fosse maior, com críticas, sugestões de leitura teórica ou substantiva, explicações e correções, mas sem procurar alterar o caminho que eu desejava trilhar. Em outras palavras, ela colaborou com competência e firmeza para que eu alcançasse os meus objetivos com a dissertação. Para isso abriu as portas de sua casa e manteve as linhas de comunicação sempre abertas.

Agradeço aos membros da banca de qualificação, os professores Aldrin Castellucci e Maria Victoria Espiñeira. Ambos, com críticas pertinentes, contribuíram para o aprimoramento do trabalho. O rigor de sua análise esteve acompanhado do estímulo para que, tanto em forma como conteúdo, o trabalho pudesse ser melhor. O professor Antonio Guerreiro, que ao ler meu projeto deu valiosas sugestões, assim como os colegas de curso. O professor Antonio Santos Oliveira deu uma contribuição teórica para o trabalho e se disponibilizou a dialogar e recomendar textos que foram incorporados.

O professor Muniz Gonçalves Ferreira foi quem mais me ajudou antes da minha entrada no curso de Mestrado, revisando meu projeto e me orientando no bacharelado. Além do que, foi em suas aulas que acabei definindo o período que desejava estudar, talvez pela inspiração em examinar questões que se tornaram ainda mais centrais em meus trabalhos, como as da democracia. Lina Maria Brandão de Aras, também contribuiu no período anterior ao ingresso na pós-graduação, revisando os aspectos formais do projeto.

Aos professores da Faculdade de Filosofia e Ciências humanas. Professores como Valdemir Zamparoni, Evergton Sales, Dilton de Araújo, Elizete da Silva, Antonio Luigi Negro, Israel Pinheiro e demais professores da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA.

Os funcionários que trabalham na Biblioteca da Assembléia Legislativa, que me ajudaram no primeiro contato com as fontes que continham os discursos e debates parlamentares, foram prestativos e de enorme valia. Os funcionários da Biblioteca Central dos Barris também merecem os meus agradecimentos.

Agradeço a Roberto Santos, Hildérico Oliveira e Domingos Leonelli pelas entrevistas que me concederam e que foram muito importantes, especialmente por permitirem o cruzamento das fontes.

Agradeço também aos amigos novos e antigos. A Sandra Andrade, pelo carinho e por ouvir, quando falar sobre a dissertação era importante para sistematizar minhas idéias. Por fim, agradeço aos meus dois primeiros professores, os meus pais Carmen Fontes Teixeira e Ronaldo Ribeiro Jacobina. A eles devo o amor ao conhecimento e o respeito à vida acadêmica. Não por sugestão ou pressão, muito pelo contrário, mas pelo exemplo que são.



# **INTRODUÇÃO**

## **1- A Flor no asfalto.**

Em 1964 um golpe de Estado retirou João Goulart da presidência e instaurou o período mais autoritário da história recente do Brasil. A deposição de Goulart ocorreu com a culminância de um movimento civil-militar. A rede de apoio era articulada pelo complexo IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), ambas operavam um sistema de intensa cooperação entre militares e civis.

Diversos fatores marcaram a conjuntura dos anos 60 e contribuíram, em maior ou menor grau, para o golpe civil-militar de 1964. O crescimento da representação parlamentar de esquerda e a relativa perda de posição dos Partidos identificados com a direita; o agravamento das relações Executivo-Legislativo no tocante à ampliação das prerrogativas legais do Executivo, especialmente no que diz respeito ao programa de reformas de base; a divisão política entre as lideranças populares (de um modo geral articuladas no apoio político a Goulart) e as bases desses movimentos, que pressionavam no sentido de maior autonomia de participação política; o surgimento de organizações armadas de direita; o acirramento das divisões político-ideológicas nas Forças Armadas.

A atmosfera política era de grande agitação, não apenas entre militares, políticos e empresários que queriam livrar-se do governo de João Goulart. Esse se defrontava, no início de 1964, com sua própria fragilidade. Goulart chegara à presidência em 1961 após a surpreendente renúncia de Janio Quadros e contra a vontade dos ministros militares, que somente admitiram sua posse depois de tentativas políticas que o enquadraram. Assim, às pressas, instaurou-se no Brasil, em 1961, um regime parlamentarista, que tolhia os poderes do novo presidente<sup>1</sup>.

Estudiosos do período destacam o crescimento da esquerda, ao apontar que o PCB tornou-se bastante expressivo nos anos anteriores ao golpe de 1964. Tendo influência significativa entre operários, camponeses e estudantes. Outras correntes da esquerda se destacavam como a AP (Ação Popular), com significativa atuação em favor das “reformas de base”. Sob a pressão dessas forças e outras como o nacionalismo de Leonel Brizola, Goulart foi “obrigado”, em 63, a abraçar as reformas de base, já que buscava manter o apoio da esquerda, sem descartar, no entanto, o apoio político e parlamentar de setores

---

<sup>1</sup> Até janeiro de 1963 quando o presidencialismo voltou via referendo.

mais conservadores<sup>2</sup>. Mas, naquela conjuntura, buscar manter o apoio de forças tão díspares era um sonho não realista. Militares e civis já estavam conspirando contra o regime, com base em uma rede organizada.

Por outro lado, complicando este quadro, as pressões norte-americanas implicavam no engajamento brasileiro na defesa do continente contra a “agressão comunista”. Isso limitava as ações da esquerda e permitia, externamente, a participação do país no isolamento político e econômico de Cuba, promovido pela Organização dos Estados Americanos (OEA). Com a deterioração do pacto populista:

a intervenção militar assume o duplo significado de um movimento primordialmente voltado a impedir a continuidade da ascensão dos movimentos populares e, secundariamente, de contestação da dominação burguesa (tal qual se estabelecera no Estado populista) que se demonstrava incapaz (através das antigas alianças que se encontravam em crise) de assegurar a dinamização (no limite, a permanência) do Estado capitalista brasileiro.<sup>3</sup>

Assim a nova aliança entre Estado e capital estrangeiro, garantida pelo golpe de 1964, fundamenta-se numa política de interesses e reativação de investimentos, durante o governo Castelo Branco.

Com o golpe realizado, uma série de atos e eventos marca o contexto da ditadura militar. Em 13 de janeiro de 1965 o governo militar obtém empréstimo de 125 milhões junto ao FMI. Em 27 de outubro de 1965 é decretado o Ato Institucional n.º 2, que reabre processos de cassações, esse extinguiu os partidos políticos, impõe eleições indiretas para a presidência do país e atribui ao presidente uma série de poderes discricionários, como, por exemplo, decretar Estado de Sítio por 180 dias sem consulta prévia do Congresso, intervir nos Estados, decretar recessos do Congresso, demitir funcionários, emitir atos complementares e decretos-lei<sup>4</sup>. Atribui à Justiça militar o julgamento de civis acusados de crimes contra a segurança nacional e confere ao presidente da República poderes para cassar mandatos eletivos e suspender direitos políticos até 15 de março de 1967. Tudo isso a fim de limitar que a oposição ao regime tivesse meios para reagir.

No dia 24 de novembro de 1965, mediante o Ato complementar n.4, foram criados a Arena (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), cumprindo dispositivos do AI-2, que estabeleciam o bipartidarismo, sendo esses partidos

---

<sup>2</sup> FICO, Carlos. Além do Golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro, Record, 2004, p.17

<sup>3</sup> OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. *De Geisel a Collor: Forças Armadas Transição e Democracia*. Campinas, SP: Papius, 1994, p.47 (Coleção Estado e Política).

<sup>4</sup> [http://almanaque.folha.uol.com.br/ditadura\\_cronologia.htm](http://almanaque.folha.uol.com.br/ditadura_cronologia.htm). Acessado em 15/07/2009

oficializados em 24 de março de 1966<sup>5</sup>. Até 1979 não existiu liberdade partidária, sendo a Arena o partido de sustentação do regime militar e o MDB o partido, supostamente, de oposição. Porém, iremos demonstrar que dentro do MDB, inclusive na Bahia, existiam os adesistas, que estavam no MDB fundamentalmente para minar as chances dos chamados autênticos terem impacto político.

Os adesistas apoiavam o regime militar e logicamente buscaram manter o controle do partido e maioria nos espaços de disputa interna, como, por exemplo, as câmaras municipais ou assembleia legislativa. Os autênticos se opunham ao regime dentro dos limites que esse estabeleceu. Mesmo na Arena havia divisões, porém essas eram distintas como se verá posteriormente. A impossibilidade de criação de outros partidos limitava o campo de atuação política, restringindo as possibilidades de questionamento ao regime, junto com outras restrições que fundamentam a afirmativa de que não havia liberdade partidária.

A criação dos partidos que tinham a função de dar sustentação ao regime veio acompanhada de uma série de particularidades institucionais, que devem ser mencionadas. A sublegenda foi um instrumento político, instaurado pelo Ato complementar número 26, de 29 de novembro de 1966<sup>6</sup>. Visava permitir a coexistência dos antigos udenistas e membros do PSD na Arena e com isso fortalecer o partido do governo. Cada legenda poderia lançar seus candidatos, porém todos os votos conquistados por arenistas se somavam o mesmo ocorrendo no MDB.

Porém, esse instrumento foi mais útil à Arena, pois era o partido da situação, e a regra facilitava a conservação do poder. O advento das sublegendas impedia que o MDB explorasse divisões na Arena, já que essa se mantinha aglutinada e a possibilidade de governar atraía os políticos mais influentes, em sua maioria, para a Arena. Principalmente porque os governadores e os prefeitos das capitais e cidades consideradas importantes para o regime eram todos indicados. As sublegendas criaram o advento da Arena-1 e Arena-2, além de outras eventuais divisões.

Além das sublegendas, dois outros instrumentos prejudicavam a organização da oposição: a fidelidade partidária<sup>7</sup> e o voto de liderança<sup>8</sup>. O primeiro impedia que

---

<sup>5</sup> Banco de dados. Almanaque-Folha on-line. [http://almanaque.folha.uol.com.br/ditadura\\_cronologia.htm](http://almanaque.folha.uol.com.br/ditadura_cronologia.htm)

<sup>6</sup> Consultado pela última vez em 22/06/2010. <http://www.soleis.adv.br/atocomplementarindice.htm>

<sup>7</sup> No regime militar, esta teve início em 1969, através da Emenda Constitucional nº 25, que estabelecia a perda de mandato por infidelidade partidária aos parlamentares. Acessado em 10/07/2009.

[http://www.panoramaeleitoral.gov.br/artigo\\_impreso.php?cod\\_texto=213](http://www.panoramaeleitoral.gov.br/artigo_impreso.php?cod_texto=213)

parlamentares trocassem de partido, o que mantinha os partidos “sob controle de burocracias partidárias”, prejudicando especialmente o MDB.<sup>9</sup> Essa medida foi revogada apenas em 1985, como parte do processo de redemocratização.<sup>10</sup> A fidelidade partidária mantinha no MDB muitos membros que não eram de oposição. Sem essa regra, os parlamentares “adesistas” poderiam ir para a Arena, e apesar da diminuição do número de membros, o MDB se definiria mais claramente como partido de oposição<sup>11</sup>.

O MDB baiano era um exemplo dessa camisa de força, já que o diretório regional era dominado pelos adesistas antes e durante o período de distensão, tendo o MDB autêntico tentado, inclusive, dissolver o diretório em 1974. Nesse episódio, a ser aprofundado no capítulo III, lideranças adesistas que controlavam o diretório impediram os autênticos de ter acesso aos meios de comunicação, especialmente a propaganda na televisão.

O segundo instrumento, o voto de liderança, obrigava que todos os demais parlamentares votassem com o líder do partido. Um exemplo do seu uso foi o ocorrido na aprovação do Decreto-Lei. 1.077, que instituiu a censura prévia:

Finalmente, a censura foi instalada no Brasil no dia 20 de maio de 1970, quando o voto de liderança do senador Eurico Rezende, sempre tão disposto a encampar como suas as causas autoritárias, impediu o livre posicionamento dos senadores da Arena e aprovou o Decreto-Lei n.º1.077. Para que a aprovação se desse sem discussão nem dissidentes, foi utilizado outro instrumento da ditadura, o voto de liderança, que impediu os membros das bancadas de votarem de acordo com a sua consciência. A partir daí, a censura prévia, originada num ministério dirigido por um candidato integralista não eleito para a Assembléia Estadual de São Paulo, Alfredo Buzaid, passou a ter substrato legal no Brasil.<sup>12</sup>

O peso do Estado autoritário sobre a atuação e estrutura dos partidos se faz sentir por esses dispositivos, que faziam dos partidos muito menos instrumentos de representação, mas órgãos de governo agindo dentro dos parâmetros e limites pré-estabelecidos. Claro que esse peso da atuação do Estado não é um determinante absoluto, mas é um relevante condicionante da atuação dos partidos, algo já observado por

---

<sup>8</sup> SOARES, Gláucio Ary Dillon, Censura Durante o Regime Autoritário, Acessado pela ultima vez em 31/12/2009. [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_10/rbcs10\\_02.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_10/rbcs10_02.htm)

<sup>9</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme dos, Poder e Política: crônica do autoritarismo brasileiro, p.140.

<sup>10</sup> Acessado em 22/06/2010

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc\\_anterior1988/emc01-69.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm)

<sup>11</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme dos, Poder e Política: crônica do autoritarismo brasileiro, p.141.

<sup>12</sup> SOARES, Gláucio Ary Dillon, Censura Durante o Regime Autoritário. Acessado em 31/12/2009 [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_10/rbcs10\\_02.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_10/rbcs10_02.htm)

Raymundo Faoro em “Os donos do Poder”<sup>13</sup> e apontado por Maria do Carmo Campello em seu estudo sobre o Estado e os partidos políticos no Brasil.<sup>14</sup> Assim como Campello, que critica o pouco destaque dado pelas pesquisas à relação entre o sistema partidário e o Estado, procuramos ver em que medida a atuação do Estado e os limites por ele impostos à ação política acabam de algum modo, conformando a realidade política baiana.

Em cinco de fevereiro de 1966 é decretado o Ato Institucional n.º 3, que institui eleições indiretas para governador e a nomeação de prefeitos. Quatro meses depois Luis Carlos Prestes, principal liderança do PCB, é condenado a 14 anos de prisão. Em 23 de setembro de 1966, no Rio de Janeiro, a polícia militar invade a Faculdade de Medicina e prende 600 estudantes. O episódio fica conhecido como o "massacre da Praia Vermelha". No dia primeiro de janeiro de 1967 o ministro da Fazenda, Delfim Netto, afirma que o total de empréstimos obtidos no exterior pelo Brasil no regime militar até o final do mandato de Castello Branco atinge US\$ 1 bilhão. Em 9 de fevereiro de 1967 é sancionada a nova Lei de Imprensa que amplia os dispositivos de censura. Em 4 de novembro Carlos Marighela é morto pela equipe liderada pelo delegado Sérgio Fleury. Frei Tito de Alencar é preso e torturado por policiais no Dops, em São Paulo. Em 23 de outubro de 1970 o dirigente da ALN (Ação Libertadora Nacional) Joaquim Câmara Ferreira, o Toledo, é preso, torturado e morto por policiais do grupo do delegado Fleury, em São Paulo. Em 7 de janeiro de 1973 os militantes da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), Eudaldo Gomes da Silva, Pauline Reichstul, Evaldo Luís Ferreira de Souza, Jarbas Pereira Marques, José Manoel da Silva e Soledad Barret Viedma são torturados e mortos no município de Paulista, Pernambuco, após informações do cabo Anselmo. O episódio ficou conhecido como "massacre da chácara São Bento".

Mesmo durante a distensão em 25 de outubro de 1975, tivemos casos em que a violência e repressão saíram do controle. Os casos mais conhecidos são os do jornalista Vladimir Herzog, assassinado sob tortura nas dependências do DOI-CODI, e o do operário metalúrgico Manuel Fiel Filho, encontrado morto em 17 de janeiro de 1976 nas dependências do DOI-CODI. O boletim da polícia apresenta a versão de que Herzog se enforcara. A explicação para a morte do operário foi, novamente, que teria se suicidado.

---

<sup>13</sup> FAORO, Raymundo, *Os donos do Poder*, Editora Globo, Porto Alegre, 1958.

<sup>14</sup> CAMPELLO, Maria do Carmo, *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)*, São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1976, p.28.

Os casos aqui citados constituem apenas uma pequena amostra do contexto que marcou a ditadura militar. Um contexto profundamente autoritário de nomeações, de limites e perdas de liberdades civis e políticas, um contexto de empréstimos e endividamento, que cobrou seu preço com o esvaziamento do “milagre econômico”. Uma conjuntura de exílio, tortura, censura, assassinatos, de arbítrio sem restrição efetiva. Esse foi o pavimento que ocupou o espaço da realidade brasileira, durante a ditadura militar.

1974 foi o ano do crescimento significativo do MDB e de uma das primeiras derrotas do ponto de vista eleitoral da Arena. Lamounier indica que a derrota deve ser compreendida no sentido das expectativas frustradas da Arena e do crescimento significativo obtido pelo MDB.<sup>15</sup> Em outras palavras, as vitórias da Arena em 1970 e 72 levaram as lideranças do partido a ter uma expectativa de mais uma vitória esmagadora em 1974, que não veio. No quadro geral, a Arena ainda era majoritária, e venceu, por margens pequenas na votação para o Congresso, mas a derrota na eleição para o Senado, no qual o MDB conseguiu 16 das 22 cadeiras disponíveis em 74, e o crescimento geral do MDB, mesmo sem fazer maioria, significou politicamente uma vitória deste partido e mais do que isso uma derrota para o regime.

O ano de 1974, marco inicial da nossa pesquisa, é particularmente importante também, pois foi o ano da chegada ao poder de Ernesto Geisel, da tradição castelista, ou sorbonista como examinaremos no capítulo I, fato que marca o início do processo de distensão.

Em meio a um contexto tão autoritário e repressivo, a atitude silenciosa de reprovação popular foi a flor de um anseio democrático, em meio a um asfalto duro de autoritarismo. O processo de abertura e redemocratização que se segue é acelerado por essa pressão popular e encontra seu auge em 1984 com o movimento das “Diretas Já”, caracterizado por Domingos Leonelli como sendo a “maior campanha popular de todo o século XX no Brasil”<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> LAMOUNIER, Bolívar, O.; AMORIN NETO, J. L. de Matos Dias. *Regime Militar*. Visualizado pela última vez em 10/05/2007:

<http://www.mre.gov.br/cdbrazil/itamaraty/web/port/consnac/orgpol/periodos/regmil/apresent.htm>

“Ainda em 1974, realizaram-se eleições para o Congresso, num momento em que ninguém duvidava de mais uma tranqüila vitória do partido do governo, a Arena. O resultado foi o inverso: uma rotunda derrota para o governo. O MDB cresceu de 12% para 30% do Senado, conquistando 16 das 22 cadeiras em disputa e de 28% para 44% na Câmara dos Deputados”.

<sup>16</sup> Domingos Leonelli, militante no MDB, deputado federal pelo PMDB e que tem história ligada também ao PCB. Entrevista com Domingos Leonelli, 28/06/2005 e 04/07/2005, Salvador (BA), p.5.

Devemos deixar claro que a não participação foi também uma forma legítima de protesto e desaprovação do regime, já que para muitos participar seria, em algum nível, concordar ou aceitar com o que estava estabelecido mediante o uso da força. Já o PCB, assim como outras organizações, avaliou que a melhor forma era participar, fortalecendo e direcionando o MDB rumo a contestação. Ambas alternativas devem ser respeitadas, enquanto formas de contestar e buscar derrubar o regime militar. Não iremos examinar aqueles que fizeram oposição fora da atuação político-partidária, porque o objeto deste trabalho se refere justamente as peculiaridades dos partidos.

## **2- Objeto e abordagens adotadas.**

O nosso objeto são as clivagens partidárias existentes na Arena e no MDB baianos. Em outras palavras, analisamos as divisões internas dos partidos, além da relação entre eles. O MDB baiano, por exemplo, pode ser dividido em autênticos-ortodoxos e adesistas/moderados. Definições que possuem um forte caráter político e serão discutidas no capítulo I. Em 1974, a Arena baiana se dividia em quatro grupos, vianista, carlista, lomantista e juracisista, divisões que iremos caracterizar e evidenciar ao longo da dissertação. O grupo robertista se forma posteriormente durante o governo de Roberto Santos.

Além de identificar essas divisões partidárias e analisar suas características, nossos objetivos são: destacar os reflexos das transformações nacionais ocorridas durante a distensão sobre as diferentes divisões partidárias, bem como o impacto que essas clivagens partidárias tiveram na disputa das eleições e nas disputas internas nos partidos. Em outras palavras, buscamos evidenciar como essas divisões tiveram impacto sobre a ação partidária nos espaços em disputa. Em boa medida examinamos as transformações desses diferentes grupos durante a distensão, assim como suas permanências.

A fim de estudar as clivagens partidárias e compreender suas inter e intra- relações nós adotamos duas abordagens distintas e complementares. A primeira foi de examinar o cotidiano dos políticos profissionais, seus discursos e debates. O espaço escolhido foi o da Assembléia Legislativa da Bahia e as fontes utilizadas foram os Diários Oficiais da Assembléia, que contêm os referidos discursos e debates transcritos. Poderíamos utilizar as atas da Câmara dos Vereadores de Salvador, mas isso nos restringiria à capital. Poderíamos



também utilizar fontes do Congresso Federal, focalizando os representantes da Bahia e sua atuação no cenário nacional, porém queríamos analisar e perceber as diferentes divisões partidárias baianas, e para esse fim, a Assembléia Estadual que tem representantes das diferentes regiões do Estado, e cujos debates costumeiramente giram sobre questões baianas, nos pareceu ideal para conhecer melhor as clivagens dos partidos.

A segunda abordagem adotada acompanha os políticos profissionais nos momentos de conflito. Um momento privilegiado para o estudo do conflito entre os partidos são as eleições, por isso demos destaque às eleições de 74, 76 e 78. Utilizamos três jornais para o exame das eleições, *Jornal da Bahia*, *A Tarde* e *Tribuna da Bahia*. Obviamente que em se tratando de um período ditatorial, o processo eleitoral continha uma série de restrições, como a presença da censura, e levamos esse contexto em consideração.

Por fim, e de forma complementar, nós realizamos entrevistas para buscar no uso de fontes orais a possibilidade de cruzar informações, além de buscar preencher lacunas, que o exame das outras fontes deixou. Sem dúvida outras fontes poderiam ter sido utilizadas, porém a riqueza das fontes escolhidas fez com que nelas concentrássemos o nosso olhar.

A escolha desse objeto relativamente amplo se deu, em grande medida, devido a carência de estudos acerca da Arena e MDB baianos durante a distensão. Por isso, escolher um objeto mais específico, como o MDB autêntico, ou a Arena vianista, nos pareceu problemático, já que uma visão mais detalhada de todas as clivagens partidárias estava ausente dos estudos desse período. Vale destacar que em parte essas divisões, especialmente na Arena, devido a serem decorrentes de lealdades a políticos que eram ex-governadores do Estado, são divisões que existiam antes da distensão. Essas divisões tinham inclusive um forte caráter familiar, já que os descendentes de políticos em vários casos seguiram carreira dos pais, casos de Jutahy, filho de Juracy Magalhães, Lomanto Neto, e muitos outros. Essas divisões pregressas são mais conhecidas. Paulo Santos Silva em *Âncoras da Tradição* as analisa e Consuelo Sampaio em diversos trabalhos sobre o Legislativo trata dessas divisões que têm raízes mais antigas<sup>17</sup>. Por exemplo, Luiz Viana Filho era um dos políticos vinculados ao autonomismo<sup>18</sup>, essa que foi uma das mais

---

<sup>17</sup> SAMPAIO, Consuelo, Novais, O poder legislativo da Bahia, primeira república (1889-1930), Salvador: Assembléia Legislativa: UFBA. 1985.

<sup>18</sup> SILVA, Paulo Santos, *Âncoras de Tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico da Bahia (1930-1949)*, Edufba, 2000, p.17.

duradoras correntes políticas baianas. Uma corrente fundada em 1933 e formada em torno da reivindicação de autonomia do Estado frente ao governo de Vargas, que indicara para a interventoria estadual um homem que não era baiano, ou seja, o tenente Juracy Magalhães, nascido em Fortaleza.

Juracy Magalhães foi indicado para esse cargo devido a sua participação no processo que levou Vargas a presidência. Isso nos diz duas coisas importantes: primeiro, que divergências antigas, como a de Luiz Viana Filho com Juracy Magalhães, não necessariamente se mantiveram, pois embora liderassem dois grupos distintos da Arena, foram aliados durante a distensão. Segundo, que o processo que transformou esses políticos em lideranças relevantes da Arena precede o período militar, exceto no caso de ACM, que foi alçado ao poder do Estado durante o período militar, e Roberto Santos, que somente durante a distensão começou a formar o seu grupo na Arena.

A formação dessas lideranças e sua influência na política baiana já foram estudadas por outros historiadores e pesquisadores, mesmo que o objeto desses estudos não tenha sido necessariamente as divisões político-partidárias. Obviamente cada período tem sua especificidade e esses estudos analisam a trajetória de políticos cuja vida política chega até o período da nossa pesquisa. Tais estudos, porém, não chegam a discutir a atuação dessas lideranças no período da distensão.

As clivagens partidárias que estudamos são divisões nos partidos criados pelo regime militar. Por conta disso, não faremos constantes referências a essa formação prévia, até porque, como evidenciamos acima, a vinculação dessas lideranças ao contexto político prévio não necessariamente explica as nuances específicas de sua atuação no período da distensão.

### **3- História política, partidos e a crítica de fontes.**

A história, a meu ver, faltaria com uma de suas funções se não assegurasse uma compreensão do presente, uma inteligibilidade dos problemas com os quais nos defrontamos<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> RÉMOND, René. Por que a História Política? *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.7, n. 13, 10p, 1994, p.3. Este texto é a transcrição da conferência pronunciada por René Rémond, traduzida por Anne-Marie Milon Oliveira.

Penso até que um povo se expressa tanto na sua relação com a política quanto na sua literatura, no seu cinema ou na sua culinária<sup>20</sup>.

Ao longo do século XX, principalmente após a fundação da revista *Annales*, em 1929, na França e a criação da VI Seção da École Pratique des Hautes Études, tendo como presidente Lucien Febvre, em 1948, desenvolveu-se uma crítica à historiografia do século XIX que elegia o político como fator predominante. Essa nova tendência passou a priorizar o aspecto econômico e o cultural, além de um diálogo com outras disciplinas como a antropologia. Com isso, o estudo da dimensão política ficou de certo modo em segundo plano, pois ela não levaria em consideração os aspectos estruturais que, segundo essa nova corrente, seriam os mais duradouros, decisivos ou relevantes. Nos últimos vinte e cinco anos ocorreu uma retomada da análise do fenômeno político, não como um retorno às práticas anteriores, como, aliás, René Rémond faz questão de indicar<sup>21</sup>, mas em pesquisas que entendem a dimensão política como parte relevante dos estudos históricos.

Como vamos analisar as clivagens partidárias baianas durante a distensão cabe expressar algo sobre a questão mais geral de como concebemos o estudo desse tema. Segundo Maria do Carmo Campello na literatura brasileira sobre os partidos nacionais predomina a seguinte abordagem:

- a – privilegia-se o estudo de cada partido separadamente, e não o sistema partidário, em sua relação com o Estado, a burocracia e as Forças Armadas.
- b – destaca-se no partido a função de representação face a interesses não estatais, quase que reduzindo-o à sua base social; negligencia-se necessariamente uma elucidação de sua relação com o sistema partidário em conjunto, e deste com o Estado, vale dizer, com a maneira como se acha estruturado o sistema decisório e a implementação de políticas;
- c – tende-se a ver o partido muito mais como um agrupamento social “espontâneo” do que como um instrumento e uma forma de organização do poder.<sup>22</sup>

A autora destaca a abordagem predominante, em boa medida para se contrapor a ela, pois considera que essa abordagem não se integra em um paradigma teórico

---

<sup>20</sup> Ibidem, p.9.

<sup>21</sup> Ibidem, p.4

<sup>22</sup> CAMPELLO, Maria do Carmo, Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964), p.29.

consistente<sup>23</sup>. Os partidos têm tanto uma função representativa como governativa. Eles não apenas são “mobilizadores do eleitorado. São também seletores de candidatos aos postos de comando, e constituem um elo importante no exercício do poder e da corrente do policy-making<sup>24</sup> estatal”. Campelo também aponta que a estrutura do Estado é em si mesma um fator crucial na natureza política das sociedades. A existência prévia de uma organização estatal forte tem “efeitos consideráveis sobre o desenvolvimento e a posterior configuração do sistema partidário.”. Logo o peso do sistema partidário será “tanto maior quanto menos atuante a organização burocrática do Estado, visto que essa condição prévia facilita a articulação de interesses e clivagens, e a própria institucionalização do conflito, em termos partidários.”<sup>25</sup>

De forma semelhante, nós não adotamos a abordagem por ela criticada, já que centramos mais na relação entre Estado e partidos do que na sua função representativa. Também não encaramos cada partido separadamente. A relação com o sistema bipartidário está sempre presente, seja na presença das sublegendas, ou da fidelidade partidária, por exemplo. Assim como a relação com Estado, a burocracia e as Forças Armadas, é constante, seja na existência da censura, no uso dos instrumentos de exceção do regime militar. Em momentos, a análise de um grupo, dentro de um dos partidos, pode parecer estar separada, pois estamos identificando e descrevendo suas características, mas esse grupo não é tomado como separado do contexto que o cerca. Levamos em conta as condições definidas pelo Estado. Isso é especialmente relevante para os partidos que estudamos, pois eles foram criados pelo Estado para preencher a lacuna no sistema partidário que o golpe produziu.

Os partidos, mesmo durante a ditadura militar, refletiam interesses de classe. No entanto, a explicação exclusivamente classista, é muitas vezes insuficiente, algo que Maria do Carmo Campelo percebe para o período pré-regime militar<sup>26</sup>, e certamente podemos apontar exemplos, em relação ao regime militar que reforçam essa visão. Por exemplo, o regime foi apoiado por setores civis de direita, muitos ex-udenistas integraram a Arena, partido cujas bases sociais incluíam setores do empresariado. Ora, esses grupos acreditavam na mão invisível do mercado e defendiam a diminuição dos impostos e da

---

<sup>23</sup> Ibidem, p.28.

<sup>24</sup> O policy-making é o processo pelo qual as políticas são produzidas, decisões são tomadas, no caso, no Estado.

<sup>25</sup> Ibidem, p.31

<sup>26</sup> Ibidem, p.34.

atuação do Estado na economia. O regime militar, no entanto, desenvolveu uma política econômica de massiva intervenção na economia e contou com o amplo apoio da Arena para tanto. Ou seja, o partido que em suas bases sociais possuía grupos que tinham interesse investido em criticar o regime pela sua política econômica, apesar disso de forma predominante apoiaram o regime, por outras razões, outros interesses, que julgaram mais importantes do que a defesa do ideário liberal e sua aplicação na economia. As relações entre os interesses e os partidos passam por diversas mediações, nunca é uma relação mecânica e direta como alguns autores parecem supor.

Um bom exemplo dessa dualidade foi Roberto Campos, que apoiou e participou do regime, mas ao mesmo tempo defendia o liberalismo econômico sendo assim crítico do intervencionismo, que ele próprio contribuiu para instituir<sup>27</sup>. Esse caráter contraditório dos setores que apoiavam a ditadura militar é inclusive apontado por Sebastião Velasco e Cruz e Carlos Estevam Martins, quando analisam os anseios dos ex-udenistas confrontados com o programa de governo aplicado<sup>28</sup>.

Não negamos que a explicação classista tem relevância, porém nem sempre é suficiente para explicar escolhas e atitudes. Membros da Arena vindos de setores udenistas, sem dúvida tinham justificativas para apoiar o regime mesmo quando esse contrariava seus posicionamentos ideológicos mais caros. Na avaliação deles qualquer governo capitalista era melhor que o comunismo, pelo qual se sentiam ameaçados. Podia-se argumentar também que uma economia engatinhando precisava de ajuda, justificativas inclusive que aparecem na Arena baiana. Embora reconheçamos que as bases sociais têm influência sobre a atuação, e decisões dos partidos, esse é um aspecto que não foi o foco da nossa pesquisa.

Fica claro que não vemos o partido como um agrupamento “espontâneo”, mas uma organização política complexa, cuja formação possui tanto profunda relação com o Estado e o contexto político em que foi criado, como com as bases sociais daqueles que compõem o partido.

Cabe dizer, por fim, algumas palavras sobre as fontes. O uso de fontes orais em nossa pesquisa é complementar, não é a principal fonte, mas se demonstrou capaz de

---

<sup>27</sup> Acessado em 16/12/2009. [http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/Verbetes\\_HTM/1023\\_4.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/Verbetes_HTM/1023_4.asp)

<sup>28</sup> CRUZ, Sebastião Velasco e MARTINS, Carlos Estevam, De Castelo a Figueiredo: uma incursão na pré-história da ‘abertura’ in: *Sociedade e Política no Brasil pós-64*. SORJ, Bernardo, ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (org). São Paulo, Editora Brasiliense, 1983, p.17.

preencher aspectos que as fontes escritas não conseguiram esclarecer, contribuindo para corroborar nossas interpretações. Daí a necessidade de se dizer algo sobre o assunto.

Alessandro Portelli, no artigo “The Peculiarities of Oral History” examina, como o título indica as peculiaridades da história oral, abordando de modo mais específico os benefícios do uso dessa fonte e a sua singularidade para o historiador. Logo no título uma nota nos remete ao cuidado que Portelli tem ao tratar do tema. Na nota, acerca da expressão “Oral History”, Portelli escreve que a expressão História Oral é aberta a crítica, já que essa expressão pode implicar que pesquisa histórica pode ser baseada inteiramente em fontes orais.<sup>29</sup> Uma expressão mais correta, na visão de Portelli, seria o uso de fontes orais na história. Por ser de uso generalizado, ele utiliza a expressão história oral, porém deixa claro qual o sentido que dá a essa terminologia. A Portelli interessa demonstrar que nem a história oral deve ser um mero suporte a uma história tradicional que santifica as fontes escritas, nem a história oral deve ser vista como a solução para todos os problemas. A história oral tem sua especificidade, tanto no que diz respeito as suas limitações quanto em relação ao que oferece para o pesquisador.

Uma limitação inicial das fontes orais é que, em geral, apenas as transcrições são publicadas. Trabalhar com elas significa saber de antemão, que muito foi perdido. O tom, o ritmo, a entonação, o volume, muito se perde e, no entanto, muito pode se deduzir a partir da forma que a testemunha fala. Isso tudo é suprimido da transcrição e pode ser indicativo dos significados que o informante confere aos acontecimentos que narra. Além disso, no ato da transcrição há a interpretação de quem transcreve, por mais fiel que tente ser, há uma releitura, algo pode não estar claro, e sua subjetividade nesse momento pode interferir. O próprio ato de pontuar o texto, de acordo com regras gramaticais, dá ao texto um ritmo que não necessariamente corresponde ao ritmo da fala do entrevistado. Há ainda a variação na forma de falar segundo a classe, nível educacional, cultura que está inserido, elementos que, em geral, se cruzam. Esse é um dos motivos para a forte recomendação de que seja o próprio pesquisador a conduzir a entrevista, o que facilita tanto transcrever, como realizar uma análise do informante e foi o que fizemos.

Portelli chega à conclusão de que a história oral, até pela influência da memória, nos dá a imaginação da testemunha e nos diz mais sobre o significado dos eventos para essa testemunha, do que sobre os eventos em si. O que não significa dizer que fontes orais

---

<sup>29</sup> PORTELLI, Alessandro. The Peculiarities of Oral History, In: History Workshop: A Journal of Socialist Historians. Issue 12, autumn 1981, p.96.

não possuem interesse factual, pois a história oral pode lançar luzes sobre algo desconhecido, ou aspectos desconhecidos, para os quais não se encontram evidências claras em outras fontes<sup>30</sup>.

Enquanto Portelli ressalta que mesmo quando o entrevistado está factualmente errado ele pode lançar luzes sobre a pesquisa, devido aos fatores que levaram a essa distorção. Outros autores como Michael M. Hall destacam os perigos do uso de fontes orais. Demonstrando que não é ponto pacífico entre pesquisadores o uso das fontes orais e a forma como podem ser importantes. No texto “História Oral: Os Riscos da Inocência” Hall discute algumas vantagens, mas também aponta várias questões para os quais o historiador deve estar atento. Sua primeira observação, mesmo que óbvia é: “os relatos produzidos pela história oral devem estar sujeitos ao mesmo trabalho crítico das outras fontes que os historiadores devem consultar.”<sup>31</sup>. A crítica de fontes é fundamental, pois sem ela o historiador pode chegar a conclusões que não se sustentam.

Hall aponta problemas como distorções intencionais, realizadas por motivos pessoais ou políticos. O entrevistado pode ter uma história pronta que repete sistematicamente, o que tende a ser superficial; o entrevistado também pode dizer o que lhe interessa, e não responder às questões que levaram o historiador até ele.<sup>32</sup> Essa versão pode ter interesse, porém “essas histórias convencionais praticamente impedem o pensamento, e o informante nem se dá conta mais das simplificações e omissões na sua versão do passado”<sup>33</sup>. A entrevista varia de acordo com o entrevistador, pois esse participa do processo. A forma de formular a pergunta influencia a resposta e são apenas os sobreviventes e dispostos, não necessariamente os mais bem informados, que em geral o historiador entrevista.

A memória de muitos entrevistados é falível em relação a acontecimentos específicos e especialmente sua seqüência. Conseguir informações sobre sentimentos, opiniões do entrevistado em relação a períodos distantes também apresentam problemas, pois os entrevistados estão sujeitos a deformações por experiências posteriores. Na maioria das vezes vai caber ao pesquisador fazer essa diferenciação e nem sempre esse pode ter fontes ou evidências que permitam que isso seja realizado. Por isso uma constatação das

---

<sup>30</sup> Ibidem, p.98-99

<sup>31</sup> HALL, Michael M. História Oral: Os riscos da inocência. In: São Paulo. Secretaria Municipal de Cultura. *O Direito à Memória*. São Paulo: Departamento do Patrimônio histórico, 1992, p.157

<sup>32</sup> HALL, Michael M, História Oral: Os riscos da inocência, p. 158

<sup>33</sup> Ibidem, p.159

pesquisas utilizando fontes orais é que “a história oral parece ser mais confiável para os acontecimentos de grande impacto que impressionaram muito o entrevistado, ou para rotinas e fatos regularmente repetidos.”<sup>34</sup>.

Logo foi simultaneamente relevante focalizar a rotina dos políticos profissionais em seus debates e discursos, e nas eleições, que são os momentos de grande impacto da vida político partidária. Acrescentaria que o entrevistado pode conhecer detalhes que reforçam o que é encontrado em outras fontes, ou pode lançar luz sobre elementos negligenciados, porém para resistir à crítica na maioria dos casos vai ser necessário o apoio de outras fontes, caso contrário, “a tendência é produzir histórias dominadas pelas histórias no estilo Veja ou Time – isto é, explicações dominadas pelas histórias dos indivíduos envolvidos, suas personalidades, biografias, vontades e ações.”<sup>35</sup>.

Uma das críticas ao uso de fontes orais na construção da narrativa histórica é a possibilidade de mudança ao longo do tempo na forma de encarar um fato ou relação. Guita G. Debert aponta, por exemplo, fatos acontecidos em uma pesquisa feita com objetivo de entender as representações sobre a velhice com mulheres de classe média com setenta anos ou mais. Nesse estudo Debert vê uma relação que no passado “pode ter sido vivida como natural - expressão do amor e direito paterno – é hoje vivida como uma relação de opressão, seja do pai em relação às filhas, seja da sociedade em relação às mulheres jovens”<sup>36</sup>. Assim as entrevistas acabam revelando mais o que as entrevistadas pensam hoje acerca de sua juventude, e não o quê elas pensavam na época, ou a forma como se relacionavam com o contexto, ao qual a pesquisa busca trazer inteligibilidade. Porém, se é possível perceber isso, a pesquisa tem validade. Essas entrevistas podem não contribuir para aquilo que os pesquisadores tinham como objetivo inicial, mas podem colaborar na compreensão das representações que as pessoas no presente fazem do passado. Como escreve Marieta de Moraes Ferreira o uso de testemunhos diretos foi “restaurado no século XX por historiadores que defendiam a validade do estudo do tempo

---

<sup>34</sup> HALL, Michael M. *História Oral: Os riscos da inocência*. p.158.

<sup>35</sup> *Ibidem*, p.160

<sup>36</sup> DEBERT, Guita G., “Problemas Relativos á utilização da História de Vida e História Oral”, in: *A Aventura Antropológica: Teoria e Pesquisa*, Eunice R. Durham ‘et.al’: organizadora Ruth C.L. Cardoso. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p.143



presente”<sup>37</sup> e esse estudo não pode ficar preso a modelos previamente estabelecidos; tem que ter flexibilidade para retirar das fontes aquilo que elas podem fornecer.

Na nossa pesquisa, embora complementar, o uso de fontes orais foi essencial para cruzar informações, conectar acontecimentos, e conhecer em mais detalhes informações e relações que não aparecem em tanto detalhe nas outras fontes. Ao mesmo tempo, pudemos perceber como os entrevistados reelaboram o período e sua atuação. Como Portelli indica, ao fazermos uso de fontes orais vimos o potencial de sua riqueza peculiar.

Lembramo-nos de Portelli, inclusive, no exame das outras fontes, quando ele ataca a santidade da palavra escrita, defendendo que essa não tem o monopólio da credibilidade, como é comum se acreditar. Existem exemplos altamente convincentes, como o do relatório policial que começa da seguinte forma: “De acordo com informação verbal colhida”<sup>38</sup>. Muitos documentos oficiais são produto de processo similar, não apenas tomando como sua fonte original um testemunho oral, mas em outros casos fruto de manipulação, distorção, em muitos casos intencionais com motivação ideológica ou de classe. Porém por estarem escritos, ganham, infelizmente para muitos, o status de verdade. Portelli descreve uma ilusão que é formada pelo fato do texto ser imutável e chama a atenção que isso fortalece a idéia de credibilidade da palavra escrita. Porém a experiência, ou o que é visto, ou ouvido, está sujeito a distorções antes mesmo de estar no papel, seja pela testemunha, por quem produziu o documento, ou por quem tem autoridade sobre ele.

No caso da nossa pesquisa, os Diários Oficiais que contêm os discursos e debates realizados na Assembléia Legislativa, são uma fonte escrita que foi produzida a partir da oralidade, e depois transcrita e publicada. Os jornais, como demonstraremos, têm o peso da direção editorial, que leva a diversas escolhas, na decisão sobre o que noticiar e como noticiar. Na forma escrita se perde o tom, ritmo, volume, a pontuação pode alterar o sentido, e mais, no cenário do teatro político, seja assembléia, ou em outro espaço, o político, muitas vezes está dizendo o que condiz com seus interesses e seus objetivos, não necessariamente o que ele pensa, ou o que acredita, pois está buscando se legitimar e se fortalecer.

Os Diários Oficiais da Assembléia Legislativa constituem uma fonte de grande valia, pois os parlamentares demonstram a tensão existente, assim como permitem a

---

<sup>37</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. “História, tempo presente e História Oral”, in: *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002, p.314.

<sup>38</sup> PORTELLI, Alessandro. “The Peculiarities of Oral History”, p.101

análise da visão e das posições dos políticos profissionais da Arena e MDB em suas próprias palavras e inserida no palco do teatro político. Os Diários Oficiais contém os discursos e os debates. O perfil dos deputados estaduais de todas as legislaturas pesquisadas, com uma pequena biografia, está disponível na página oficial da Assembléia Legislativa e foi utilizado em parte para a composição dos perfis que destacamos.<sup>39</sup>

Acerca dos jornais da grande imprensa, cabe observar que examinamos no capítulo I a linha editorial dos três jornais. O “Jornal da Bahia” era um dos grandes críticos de ACM: “O Jornal da Bahia tinha sido o primeiro órgão da imprensa baiana a receber o batismo de fogo do golpe militar”<sup>40</sup> e João Carlos Teixeira Gomes indica que o Jornal foi perseguido por ACM, assim como João Falcão, seu diretor e fundador.<sup>41</sup> O jornal ‘Tribuna da Bahia’ se caracterizou por ressaltar a distinção entre MDB autêntico/ortodoxo e MDB adesista/moderado. Já o jornal “A Tarde” tinha uma postura mais conservadora que iremos evidenciar. A presença da censura, também deve ser levada em conta, pois apesar de sua menor intensidade no período da distensão, ainda era praticada como apontado por Sebastião Velasco<sup>42</sup>.

#### **4- Estrutura do trabalho.**

O ano de 1974 foi escolhido como marco inicial, pois é o ano do início da distensão, o ano do crescimento do MDB nas Eleições parlamentares, eleições inclusive que foram o acontecimento que instigou a curiosidade da pesquisa. Já o marco final do recorte temporal foi o final do bipartidarismo em 79, o que faz sentido, já que examinamos as clivagens partidárias na Arena e MDB baianos, que deixam de existir nesse formato em 79. O marco final portando é novembro de 1979, quando o Congresso aprovou a emenda que extinguiu a ARENA e o MDB<sup>43</sup>.

Ocorreu, então, uma reorganização partidária e das forças políticas, com a criação do PDS (Partido Democrático Social, antiga Arena), o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro, antigo MDB), do PT (Partido dos Trabalhadores), do PDT

<sup>39</sup> Acessado pela ultima vez em 12/08/2009. <http://www.al.ba.gov.br/legislatura.cfm>

<sup>40</sup> GOMES, João Carlos Teixeira. *Memórias das Trevas*. São Paulo: Geração Editorial, 2001. p.35

<sup>41</sup> Acessado pela ultima vez em 07/06/2009.

<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=401AZL001>

<sup>42</sup> CRUZ, Sebastião Carlos Velasco, *Empresariado e estado na transição brasileira um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977)*, p. 10.

<sup>43</sup> Banco de dados. Almanaque-Folha on-line consultado pela ultima vez em 10/06/2009:

[http://almanaque.folha.uol.com.br/ditadura\\_cronologia.htm](http://almanaque.folha.uol.com.br/ditadura_cronologia.htm)

(Partido Democrático Trabalhista), do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e de outros partidos. Essa diferente conjuntura marca o início da abertura também com a chegada do General Figueiredo ao poder executivo.

O trabalho foi dividido em quatro capítulos além da introdução e conclusão. No primeiro capítulo abordamos o contexto da distensão. Tratamos do contexto na Bahia, mapeamos algumas lideranças políticas baianas e o posicionamento de diferentes grupos que irão contribuir para uma percepção mais clara dos atores envolvidos. No primeiro capítulo também analisamos a linha editorial de três jornais baianos utilizados nos capítulos seguintes o que contribui para ampliar o entendimento da conjuntura política baiana, além de ser uma crítica as fontes utilizadas principalmente nos capítulos III e IV.

No segundo capítulo analisamos o impacto das transformações ocorridas no MDB e na Arena baianos, durante a distensão, especialmente no legislativo, destacando uma análise dos discursos e debates entre membros dos partidos acerca da natureza do regime. Nesse capítulo também identificamos a existência de “uma” Arena dissidente; essa na verdade se tratava de uma reunião circunstancial de grupos arenistas não-carlistas que naquele momento formavam uma aliança.

No terceiro capítulo tratamos especificamente das eleições parlamentares de 1974, no nível nacional, mas especialmente o que elas significaram para a Arena e MDB baianos. No terceiro capítulo também analisamos as eleições municipais de 1976, quando o MDB ganhou maioria na câmara dos vereadores e a Ala Jovem do MDB teve uma atuação relevante.

Por fim, no quarto capítulo examinamos as eleições de 1978, o fim do bipartidarismo, a abertura e o impacto sobre as clivagens partidárias baianas.

## **Capítulo I**

### **O início da distensão no Brasil e na Bahia.**

### 1.1- Definição e os modelos explicativos da distensão.

A definição do termo distensão vem dos trabalhos de O'Donnell e Schmitter<sup>44</sup>. Na análise de regimes autoritários esse processo pode ser visto em dois momentos: o primeiro marcado pela diminuição da repressão, pelo estabelecimento de alguns direitos, e o abrandamento da censura. Esse processo de descompressão fica evidente em seu primeiro momento no Brasil, quando, por exemplo, Geisel exonerou o general Ednardo D'Ávila do comando do II Exército, nomeando o general Dilermando Gomes Monteiro para substituí-lo, em função da reação provocada pela “repetição do caso Herzog”<sup>45</sup>. Geisel, ao exonerar Ednardo D'Ávila pela sua responsabilidade nos acontecimentos extremos ocorridos nas operações de combate ao PCB, e ao alterar os escalões intermediários militares, indicou não propriamente o fim do uso dos mecanismos repressivos<sup>46</sup>. Assinalou, no entanto, que determinados atos extremos teriam que ser evitados, devido à repercussão negativa que tinham na imprensa, podendo inclusive ser instrumento das oposições ao regime. A distensão seguiria então até a chegada de Figueiredo à presidência em 1979, quando recebeu o nome de abertura.

O segundo momento, que pode ou não ocorrer, seria caracterizado pela abertura dos canais para a realização de eleições livres. Porém, as mudanças no Brasil se deram ‘no regime político’; a mudança ‘de regime político’ foi acelerada pelo movimento das Diretas Já. Ou seja, no caso da distensão no Brasil, ocorreu uma lenta liberalização, um período em que o recurso à repressão ainda existia, mas atenuado para não comprometer o projeto de uma das facções dos militares, cujo objetivo era sair do exercício direto do poder, deixando um legado para o novo poder que deveria perdurar após sua saída.

Existiam diferenças de posicionamento e concepção no interior do regime militar e dos diferentes setores que influíam no processo de tomada das decisões.<sup>47</sup> A coalizão vitoriosa era composta em sua dimensão militar por quatro categorias: os sorbonistas, a

---

<sup>44</sup> Ver O'DONNELL, G. SCHMITTER, P. & WHITEHEAD, L. (editores). *Transições do Regime Autoritário*, São Paulo, Vértice, 1988.

<sup>45</sup> Dessa vez foi o operário José Manuel Fiel Filho que foi encontrado morto e novamente o assassinato recebeu o atestado de suicídio.

<sup>46</sup> Acessado em 09/12/2009. <http://www.eca.usp.br/pjbr/arquivos/arquivodomural13.htm>

<sup>47</sup> *Contradições e conflitos no interior das Forças Armadas*, ver: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. *De Geisel a Collor: Forças Armadas Transição e Democracia*. Campinas, SP: Papyrus, 1994,

linha dura, os nacionalistas de direita e as chefias burocráticas.<sup>48</sup> Essa divisão em quatro categorias os autores já consideram uma operação simplificadora.

Os sorbonistas tinham na cúpula da antiga UDN sua representação civil e adotavam o sistema de idéias liberal. O sorbonismo integrou “massivamente o governo presidido pelo marechal Castelo Branco.”<sup>49</sup> A linha dura encontra em Médici seu exemplo maior no poder, que se caracterizou por se opor à volta dos civis ao governo, além de ser o grupo que mais fortemente defendia o uso dos instrumentos repressivos. Os nacionalistas de direita se colocavam em oposição aos sorbonistas por entenderem que a abertura ao “livre comércio”, da forma pretendida por pelos sorbonistas, era uma forma de “entreguismo” e não servia aos interesses nacionais. Porém essa direita nacionalista deu apoio aos oficiais da linha dura, empenhados na disputa contra a orientação legalista.

Sebastião Velasco e Cruz e Carlos Estevam Martins, entre outros, demonstram a grande complexidade das divisões existentes no regime. Os sorbonistas sofriam a oposição da linha dura no terreno político, e oposição da direita nacionalista no espaço da economia. Não discutimos em profundidade essas divisões entre os militares, pois não se relacionam com o nosso objeto. A simplificação feita por Mathias, e abaixo explicitada, é útil, no entanto, ao menos inicialmente, para se entender as diferenças entre o governo de Médici e o governo Geisel, um dominado pela linha dura e o outro pelos castelistas. Essa simplificação, entretanto, não deve ser tomada como absoluta.

Mathias utiliza duas categorias, castelistas e linha dura, a fim de examinar a relação entre as divisões internas no meio militar e o processo de distensão. A classificação castelista é tida como sinônimo para os sorbonistas, enquanto a linha dura representa o mesmo grupo militar em ambas as tipificações, porém claramente Mathias reduz às quatro divisões as duas divisões mais influentes. A simplificação de Mathias não prejudica a sua análise, e por vezes fazemos uso dessa tipificação. Mas sabemos da maior complexidade da estrutura militar, assim como a autora, que fez essa dicotomia para facilitar a construção do seu argumento central: que a distensão foi um projeto desse setor militar castelista.

O processo político da distensão e abertura foi lento e gradual sendo encaminhado pelos castelistas que tinham por estratégia a saída dos militares do exercício direto do

---

<sup>48</sup> CRUZ, Sebastião Velasco e Martins, Carlos Estevam, De Castelo a Figueiredo: Uma incursão na pré-história da Abertura. p.16

<sup>49</sup> Ibidem, p.17.

poder político, sem que isso significasse a volta dos militares aos quartéis<sup>50</sup>. O que indica não somente a intenção de dotar o processo de uma direção conservadora, mas também o desejo dos militares de continuar participando do poder, ainda que não controlassem o executivo. Institucionalizar diversos mecanismos do regime militar de forma que esses elementos permanecessem no novo governo civil que viria gradualmente.

Quatro vertentes explicativas sobre o período de distensão são descritas por Fernando Henrique Cardoso: a estratégico-conservadora, a estrutural crítica, a liberal democrática e a crise da hegemonia. Resumidamente, para a estratégico-conservadora a mudança do regime objetivava antecipar as pressões da sociedade para combater o desgaste político de maneira preventiva. Para a vertente estrutural-crítica a distensão era inevitável, visto que a base da sustentação do regime, o “sucesso econômico”, havia sido destruído pela crise do petróleo de 1973. Para a vertente liberal-democrática o sucesso econômico levou a mudanças que ampliaram as demandas da sociedade e na ausência de legitimidade político-legal o regime se viu obrigado a caminhar para mudanças. A ausência de legitimidade política foi ampliada no âmbito nacional com o crescimento do MDB. A vertente crise da hegemonia defende a idéia de que são as forças fora do Estado, tais como os movimentos sociais, o sindicalismo e as demais forças progressistas que levaram, através da pressão, à distensão do regime.<sup>51</sup>

Essas vertentes citadas podem ser vistas como complementares e não excludentes. Mathias, que se dedicou especificamente à análise da distensão, as critica e analisa<sup>52</sup>. A principal tese que a autora expõe é a dos castelistas, que entendiam a necessidade de um projeto de distensão, e posterior abertura de longa duração, para ser realizado de maneira lenta e gradual. Os castelistas, entre os quais estava Geisel, afastavam-se da chamada “Linha dura” militar e buscavam conter seus atos extremos. Também freavam a oposição de esquerda sem abrir mão dos mecanismos repressivos, que só condenavam quando, descontrolados, reforçavam uma imagem negativa do regime. Esse aparente paradoxo é explicado por Mathias pela necessidade de reprimir a esquerda e, ao mesmo tempo, evitar que a extrema direita comprometesse o projeto de distensão lenta e gradual.

---

<sup>50</sup> MATHIAS, Suzeley Kalil. *Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)*. Campinas, SP: Papyrus, 1995. p.143-144.

<sup>51</sup> CARDOSO, Fernando Henrique, “Regime político e mudança social (algumas reflexões sobre o caso brasileiro)”, em *Revista de Cultura política*, número três, Rio de Janeiro, Cedec/Paz e Terra, 1980.

<sup>52</sup> MATHIAS, Suzeley Kalil. *Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)*, p.40-41.

O contexto político da distensão foi marcado pela tensão entre os partidários da linha dura militar, que dominaram o cenário político de dezembro do ano 1968, com a promulgação do Ato Institucional-5 (AI-5), até março de 1974, com o fim do governo Médici<sup>53</sup>, e os castelistas, que voltaram ao poder em 1974 com Geisel, pois, mesmo quando os castelistas estiveram no poder, a pressão da linha dura para retardar o processo se fez presente. A mobilização popular e a perda de legitimidade do governo aceleraram o processo de liberalização e foram essenciais, não para realizar a distensão, mas para transformar a redemocratização em algo distinto do que planejavam os militares. Esses pretendiam manter aspectos do regime militar quando este se tornasse civil.

Nem todos os autores que estudamos concordam com essa visão. Luiz Carlos Bresser Pereira, por exemplo, sustenta que:

O processo de redemocratização que ocorreu no País entre meados dos anos 70 e 1984 foi o resultado de um profundo processo político. A democracia resultante não é um presente ou uma concessão do regime militar, mas sim uma conquista da sociedade civil. Baseou-se na consolidação de um tipo moderno de capitalismo, que dispensa o uso da violência direta para apropriação do excedente<sup>54</sup>.

O próprio autor reconhece que existem duas interpretações opostas e ele assim as caracteriza:

Pode-se dizer que, primeiro a distensão de Geisel, e segundo a abertura de Figueiredo demonstram que o processo de redemocratização foi uma iniciativa do regime militar; a sociedade civil pode ter tido algum papel ao protestar ou pressionar pela democracia, mas o processo de redemocratização foi essencialmente o resultado de uma estratégia política do regime autoritário (MARTINS, 1983; DINIZ, 1985). Minha interpretação dirige-se no sentido contrário (BRESSER PEREIRA, 1978; 1985). O que de fato ocorreu no Brasil foi um processo dialético entre a redemocratização exigida pela sociedade civil e a lenta estratégia de abertura conduzida pelo regime militar.<sup>55</sup>

Devemos fazer algumas observações sobre essa argumentação. Na primeira citação, Bresser afirma que a democracia não foi uma concessão do regime, com o que concordamos, foi uma estratégia do regime militar, e assim o autor a caracteriza, na segunda citação, quando destaca dois autores que defendem esta tese. Ambos reconhecem que a sociedade civil teve importante papel, a diferença está no fato que enquanto Bresser

<sup>53</sup> [http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_fatos\\_imagens/htm/fatos/AI5.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_fatos_imagens/htm/fatos/AI5.htm) ; Visualizado pela última vez em 10/06/2008.

<sup>54</sup> BRESSER PEREIRA, Ideologias econômicas e democracia no Brasil, Trabalho apresentado no seminário *L'internationalisation de la Démocratie Politique*, organizado pela Universidade de Montreal, 28 de setembro a 5 de outubro de 1988. p. 48. Consultado pela última vez em 23/08/2009: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v3n6/v3n6a04.pdf>,

<sup>55</sup> BRESSER PEREIRA, Ideologias econômicas e democracia no Brasil, p.48



enxerga na mobilização da sociedade civil o fator desencadeador da distensão, desenvolvendo uma interpretação mais próxima da “crise da hegemonia” do regime, Sebastião Velasco, Mathias, Martins, Diniz entre outros, entendem que a mobilização da sociedade civil acelerou um processo desencadeado pelos militares. Bresser admite a relação com a estratégia definida pelos militares, porém dá mais destaque à mobilização da sociedade civil.

Ao estudar o período da distensão é relevante ter clareza em relação à distinção entre liberalização e democratização. Liberalização pode implicar em, por exemplo, “menos censura da mídia; um espaço um pouco maior para a organização de atividades autônomas da classe trabalhadora”, salvaguardas jurídicas, como *habeas corpus*, libertação dos presos políticos, retorno dos exilados e tolerância para com a oposição<sup>56</sup>. Já a democratização implica na liberalização, porém requer também a competição aberta pelo direito de conquistar o controle do governo, o que, por sua vez, exige eleições competitivas livres, cujo resultado determinará quem irá governar. Assim sendo pode ocorrer liberalização em um regime ainda autoritário, e foi o que aconteceu durante a distensão no Brasil. Parte dessa liberalização veio a se completar apenas na abertura a partir de 79. A democratização efetivamente ocorreu apenas quando eleições livres decidiram o controle do poder executivo, seguindo essas definições.

Vale apontar que nem todos os autores usam essa distinção, Bresser Pereira, por exemplo, chama todo o período de distensão e abertura, de um processo de redemocratização. Quanto para nós, o que houve foi um processo de liberalização e de defesa da democratização.

## **1.2- Distensão no Brasil.**

Os anos que antecederam a distensão foram os chamados “anos de chumbo”, dominados pela linha dura militar, que impôs cassações e um clima generalizado de perseguição na política. Como a atividade política estava “degradada”, a apatia política disseminou-se entre as populações urbanas, sobretudo, e sem dúvida, entre o eleitorado da

---

<sup>56</sup> LINZ, Juan J. STEPAN, Alfred, A democracia e seus campos. In: A transição e consolidação da democracia: A Experiência do Sul da Europa e da America do Sul. Editora: Paz e Terra, 1999, p.21-22.

oposição, cujo partido chegou a abrigar propostas de autodissolução<sup>57</sup>. Vitórias sucessivas e esmagadoras da Arena em 1970 e 72 e altas taxas de abstenção alimentavam o temor, existente inclusive naqueles que dirigiam o regime, de que o Brasil poderia estar caminhando para um Estado de partido único. Essas vitórias, entretanto, foram conquistadas em circunstâncias políticas excepcionais, nas quais o medo de ir contra o regime era fundamentado na ação das forças repressivas e nos instrumentos autoritários vigentes. No início da distensão esses instrumentos não foram abandonados, mas o seu uso foi diminuído, devido ao projeto castelista de volta gradual dos civis ao executivo. O regime também passou por um processo de desgaste, em diversas frentes e com isso utilizou outras estratégias a fim de frear o crescimento do MDB e o fortalecimento da oposição ao regime.

A perda progressiva de força do regime teve diversas razões, principalmente a crise econômica e a perda da “legitimidade” eleitoral, com o crescimento do MDB a partir de 1974, o que será analisado mais profundamente à frente. Se durante o “milagre” o desempenho econômico havia sido o elemento mais importante de legitimação do governo militar, os primeiros sinais da crise do ‘milagre’ punham em risco essa legitimidade.<sup>58</sup> Isto se expressa nas eleições, pois se em eleições passadas, 1966, 1970, 1972 a Arena conquistara expressivas vitórias, em 1974 o MDB apresentou um crescimento significativo, por exemplo, ganhando 16 das 22 cadeiras do Senado em disputa naquele ano.

A Lei Falcão de 1976 veio em grande medida para beneficiar a Arena e diminuir os espaços de crítica ao regime, sendo que o esquema de sublegendas e fidelidade partidária, existente anteriormente, já beneficiava, em grande medida, a Arena. Com a Lei Falcão estabeleceu-se a proibição da propaganda eleitoral através do rádio e da televisão e com isso a população não teve mais acesso às críticas da oposição sobre as políticas governamentais.

Para garantir a base parlamentar necessária à continuidade da estratégia da liberalização outorgada, o governo também investiu contra o Senado e a Câmara. Em abril de 1977, o presidente Geisel colocou o Congresso em recesso e mudou as regras do jogo,

---

<sup>57</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme dos, *Poder e Política: crônica do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1978, p.117.

<sup>58</sup> ANDRADE, Ilza Araújo Leão, *Políticas e Poder: Os mecanismos de implementação e o fortalecimento de Novas Elites políticas no Nordeste -1979-1985*. Tese apresentada ao doutorado em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, julho 1994, p.22-23.

aprovando um conjunto de medidas que ficou conhecido como Pacote de Abril.<sup>59</sup> Esse “pacote” era composto de 14 emendas, três artigos novos e seis decretos-leis que visavam garantir a maioria governista no Legislativo e no Senado. Incluindo medidas como eleição indireta para 1/3 dos senadores, eleições indiretas para governadores ampliando o colégio eleitoral e extensão das restrições de propaganda eleitoral da Lei Falcão às eleições estaduais e federais<sup>60</sup>.

Importante dizer que no nosso modo de ver, diversos fatores, como a citada perda da legitimidade eleitoral, a pressão popular e a crise econômica contribuíram para acelerar a liberalização. A distensão do regime, sua liberalização, no entanto, não foi ocasionada por esses diversos fatores, e sim dirigida, levada a cabo, pelo grupo militar castelista que acreditava no valor estratégico e na necessidade de realização da distensão e abertura, como forma de evitar uma transformação mais radical no país. Em outras palavras, o contexto contribui para explicar a escolha sem necessariamente ser sua causa.

Na visão dos defensores da distensão lenta e gradual essa estratégia possibilitaria manter uma direção conservadora. Já repressão em demasia poderia levar a um levante contra o regime, e a uma radicalização da oposição ao regime. Com base nessa análise os castelistas pautaram suas ações. Em outras palavras, os fatores anteriormente citados contribuíram para o esgotamento do regime e para acelerar a luta pela democratização, mas não foram as razões pelas quais os militares castelistas realizaram a distensão e abertura, pois caso os castelistas concordassem com a linha dura, a reação diante do crescimento do MDB poderia ser o endurecimento do regime. Como escreve Sebastião Velasco quando comenta sobre outras possíveis reações em relação à perda das bases econômicas:

mesmo se admitirmos que o desempenho da economia minava as bases de sustentação do regime, erraríamos redondamente se derivássemos daí a abertura. Com efeito, a resposta para uma situação dessa poderia muito bem ser a oposta: compensar a carência de apoio com a intensificação da repressão política<sup>61</sup>

A distensão não era a única opção e sim a opção que os castelistas consideravam como a melhor para atingir seus objetivos. Dessa forma, o caráter antecipatório, algo

---

<sup>59</sup> CARVALHO, Aloysio. *Geisel, Figueiredo e a liberalização do regime autoritário (1974-1985)*. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-2582005000100005#nt23](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-2582005000100005#nt23). Consultado em 10/06/2008.

<sup>60</sup> MOTTA, Marly, *O Pacote de Abril*, em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/PacoteAbril> Consultado pela ultima vez 10/06/2008.

<sup>61</sup> CRUZ, Sebastião Carlos Velasco, *Empresariado e estado na transição brasileira um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977)*, Editora da UNICAMP, São Paulo: FAPESP, 1995, p.13

reconhecido, aliás, por Lamounier<sup>62</sup> é essencial para entender porque os castelistas consideravam que enquanto autores e condutores do projeto de normalização teriam melhores chances de preservar seus objetivos e, assim, evitar a desestabilização do regime. O projeto de “institucionalizar o regime pela via da distensão se justifica a partir da avaliação de que seus benefícios excediam os custos eventuais”<sup>63</sup>. Esse era o objetivo central do projeto de distensão dos castelistas, transferir para o futuro regime civil o que os militares consideram as “conquistas da revolução”.

### 1.3- O Contexto Baiano

No início do período de distensão, a Bahia foi governada por Antonio Carlos Magalhães, que ficou no governo do Estado de 1971 a 1975 e por Roberto Santos, de 1975 a 1979.

A trajetória política partidária de ACM começou como deputado estadual pela UDN em 1954. Quatro anos depois foi eleito deputado federal, também pela UDN. Aliás, a UDN era o partido de grande parte da direita baiana. Reeleito em 1962, participou das articulações do movimento político-militar. Em 1965, com o Ato Institucional II e a consequente dissolução dos então existentes partidos políticos, ACM se filiou à Arena. No ano seguinte, foi mais uma vez reeleito para o cargo de deputado federal. Por via indireta, tornou-se prefeito da capital baiana em 1967. Sua nomeação foi antecipada pelo presidente Castello Branco. Em 1975 depois de sair do governo da Bahia foi nomeado pelo então presidente da república, Ernesto Geisel, para assumir a presidência das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás)<sup>64</sup>

Para Paulo Fábio Dantas Neto, o contexto da política baiana foi marcado desde o final dos anos 60 pela difusão de

uma versão simplificadora sobre sua modernização. Vista como iniciativa e obra pessoal do ex-prefeito Antonio Carlos Magalhães, a idéia é reduzida pelo senso comum, a de uma remodelação ousada da malha viária da cidade, ocultando-se, na

---

<sup>62</sup> LAMOUNIER, Bolívar. O discurso e o processo (da distensão às opções do regime brasileiro). In: RATTNER, Henrique (org.). *Brasil 1990: caminhos alternativos do desenvolvimento*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979, p. 102.

<sup>63</sup> CRUZ, Sebastião Carlos Velasco, Empresariado e estado na transição brasileira um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977), p.17.

<sup>64</sup> Consultado em 28/09/2009. <http://www.atarde.com.br/politica/noticia.jsf?id=770945>

legitimação de uma *modernização truculenta e carismática*, o fato histórico de uma transição urbano-social e a presença de qualquer interesse extra-lugar<sup>65</sup>

Dantas Neto está se referindo, nesse trecho, à reforma urbana feita em Salvador quando ACM foi prefeito, com a abertura das grandes avenidas de vale. Essas reformas em conjunto com outras obras, foram fundamentais para criar a fama de ACM como o “Pelé Branco das construções”.<sup>66</sup> Foi no governo de Balbino (1955-59) que se formaram os eixos dessa posterior modernização empreendida sob regulação da nova ordem autoritária, a da modernização carlista. Ordem essa que chega até a distensão e a ultrapassa, não apenas pelo fato de ACM estar no governo do Estado até 1975, mas porque mesmo após sua saída do governo do Estado seu poder aumentou quando passou a ocupar a presidência da Eletrobrás.<sup>67</sup>

De qualquer forma, esse era o contexto que predominava na política baiana no início da distensão. A modernização carlista produziu um consenso quase hegemônico na Salvador pós 67, marcado por uma

nova lógica de poder, a qual mandava que, doravante, a máquina administrativa municipal ficasse restrita e seu dirigente – a como aconselhava Nelson Carneiro, em 1954, ao então prefeito – *adstrito ao trivial*. Ao prefeito do século, o *Pelé branco das construções* deveria suceder gerentes expeditos e politicamente opacos.<sup>68</sup>

Apesar do consenso quase absoluto havia tensões porque a Arena era dividida em diversos grupos, como veremos nos capítulos seguintes, sendo um deles, o liderado por Juracy Magalhães, de oposição já frontal a ACM durante a distensão, mas que tinha sido um político aliado de ACM no início de sua carreira.

A imagem do “Pelé branco das construções” acabou sendo uma estratégia de publicidade que ACM adotou. O Pelé Negro era o maior ídolo do país, o “Rei” do futebol, tendo ajudado o Brasil a vencer três copas do mundo, sendo a de 1970, altamente utilizada como propaganda do regime militar. A alcunha criada por França Teixeira fornece uma conexão com o imaginário popular extremamente útil a ACM, que se posiciona como

---

<sup>65</sup> DANTAS NETO, Paulo Fabio. Caminhos e Atalhos: Autonomia política, governabilidade e governança em Salvador. In: IVO, Anete B.L. (org.) O poder da Cidade: Limites da governança urbana. Capítulo II. Salvador: Edufba, 2000. p-51.

<sup>66</sup> França Teixeira foi o locutor radialista que cunhou essa frase sobre ACM.

<sup>67</sup> DANTAS NETO, Paulo Fabio. “Surf” Nas Ondas do Tempo: do carlismo histórico ao carlismo pós-carlista, Caderno CRH, Salvador, n39, jul/dez.2003, p.227

<sup>68</sup> DANTAS NETO, Paulo Fabio. O poder da Cidade: Limites da governança urbana, p.54-55.

aquele que tal qual o Pelé Negro que construía e finalizada jogadas, ele construía e finalizava obras para a cidade.

O prefeito Clériston Andrade (abril/70/março/75) adotou essa nova lógica do poder na qual a prefeitura se equiparava a uma secretaria estadual. A prefeitura procurou desempenhar também o papel de indutora da acumulação imobiliária. De 1964 a 1974 o carlismo afirmou-se como principal força da ARENA no estado. Dado o rolo compressor do carlismo, à maioria arenista somavam-se a círculos adesistas do MDB, dando tranqüilidade ao poder executivo. Essa possível aliança entre Arena carlista e os adesistas, apontada por Dantas Neto, será examinada ao longo do trabalho.

A fragilidade do MDB enquanto partido de oposição era potencializada pela:

ação transformista de ACM de infiltrar no partido oposicionista, desde o início dos 70, uma corrente adesista que lhe tolheu o crescimento e a capacidade de galvanizar a insatisfação das classes médias urbanas, que crescia na Bahia, desde 1974, como em todo o país.<sup>69</sup>

Para obtenção desse “consenso” carlista eram firmados acordos com os grupos políticos de cada região e uma das estratégias de acomodação foi a

hábil utilização do mecanismo de sublegendas na ARENA baiana para permitir a convivência entre grupos divergentes nos municípios e o fomento, articulação e sustentação de uma força adesista no MDB, para controlar a direção e impedir o crescimento da legenda, assegurando a restrição dos embates políticos às sublegendas do partido governista.<sup>70</sup>

O carlismo se formou durante o regime militar, mas não era a única força política da Arena baiana, embora fosse a mais poderosa. No entanto, contrariando impressões do senso comum, a consolidação do carlismo como força política baiano-nacional coincide com o declínio do regime militar. O carlismo deixa de ser então um grupo arenista para se transformar em uma política praticada, sob comando centralizado, por um agrupamento que atua regional e nacionalmente, na política institucional, na administração pública e junto ao mundo do mercado, para respaldar e fortalecer os movimentos do seu chefe. Reconhecemos que o carlismo se tornou mais do que uma divisão arenista. Porém como essa dimensão desse fenômeno, apontada por Paulo Fábio Dantas Neto, não é o nosso objeto de estudo, trataremos do carlismo somente enquanto um grupo arenista. Sob esse aspecto ele se assemelha as outras divisões da Arena, qual seja: a organização de uma

---

<sup>69</sup> DANTAS NETO, Paulo Fabio. “Surf” Nas Ondas do Tempo: do carlismo histórico ao carlismo pós-carlista, p.229.

<sup>70</sup> DANTAS NETO, Paulo Fabio. O poder da Cidade: Limites da governança urbana, p.56.

divisão baseada na associação a uma liderança política que acumulou poder no governo do Estado da Bahia. Tal qual Juracy Magalhães, Luiz Viana Filho e Lomanto também fizeram antes de ACM, cada um com as peculiaridades de sua administração.

Houve certa tensão nesse esquema de poder durante o governo Roberto Santos, um insucesso do carlismo que ocorreu devido a uma articulação reativa dos demais grupos arenistas.<sup>71</sup> Luiz Viana Filho, Lomanto Junior e Juracy Magalhães, os líderes dos outros grupos arenistas, acabaram apoiando Roberto Santos, em 74, para o Governo do Estado, enquanto ACM e seu grupo defendiam a indicação de Cleriston Andrade. Neste processo de seleção, que terminou indicando Roberto Santos ao governo do Estado, tanto Luiz Viana Filho quanto Juracy Magalhães e Lomanto Junior tinham cada um os seus candidatos prediletos. No entanto, todos entendiam que Roberto Santos era uma segunda opção viável. Já ACM, só depois que a indicação de Roberto Santos foi consumada declarou apoio a ele. A Arena parece estar dividida, em 1974, entre carlistas e não-carlistas, pois os não carlistas estavam em uma aliança, mesmo que essa fosse temporária. Em 1978/79 ACM retornaria ao governo do Estado e passa a ocupar a posição de principal elemento da ligação baiana com as forças do capitalismo brasileiro. ACM volta ao governo do Estado contando com o apoio dessas mesmas facções, como apontou Paulo Fábio Dantas Neto e como analisaremos em mais profundidade depois.

O regime tinha, mesmo antes da mencionada Lei Falcão, dispositivos que favoreciam a Arena. As sublegendas no regime militar permitiam que diferentes correntes existissem em um mesmo partido, como demonstraremos nas divisões na Arena e no MDB baianos. Enquanto na Arena isso agregava as grandes lideranças políticas e o caso da Bahia é exemplar, no MDB esfacelava um partido que buscava se organizar. Esse não tinha como aproveitar para fins eleitorais as divisões dos adversários.<sup>72</sup> Além disso, as divisões da Arena e do MDB eram de natureza diversa. Enquanto na Arena havia uma disputa entre facções formadas por grupos aglutinados a partir de lealdades personalistas para com políticos poderosos, por isso o carlismo, o vianismo, o lomantismo. Já, no MDB, existiam profundas diferenças de estratégia e visão do papel do partido. Na Arena ACM, Luiz Viana Filho, Lomanto Junior, Juracy Magalhães, já representado pelo seu filho Jutahy Magalhães

---

<sup>71</sup> DANTAS NETO, Paulo Fabio. "Surf" Nas Ondas do Tempo: do carlismo histórico ao carlismo pós-carlista, p. 227

<sup>72</sup> GUIMARÃES, Ary. *As Eleições Baianas de 1970*. Salvador: Centro Editorial da UFBA, 1970. Capítulo I e Capítulo XI, p. 271.

e posteriormente Roberto Santos, disputavam poder. No MDB havia o grupo “autêntico” que expunha uma crítica contundente ao regime e ao governo de ACM 1971-1975 e o MDB “adesista” que era contrário a essas críticas, especialmente a ACM, como veremos nos capítulos seguintes. Em um partido pequeno, pois em 1972 a agremiação ainda não participava das eleições em diversos municípios, tamanhas divisões, dificultavam que o partido se afirmasse eleitoralmente e de modo claro enquanto oposição, diante da população.

Vale a pena discutir a divisão do MDB em dois grupos: autêntico-ortodoxo e adesista-moderado<sup>73</sup>. Os termos utilizados têm uma função política. Os partidários do primeiro se autodenominam “autênticos” e caracterizam o grupo adversário enquanto “adesista”. A própria dicotomia que essas denominações buscam criar, isto é, oposição entre verdadeiros/falsos, buscava legitimar um grupo em detrimento do outro. Já os membros do segundo grupo se autodenominam a facção moderada e seus adversários de partido seriam os ortodoxos. A dicotomia que buscam criar é entre flexíveis/inflexíveis, ou entre racionais/irracionais. Enquanto eles seriam suficientemente moderados para negociar e assim obter melhores resultados políticos, os adversários seriam incapazes de negociar, inflexíveis e até às vezes, simpáticos às forças que esse grupo adesista/moderado qualificava de “terroristas”. Iremos utilizar a divisão entre autênticos e adesistas porque avaliamos que é a mais precisa, além do que é a predominantemente utilizada pelos jornais baianos. Membros do MDB autêntico baiano, como evidenciado nos capítulos seguintes, de fato fizeram oposição, enquanto o MDB adesista fez acordos com a Arena e em alguns casos, como nas eleições parlamentares de 1974, essa facção impediu que os membros que representavam maior oposição tivessem espaço na mídia.

Domingos Leonelli, ex-deputado pelo PMDB (1979-1983)<sup>74</sup>, nos relata que no campo da oposição “não tínhamos no MDB da Bahia um centro democrático como havia em São Paulo”<sup>75</sup>. A presença adesista dificultou a formação de uma oposição de verdade na Bahia. O grupo de oposição era composto por parlamentares do MDB autêntico vinculados a outras forças da sociedade civil como associações de bairro, configurando o que Paulo Fábio Dantas Neto chama de “Frente Tardia”.

---

<sup>73</sup> Ibidem, p. 290.

<sup>74</sup> Liderança política do PSB baiano. Foi deputado estadual pelo MDB na 9ª. Legislatura (1979-1983) ver *Memórias do Legislativo baiano 1947-2004*, p.62.

<sup>75</sup> Entrevista com Domingos Leonelli, 28/06/2005 e 04/07/2005, Salvador (BA), p.4



Na esteira da distensão, o MDB, consegue fazer maioria na Câmara em 1976 e em 1978 vence na capital a votação para o Senado com Rômulo Almeida. Consolida sua bancada de deputados e procura afastar os adesistas da direção partidária e então vai se formando “a partir da capital e com cerca de uma década de atraso, a frente democrática na Bahia”.<sup>76</sup> Vale destacar que enquanto Dantas Neto indica uma tendência para o afastamento dos adesistas da direção partidária do MDB em 76, isso é mais um desejo e esforço dos autênticos do que uma realidade materializada, já que os adesistas embora tenham perdido poder ao longo do tempo, conseguiram manter um papel de peso na direção até o final do bipartidarismo, mesmo quando não têm mais o presidente regional. Em outras palavras, os autênticos de fato tentaram afastar os adesistas e em 76 deram um importante passo, porém não conseguiram por completo seus objetivos.

O MDB autêntico de fato cresce na capital, soma vitórias importantes e conta com a atuação da Ala Jovem do partido. Isso o deixa confiante para buscar o poder dentro da organização, porém em 76 os adesistas ainda detinham muito poder e isso é examinado em mais detalhes no capítulo III. Até 1974 os membros do que viria a ser essa frente democrática faziam denúncias dos excessos do regime, sem maior impacto político. De 1974 a 1977, no MDB e na sociedade civil, formam-se as bases da frente que iria posteriormente culminar com o “quebra-quebra” dos ônibus em Salvador, em 1981 e na vitória eleitoral do PMDB na capital, em 82.

A análise do período de formação dessa frente faz parte do exame do MDB autêntico baiano e as transformações pelas quais este grupo passou durante a distensão. A Ala Jovem do MDB tomou parte na luta contra o adesismo, assumindo uma oposição mais radical ao regime. A Ala Jovem e o movimento social intitulado Trabalho Conjunto de Salvador, estudados por Maria Victoria Espineira, formaram as bases da oposição na sociedade civil e a resposta ao Pacote de Abril<sup>77</sup>. Como a atuação desses grupos não é o foco da pesquisa, não iremos nos aprofundar nesse aspecto da participação da sociedade civil para a formação da Frente Tardia, mesmo que eventualmente façamos referência a

---

<sup>76</sup> DANTAS NETO, Paulo Fabio. Caminhos e Atalhos: Autonomia política, governabilidade e governança em Salvador, p.57.

<sup>77</sup> Ver GONZALES, Maria Victoria Espineira. A resposta da Bahia à repressão militar: a ação partidária da Ala jovem do MDB e a militância civil do trabalho conjunto da cidade de Salvador, in: ZACHARIEDHES, Grimaldo Carneiro, (org.) *Ditadura Militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes*, Salvador: Edufba, 2009, p. 215-240 e GONZALES, Maria Victoria Espineira. *O Partido, A Igreja e o Estado nas Associações de Bairros*. Salvador: EDUFBA, 1997.

ele. A Ala Jovem do MDB, devido a sua atuação nas eleições e sua participação nas divisões do partido, receberá mais atenção.

Nesse período, Rômulo Almeida, já de volta de Washington, onde estivera como secretário da Associação Latino Americana de Livre Comercio (ALALC), iria assumir um papel de destaque no MDB baiano. Em 1978, foi candidato ao Senado por este partido, fato sobre o qual disse em entrevista à Associação dos Sociólogos do Estado da Bahia (ASEB): “[...] senti que podia ser uma atitude arriscada, mas um oportuno serviço para semear a oposição na Bahia, para abrir um pouco as ‘cancelas’, enfim para começar uma obra política”<sup>78</sup>. Rômulo Almeida fora um dos principais assessores de Vargas. Em seu segundo e último mandato na década de 50, criara o CPE (Comissão de Planejamento Econômico), estivera ligado à SUDENE, sendo um dos primeiros representantes brasileiros em fóruns de integração econômica latino-americana, como a conferência da CEPAL e um dos mais importantes economistas brasileiros.

O MDB baiano fora derrotado em 1970, 1972 e mais importante ainda, em 1974. Era, portanto, um partido de pouca expressão. A derrota de 1974 se dera em meio a um crescimento nacional deste partido e ganha relevo porque acontecerá inclusive na capital. A oposição não perdia há 24 anos na capital. Um dos motivos para essa derrota era a tensão entre o MDB autêntico e o adesista. Em 1974 Clemens Sampaio, então candidato ao Senado pelo MDB, e membro do grupo adesista, impediu que membros do grupo autêntico tivessem acesso aos meios de comunicação durante a campanha, especialmente à televisão. Isso gerou um processo e o MDB autêntico tentou dissolver o diretório do partido, que continuava a ser dominado pelos adesistas, tal como em 1970 e 1972. Esse não foi o único fator para as derrotas do MDB baiano, mas foi um fator relevante.

Um efeito relacionado a essa divisão no MDB, mas não unicamente devido a ela, foi a alta abstenção verificada em 1974, a ser analisada no capítulo III. Essa alta abstenção nas eleições ocorreu na Bahia no mesmo período em que, no Brasil e especialmente nos grandes centros urbanos, como São Paulo, as taxas de abstenção caíram. Esse é um indicador poderoso do contexto político local, qual seja: as eleições não eram vistas como meio efetivo de alteração da ordem vigente. Em síntese, o clima político que imperava no Brasil nos “anos de chumbo”, nos quais a competição política era vista com indiferença

---

<sup>78</sup> ALMEIDA, Rômulo. *Rômulo: voltado para o futuro*. Fortaleza: BNB, 1986, p.171. (Entrevistas concedidas ao grupo de trabalho da ASED).

por quem não fazia parte da disputa política, manteve-se na Bahia, que não acompanhou as transformações nacionais, nem mesmo em sua capital. Aqui as forças de oposição ao regime sofreram um duro revés em 1974, do qual somente em 1976, com a vitória na Câmara dos Vereadores de Salvador, começariam a se recuperar.

### **2.1- A posição castelista do Jornal *A Tarde* e os conselhos a Arena.**

O jornal *A Tarde* reproduz a visão castelista, da defesa da distensão lenta e gradual, apoiando o regime com algumas reservas, pois assume a posição de quem aconselha o partido do governo, a Arena. Abaixo, as evidências que nos levam a essa avaliação.

Na coluna “Política” do *A Tarde* de 17 de outubro de 1974, a menos de um mês das eleições parlamentares de novembro de 1974, o jornal indica o caráter de conselheiro, perante a Arena, que o jornal muitas vezes assume. Nessa coluna, não assinada, o articulista, identificado apenas como “Interino”, depois de comentar a crise mundial do petróleo faz as seguintes recomendações:

Uma das mudanças diz respeito à própria Arena, que precisa urgentemente transformar-se num organismo de sustentação política do Governo como não tem sido até aqui, rompendo um imobilismo que estorva a causa da democracia no País. E que, beneficiária dos êxitos econômicos no decorrer do terceiro governo revolucionário, a Arena, deixou-se ficar placidamente à sombra do Poder e não aproveitou todo esse precioso tempo num treinamento para momentos mais difíceis, que afinal chegaram com a crise que atinge todo o mundo ocidental. E acostumada ‘a sombra e água fresca’, o Partido cede, como aconteceu em São Paulo e no Nordeste, à tentação de culpar a fonte por haver secado <sup>79</sup>.

Ou seja, primeiro o jornal aconselha que o partido mude, para ajudar o governo na tarefa de restabelecer a democracia. Segundo, aponta que a Arena é responsável pelo seu enfraquecimento, pois vinha perdendo e poderia perder ainda mais as oportunidades disponibilizadas pelo regime. O apoio ao regime fica nas entrelinhas na aceitação e uso da terminologia do discurso oficial como, por exemplo, “governo revolucionário” e nas declarações que a política econômica dos militares fora um sucesso, um “milagre”.

O apoio à Arena não é, contudo, incondicional. O jornal é crítico quando escreve “percebe-se logo que a Arena, cuja contribuição para os êxitos econômicos dos quais se

---

<sup>79</sup> Jornal *A Tarde*, 17/10/1974, p.3

beneficiou nos bons tempos foi discreta, não tem muita coisa a oferecer como alternativa para a grande questão da democracia no Brasil”<sup>80</sup>. A coluna termina expressando que:

Se a Arena não modificar a sua atitude, a fim de exercer o papel de verdadeiro instrumento político do Governo, resta o resultado das eleições em novembro, que poderá oferecer aos condutores do País uma alternativa mais próxima da realidade brasileira, um dado vivo sobre o qual talvez seja possível montar algo que não comprometa nem a inteligência nem o estilo de vida democrática. Pois esperar da Arena, assim como ela se conduz neste instante, que ofereça uma idéia viável, será o mesmo – como disse Flaubert, velho conhecedor de senhoras ariscas – que ‘tatear num quarto escuro, a procura de um gato preto que não está lá’.<sup>81</sup>

Essa postura não é a crítica de um adversário, é aquela de alguém que deseja apoiar o partido do governo, mas encontra-se insatisfeito com esse partido devido a suas inabilidades ou escolhas. Por exemplo, para o colunista, a Arena precisa ir além da garantia dos interesses pessoais dos parlamentares para poder focar nos interesses nacionais<sup>82</sup>. Claramente essa crítica responsabiliza a ambição particular individual de alguns, comprometendo o projeto maior. Como veremos, o discurso veiculado pelo jornal é muito próximo do setor militar castelista/sorbonista, devido à sua defesa tanto do liberalismo econômico como da distensão lenta e gradual.

O colunista predominante na seção de política do *A Tarde* era o jornalista Carlos Castelo Branco, conservador, que expressava uma visão favorável à distensão, como deixa claro em sua coluna “Distensão e bom comportamento”, quando escreve:

A inspiração do Presidente Médici, ao proclamar seu objetivo de alcançar uma distensão, deve ter partido de um cuidadoso estudo da conjuntura nacional e do estado de espírito de uma nação que não se conciliou com as instituições que lhe impuseram. Por isso mesmo, sua iniciativa não dependerá indefinidamente do comportamento dos parlamentares eleitos, mas de uma conciliação nacional em que se restabeleçam igualdade de oportunidades dos debates políticos e liberdade dentro da lei para o exercício dos direitos constitucionais.<sup>83</sup>

A defesa da distensão por Carlos Castelo Branco prossegue de forma ainda mais clara ao afirmar que:

Não há dúvidas de que as dificuldades enfrentadas pelo Governo e pelo povo abriram caminho a ampliação do debate e à afirmação da Arena e do MDB de anseios democráticos que confluem para a realização da meta, cada vez mais imperativa, da distensão política.<sup>84</sup>

---

<sup>80</sup> Idem.

<sup>81</sup> Idem.

<sup>82</sup> Idem.

<sup>83</sup> Jornal *A Tarde*, 21/10/1974, p.3

<sup>84</sup> Jornal *A Tarde*, 16/10/1974. p.3

Em coluna de 25 de novembro de 1974, Carlos Castelo Branco, dez dias após a realização das eleições parlamentares, ele expressa com clareza essa bandeira da defesa da liberdade de imprensa, defesa que rendeu a ele, um comentarista político conservador que apoiava o regime ter sido por esse regime, perseguido:

Mais do que no plano federal é no plano estadual neste momento em que o Partido Oficial arca com derrotas que lhe dificultarão ação executiva, que se sente a necessidade de uma liberalização mais avançada, abrangendo em primeiro lugar a imediata devolução da liberdade de imprensa. Os governantes necessitam do diálogo e só o terão na medida em que as assembleias com maioria oposicionista possam fazer-se ouvir do grande público, independentemente da censura que sempre opera sob critérios pouco inteligentes.<sup>85</sup>

Aí cabe perceber a nuance, de um jornalista conservador que apoiava o projeto militar de distensão sem reivindicar a saída imediata dos militares do poder, mas que, ao mesmo tempo, defendia a liberdade de imprensa, um dos pilares para a existência de espaço para contestação pública, um dos pré-requisitos da democracia.

A visão conservadora desse jornalista, que era o principal colunista político publicado pelo *A Tarde* (mesmo que ele escrevesse para o *Jornal do Brasil* e o *A Tarde* apenas veiculasse suas colunas) fica mais clara em matérias como a “Os que prosperam na clandestinidade”. Nesse texto Carlos Castelo Branco escreve que o principal efeito dos regimes autoritários sobre os partidos políticos “implantados no século XX em nome da ordem e da eficiência, é a desarticulação dos Partidos democráticos”<sup>86</sup>. Os partidos democráticos seriam os não golpistas ou não revolucionários, que é como ele caracteriza os partidos comunistas ou de esquerda radical. Assim sendo “Só o partido comunista com experiência secular mantém vivo seu aparelho e fomenta por hábeis processos indiretos a propaganda de sua ideologia”<sup>87</sup>. Em outras palavras, um regime que restringe a atuação dos partidos de direita e centro-esquerda favorece, mesmo na clandestinidade, o crescimento de partidos comunistas. Esse é o seu ponto de vista, pelo qual se mostrava preocupado com o suposto crescimento dessas forças de extrema esquerda no Brasil. O jornalista cita então outros países e a “infiltração do pensamento esquerdista nas Forças Armadas” no caso se referindo ao que ocorria em Portugal. No mesmo texto reafirma o risco das medidas de exceção, que enfraquecem as instituições civis e faz com que as

---

<sup>85</sup> *Jornal A Tarde*, 25/11/1974, p.3

<sup>86</sup> *Jornal A Tarde* de 2/10/1974, p.3

<sup>87</sup> *Idem*.

eleições se tornem cada vez menos representativas, para finalizar refletindo sobre a experiência brasileira, segundo ele: “comandada por um presidente que parece ter plena consciência do problema”<sup>88</sup>. O apoio ao regime e a explicitação do “medo vermelho” não deixam dúvidas quanto à posição conservadora desse colunista.

A defesa da distensão aparece mesmo quando ele “endossa” o MDB, na coluna “Que ganhe o MDB e prospere”. Nessa matéria o jornalista escreve, citando inclusive políticos da Arena como o Senador Gustavo Capanema, acerca da necessidade que o “MDB se torne um grande partido em condições de exercer a oposição e manipular os instrumentos de fiscalização e controle, (senão) jamais chegaremos ao bipartidarismo ou ao pluripartidarismo, que está na essência da democracia representativa”.<sup>89</sup>

Em suma, o risco era que a existência de um partido único, a Arena, poderia levar o regime a uma classificação distinta como “semiditadura ou como semidemocracia. Deixemos, pois, o MDB ganhar, eleger muitos senadores e mais deputados.”<sup>90</sup> Não devemos pensar, no entanto, que era do interesse da Arena perder poder, algo inconcebível já que quem entra na disputa almeja o poder. Pode-se interpretar que, percebendo o clima desfavorável à Arena, o crescimento do MDB poderia ser visto com bons olhos, para quem defendia a distensão e até evidencia que esse processo estava em andamento. Ao citar membros da Arena como defensores da distensão e tendo visão análoga a sua, o jornalista mais uma vez, reafirma suas posições e o jornal *A Tarde*, em grande medida também, ao veicular, com grande frequência, suas colunas.

Embora a voz do jornal na política fosse predominantemente a de Carlos Castelo Branco, suas colunas na nossa visão são insuficientes para evidenciar as posições e a visão editorial do jornal. Nem mesmo a coluna de Aluizio Flores, redator substituto no *Jornal do Brasil*, na qual escreveu:

No regime democrático a decisão do povo é a fonte de soberania’. Essa frase simples do Senador Daniel Krieger revela a forma nas eleições do dia 15 de novembro e busca, na clareza de tão expressivos resultados, as inspirações que conduzem a uma reformulação adequada daquilo que o povo julga errado.<sup>91</sup>

Ou quando mais a frente se refere às eleições e ao golpe de 1964:

---

<sup>88</sup> Idem.

<sup>89</sup> Jornal *A Tarde*, 23/10/1974. Pagina ilegível, ver coluna de Carlos Castelo Branco.

<sup>90</sup> Idem.

<sup>91</sup> Jornal *A Tarde*, 18/11/1974, p.3.

a simples realização das eleições em clima de liberdade e absoluta descontração, livre de intervenção da Polícia, e das pressões oficiais, é o resultado de um consenso que se estabeleceu desde que o presidente da República, como chefe supremo do movimento revolucionário de março de 1964, entendeu haver chegado o momento de iniciar-se a caminhada lenta, mas segura, rumo a uma distensão que reponha o Brasil no grupo de nações democráticas.<sup>92</sup>

Nem quando busca justificar o regime pela ameaça da ditadura comunista ao expressar que “há quase 11 anos em conseqüência de um impasse que ameaçava levar-nos para uma ditadura feroz”<sup>93</sup> O que podemos deduzir é que o jornalista não considerava a ditadura militar feroz e sim a ameaça vermelha, da qual o regime militar livrou o país. Essas colunas não são suficientes, embora contribuam, para indicar a posição do jornal *A Tarde*, pois, como referido anteriormente, embora produzidas para outro jornal eram veiculadas por este. Mas analisando outras publicações do próprio diário, encontramos evidências nas matérias e nas mensagens para seus leitores, da posição conservadora da editoria do jornal.

O apoio ao regime apesar das reservas, como se fosse possível misturar o amargo da ditadura com o doce da democracia, aparece de forma um tanto ambígua no modo como o *A Tarde* percebe e comenta as eleições de 1974. O jornal destaca que elas transcorreram tranquilamente, sem incidentes, entendendo isso como sinal de vigência da democracia. Essa visão aparece em matéria de 16 de novembro de 1974, dia seguinte ao da eleição:

Uns poucos e ligeiros incidentes, em Salvador e, em alguns municípios baianos, não conseguiram quebrar o clima de calma em toda eleição. Observou-se, inclusive, a ausência quase absoluta de policiais nas zonas e secções eleitorais e só os guardas de trânsito foram mobilizados, em quantidade, para dirigir o trafego.<sup>94</sup>

A ênfase no clima de tranqüilidade aparece ainda na mesma página, com a matéria “Normalidade também em todo interior”, na qual expressa que: “As eleições no interior do Estado transcorreram na mais absoluta tranqüilidade.”. Mas a matéria também faz referência à indiferença do eleitorado e ao alto nível de abstenção, comentando que isso pode ter contribuído para esse clima de tranqüilidade.

O teor desse texto pode gerar dúvidas, podendo-se pensar se o jornal estaria criticando a indiferença da população baiana, invés de estar elogiando a tranqüilidade com

---

<sup>92</sup> Idem.

<sup>93</sup> Idem.

<sup>94</sup> Jornal *A Tarde*, 16/11/1974, p.3

que transcorreram as eleições. Entretanto, essa dúvida se desfaz na primeira página do jornal do dia 31 de dezembro de 1974, na qual uma mensagem aos leitores expressou que:

Setenta e quatro não foi um ano mau para a Bahia e o Brasil. Decorreu sem maiores transtornos na vida do País, prosseguindo nosso povo, em ambiente de tranqüilidade, no desempenho de seus afazeres. A economia baiana beneficiou-se dos altos preços de alguns de seus produtos, da continuidade na instalação dos parques industriais do Estado.<sup>95</sup>

Mais a frente o jornal faz referência às eleições e a ações do regime de modo esclarecedor: “formulamos votos por que, além do desenvolvimento econômico, o nosso País vença novas etapas na evolução social e política. Medidas do Governo recentemente adotadas e as eleições de 74 levam-nos a acreditar que isto alcançaremos”<sup>96</sup> A tranqüilidade verificada nas eleições, era vista de forma positiva e como uma conquista do governo. O editorial do *A Tarde*, seguindo os passos do jornalista Carlos Castelo Branco, aponta para o crescimento do MDB como sendo indicativo do processo de distensão e, conseqüentemente, como um sucesso do regime. Tal leitura, hoje, tem problemas, pois se fosse do interesse do regime o crescimento do MDB, medidas posteriores como a Lei Falcão não existiriam. Logo é preciso ter cuidado com essa retórica. Independente disso, ela revela o viés do jornal, que era análogo, ou muito próximo, do discurso oficial.

## **2.2- *Jornal da Bahia*: a oposição a ACM e a aparente “ambivalência” em relação à Arena.**

O *Jornal da Bahia* tinha como diferencial, desde antes do período da distensão, a sua oposição a Antonio Carlos Magalhães e a seus aliados. Evidências disso abundam já que esse é o elemento central que marca a linha editorial do jornal e a sua relação com as clivagens partidárias durante a distensão. No entanto, este órgão da grande imprensa não pode ser reduzido à sua oposição a ACM, mesmo que essa tenha sido sua marca mais forte em relação a política baiana.

No editorial de 11 de outubro de 1974, sob o título “Governo Omisso”, está publicado que:

Apesar da insistência com que o governador do Estado afirma, em sua cara e pretensiosa propaganda autopromocional, que ‘a Bahia vai bem’, notícias vindas do

---

<sup>95</sup> Jornal *A Tarde*, 31/12/1974, p.1

<sup>96</sup> Idem



município de Irecê, centro geoeconômico da micro região do Noroeste baiano, a seis horas de Salvador, não só desmentem o cansativo jargão publicitário como, também, nos colocam diante de uma realidade bem diversa da pintada nas rádios, jornais e televisões, a altos custos, pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães.<sup>97</sup>

Esse editorial aborda dois temas centrais da oposição a ACM: a crítica a sua capacidade de gestão e a forte propaganda dos atos do governo. O editorial não assinado, de 31 de outubro, cujo título é “Um Governo de Fracassos” começa expressando que:

Dizer que a cidade ‘está surpreendida com a nova crise no abastecimento de água não seria rigorosamente correto, porque, no governo do Sr. Antonio Carlos Magalhães, fatos dessa natureza não chegam a constituir surpresa. É, afinal, o governo da demagogia e da autopromoção incontrolável, mas que a cada passo, vive sendo desmentido pela própria realidade.<sup>98</sup>

O *Jornal da Bahia* segue criticando duramente o governo, tanto pela sua incapacidade de resolver os problemas da cidade, quanto na sua contínua autopromoção através dos meios de comunicação.

Em uma matéria, de 26 de outubro de 1974, o *Jornal da Bahia* reporta que: “Por considerarem que o atual Governador revelou-se, ao longo desses quatro anos de administração, avesso à cultura, principalmente a teatral, os participantes do Seminário de Teatro, que se realiza desde segunda-feira no Teatro Gamboa, sugeriram que as conclusões do encontro sejam encaminhadas ao governador **eleito** (destaque nosso) Roberto Campos”<sup>99</sup>. Essa matéria demonstra que a oposição ao governador ACM não se opera apenas nos editoriais. Também indica, de forma sutil, que a oposição a ACM e aos carlistas não se traduz em uma oposição sistemática e da mesma natureza, a qualquer membro da Arena. Como, por exemplo, ao se referir a Roberto Santos como “eleito”, sendo que ele tinha sido indicado por um processo que era altamente criticado pelo MDB autêntico. Não foi somente nessa ocasião que o *Jornal da Bahia* tratou Roberto Santos de forma favorável. O mesmo aconteceu quando esse caminhava para assumir o governo do Estado, como evidenciado a seguir.

No tema das manifestações culturais, o *Jornal da Bahia* dedicou parte da sua coluna “Na alça de Mira” sob o título “As Razões do ‘Mecenato’” a um almoço, realizado por alguns artistas plásticos e oferecido a ACM, o qual, segundo o jornal não tinha nada

---

<sup>97</sup> *Jornal da Bahia*, 11/10/1974, p. 4.

<sup>98</sup> *Jornal da Bahia*, 31/10/1974, p. 4.

<sup>99</sup> *Jornal da Bahia*, 26/10/1974, p.3.

demais, pois os patrocinadores do almoço trabalharam e ganharam boas somas pelo que executaram para promover o Governo do Estado e expressou o seguinte:

Uma coisa que o inesperado “mecenas” das artes plásticas não explica é o absoluto descaso do seu governo para **com todas as manifestações** culturais da Bahia, a ponto de ter extinto os prêmios literários criados pelo Sr. Luiz Viana Filho, e feito do TC (provavelmente Teatro Castro Alves) casa de espetáculos de segunda categoria.<sup>100</sup>

O destaque dado pelo jornal é relevante, pois ao mesmo tempo em que critica ACM ressalta de forma positiva outra liderança da Arena, Luiz Viana Filho, prática que o *Jornal da Bahia* iria repetir com Roberto Santos, quando esse se torna a principal liderança arenista a fazer oposição interna a ACM.

Em 21 de novembro de 1974, na primeira página, o *Jornal da Bahia* caracteriza ACM como “O Usurpador” e a razão é que o então Governador teria reivindicado para si os méritos da vitória da Arena na Bahia. A matéria do dia 23, presente na “Alça de Mira”, com o título “E a Farsa continua” possui a mesma temática, denunciando que

todos os dias, o Sr Antonio Carlos Magalhães, que corre a Brasília para anunciar ao Presidente Geisel a vitória da Arena ao Senado “como obra sua”, não está perdendo tempo para dar declarações aos jornais sulistas como se fosse ele o ‘grande vitorioso’.<sup>101</sup>

Essas colunas e matérias não deixam dúvidas quanto à oposição do jornal a ACM. Essa oposição foi caracterizada como perseguição, por exemplo, pelo deputado estadual Raulino Queiroz, da Arena, avaliação compreensível para um carlista que defendia sua liderança.<sup>102</sup> Se a oposição a ACM e seu grupo é clara, daí não se pode deduzir uma oposição do mesmo tipo, a toda Arena, como ficará evidente a seguir.

O editorial “Nordeste e Esperança”, de 27 de outubro de 1974, trata do programa de desenvolvimento integrado de áreas prioritárias do Nordeste. O editorial revela também expectativa positiva acerca do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento)<sup>103</sup>. Não é uma carta de apoio ao regime militar; se constitui mais na descrição das iniciativas e na esperança de que estas sejam bem sucedidas. Esse programa marca “também o início da

<sup>100</sup> *Jornal da Bahia*, 27/11/1974. p.2.

<sup>101</sup> *Jornal da Bahia*, 23/11/1974. p. 2.

<sup>102</sup> *Diário Oficial*, 08/01/1974, p.30.

<sup>103</sup> O II PND: “propõe um redirecionamento da política econômica nacional, de forma a tornar possível o ordenamento do crescimento quantitativo do milagre, propiciando a racionalização desse crescimento e um melhor desempenho da política econômica em termos qualitativos” ANDRADE, Ilza Araújo Leão, Políticas e Poder: Os mecanismos de implementação e o fortalecimento de Novas Elites políticas no Nordeste -1979-1985. Tese apresentada ao doutorado em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, julho 1994, p.29.

anunciada mudança de filosofia do Governo em relação ao Nordeste”<sup>104</sup>. Logo se trata mais da expectativa com relação ao Nordeste se tornar mais importante nas iniciativas do governo, do que um elogio a esse. Em nossa avaliação, o jornal tendia a apoiar o MDB autêntico, mas seja pela censura, ou por avaliação estratégica, se restringiu de críticas mais duras ao regime militar, restrição, que como podemos observar, ele não tinha, nem relação à ACM, nem a seu grupo.

Após a escolha de Roberto Santos para ser o Governador da Bahia, no final de 1974, o *Jornal da Bahia* divulga com destaque os objetivos do novo governador, como na matéria “Roberto Santos fala sobre metas prioritárias”, lembrando que a escolha do Governador foi anterior às eleições parlamentares de 15 de novembro de 1974, até porque, como já apontado, os governadores não eram escolhidos nas eleições.<sup>105</sup> No entanto, esse destaque, mesmo que freqüente, seria base insuficiente para se deduzir que o jornal tinha uma linha editorial de apoio ao novo governador da Bahia. Felizmente, algumas matérias e editoriais lançam luzes sobre essa questão e esclarecem a posição do diário acerca de uma das figuras mais poderosas da classe política baiana no período da distensão. Como o texto de 7 de outubro de 1974, em uma seção chamada “Conversa Franca”:

O pronunciamento do Professor Roberto Santos, ontem, em Alagoinhas, vale como uma veemente prova de que o próximo governador da Bahia pretende fazer justamente o essencial em favor dos baianos e não gigantescas obras para inglês ver. E não deixa de ser bem significativo o detalhe de que as palavras do senhor Roberto Santos resumam a grande esperança de todos nós, a fim de que seja restaurada a normalidade neste Estado abandonado à própria sorte durante quatro anos.<sup>106</sup>

ACM teria sido o governo do “abandono” e Roberto Santos renova as “esperanças”. A matéria “Os destinos da Bahia nas mãos de um homem de bem” de 11 de outubro de 1974 confere destaque a um telegrama enviado pelo ex-governador: “Juraci Magalhães (sic)” ao governador Roberto Santos, no qual estava escrito

Sua eleição ao Governo da Bahia alegra a todos os baianos que desejam ver os destinos da sua terra entregues a um homem honrado e capaz. Mas lá no céu saudosos amigos, D. Carmem e Edgard, devem ter regozijado, com redobradas razões. Eu e Lavignia desejamos muitas felicidades a Maria Amélia e a você nos encargos que vão assumir.<sup>107</sup>

<sup>104</sup> *Jornal da Bahia*, 27/10/1974, p.4.

<sup>105</sup> *Jornal da Bahia*, 08/10/1974, p. 3.

<sup>106</sup> *Jornal da Bahia*, 07/10/1974, p. 3.

<sup>107</sup> *Jornal da Bahia*, 11/10/1974, p. 3.

Edgard Santos, citado no telegrama, foi reitor da Universidade Federal da Bahia, Carmem Figueira Santos era sua esposa e ambos, pai e mãe de Roberto Santos. O *Jornal da Bahia* não escreveu essas palavras, mas as publicou e fez referência a outros telegramas, dando-lhes grande ênfase. Com suas próprias palavras, indicou no título que Roberto Santos, é um “homem de bem”. Some-se a isso o editorial anterior, bem como o relevo contínuo aos pronunciamentos de Roberto Santos e perceberemos que a posição do jornal, em relação à Arena não-carlista, é bastante distinta da posição do jornal para com a Arena carlista. Essa relação cordial com Roberto Santos, como veremos, vai se intensificando a proporção que ele passa liderar o grupo que conserva sua oposição aos carlistas, na Arena.

O *Jornal da Bahia* nutria sentimentos conflitantes em relação à Arena baiana, se a víssemos como uma. Vendo suas divisões, fica claro que o jornal era oposição aos carlistas e em boa medida em decorrência dessa oposição, apoiava a oposição interna a ACM, que em momentos foi Luiz Viana Filho, Juracy Magalhães, porém especialmente Roberto Santos.

### **2.3- O *Tribuna da Bahia* e o conflito entre MDB autêntico e adesista.**

O jornal *Tribuna da Bahia*, mais do que qualquer jornal baiano do período, dedicou espaço às dissidências internas dos partidos políticos criados pelo regime militar, especialmente a existente entre autênticos e adesistas no MDB. Sua linha editorial, também em nossa avaliação, teve uma tendência a ser moderadamente contra o regime. Obviamente que oposição declarada não era possível, diante da existência da censura. O *Jornal da Bahia* também se reportou às dissidências partidárias, porém, na *Tribuna*, esse tema prevalece de forma mais marcante.

Em 2 de outubro de 1974, a pouco mais de um mês das eleições parlamentares, vemos uma referência clara aos conflitos internos do MDB, na coluna “Raio Laser”:

Os autênticos estão encontrando resistência para usar o programa de tevê, já havendo o caso do Sr. Antonio José Nascimento que foi proibido pelo Sr. Clemens Sampaio de se apresentar como candidato nos horários do MDB. Na reunião serão discutidos todos os casos, pois outros candidatos não puderam falar <sup>108</sup>

O início da reportagem tratava de uma reunião do MDB autêntico na Assembléia Legislativa e é a essa reunião que o trecho citado se refere. O espaço dedicado à

---

<sup>108</sup> *Tribuna da Bahia*, 02/10/1974. p. 2.

propaganda eleitoral na televisão é um dos elementos centrais do conflito entre MDB adesista e autêntico na Bahia.

O tema da propaganda eleitoral e a tensão entre MDB adesista e autêntico surgem novamente em 12 de outubro de 1974, em matéria intitulada “Pinto e as eleições”:

As alas dissidentes – adesistas e autênticos – mostram-se intransigentes em seus objetivos, não havendo concessão de lado a lado, se bem que entre os **autênticos** encontram-se nomes de maior expressão eleitoral - na eleição passada contra cinco **autênticos** os adesistas elegeram um deputado estadual, e contra dois autênticos na Câmara Federal foi eleito um adesista.<sup>109</sup>

Ou seja, pouco antes da eleição parlamentar de 1974, o *Tribuna da Bahia* aponta para o processo do progressivo afastamento dos adesistas, que ainda não se consumava em 1974, embora houvesse tímidos sinais que poderia acontecer. Em 1976, quando o MDB baiano alcança maioria na Câmara de vereadores, esse processo de perda de poder e espaço dos adesistas baianos vão finalmente ganhando corpo. Em 70 os autênticos já estavam, pelo menos nas eleições, ganhando mais destaque do que os adesistas, porém os adesistas ainda controlavam o Diretório estadual do partido e por isso puderam indicar um adesista, Clemens Sampaio, para disputar a cadeira do Senado em 1974. Além disso, como veremos esse processo de enfraquecimento dos adesistas não é inteiramente linear.

Além das eleições e a dissidência no MDB, o jornal trata do resultado do processo contra Francisco Pinto, liderança do MDB baiano, condenado a seis meses de prisão, como se verá no capítulo acerca das eleições de 1974. As expectativas “realistas” de Clodoaldo Campos, líder do MDB na Assembléia Legislativa, sobre o crescimento da bancada são positivas, mas segundo análise editorial do *Tribuna da Bahia*, não ao ponto de

alcançar um terço da representação no Legislativo, o que vale dizer, obter uma bancada com 17 deputados. Esse reconhecimento do líder opositorista, segundo se observa, é realista e se baseia, exatamente, na dissidência interna que tem esvaziado o partido eleitoralmente.<sup>110</sup>

A avaliação do editor e dos repórteres da *Tribuna* é precisa ao apontar que o MDB baiano estava fragilizado pela dissidência interna, fato que ficará mais evidente, diante do crescimento do MDB nacional e da vitória da Arena, na Bahia. Sobre a propaganda eleitoral a matéria destaca:

um ponto negativo na campanha: o fato de os candidatos autênticos, que se dispõem a discutir os grandes temas nacionais, discutir os problemas concernentes à vida institucional do País e criticar problemas de ordem regional, estarem vetados de se

<sup>109</sup> *Tribuna da Bahia*, 12/10/1974, p.2.

<sup>110</sup> *Idem*.

apresentar nos horários gratuitos e obrigatórios do TRE, para a campanha eleitoral. Essa atitude não só implica na descaracterização da campanha emedebista, como também aprofunda mais as divergências internas do MDB, já debilitado das campanhas eleitorais anteriores. E a maior repercussão da ausência dos autênticos recai exatamente na disputa da eleição majoritária.<sup>111</sup>

A questão da disputa por espaço na propaganda eleitoral chegou ao TRE, fato comentado na coluna Raio Laser:

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral poderá, a qualquer momento, retirar do controle do Sr. Clemens Sampaio os programas de propaganda eleitoral do MDB no rádio e na televisão, para assegurar a integrantes do grupo autêntico o acesso a tais programas, de acordo com a norma de igualdade de oportunidades estabelecida em lei e em resolução do TSE.<sup>112</sup>

Esse episódio deixa evidente o grau de tensão e disputa interna existente no MDB, assim como fornece evidências que ajudam a explicar porque o desempenho do MDB baiano foi tão ruim nas eleições parlamentares de 1974, perdendo inclusive na capital. Em contraste com o crescimento nacional do MDB, crescimento esse que, em diferentes circunstâncias, poderia ajudar o MDB baiano. Três dias depois e a três dias das eleições de 15 de novembro, *Tribuna da Bahia* deu voz ao líder do MDB na Assembléia Legislativa, Clodoaldo Campos, o qual afirma que as perspectivas do MDB são de sensível crescimento, “malgrado a falta de sistematização da campanha e da atitude do grupo adesista que ‘afastou dos programas de televisão aqueles candidatos que teriam uma mensagem política de substância oposicionista’.”<sup>113</sup>

As evidências de que o *Tribuna da Bahia* era um jornal de oposição, mesmo que moderada, não são tão evidentes quanto as que fornecem sustentação à indicação que o jornal *A Tarde* possuía uma visão favorável da distensão, ou as que indicam a oposição do *Jornal da Bahia* para com o carlismo, especificamente. Podemos citar o espaço constante dado às opiniões de Rômulo Almeida, que seria futuramente candidato ao Senado pelo MDB em 1978, como “As Opiniões de Rômulo Almeida sobre as multinacionais”<sup>114</sup> ou “Rômulo Almeida: II PND Favorece a Petroquímica”<sup>115</sup>, entre outras, mas essas matérias podem ser explicadas pelo respeito à competência técnica do economista e não por afinidade de opiniões.

---

<sup>111</sup> Idem.

<sup>112</sup> *Tribuna da Bahia*, 09/11/1974, p. 2

<sup>113</sup> *Tribuna da Bahia*, 12/11/1974, p. 2.

<sup>114</sup> *Tribuna da Bahia*, 26/10/1974, p. 3.

<sup>115</sup> *Tribuna da Bahia*, 07/10/1974, p.3.

Mesmo quando estampa na primeira página do dia 18 de novembro de 1974, “Vitória Disparada do MDB”, referindo-se aos resultados nacionais, a apuração ainda não havia sido concluída, e, além disso, lembremos de Bolívar Lamoniér, que a vitória do MDB, deve ser entendida devido às expectativas que a Arena tinha de uma vitória esmagadora e que o MDB mesmo após 1974, ainda era minoritário. Mas isso também pode ser explicado pela euforia do clima de eleição e não é indicativo convincente da posição do jornal. Reportagens como “Vice-Presidente Português diz que socialismo é irreversível” de 16 de novembro de 1974, na qual a *Tribuna* publica uma entrevista com presidente português, José Pinheiro de Azevedo, poderiam sugerir, devido ao realce fornecido, uma identidade do jornal com a esquerda, mas essa seria uma conclusão baseada em evidências também fracas.

A constante referência ao grupo autêntico do MDB, quase sempre de forma positiva e a também constante crítica ao chamado grupo adesista, que indica, mais do que qualquer outra evidência, a identidade do jornal para com o grupo autêntico do partido. O conteúdo de colunas como a que foi publicada sob o título “Autênticos” de 13 de novembro de 1974, indica essa relação: O ex-senador Josaphat (Josafá) Marinho, que chegará quinta-feira a Salvador para votar, informou por telefone que seu voto será dado apenas a candidatos do grupo autêntico.<sup>116</sup>

Ao dar voz constantemente a membros dos autênticos e ressaltar a diferença para com os adesistas, o jornal *Tribuna da Bahia* cumpria um papel político, pois buscava afastar os adesistas do poder, além de informar a população da existência dessa distinção e da importância que ela tinha para a realidade política da Bahia. O *Tribuna da Bahia*, como exposto na análise das reportagens anteriores, atribuía aos adesistas à derrota do MDB baiano e recriminava essa dissidência interna do partido, como fez por ocasião dos episódios ligados à propaganda eleitoral, nos quais a atuação do grupo adesista, censurando os autênticos, foi não apenas noticiada, mas criticada abertamente pelo jornal.

---

<sup>116</sup> *Tribuna da Bahia*, 13/11/1974, p. 2.

## **Capítulo II**

**A natureza do regime em debate e as divisões na  
Arena baiana.**



### **1.1- Reivindicações de democracia.**

Nesse capítulo analisamos a reivindicação de valores democráticos por parte da Arena baiana e a crítica ao regime realizada pelo MDB na Assembléia Legislativa no período inicial da distensão. Primeiro expondo os argumentos apresentados pelos deputados e depois analisando eles.

O fato de um setor militar, ainda nos dias atuais, utilizar de argumentos similares ao da Arena para defender a idéia de que o regime instaurado em 1964 não foi uma ditadura chamou minha atenção. Mas não foi esta a razão pela qual analisamos esse debate na Assembléia Legislativa, até porque há amplo consenso na academia em relação ao caráter ditatorial do regime. O objetivo foi conhecer melhor as posições que os membros de cada clivagem partidária tinham em relação ao regime e como seus diferentes posicionamentos influenciam na interação entre as divisões partidárias. Discorreremos também acerca da existência de uma dissidência na Arena baiana, detectada pelo exame dos diários oficiais e jornais diários publicados no período em estudo. Dissidência essa percebida inicialmente por nós como única, mas que nesse e principalmente nos capítulos seguintes, mostramos ser fruto da reunião das tendências não-carlistas no interior da Arena.

Durante a pesquisa, ao identificar divisões internas na Arena e no MDB, uma questão surgiu, a de investigar se as divergências de posicionamento possuíam ou não alguma relação com a existência das clivagens percebidas. Essa questão começa a ser examinada nesse capítulo, mas apenas nos capítulos seguintes ficarão mais evidentes as diferenças na forma de aglutinação e estrutura existentes na Arena e no MDB baianos.

A sétima legislatura do Estado da Bahia de 1971-1975 era composta por seis membros do MDB e quarenta membros da Arena<sup>117</sup>. A maioria esmagadora da Arena indica a força que o partido do governo tinha durante esse período na Bahia, mas também indica a força do regime, que utilizava de vários mecanismos para favorecer o partido que lhe fornecia sustentação. Instrumentos como as sublegendas e as restrições à propaganda nos meios de comunicação, entre outros, que serão analisados ao longo do trabalho tinham essa função de facilitar as eleições para a Arena. É, portanto, entre esses parlamentares, eleitos por um jogo que em muitos aspectos tinha suas cartas marcadas, que acontece o

---

<sup>117</sup> BAHIA, Assembléia Legislativa. Memória do Legislativo Baiano, Salvador: A Assembléia, 2004, p.58-59.

debate que passamos agora a narrar, para depois discutir de forma mais aprofundada os argumentos utilizados.

O conflito entre a defesa do regime e sua crítica pode ser observado, na Bahia, mesmo antes de 1974 como esse trecho da quadragésima nona sessão da 7<sup>a</sup> Legislatura (1971-1975) da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia de 30 de agosto de 1973 demonstra. O deputado pela Arena e presidente da Assembléia, Afrísio Vieira Lima, concedeu a palavra a Raulino Queiroz<sup>118</sup>, que depois debateu com o também deputado Hildérico Oliveira<sup>119</sup>.

O Sr. Raulino Queiroz – [] Democrata por convicção, amante da liberdade com responsabilidade, inimigo da corrupção, que tantas desgraças propiciaram a esse país até março de 1964, senti-me a vontade, mais do que isso, empolgado, para filiar-me à Aliança Renovadora Nacional, desde a sua fundação, porque compreendi a sua missão de luta, como das mais importantes, em face do objetivo maior a atingir, que é o de envidar todos os esforços para que as diretrizes emanadas da Revolução sejam cumpridas em benefício exclusivo do nosso povo. O Sr. Hildérico Oliveira:- V. Exa. Me permite um aparte? (assentimento do orador). Deputado Raulino Queiroz, V. Exa, bravo no seu pronunciamento, diz ser democrata por convicção. Todavia, é um deputado pela Aliança Renovadora Nacional, e a Aliança Renovadora Nacional é o partido que domina a situação ditatorial do Brasil. É este o meu ponto de vista.<sup>120</sup>

Na seqüência, o deputado Raulino Queiroz não aceitou o aparte e seguiu defendendo a Aliança Renovadora Nacional. A tensão e reivindicação de valores democráticos, especialmente partindo de um membro do partido que apoiava a ditadura, (além da defesa da “Revolução”) demonstra o conflito existente e sua repercussão na Assembléia, mesmo que, em 1973, esse debate operasse de forma bem menos intensa, pelo receio da repressão por parte daqueles que possuíam divergências com o regime.

A reivindicação de adesão a valores democráticos por regimes autoritários não é novidade. Muitos dos regimes autoritários do sec. XX usam esse discurso como Kelsen já apontara com ironia em 1955:

O símbolo da democracia parece ter assumido um valor tão universalmente conhecido que a substância da democracia não pode ser abandonada sem a manutenção do símbolo. É bem conhecida a afirmação sarcástica: se o fascismo fosse implantado nos Estados Unidos, seria chamado de democracia. Conseqüentemente, o símbolo deve

<sup>118</sup> Renato Rodenburg de Medeiros Netto (Arena) faleceu em 17/11/1971. Raulino Franklin de Queiroz o substituiu a partir de 19/11/1971. Ver *Memórias do Legislativo baiano 1947-2004*, p.59.

<sup>119</sup> Cosme de Farias (MDB) faleceu em 15/3/1972. Foi substituído por Hildérico Pereira de Oliveira a partir de 17/3/1972. Ver *Memórias do Legislativo baiano 1947-2004*, p.58.

<sup>120</sup> Realizada em 30 de agosto de 1973 essa sessão da Assembléia Legislativa foi publicada no Diário oficial da Assembléia em 5 de janeiro de 1974, p.37.

mudar seu significado de modo tão radical que possa ser usado para designar o extremo oposto<sup>121</sup>.

Nesse texto o “extremo oposto” se refere à ditadura do partido comunista, mas a idéia permanece, qual seja: é comum que ditaduras, inclusive a ditadura militar, utilizem símbolos da democracia e até mantenham parte das suas instituições e dos seus procedimentos, para passar uma impressão de permanência da democracia. A formação de valores democráticos compôs um novo credo tão importante para a política quanto o credo religioso para a vida privada. Schumpeter chega a escrever que a democracia vira uma doutrina da política que tem caráter de uma religião<sup>122</sup>.

Não apenas autores que têm uma concepção minimalista do regime democrático como Schumpeter, mas autores marxistas como Carlos Nelson Coutinho avaliam que o valor democrático é universal, mesmo que suas razões e associações sejam entre si visivelmente distintas:

Precisamente por ser universal, o valor da democracia não se limita a áreas geográficas. “Pois, se há por sua vez algo de universal nas reflexões teóricas e na prática política do que é hoje chamado ‘eurocomunismo’, esse algo é o modo novo – um modo dialeticamente novo, não uma novidade metafisicamente concebida como ruptura absoluta – de conceber essa relação entre democracia e socialismo.<sup>123</sup>”

A Coutinho interessava indicar o vínculo entre socialismo e democracia e isso é possível, em parte, devido à universalidade da democracia como valor. Segundo ele, o espaço da democracia deveria ser ocupado pela classe trabalhadora, para se fundar uma sociedade socialista. Estudiosos de Marx, nem todos necessariamente marxistas, apontam que a ditadura do proletariado seria uma democracia radical controlada pela classe trabalhadora. Macpherson inclusive reflete sobre o fato de estamos tão acostumados a pensar ditadura e democracia como opostos que chamar a ditadura do proletariado de uma forma de democracia, a princípio, nos parece absurdo.<sup>124</sup> Segundo Macpherson Marx utilizava o termo ditadura para ambas as formas capitalistas e socialistas, a ditadura do proletariado viria a ser o sistema que substituiria a ditadura dos capitalistas. Era a isso que

<sup>121</sup> KELSEN, Hans, A democracia, 2 ed, São Paulo: Martins Fontes, 2000, 140 p. Publicado em 1955, Fundamentos da Democracia, consultado em 19/04/2010. <http://www.jstor.org/pss/2378551>

<sup>122</sup> SCHUMPETER, Joseph, Capitalismo, Socialismo e Democracia, Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1961, p.305 e p.323.

<sup>123</sup> COUTINHO, Carlos Nelson. A Democracia como um valor Universal. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1980, p.20.

<sup>124</sup> MACPHERSON, C.B, The Real World of Democracy. Oxford University Press. New York and Oxford, 1966, p. 14.

Marx se referia no manifesto comunista de 1848 quando falou que o primeiro passo na revolução do proletariado é elevar a classe trabalhadora a posição de classe dominante, para vencer a batalha da democracia. A democracia dominada pelo proletariado era para Marx um Estado classista cujo objetivo seria estabelecer uma sociedade sem classes e assim levar ao fim da era dos Estados classistas.<sup>125</sup>

Essa interpretação do pensamento de Marx é reforçada em parte pelo papel que ele viu ter o sufrágio universal na Comuna de Paris<sup>126</sup>. Pois, na experiência da Comuna de Paris, Marx “acreditou encontrar alguns traços de democracia direta”.<sup>127</sup> Por isso a observação famosa de Friedrich Engels: “Pois bem, senhores, quereis saber que face tem essa ditadura? Olhai para a Comuna de Paris: eis aí a ditadura do proletariado!”<sup>128</sup>.

Discussões acadêmicas à parte, na Assembléia Legislativa baiana, em 1974, o opositor de maior destaque à natureza antidemocrática do regime militar era o deputado Hildérico Oliveira. Ele foi o primeiro membro do MDB a ser citado, não por acaso. Por ocasião da véspera do sete de setembro, o deputado aproveitou as comemorações da independência para estabelecer uma relação entre a luta pela liberdade do país no século XIX e a luta do MDB pela liberdade política durante a ditadura militar:

Amanhã Senhor Presidente, Srs. Deputados, o Brasil inteiro comemora a sua libertação do jugo lisboeta, mas Senhor Presidente, Srs. Deputados, estamos aqui, nós da oposição para fazermos, palidamente, uma apreciação sobre a sistemática política que se envolve nosso país.<sup>129</sup>

Depois de lembrar que a democracia era o “governo do povo, para o povo” o deputado seguiu defendendo a importância da ligação entre as liberdades políticas e a democracia. Por fim, Hildérico Oliveira combateu o uso que os membros da Arena e do regime militar faziam da palavra democracia, utilizando para tanto figuras emblemáticas da história do Brasil e da Bahia:

---

<sup>125</sup> Ibidem, p.15.

<sup>126</sup> COUTINHO, Carlos Nelson. A Democracia como um valor Universal, p.25.

<sup>127</sup> BOBBIO, Norberto, Estado, governo, sociedade, por uma teoria geral da política, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.154

<sup>128</sup> Artigo de F. Engels sobre a Comuna de Paris. Escrito para a edição em separado de A Guerra Civil na França, de K. Marx, publicada em Berlim em 1891. Publica-se segundo a edição soviética de 1951, de acordo com o texto do livro. Traduzido do espanhol, em confronto com a tradução francesa (Éditions Sociales) de 1946. Consultado em 21/04/2010.<http://inverta.org/jornal/edicao-impressa/285/engels-fala-sobre-a-comuna-de-paris>

<sup>129</sup> Sessão de 6 de setembro de 1973. Publicado em 20/06/1974 no Diário Oficial da Assembléia Legislativa, p.40.

Para concluir, Senhor Presidente, caros colegas, que diriam hoje Tiradentes, Claudio Manoel da Costa, Alvarenga Peixoto, Tomas Antonio Gonzaga, Beckman<sup>130</sup>, e mais tarde todos os líderes da Sabinada, da Baianada, da independência da Bahia, principalmente através da figura inevitável de Maria Quitéria, que diriam essas pessoas, se vivas estivessem, da figura pálida, da figura desvitaminada da expressão “democracia” usada hoje? Que vergonha, Senhor Presidente e se Claudio Manoel da Costa, se Tiradentes, estivessem aqui neste plenário e ouvissem tanta blasfêmia a respeito da expressão “democracia” – Para eles seria uma vergonha, e eles se sentiriam mais satisfeitos se morressem logo, para deixarem de assistir a esta baderna que hoje se verifica, usando-se uma expressão de modo tão deturpado.<sup>131</sup>

Foi quando o deputado Agostinho Pinheiro da Arena pediu aparte e disse o seguinte:

Sr. Deputado Hildérico Oliveira, estou ouvindo V.Exa atentamente. Agora não posso, de maneira nenhuma, me calar, vendo V. Exa, usar a expressão ‘pálida democracia’ e até, se não me engano, usar a expressão ‘baderna’. Mas vamos ser sinceros - V.Exa acha que não estamos vivendo um clima democrático, na plenitude democrática, mas V.Exa diz nessa tribuna, isso que disse aí, acha que não há Democracia. – V.Exa preferia ou prefere esta farsa, como V.Exa quer fazer crer, ou aquela bagunça, onde não havia respeito, onde não havia hierarquia, onde não havia nada? – V.Exa está falando contra o Governo, mas naqueles dias, antes de 1964, se V.Exa falasse algo contra os sindicatos, V.Exa cairia fulminado, cairia morto, porque não era Governo, eram operários mal dirigidos e mal orientados. Portando, não concordo com o que V.Exa disse, porque a prova de que estamos numa democracia é que V.Exa está dizendo tanta coisa, à vontade, e vai sair daqui sem ser molestado<sup>132</sup>

Esse trecho mostra que a permanência de certas instituições, como a Assembléia e o espaço por ela proporcionado a um opositor, como o deputado Hildérico Oliveira, era utilizada por alguns parlamentares como evidência da existência de um regime democrático. Hildérico Oliveira, em sua resposta, reconhece que havia instabilidade política antes de 1964, mas lembra ao deputado da Arena da vigência do A.I 5, que podia ser utilizado para cassar quem se opusesse ao regime, além de diversos instrumentos que fortaleciam o poder executivo. O deputado do MDB apesar de reconhecer a instabilidade referida pelo seu opositor, responde contra-argumentando que o governo prometeu devolver “as nossas plenitudes democráticas e (ele) vai sair e não as cumpriu”<sup>133</sup>

Os deputados Manolito Teixeira e depois Agostinho Pinheiro, da Arena, argumentaram novamente que o clima anterior ao golpe (eles se referem ao golpe civil-militar como “Revolução de 64”) era de “baderna” e afirmaram que o PSD ficou 30 anos

<sup>130</sup> Revolta dos Irmãos Beckman ou Revolta de Bequimão ocorreu no então Estado do Maranhão, em 1684. <http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/revolta-dos-beckman/revolta-dos-beckman-1.php>

<sup>131</sup> Diário oficial da Assembléia Legislativa publicado em 20/06/1974, p.40.

<sup>132</sup> Idem.

<sup>133</sup> Idem.

no poder, e “entregou o País em uma total anarquia. Nós estamos apenas nove anos no poder e estamos procurando consertar”, apresentando, portanto a idéia de que os problemas existentes no país eram anteriores ao regime militar<sup>134</sup>. O regime, na visão dos arenistas baianos, era necessário para impor ordem e acabar com a “baderna” promovida por aqueles que estiveram no poder antes dos militares. Depois desses apartes, Hildérico Oliveira concluiu:

Então, Sr. Presidente, para concluir, quero dizer ao Deputado Agostinho Pinheiro que nós oposicionistas, democratas, não admitimos liberdade com restrições. Liberdade com restrições significa acima de tudo totalitarismo e se estamos aqui com a bandeira do MDB, é porque pugnamos por um ideal melhor para que dias melhores surjam e que, no Exterior, nossa figura de regime ditatorial seja apagada para que possamos dizer, alto e bom tom: aqui se respira a democracia, aqui se faz democracia.<sup>135</sup>

Outro deputado estadual do MDB que se destacou pelas críticas ao governo militar foi Newton Macedo Campos. Porém suas críticas tinham um enfoque distinto, centralizado mais nos efeitos negativos do regime para a Bahia. O deputado também critica duramente os procedimentos utilizados na Assembléia Legislativa, ou a falta deles em vários momentos e liga essas críticas à carência de democracia do regime. Em outras palavras, na visão do deputado, quando a Arena passava por cima dos procedimentos, demonstrava sua natureza autoritária e o desrespeito do regime para com as regras democráticas. Newton Campos caracterizou o regime como “altamente autoritário”, embora divergisse de Hildérico Oliveira e da caracterização que ele dava ao regime como se esse fosse “totalitário”<sup>136</sup>.

Vejamos o deputado Newton Macedo Campos nesse pronunciamento que é exemplificativo de algumas dessas críticas:

concluindo, eu diria que o regime não é bom para a Bahia. O governo não é bom para o Estado. E por isso mesmo, urge legitimar o mandato representativo, urge valorizar a atividade política, para que seja valorizado o nosso Estado, para que surjam realmente lideranças autênticas, consagradas pelo veredito popular e não fique um Estado como o nosso tendo como Governadores nomes escolhidos e indicados, sem uma autoridade maior para reivindicarem. E vejam V. Exas. como é triste assistirmos o governo espalhar aos quatro cantos e aos quatro ventos, dando publicidade do seu prestígio, quando consegue, de raro em raro, uma audiência com o Senhor Presidente da República, coisa rotineira em tempos que não vão muito longe.<sup>137</sup>

---

<sup>134</sup> Idem.

<sup>135</sup> Idem.

<sup>136</sup> Diário oficial publicado em 16/04/1974, p.56.

<sup>137</sup> Diário oficial publicado em 19/06/1974, p. 40.

Mais a frente o deputado diz que não houve forma melhor de governo do que a descrita por Montesquieu no *Espírito das Leis*. Vemos que ele critica a falta de peso da Bahia no cenário nacional, ao que o deputado da Arena Manolito Teixeira respondeu que a Bahia sempre “esteve presente as grandes decisões da Republica e nos governos da Revolução”. O deputado da Arena então admite que a Bahia foi relegada para segundo plano, durante o regime militar e aponta para “outras razões”, mas não as especifica. Razões eleitorais, por exemplo, não cabem, já que a Bahia se mantinha um forte reduto arenista. Talvez razões econômicas, mas não cabe explorar especulações.<sup>138</sup>

Newton Macedo Campos repete a apreciação de Hildérico e de outros deputados do MDB do período, relativas às indicações a governador e outros cargos executivos, mas o diferencial, é que tanto ele, quanto o deputado da Arena percebem que a Bahia perdeu importância no cenário nacional. Isso é especialmente problemático para a Arena baiana. Devido à forte hegemonia política que desfrutava no Estado, o partido tinha expectativa de conquistar mais poder e benefícios na partilha nacional. Em outras palavras, o sucesso local da Arena baiana criava a expectativa de que devia ser mais beneficiada pelo governo federal. O que explica em parte, a constante propaganda das audiências obtidas junto ao governo federal. Fato confirmado em nossa pesquisa na grande imprensa, especialmente no jornal *A Tarde*.

Uma das críticas mais fortes do MDB baiano na Assembléia Legislativa era a ausência de participação popular na seleção de vários cargos importantes do executivo, entre outros, governadores, prefeitos das capitais, presidente. O deputado Antonio José apontou que: “O povo não foi escutado, não existe, no processo de escolha do futuro Governador”<sup>139</sup>, ao que Orlando Spínola da Arena respondeu, dizendo que foi

o povo que o elegeu deputado, o povo que elegeu o Legislativo, o povo que existe, Deputado! Em qualquer circunstância declarar que o povo não existe é esquecer o povo, e não sentir o povo, é não compreender o povo, é agredir o povo! O povo existe, Deputado, e tanto existe que V.Exa está aqui representando o povo!<sup>140</sup>

O deputado Antonio José declarou que não proferiu essas palavras, pois se referia exclusivamente à inexistência de participação popular na seleção do Governador, logo o “povo não existe”, nesse caso, para efeitos de poder, no que sua declaração procede. Independente do tom carregado de emoção que o líder da Arena imprimiu à sua fala. É

---

<sup>138</sup> Idem.

<sup>139</sup> Diário oficial publicado em 01/06/1974. Sem página discriminada.

<sup>140</sup> Idem.

relevante observar que tanto ele como outros membros da Arena destacam a votação para o Legislativo enquanto evidência da existência de uma democracia, mas desviam o debate, quando o assunto é a falta de votação para cargos do executivo como o de governador do Estado.

O argumento dos votos, ou seja, da participação popular na votação para o legislativo e para prefeituras de cidades do interior e cidades consideradas pelo regime como sendo menos importantes, foi um argumento recorrente nos debates. O deputado Orlando Spínola, entre outros da Arena, constantemente se refere ao fato dos deputados do MDB, assim como ele, terem passado por eleições, como evidência de democracia. A manutenção das consultas eleitorais é, na verdade o argumento mais utilizado e por isso o principal recurso dos arenistas baianos que sustentavam a idéia de que o regime não era uma ditadura.

Esse argumento pode ser analisado a luz da noção de inclusividade, termo usado por Robert Dahl na sua análise da democracia e que implica na proporção dos indivíduos que têm direito a voto; quanto maior é essa proporção, maior é a inclusividade<sup>141</sup>. Todos os brasileiros, em idade apropriada, já que essa é uma restrição que se mantém em todas as democracias contemporâneas<sup>142</sup>, têm o direito de votar. Porém, seria possível questionar até mesmo a inclusividade, já que naquela época parte considerável da população não tinha o direito de votar devido à proibição dos votos dos analfabetos. Segundo Dahl, além da inclusividade proporcionada pelas eleições, que estava presente no regime, mesmo que de forma discutível, há ainda outro elemento central para a existência de uma democracia, ou poliarquia<sup>143</sup>, a contestação pública. A contestação pública pressupõe oportunidades plenas “de expressar suas preferências a seus concidadãos e ao governo através da ação individual ou coletiva”, o que implica a liberdade de formar e aderir a organizações, liberdade de expressão e liberdade de acesso a fontes alternativas de informação.<sup>144</sup> Todos esses elementos estavam ausentes no regime militar brasileiro, já que não era permitida a existência de outros partidos, além dos criados por ato do governo. O que fez com que organizações como o PCB ficassem na ilegalidade. Não havia liberdade de expressão, pois

---

<sup>141</sup> DAHL, Robert. Poliarquia: Participação e oposição. Prefacio Fernando Limongi; Tradução Celso Mauro Paciornik – São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1997, p.28

<sup>142</sup> SCHUMPETER, Joseph, Capitalismo, Socialismo e Democracia, p.298.

<sup>143</sup> Poliarquia seria o regime democrático real, que de fato vivemos, e não o ideal. O ideal Dahl chama de democracia, e o real de Poliarquia.

<sup>144</sup> DAHL, Robert. Poliarquia: Participação e oposição, p.26.



a censura se fazia presente na imprensa e existia a possibilidade de perseguição para quem fizesse oposição frontal ao regime, perseguição legitimada do ponto de vista legal pelos atos institucionais.

Dahl chega a tratar diretamente de regimes autoritários quando escreve que mesmo os ditadores “mais repressivos geralmente se dizem favoráveis, hoje em dia, ao legítimo direito do povo de participar no governo, isto é, de participar na ‘administração’, ainda que não na contestação pública”<sup>145</sup>. O princípio da tolerância fortalece ainda mais esse ponto, já que em uma democracia a dominação pela maioria do povo “distingue-se de qualquer outra dominação pelo fato de que ela não apenas pressupõe, por definição, uma oposição (isto é, a minoria), mas também porque, politicamente, reconhece sua existência e protege seus direitos”<sup>146</sup>.

O que tem por consequência não permitir que o regime militar seja considerado uma democracia já que em seu momento inicial, considerou sua tarefa principal suprimir uma minoria, pela violência. Ou seja, justificou o golpe, pela existência do chamado “medo vermelho”, isto é, o medo de que o socialismo e comunismo se espalhassem pelo mundo. O regime utilizou esse discurso do “medo vermelho” para perseguir violentamente à esquerda, algo que é comum a diversos Estados autoritários, já que a implantação do Estado burocrático autoritário é “a tentativa de salvamento de uma sociedade que foi vista ameaçada na sua continuidade enquanto capitalista.”<sup>147</sup>. De fato, na América Latina, é comum se encontrar a presença desse temor e ele foi uma das justificativas mais presentes, que encontramos, para a realização do golpe civil-militar de 1964, o que obviamente não significa necessariamente que foi a única razão para o golpe.

O irônico é que o exemplo, já citado, de Kelsen mirava o Estado soviético e a minoria, em seu exemplo são os capitalistas, e é justamente por suprimir essa minoria, que a seu ver não se podia chamar o regime político existente na União Soviética de uma democracia. Já no caso brasileiro no período do regime militar, justamente por suprimir os comunistas, uma minoria, o regime não poderia ser considerado democrático, utilizando o mesmo critério. Pelo exposto fica claro que o argumento dos votos, ou seja, da inclusividade, embora se refira a um elemento necessário para uma democracia, não é

---

<sup>145</sup> DAHL, Robert. Poliarquia: Participação e oposição, p.28.

<sup>146</sup> KELSEN, Hans, A democracia, p.182-183.

<sup>147</sup> O'DONNELL, Guillermo, Tensões no Estado Burocrático-Autoritário e a questão da democracia. In: O'DONNELL, G. Autoritarismo e Democratização, São Paulo, Biblioteca Vértice, 1986, p.15.

suficiente, e, portanto, tal argumento dos arenistas não sustenta a conclusão de que o regime brasileiro era uma democracia.

O deputado Dílson Nogueira assim como Agostinho Pinheiro, ambos da Arena, utilizam o argumento dos resultados, para defender o regime. Tal argumento se refere aos supostos resultados positivos do regime na área econômica, por exemplo. Logo o argumento era: se o regime foi bem sucedido, o que pode ser objetivamente identificado por dados econômicos, ou estatísticos, o regime é “para o povo”, portanto, democrático. A diferença é que Agostinho Pinheiro reagiu a uma crítica ao autoritarismo do regime apontada por Hildérico Oliveira e Dílson Nogueira, reagiu a uma crítica de Newton Campos à indicação de prefeitos de cidades importantes, governadores e a presidência, cargos que não passavam pelo crivo popular. Disse Dílson Nogueira, respondendo a essas críticas:

Sr. Newton Macedo Campos, V.Exa diz que a Aliança renovadora não tem nenhuma mensagem. Há de lembrar-se V.Exa de que depois do Movimento Revolucionário de 1964, o Brasil tomou outro rumo, haja visto o grande auxílio prestado ao homem do campo, quando se instituiu o Fundo Rural.<sup>148</sup>

O deputado segue descrevendo vantagens promovidas pelo regime militar em relação às administrações anteriores, no setor rural e educacional. Novamente se utiliza do argumento dos resultados obtidos, como justificativa legitimadora do regime. Ou seja, o regime, na visão do deputado da Arena, merece elogios pelos alegados avanços promovidos em diversos setores, pelos resultados que podem ser medidos. Justificativa que também é destacada por Orlando Spínola quando, elogiando um discurso de Dílson Nogueira na data, para ele comemorativa, do golpe civil-militar de 64, disse:

sentimos todos que a História pode ser dividida em antes e depois da Revolução de 1964. É que prescrutando (sic) os sentimentos de todo o povo, sentimos, sem nenhuma dúvida a confiança que a Revolução despertou na consciência de nossa gente. Percebemos, hoje, claramente que com as modificações dos métodos daquela velha e corrompida demagogia, estamos diante de uma realidade incontestável.<sup>149</sup>

O argumento dos resultados, de que o regime seria “para o povo” e por consequência democrático e/ou defensável foi comum na leitura dos diários. Por isso é relevante analisá-lo. Segundo Kelsen, “governo para o povo” não é a mesma coisa que ‘governo do povo’. Uma vez que não só a democracia, mas também o seu extremo oposto,

---

<sup>148</sup> Diário Oficial publicado em 7/12/1974. p. 78.

<sup>149</sup> Diário oficial publicado em 18/4/1974. p. 63.

a autocracia, pode ser um governo para o povo, essa qualidade não pode ser um dos elementos da definição da democracia”.<sup>150</sup> Em outras palavras, qualquer regime pode ter resultados, sejam eles econômicos ou sociais, que beneficiam a população, logo ser voltado para a população, ser eficaz, não pode ser um critério na definição de uma democracia.

Vale destacar que quase todo regime usa de retórica para afirmar que age em prol do bem comum, do bem do povo, seja ele democrático ou não. O que significa que mesmo se aceitássemos a premissa de que o regime militar foi um regime “para o povo”, isso não faz dele um regime democrático. Porém, nem todos os deputados da Arena baiana que utilizavam esse argumento, o faziam a fim de tentar demonstrar que o regime era democrático. Para alguns deputados estaduais, como Stoessel Dourado, os resultados positivos na economia e em outros setores não tornavam o regime democrático, mas sim defensável. Em síntese, viam o regime como necessário, mesmo que fosse um regime, nas palavras deles, de “transição” e por isso não ideal.

A crítica ao regime do MDB baiano gerou diversas reações, como pode se observar. Uma delas foi a acusação do MDB ser, não contra o governo, mas contra a Bahia e o Brasil. Ou pelo menos, de estar tendo uma atuação que prejudicava o “progresso” de ambos. Essa foi uma das estratégias da Arena baiana para buscar desqualificar o MDB, afirmar que sua atuação era antipatriótica. O discurso que vincula patriotismo à adesão ao regime, não espanta, pois se tratava de um regime militar autoritário que fazia uso de campanhas publicitárias utilizando frases como “Brasil: Ame-o ou deixe-o”, o que buscava construir a idéia de que a atitude patriótica era apoiar o regime. Quando, na verdade, para muitos a atitude mais patriótica, no sentido de amor à pátria e aos seus cidadãos, era exatamente o contrário. Criticar e buscar alternativas políticas, quando o rumo adotado pelo Estado era contrário aos seus valores. O pronunciamento de Orlando Spínola, a seguir, é um exemplo do uso da questão patriótica, como estratégia de desqualificação de membros do MDB:

A oposição pede, quer tudo, e o Governo dá aquilo que pode dar, de modo que apontar deficiências aqui e acolá é muito fácil, mas não podemos aferir o valor de um governo por afirmações esporádicas e esparsas. De nossa parte devemos esclarecer que a Oposição vai-se desacreditando, quando há somente a finalidade de atacar, agredir, de modo que com esse processo, Srs., Deputados, o povo, em suma, todos acabarão por concluir que não é uma tarefa patriótica é sim uma tarefa, até mesmo, impatriótica, que é a de combater, impedindo o próprio progresso.<sup>151</sup>

---

<sup>150</sup> KELSEN, Hans, A democracia, p.141.

<sup>151</sup> Diário oficial publicado em 5/4/1974. p. 47

Mais a frente o líder da Arena destaca que apesar das deficiências, que existem em todo governo: o que “temos que apontar, neste Governador, é a sua grande obra, são os empreendimentos, a maneira dedicada como vem trabalhando”<sup>152</sup>. O deputado se referia a ACM e seus elogios não ocorrem apenas por ele ser da Arena, mas por integrar o grupo carlista, dentro da Arena baiana.

A relação com a prática política e o crivo popular através da eleição direta também foi uma “arma” nos debates. Sobre o assunto, Newton Campos, do MDB, diz o seguinte, para criticar indicações feitas na Bahia:

Político é realmente o homem que exerce função pública. Mas ele deve ter vocação para função pública. Ninguém se faz político, de uma hora para outra, sendo convidado para um cargo público. Eu diria que os candidatos do Sr. Antonio Carlos Magalhães, em minha opinião, o Sr. Luis Sande e o Sr. Clériston Andrade, são dois catecúmenos em matéria de vida pública, que ainda não receberam o batismo real da atividade política que é a eleição direta.<sup>153</sup>

O deputado cita a indicação de outros governadores que seriam políticos, pois já haviam disputado algum tipo de eleição, diferentemente dos candidatos considerados pela Arena para suceder ACM no governo do Estado:

Não é o Sr. Luis Sande, nem o Sr. Clériston Andrade, que nunca foram sequer oradores de grêmio escolar passaram pela vida estudantil sem revelar vocação para a vida pública e não são também técnicos porque um é Bacharel em Direito e o outro é escriturário do Banco do Brasil<sup>154</sup>.

O tema da ausência de competição livre aparece, por exemplo, quando o deputado Hildérico Oliveira, depois de comentar as eleições dizendo “Vota-se para Vereador, vota-se para prefeito e não se vota em governador e para Presidente”<sup>155</sup> Cabe fazer algumas observações sobre essa fala do deputado do MDB. Primeiro é preciso lembrar que ele se referia às prefeituras do interior e aquelas não consideradas estratégicas, já que para as capitais não havia eleição direta, nem em cidades consideradas importantes para o regime. Outra observação é que existem democracias sem necessariamente eleição direta para vários cargos, como em sistemas parlamentaristas, logo, não é a ausência de eleição direta para todos os cargos que desautoriza um regime como democrático. A não existência de uma competição livre pelo voto, como diria Schumpeter, ou utilizando uma conceituação

---

<sup>152</sup> Idem.

<sup>153</sup> Diário Oficial publicado em 25/05/1974. p.61

<sup>154</sup> Idem.

<sup>155</sup> Diário oficial publicado em 7/12/1974. p.80.

de Robert Dahl, o pouco espaço para contestação pública<sup>156</sup> é que desautorizam chamar um regime de democrático. Existia oposição pública no Brasil, porém altamente limitada pelo regime e é justamente o grau dessa limitação, nesse caso, que define, se um regime é uma poliarquia, ou seja, uma democracia real, ou não é. O regime militar, pelo exposto, claramente não é. Abordando a pouca margem para competição política o deputado estadual Hildérico Oliveira disse:

A primeira mensagem, surpreendente por sinal, é a da eliminação do bipartidarismo, oriunda do maior líder do integralismo brasileiro, que é Plínio Salgado<sup>157</sup>. Plínio Salgado, Senhores Deputados, já apregoa que o bipartidarismo é ineficaz, é inócuo, no triste sistema político em que vivemos. E mais ainda, hoje mesmo, como outra mensagem da Arena, e surpresa mais agradável ainda, um próprio deputado arenista na câmara federal pede a extinção do Ato Institucional N. 5.<sup>158</sup>

Na seqüência, Stoessel Dourado, da Arena, revela que também defende a extinção dos mecanismos de exceção. Hildérico Oliveira utilizava a estratégia de mencionar pessoas que representam ideais bem distintos dos seus. Mas que mesmo assim tinham chegado a conclusões similares a sua, pois: até mesmo Plínio Salgado e membros da Arena haviam percebido que o bipartidarismo deveria acabar. A estratégia do deputado do MDB foi tentar demonstrar que esse era um ponto sobre o qual havia uma tendência ao consenso, para então poder caracterizar quem se opunha à idéia como uma minoria extremista. A razão para sua oposição ao bipartidarismo não era apenas pelo fato deste ser uma criação artificial do regime militar. A existência de sublegendas na Arena permitia que facções rivais, como ficará evidente mais a frente, convivessem artificialmente em um mesmo partido, o que gerava conflitos, mas também dificultava a organização da oposição. A oposição em um sistema multipartidário poderia explorar essas dissidências e fazer alianças, fortalecendo-se e enfraquecendo os partidos de apoio ao regime. Além do que, a liberdade de associação e a criação de partidos seriam mais alguns passos na direção de um regime menos autoritário. Obviamente essa é a avaliação que Hildérico Oliveira fez em 1974, quando o MDB estava enfraquecido, veremos no capítulo IV, que o MDB e Hildérico Oliveira, assumem posição diferente quando o contexto se modifica, em 1978.

---

<sup>156</sup> DAHL, Robert. Poliarquia: Participação e oposição, p.28.

<sup>157</sup> Plínio Salgado foi um dos criadores da Ação Integralista Brasileira, na década de 30, um partido político de inspiração fascista. Em 1964 foi um dos oradores da Marcha da Família com Deus pela Liberdade em 1964. Apoiou o golpe militar e integrou a Arena, partido pelo qual obteve mais dois mandatos para deputado federal em 1966 e 1970. Consultado pela ultima vez em 28/06/2010.  
[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/plinio\\_salgado](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/plinio_salgado)

<sup>158</sup> Diário oficial publicado em 7/12/1974, p.80.

## 1.2- A Arena baiana envergonhada

Um dos momentos importantes da pesquisa e do exame dos documentos ocorreu quando percebemos que alguns deputados da Arena se sentiam profundamente ofendidos ao se sugerir que eles não eram democratas. Esse debate se mostrou relevante tanto porque ele demonstra não apenas uma disputa simbólica pela idéia de democracia quanto indica alguns dos argumentos utilizados pelos civis que apoiavam a ditadura militar. Argumentos que surgiam, inclusive na Assembléia Legislativa baiana em meio as críticas e questionamentos da oposição, era, portanto uma reação, não apenas as críticas do MDB, mas uma resposta que os civis partidários da ditadura davam à sociedade.

Vamos a alguns exemplos. Stoessel Dourado pediu a palavra após um discurso de Hildérico Oliveira em que esse narra e descreve a história das constituições brasileiras, comentando as constituições de outros países e, após uma troca de apartes disse:

Senhor Deputado Hildérico Oliveira quero aproveitar a oportunidade do discurso de V.Exa para fazer uma reafirmação: eu sou visceralmente democrata. Se eu fosse consultado diretamente seria pelo pleito direto, pela escolha direta do povo brasileiro, por uma questão de filosofia política, embora eu veja no processo indireto de escolha um processo válido.<sup>159</sup>

Stoessel Dourado na seqüência caracteriza o regime como sendo de transição e defende o fim de qualquer ato de exceção. Então Hildérico Oliveira pede um aparte e diz: “V.Exa não é visceralmente democrata. V.Exa é superficialmente democrata. Um cidadão que se diz visceralmente democrata e não luta contra o pleito indireto não se pode dizer democrata”<sup>160</sup>. É evidente que ter pleito indireto é completamente diferente de um processo de distribuição de cargos por indicação de um grupo restrito e que assumira o poder pela força, como o alto comando militar. Nos regimes para os quais alguns cargos executivos são indiretos, mas existe o processo democrático, é o partido ou a coligação de partidos vitoriosa nas eleições que indica os nomes para os cargos executivos.

Na realidade a “luta pela democracia”, para utilizar as palavras do deputado, não é fundamentalmente pela questão do pleito ser direto ou indireto, mas sim pela volta dos civis ao poder e pelo fim do autoritarismo e das medidas de exceção que caracterizavam o

---

<sup>159</sup> Diário Oficial da Assembléia Legislativa 25/04/1974, p.89.

<sup>160</sup> Idem.

regime. Embora a questão da eleição direta não seja o que define uma democracia, ela tem um forte apelo popular, como se verifica nos resultados das eleições parlamentares de 1974, quando para o senado o MDB conseguiu 16 de 22 cadeiras em disputa e a abstenção diminuiu. Essa é uma evidência de que quando o clima político não era de repressão quase total (mesmo que essa ainda esteja presente) como fora em 1970, as eleições diretas são mais capazes de mobilizar a população contra o regime. Vale expressar que as restrições do regime às instituições representativas não significam que o Congresso não tivesse nenhum poder, porque se esse espaço fosse de fato totalmente irrelevante, não precisaria ter sido fechado em 1966, 1968 e 1977<sup>161</sup>. O fato de ter sido fechado indica que tal instituição ainda detinha algum poder, mesmo que menor do que o poder que possuía em períodos anteriores, menos autoritários.

Mais a frente Stoessel Dourado reafirma, agora no plural, estendendo o qualificativo para outros membros da Arena, que todos eles eram “visceralmente democratas” e justifica o apoio dado ao regime pelas suas realizações, dizendo:

é que só no campo da luta é que nós poderíamos verificar quem tem razão. Se pudéssemos consultar diretamente o povo, então teríamos a resposta pronta. Nós poderíamos perguntar: que governo conseguiu alfabetizar cerca de 6.000.000 de brasileiros? Que Governo conseguiu concretizar o sonho da Transamazônica? Qual o governo que conseguiu começar a construção da Barragem do Itaipu? Só esse Governo o Governo da Revolução poderia dar ao Brasil o ritmo do progresso em que ele vive hoje.<sup>162</sup>

Na seqüência o deputado se refere ao passado dizendo “Antes da Revolução, Deputado, o que havia era anarquia, e balbúrdia, aquele Governo era condenável, o da Revolução era e é o redentor do povo brasileiro”<sup>163</sup>. O deputado chega a usar uma palavra para qualificar o regime que é fortemente carregada em países com presença da doutrina cristã, “redentor”. Como se sabe, o redentor, nessa tradição, é Jesus Cristo, o salvador. O regime militar em outras palavras estaria salvando o país. Vejamos que embora não considere o regime militar democrático, por ter declarado que desejava “a restauração plena do regime democrático no Brasil”<sup>164</sup> ou quando disse “a meta de todo o povo

<sup>161</sup> Visto em 5/06/2009

[http://www.sbsociologia.com.br/congresso\\_v02/papers/GT5%20Cultura,%20Pol%C3%ADtica,%20Mem%C3%B3ria%20e%20Subjetividade/XIII\\_Congresso\\_Brasileiro\\_de\\_Sociologia.pdf](http://www.sbsociologia.com.br/congresso_v02/papers/GT5%20Cultura,%20Pol%C3%ADtica,%20Mem%C3%B3ria%20e%20Subjetividade/XIII_Congresso_Brasileiro_de_Sociologia.pdf)

<sup>162</sup> Diário Oficial da Assembléia Legislativa 25/04/1974, p.89.

<sup>163</sup> Diário Oficial da Assembléia Legislativa 25/04/1974, p.89.

<sup>164</sup> Diário Oficial publicado em 18/04/1974, p.64.

brasileiro é alcançar a redemocratização total do regime”<sup>165</sup>. Apesar disso ele ainda assim defende o regime, utilizando como justificativa as supostas realizações desenvolvimentistas. Em outra oportunidade utiliza o argumento do “medo vermelho”, não apenas para justificar o regime, mas também para explicar seu ingresso na Arena: “o ser arenista ou ser emedebista, uma questão de opção política realizada nos idos de março de 1964, quando este país, convulsionado e ferido esteve às margens de ser entregue ao comunismo internacional.”<sup>166</sup> Assim o regime teria “salvo” o Brasil tanto da confusão interna, quanto de uma ameaça externa.

O deputado Stoessel Dourado ficou ofendido pelas afirmações de Hildérico Oliveira e pediu para fazer um discurso que iniciou da seguinte forma:

Senhor Presidente, Srs. Deputados, não era minha intenção vir a essa tribuna hoje, não fosse convocado, instigado, ao debate pelo querido companheiro Deputado Hildérico Oliveira. Toda celeuma, Senhor Presidente, Srs., Deputados, resume-se no fato de o Senhor Deputado Hildérico Oliveira não me considerar democrata. O julgamento que um colega pode fazer de outro é uma questão personalística, em que cada um pode fazer o juízo que bem entender. Tenho eu, entretanto, Senhor Presidente e Srs., deputados a convicção plena de que ser democrata é mais, muito mais, do que uma opção política, mas é, sobretudo ter dentro de si, arraigado em sua consciência, o ideal puro e sadio da Democracia.<sup>167</sup>

Cabe dizer que o próprio deputado fez questão de destacar a frequência com que afirmava ser democrata “porque sendo, como sou, e o tendo repetido diversas vezes nesta Casa, visceralmente democrata”<sup>168</sup> Ele não é uma exceção, vale lembrar o já citado debate entre Raulino Queiroz e Hildérico Oliveira, durante o qual o deputado da Arena, também se ofenderá, chegando a não aceitar o aparte, o que é quebra do decoro parlamentar. Surge então a pergunta: por que esses deputados da Arena se sentiam tão ofendidos com a alusão de que não eram democratas, a ponto de pedir espaço para discursar sobre esse assunto e até a quebrar o decoro parlamentar negando a palavra a um colega?

Essa pergunta, que surgiu logo no início da pesquisa, pôde ser respondida com a ajuda de Schumpeter e do conteúdo de discursos como os de Stoessel Dourado, nos quais ele termina dizendo que ser democrata é muito mais do que uma opção política é o “ideal puro e sadio da democracia arraigado na consciência”. Esse tipo de fala, que associa o bem comum à democracia, é uma consequência da Filosofia da democracia do século XVIII,

<sup>165</sup> Diário oficial publicado em 7/12/1974, p.80.

<sup>166</sup> Diário oficial publicado em 11/06/1974, p.61.

<sup>167</sup> Diário oficial publicado em 11/06/1974, p.61.

<sup>168</sup> Diário oficial publicado em 7/12/1974, p.80.



chamada por Schumpeter de a doutrina clássica da democracia, que pode ser expressa da seguinte maneira:

o método democrático é o arranjo institucional para se chegar a certas decisões políticas que realizam o bem comum, cabendo ao próprio povo decidir, através da eleição de indivíduos que se reúnem para cumprir-lhe a vontade.<sup>169</sup>

Os valores democráticos foram amplamente aceites e essa noção, do regime democrático, como aquele que realiza o bem comum, se solidificou. Ela foi até transposta:

assim para categoria de religião, a doutrina, e conseqüentemente, o credo democrático nela baseado, modifica-se radicalmente. Não há mais necessidade de escrúpulos lógicos sobre o bem comum e os valores supremos. Tudo isso está resolvido para nós pelo plano do Criador, cujo objetivo a tudo define e sanciona. Tudo aquilo que parecia indefinido e sem motivo, torna-se subitamente bem definido e convincente. A voz do povo é a voz de Deus.<sup>170</sup>

Para esse autor, essa transposição ajuda a explicar a conservação dessa doutrina clássica da democracia. Assim sendo, quando um membro do MDB diz, ou sugere, que um membro da Arena não é democrático, ele se ofende, não porque ele simplesmente considera o regime democrático uma opção melhor dentre outros sistemas políticos, mas porque não ser democrata significaria também não defender o bem comum, significaria não ter interiorizado os valores democráticos. Por isso, se trata de muito mais que uma mera opção política, ou, como expressamos uma mera avaliação comparativa. O fato de Schumpeter ter argumentado que:

Não há, para começar, um bem comum inequivocamente determinado que o povo aceite ou que possa fazer aceitar pela força de argumentação racional. Não se deve a isso primariamente ao fato de que as pessoas podem desejar outras coisas que não o bem comum, mas pela razão muito mais fundamental de que, para diferentes indivíduos e grupos, o bem comum provavelmente significará coisas muito diversas.<sup>171</sup>

Não é especialmente relevante, já que, como Schumpeter e outros perceberam, essa discussão acerca do “bem comum” dificilmente saiu dos círculos acadêmicos. A universalização da democracia enquanto um valor e não apenas um sistema político, e por isso carregado de significados, foi algo que aconteceu, no século XX. Por isso, faz parte do discurso político, mesmo daqueles que apóiam ditaduras.

---

<sup>169</sup> SCHUMPETER, Joseph, *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, p.305.

<sup>170</sup> *Ibidem*, p.323.

<sup>171</sup> *Ibidem*, p. 306.

Talvez fosse bom localizar Schumpeter e aqueles que têm uma posição similar nesse debate acerca dos modelos de democracia, mesmo que brevemente, já que fazemos uso de sua interpretação minimalista de democracia. Macpherson indica que esse modelo de democracia é apenas o mecanismo de escolher e autorizar governos, sem quaisquer fins morais pré-estabelecidos. É uma competição das elites da sociedade e o papel do povo é produzir um governo. Assim a democracia seria semelhante a um mecanismo de mercado, no qual os votantes são consumidores e os políticos os empresários<sup>172</sup>.

Macpherson observa que esse modelo se coloca como realista e facilmente confunde explicação teórica com justificação das democracias ocidentais. Os autores que defendem esse modelo acabam, por isso, concebendo a democracia como um sistema competitivo, não muito diferente do mercado. Porém um mercado “não é necessariamente democrático”<sup>173</sup>. O autor é ainda mais incisivo ao expressar que em uma sociedade onde dinheiro significa também poder de financiar um partido, organizar um grupo de pressão ou lobby, comprar espaço ou até possuir os meios de comunicação, não se pode dizer que

o processo equilibrador é democrático, numa sociedade, como a nossa, em que há considerável desigualdade de riqueza e chances de adquirir a riqueza. Podemos continuar chamando de soberania do consumidor se assim o quisermos. Mas a soberania de um conjunto de consumidores em condições tão desiguais, evidentemente não pode ser considerada democrática.<sup>174</sup>

Não apenas Schumpeter, mas Bobbio, também assume uma postura, ao menos parcialmente minimalista. Quando ao buscar uma definição mínima da democracia escreve:

para que uma decisão seja tomada por indivíduos (um, poucos muitos, todos) possa ser aceita como decisão coletiva é preciso que seja tomada com base em regras (não importa se escritas ou consuetudinárias) que estabeleçam quais são os indivíduos autorizados a tomar as decisões vinculatórias para que todos os membros do grupo, e a base de quais procedimentos.<sup>175</sup>

Bobbio, no mesmo texto, expressa a importância da regra da maioria e dos direitos de liberdade de opinião, de expressão, de reunião, de associação, como a base da democracia, o que para Macpherson ainda é pouco para a existência de uma democracia mais completa. Contudo, não vamos nos aprofundar no debate entre democracia

<sup>172</sup> MACPHERSON, C.B. A democracia liberal: origens e evolução. Zahar Editora, Rio de Janeiro, 1978, p.82-83.

<sup>173</sup> Ibidem, p.90.

<sup>174</sup> Idem,

<sup>175</sup> BOBBIO, Norberto. O futuro da Democracia. São Paulo. Ed: Paz e Terra. 1986, p.18-19.

procedimentalista e substantiva, nem no debate maior acerca da democracia, não só porque isso exigiria uma investigação maior, como pelo fato de que tal discussão não tem uma relação direta com o nosso objeto de investigação. O uso do conceito procedimentalista da democracia enquanto seleção de lideranças em condições de liberdade de escolha é aqui puramente instrumental. Em outras palavras, é útil para analisar o discurso ideológico dos partidários do regime. Por consequência apenas reafirma o consenso acadêmico que nem os mais básicos pré-requisitos democráticos existiam.

## 2.1- Divergências e dissidência na Arena Baiana

Existem claras evidências acerca da existência de uma dissidência política dentro da Arena baiana, percebida em geral como única por conformar internamente uma reunião de tendências não-carlistas. Foi na Assembléia Legislativa que essa dissidência, que na verdade reúne diversos grupos, ficou mais clara. Não se deve ver a dissidência como uma consequência das divergências ideológicas e isso será tratado em mais profundidade a seguir.

No conjunto de declarações e argumentações feitas em defesa do regime, uma delas se diferencia de todas as demais - a do Deputado estadual José Lourenço, em sessão de 22 de março de 1974, publicada em 20 de abril de 1974, na qual ele disse:

Senhor Presidente, Srs., Deputados ouvi atentamente o discurso do nobre colega Newton Macedo Campos. Falou S.Exa sobre as diversas formas democráticas de governo. Sem dúvida alguma, não considero a forma brasileira democrática. Considero a Inglaterra, o sistema parlamentar como o da Itália, como da Dinamarca, da Holanda, da Suécia, enfim, de diversos países, mas o sistema brasileiro, este não é democrático.<sup>176</sup>

Até esse momento, nenhuma novidade, desde que, no ano anterior, Stoessel Dourado, também da Arena, já tinha dito não entender o regime como sendo democrático. Em outras palavras, ambos reconheciam que o regime era autoritário, mesmo que nenhum dos dois utilizasse a palavra ditadura para descrever o regime. Na seqüência, entretanto, José Lourenço demonstra a diferença de sua argumentação, qual seja:

Na Inglaterra o povo elege os membros do Parlamento e o Parlamento escolhe o Primeiro Ministro em função da maioria do Partido. Pergunta-se: não teríamos nós brasileiros o direito de escolher um sistema que não seja parlamentarista puro, e que não precise ser também presidencialista exato? Perguntaria a V.Exa se o regime

---

<sup>176</sup> Diário oficial publicado em 20/04/1974, p. 96.

adotado no nosso país, vigente há dez anos, tem ou não tem dado resultados palpáveis?<sup>177</sup>

Novamente, justificar o regime pelos resultados de suas políticas, como vimos, não é novidade, porém o deputado se diferencia de seus pares, quando diz, depois, respondendo a uma pergunta de Newton Macedo Campos, que o pressiona a dizer o que defende: “Não defendo para os povos latinos um sistema político totalitário, mas um sistema político democrático autoritário”.<sup>178</sup> Ele reconhece que o regime não é democrático e que assim deve ser em sua opinião, pois para ele os povos latinos são “altamente sentimentalistas” não são disciplinados e frios como os anglo-saxões, únicos que ele vê como “culturalmente preparados para uma democracia”.

Entre os latinos, vale mencionar que ele inclui não apenas os povos da América Latina, mas os da França, Portugal, enfim, todos os outros povos de origem latina. Essa diferenciação entre a irracionalidade da sociedade civil e a racionalidade do regime ou do Estado é comum entre regimes autoritários, pois como aponta O’Donnell esse Estado pretende pôr “a si mesmo como uma racionalidade superior e diferente da sociedade civil”<sup>179</sup>. Ao caracterizar nosso povo, assim como demais povos latinos, como sendo sentimentalistas, fica evidente que é esse traço que justifica, para esse deputado da Arena, o elemento autoritário do regime, para impor a racionalidade, já que ela não virá espontaneamente da população.

O que seria, analisando a fala do deputado da Arena, um regime democrático autoritário? Para nós fica evidente, devido a sua constante defesa do regime militar, que esse é um exemplo desse tipo de regime. Embora conceitualmente essa definição seja claramente imprecisa, ela tem valor como um argumento ideológico. O regime desse tipo é autoritário na forma de governar, mas conserva algumas instituições típicas de democracias, como o Legislativo (Congresso), com o objetivo de que este fornecesse a base de sustentação institucional do regime ditatorial. Vale apontar que José Lourenço era empresário, nascido em Portugal, foi condecorado com a Ordem do Mérito das Forças Armadas. Sua conexão portuguesa pode levar a imaginar que o salazarismo influencia as visões desse arenista, porém mais importante a nosso ver é sua ligação estreita com os militares. O que talvez ajude a explicar porque enquanto ele claramente defendia o

---

<sup>177</sup> Idem.

<sup>178</sup> Idem.

<sup>179</sup> O’DONNELL, Guilherme, *Tensões no Estado Burocrático-Autoritário e a questão da democracia*. p.3.

autoritarismo do regime, admitindo-o sem problemas, a maioria dos demais membros arenistas ou rejeitavam que o regime era autoritário, ou admitiam apontando que essa era uma falha que o regime precisava com o tempo corrigir. Nesse sentido a posição adotada por José Lourenço é singular entre os arenistas, mesmo que uma ou outra liderança arenista tenha no momento do seu pronunciamento concordado com suas colocações.

José Lourenço aponta para a participação popular: “Não foi V.Exa eleito pelo povo? Não fomos todos nós que aqui estamos eleitos pelo povo? Como o povo não participa?”<sup>180</sup> não para tentar argumentar que o regime é democrático, mas para argumentar que há participação popular e para um povo, na visão dele, “não disciplinado”, “sentimentalista”, essa participação, ou inclusividade no processo das eleições, mesmo que restrita, já seria suficiente.

Na seqüência, o líder da Arena no legislativo baiano, Orlando Spínola, elogia seu colega dizendo que lhe envia “um abraço de parabéns. V.Exa. destruiu, usando linguagem alta, elevada, consciente, transmitindo seus conhecimentos de política de nosso país e de política internacional”<sup>181</sup> No mínimo é curioso lembrar que o mesmo líder da Arena, utilizou da argumentação dos votos, quando o MDB criticava a “inexistência do povo”, quando se referia à escolha do Governador e concordou com seu colega de partido, sendo que esse, mesmo utilizando o mesmo argumento da inclusividade, admitiu claramente que o regime não era democrático, ponto no qual o líder da Arena não foi explícito, em momento algum.

O'Donnell aponta que “a própria menção a este termo (mesmo que seja adjetivado como ‘democracia autoritária’) é o sintoma de tensões fundamentais no interior desse sistema de dominação e com os setores sociais que exclui.”<sup>182</sup> O autor se refere a estados burocráticos autoritários como o brasileiro e é interessante perceber que ele analisa a mesma adjetivação utilizada por Lourenço. Logo, para ele, o uso discursivo da palavra “democracia” não se dá apenas pela ligação com valores, pela solidificação do credo democrático, por uma tentativa de aproximação com valores considerados “sadios” ou “ideais”, como já foi exposto. O uso do termo se dá também devido ao “problema

---

<sup>180</sup> Diário oficial publicado em 20/04/1974, p. 96.

<sup>181</sup> Idem.

<sup>182</sup> O'DONNELL, Guillermo, Tensões no Estado Burocrático-Autoritário e a questão da democracia. p.1.

fundamental de um estado sem mediações e, portanto, de uma dominação que aparece nua como tal.”<sup>183</sup>

Devido às dificuldades de um estado sem mediações, o recurso ao termo democracia é, para O’Donnell, uma estratégia ante o terror do silêncio da sociedade civil, já que uma dominação exercida sem mediações sofre com a possibilidade justamente do desgaste, da multiplicação dos adversários. Isso explica as tentativas de mediação e as reivindicações democráticas, mesmo por aqueles que admitem a necessidade do autoritarismo, caso de José Lourenço. A pressão para reivindicar a democracia existe tanto pela universalidade dos valores democráticos, transformando a defesa deles em lugar comum do fazer política, quanto a razões do contexto. Pois um regime autoritário que exclui a sociedade civil da participação, mesmo que não inteiramente, busca através da reivindicação da democracia minimizar o problema da falta de mediações. É uma esperança que a defesa da volta da democracia, mesmo que para o futuro e em um processo lento, minimize a rejeição ao regime, mas ao mesmo tempo há o temor, de que uma verdadeira democracia poderia ocasionar a perda de controle por parte dos militares.

Por isso democratizar pode “abrir a Caixa de Pandora de uma reativação política popular”<sup>184</sup> através das quais poderia se chegar a uma nova crise como aquela que antecedeu a implantação do Estado Burocrático autoritário. E isso é considerado pior que a continuidade de uma dominação sem mediações nem legitimação apesar de suas tensões e fragilidades<sup>185</sup>. Por essa razão a aspiração de reconstruir “pelo menos alguns dos mecanismos de cidadania e da democracia é ao mesmo tempo a esperança e o terror desse sistema de dominação”<sup>186</sup>.

Esperança que esse uso minimize as fragilidades e os problemas da falta de mediações e legitimação, terror que esse processo venha a ativar uma oposição que acabe por frustrar os objetivos daqueles que controlam o estado autoritário burocrático. E foi por isso que primeiro houve a liberalização, de forma lenta e não se permitir uma verdadeira democratização que implicaria em eleições livres que decidiriam o controle do governo. A distensão foi uma decisão estratégica de um setor militar com o intuito de, através da “liberalização” ter condições políticas de, entre outros objetivos, poder prolongar a

---

<sup>183</sup> Ibidem, p.27.

<sup>184</sup> Ibidem, p.28

<sup>185</sup> Ibidem, p.29.

<sup>186</sup> Idem.

vigência do regime militar. A avaliação desse grupo castelista era que o endurecimento iria multiplicar os adversários e fortalecer a oposição.

Relembrando as diferentes posições, Raulino Queiroz defendia que ele era democrata e que o regime também era. Já Stoessel Dourado, afirmava que o regime não era democrático, mas ele era e apesar de defender a necessidade do regime, acreditava expressar os valores democráticos ao defender a redemocratização do regime e o projeto castelista, de distensão lenta e gradual. José Lourenço defendia que o regime não era democrático, pelo menos não era democrático como os Estados Unidos ou Inglaterra e que o regime deveria sim ter elementos autoritários, ser um sistema misto, que nomeou, inclusive de “democrático autoritário”.

Cabe comentar aqui que existe uma tentação grande de ver, nessas divergências internas, razões para uma dissidência política. No entanto, não encontramos evidências suficientes que permitam a afirmação da ligação entre tais divergências e as diferentes divisões na Arena. As divisões que existem tem outras causas, como por exemplo, associação a lideranças pessoais de ex-governadores do Estado. Em outras palavras, as divergências apontadas não se desdobram necessariamente nas divisões da Arena. Observamos inclusive que membros de um mesmo grupo possuíam enormes divergências e isso não impedia que permanecessem na mesma divisão da Arena, o que será evidenciado nos capítulos seguintes.

## **2.2- A “Dissidência” Arenista.**

As evidências da “dissidência arenista” são várias, desde referências explícitas do grupo carlista à sua existência, a declarações explícitas dos próprios membros da dissidência, além de referências a essas divisões na Arena feitas por membros do MDB. O traço principal, de divisão no período estudado, como vai começar a ficar mais evidente diante do debate entre os deputados estaduais da Arena Jairo Azzi e Stoessel Dourado, é o elemento anti-carlista da dissidência. O personalismo que não é um traço exclusivo da política baiana, como se pode ver pelo malufismo, tem, no entanto, raízes profundas na Bahia. Veremos a seguir que não há uma dissidência arenista baiana, mas sim diferentes grupos arenistas baianos, organizados a partir da ligação para com um determinado político que acumulou poder.

A origem da dissidência é apontada por Jairo Azzi, na mesma sessão do debate já citado entre Hildérico Oliveira do MDB e Stoessel Dourado, afirmando que: “Quem começou a desconexão foi o deputado Stoessel Dourado que elogia o Governo Federal e critica o Governo Estadual”<sup>187</sup> ao que este respondeu:

Creio que o deputado Jairo Azzi foi traído pela própria consciência. Falávamos sobre democracia e ele se sentiu cassado, traído, porque na Bahia, em verdade, assumiu um Governo, neste período, um homem que não tem condições nem de falar sobre democracia, pois é um homem que impôs a sua liderança pela prepotência, pela perseguição. Então o deputado Jairo Azzi diante de um quadro como esse trouxe à baila – traído, repito pela própria consciência – um exemplo de antidemocracia, o Governador Antonio Carlos Magalhães, e deu início à desconexão do assunto.<sup>188</sup>

Percebemos claramente as duras críticas de Stoessel Dourado, um dos principais membros da dissidência arenista, ao governo do Estado e a ACM, que era governador ainda em 1974. Suas críticas aparecem em diversos momentos, como podemos observar nessa fala:

Pelo que sei toma empréstimos a organismos internacionais para realizar determinadas obras ao entregar ou transferir esse dinheiro para construção de estradas cobra juros, portanto, não há qualquer mérito na participação do governo na construção dessas estradas, e não vejo porque na hora que a obra fica pronta, o Governo toma para si os méritos do acontecimento. Mas V.Exa não pode estranhar o que se passa nesse Plenário, desde que, quando da inauguração da BR-101, um fato causou surpresa, porque partiu de um deputado que até então era lomantista, o deputado Henrique Brito disse em um discurso memorável que 99 por cento daquela obra devíamos ao Senhor Governador. V.Exa não estranhe nada, portanto, a esse respeito. Todos sabemos que as obras contam com o apoio do consórcio Rodoviário, o Município participa, e no final os louvores são para o Governo Estadual. Mas, Deputado, realmente, nós não devemos nos preocupar com o que o Governo não fez, porque nós iríamos perder longas sessões e talvez até o fim da legislatura, e não conseguiríamos esgotar, o que o Governo não fez.<sup>189</sup>

Esse pronunciamento do deputado da Arena se deu durante um debate acerca de obras no qual outro deputado estadual da Arena, Eliseu Leal, defendeu o mérito do Governo Estadual. Nesse debate Clodoaldo Campos do MDB ataca o governo Estadual, dizendo que havia participação da prefeitura em algumas obras como a estrada de Santana a Ibotirama e Eliseu Leal diz que isso não é verdadeiro. Não vamos julgar as críticas ou as alegações de defesa do governo estadual, pois nosso objetivo não é analisar o desempenho do governo, mas percebemos que elas são fortes e constantes. São indicadores da

---

<sup>187</sup> Diário Oficial publicado em 25/04/1974, p.89.

<sup>188</sup> Idem, p.89.

<sup>189</sup> Diário Oficial publicado em 5/04/1974, p.47.



dissidência, inclusive porque Stoessel Dourado teve uma posição análoga à do deputado do MDB, apoiando seu ataque a ACM.

O papel do Deputado Stoessel Dourado em revelar que havia uma “Arena dissidente”, caracterizada pela sua oposição ao governo do Estado e de forma mais específica a Antonio Carlos Magalhães, vai ficar ainda mais claro nesse trecho. O deputado da Arena pede aparte ao deputado do MDB Antonio José, quando esse criticava o governo devido à contração de dívidas com IAPSEB (Instituto de assistência e previdência dos serviços da Bahia):

Senhor Deputado, Antonio José. Sabe V.Exa que graças a Deus sou tido e havido, reconhecido e proclamado como um deputado da oposição nesta Casa, sou por isso insuspeito para tecer considerações em torno de qualquer setor da administração. No caso particular do IAPSEB devo dizer a V.Exa o seguinte: o que existe, em verdade, é que não há apoio por parte do Governo do Estado a esta Instituição.<sup>190</sup>

Depois de expressar que a Instituições tem dívidas e seu presidente busca quitá-las, aponta que o governo do Estado não paga suas dívidas para com a instituição. Mais a frente, no mesmo debate, Stoessel Dourado, imprime a sua própria classificação, para a dissidência:

Nobre Deputado quero prestar este depoimento porque considero o seguinte: acho que nós, Deputados da oposição da Arena independente e V.Exa um dos eminentes próceres do MDB não devemos nos dislumbrar (sic) com aquilo que não foi feito.<sup>191</sup>

O debate na Assembléia também toca na questão da falta de liberdade de imprensa. A discussão é entre Stoessel Dourado e Raulino Queiroz, cujas divergências já foram apontadas. Esse debate entre eles indica não só que Raulino Queiroz era carlista, como revela outro importante membro da “Arena dissidente”, Stoessel Dourado diz: “Nós podemos provar, inclusive, que há uma pressão contra o “jornal da Bahia”, que tem um único pecado, que é divulgar a verdade e representar a imprensa livre da Bahia ”<sup>192</sup> O debate perpassa outros aspectos além da questão da liberdade de imprensa, mas irei centralizar nesse ponto do debate. Depois de autorizado pelo líder da maioria, Raulino Queiroz responde as críticas de Stoessel Dourado sobre a perseguição ao Jornal da Bahia:

Nobre Deputado Stoessel Dourado, você citou e já é uma repetição do nobre deputado Jutahy Magalhães, o problema da perseguição à imprensa. V. Exa não pode negar que

---

<sup>190</sup> Diário Oficial publicado em 17/05/1974, p.61.

<sup>191</sup> Idem.

<sup>192</sup> Diário Oficial publicado em 08/01/1974, p.30.

o “Jornal da Bahia” faz uma oposição sistemática ao Governador do Estado, desde quando o Sr. Antonio Carlos Magalhães era prefeito.<sup>193</sup>

Ao que Stoessel Dourado disse “Faz isso em legítima defesa” na resposta a essa fala, Raulino Queiroz fornece claramente sua posição em relação ao tratamento que o governo deve dar ao jornal, quando diz que o: “o “Jornal da Bahia”, se comportando assim, não merece outro tratamento senão o que está sendo alvo: falta de condições para realizar a publicidade do Governo que é visto por ele como incapaz “<sup>194</sup>. Invés de dizer que o Governo não faz perseguição ao jornal, o deputado alega que o tratamento severo, o boicote, é justificável, devido ao tratamento do jornal para com ACM.

Jutahy Magalhães que foi citado por Raulino Queiroz (pois ele e Stoessel estariam repetindo críticas à liberdade de imprensa) é outro, talvez o mais importante membro da dissidência arenista na Assembléia Legislativa baiana. Em um debate sobre o funcionalismo público, Jutahy Magalhães faz duras críticas ao Governo do Estado, como Stoessel Dourado também vinha fazendo, quando diz:

o Governo não foi tão sensível tão atencioso com a Magistratura de nosso Estado. Não vamos aqui nos lembrar aqui a sua afirmação de que a Justiça da Bahia andava a dez quilômetros de velocidade enquanto o executivo andava a cem. Não vamos nos lembrar que o Governador dizia possuir ‘dossiês’ de Desembargadores para utilizar se estes tentassem falar alguma coisa contra aquela declaração do Governo.<sup>195</sup>

Jutahy Magalhães segue com exemplos de autoritarismo e desconsideração com o funcionalismo público, até que o líder da maioria, Orlando Spínola, pede um aparte e diz: “Se o Governo faz, V.Exa declara que já foi tarde. Se não faz, V.Exa. o acusa da mesma forma. Todos de bom senso estão vendo que não há outro propósito senão o de atacar.”<sup>196</sup>

Em sessão de 18 de maio de 1974, Jutahy Magalhães, da Arena, se junta a Hildérico Oliveira, do MDB, na crítica à atuação “ineficaz” do Governo, durante o mês de abril, quando fortes chuvas levaram a desabamentos na cidade. Acontecimentos como esse, lamentavelmente, ainda fazem parte da realidade soteropolitana atual. Jutahy pede um aparte a Hildérico Oliveira, que discorria sobre esses acontecimentos ligados às chuvas e diz:

---

<sup>193</sup> Idem.

<sup>194</sup> Idem.

<sup>195</sup> Diário Oficial publicado em 7/01/1975, p.45. Em sessão ordinária da convocação extraordinária da Assembléia Legislativa da Bahia, em 19 de dezembro de 1974.

<sup>196</sup> Idem.

Senhor Deputado Hildérico Oliveira, inegavelmente, não se pode prever todas as conseqüências das chuvas. Agora o que não podemos aceitar é que fiquem os flagelados na Bahia, como ficaram aqueles de 1971. Dois anos depois, em 1973, eu assumi a tribuna para pedir providências em favor desses flagelados. E, agora, o que estamos vendo? São os flagelados que ficam aí abandonados à sua própria sorte. Não sabemos quando serão atendidos. É lógico que não podemos prever todos os acidentes, mas é necessário dar-se atenção aqueles que sofrem por causa das chuvas.<sup>197</sup>

A relação amigável, de elogios mútuos, entre o deputado do MDB Hildérico Oliveira e Jutahy Magalhães, não somente nesse episódio, mas em outros, levou à hipótese de que o MDB autêntico e a “Arena dissidente” podem ter realizado uma aliança política, possibilidade que será revisitada, em outro capítulo.

O deputado da Arena Jutahy Magalhães relaciona suas críticas a uma coletividade, como vemos nesse pronunciamento “Sr. Presidente, venho a essa tribuna para dizer que não é problema de ser fácil ou não, nós aqui fazemos críticas à ação administrativa do atual Governo”<sup>198</sup> e mais a frente acrescenta: “quando notamos que as críticas que aqui fazemos são confirmadas pelos fatos. Rebatidas com palavras, mas confirmadas pelos fatos”<sup>199</sup> O relevante é perceber que ele não está se referindo apenas a si mesmo, mas a um ente coletivo “nós”, o que indica um grupo, que compartilha das mesmas críticas endereçadas especificamente ao Governador do Estado Antonio Carlos Magalhães.

Mais a frente Orlando Spínola, líder da maioria, vai deixar isso explícito. Era a mesma sessão quando se debatia a questão de empréstimos do Estado, Jutahy Magalhães afirma “nós da Comissão de Financias votamos, inclusive, a favor da matéria”<sup>200</sup> ao que Orlando Spínola responde “V.Exa afirma que seu grupo votou”. Essa evidência ainda é fraca, pois Spínola poderia estar apenas se referindo à Comissão, é corroborada, no entanto, por outras indicações do reconhecimento da existência das divisões no partido.

Encontramos diversas evidências de fidelidade a lideranças pessoais, como nessa fala de Newton Macedo Campos, do MDB, quando disse: “Ontem, fomos procurados pelo Sr. Deputado Dílson Nogueira, da Arena, que obedece à liderança de Luiz Viana Filho”<sup>201</sup> Cabe esclarecer que Luiz Viana Filho, que fora governador da Bahia de 1967 a 1971, convidará Roberto Santos para ser Secretário da Educação. Na ocasião da comemoração do centenário de Luiz Viana Filho Roberto Santos expressou que Viana Filho fora uma das

<sup>197</sup> Diário Oficial publicado em 7/12/1974, p.75.

<sup>198</sup> Diário Oficial publicado em 12/09/1974, p.62.

<sup>199</sup> Idem.

<sup>200</sup> Idem.

<sup>201</sup> Diário Oficial publicado em 5/04/1974, p.48. A composição da comissão não está expressa no documento.

mais expressivas personalidades no cenário político baiano por haver conjugado habilidades de homem público e intelectual e que o “período de governo dele foi dos mais produtivos ao longo das últimas décadas”<sup>202</sup>.

Referências à divisão dos grupos arenistas surgem também em debates com o MDB. O debate entre Dílson Nogueira e Newton Macedo Campos é um desses casos. Por exemplo, quando o segundo critica a falta de procedimentos nas reuniões da Assembléia e diz que a Arena não tem mensagem, já que o milagre brasileiro estaria “completamente desmoralizado”<sup>203</sup>. Dílson Nogueira defende a ditadura e então o deputado do MDB, Newton Macedo Campos, discorre sobre as divisões na Arena:

Veja V.Exa que é da Arena e pertence ao grupo do Sr. Luiz Viana Filho, o deputado Stoessel Dourado, é da Arena, e pertence ao grupo Jutahy Magalhães e já vem aí para apartear o nobre deputado Vilobaldo Freitas, que é da Arena, mas pertence ao grupo do Governador Antonio Carlos Magalhães.<sup>204</sup>

O deputado do MDB segue criticando o regime por estar forçando pessoas que estariam em partidos diferentes a dividirem o mesmo partido. O esquema das sublegendas, Arena I, Arena II, é que explica como um mesmo partido acabou agregando diversos grupos rivais.

A aproximação entre a dissidência arenista e o MDB pode ser percebida, sutilmente, em determinadas falas, que indicam respeito, identidade em algumas posições. Em um debate sobre o poder judiciário, depois da fala em que Jutahy Magalhães defende a importância da independência desse poder, Newton Macedo Campos do MDB, pede a palavra e diz:

Sr. Jutahy Magalhães, V.Exa tem razão. Há um ano, nós, do MDB, e V.Exa com seu valoroso grupo, defendemos o Tribunal de Justiça, quando S.Exa o Sr. Governador do Estado declarou que a Justiça, na Bahia, andava a 10km por hora, e o Poder Executivo, a 100km por hora. Só quem não tem memória se esqueceu disso. O Sr. Vilobaldo Freitas não fez nenhum protesto. Pelo contrário, aplaudiu as palavras do Senhor Governador do Estado<sup>205</sup>

O deputado do MDB elogia o grupo de Jutahy Magalhães, o chamando-o de “valoroso” e comenta sobre uma situação em que ambos estiveram do mesmo lado de uma questão, contra ACM. Também indica um exemplo de um carlista que apenas elogiou as

<sup>202</sup> <http://www.atarde.com.br/politica/noticia.jsf?id=858171>

<sup>203</sup> Diário Oficial publicado em 7/12/1974, p.78.

<sup>204</sup> Idem.

<sup>205</sup> Diário Oficial publicado em 25/05/1974, p.55.

palavras de ACM, quando eles, um no MDB “autêntico” e o outro em um grupo anti-carlista da Arena, fizeram oposição a essa declaração acerca do Tribunal de Justiça.

Outro exemplo acerca de uma aproximação entre membros do MDB e da Arena, se dá quando Hildérico Oliveira e Jutahy Magalhães são homenageados pelo “Springer Admiral” como melhores parlamentares do ano de 1973, em sessão de 30 de novembro de 1973. Nessa ocasião Hildérico Oliveira declara que para os que conhecem

a capacidade, a firmeza de argumentação de réplica ou de tréplica do Deputado Jutahy Magalhães, não se poderia esperar outro resultado, vez que, em verdade, no campo econômico, o Deputado Jutahy Magalhães este ano, foi soberbo.<sup>206</sup>

Conhecendo um pouco do deputado do MDB e o tom ácido e irônico com que costumava lidar com seus adversários, inclusive em circunstâncias comemorativas, acreditamos que esses elogios são indicativos de uma proximidade maior, da possibilidade de uma aliança mesmo que circunstancial, não sendo apenas mero decoro parlamentar. Algo impensável para com a Arena carlista, sobre a qual Hildérico Oliveira não proferia as mesmas palavras elogiosas.

Clodoaldo Campos, líder da minoria, ou seja, do MDB, também reforça a hipótese de uma possível aliança do seu partido com essa dissidência da Arena baiana ao dizer, por exemplo: “Obrigado pelo esclarecimento de V.Exa. Felizmente, Sr. Presidente, há uma facção da Arena que se salva e que não encampa esse pensamento”<sup>207</sup>. Isso, após Jutahy Magalhães expressar que Orlando Spínola não falava por seu grupo em um debate acerca dos nomes para o Governo do Estado, quando a Arena estava indicando três nomes possíveis para governar o Estado a partir de 1975: Clériston Andrade, Luis Sande e Roberto Santos.

Embora a hipótese de uma aliança entre MDB e uma divisão da Arena tenha surgido em alguns momentos, como apontamos, o processo que levou Roberto Santos ao governo do Estado, que foi o resultado da aliança de três facções arenistas como veremos em mais detalhes posteriormente, foi criticado pelo MDB. Clodoaldo Campos, por exemplo, critica o fato de se excluir “sistematicamente e obstinadamente os nomes de componentes da classe política”<sup>208</sup>. Deixando a impressão de que se houve aproximação durante o governo Roberto Santos com um determinado grupo da Arena, ela não foi

---

<sup>206</sup> Diário Oficial publicado em 15/01/1974, ver pagina.

<sup>207</sup> Diário Oficial publicado em 15/06/1974, p.24.

<sup>208</sup> Idem.

imediatamente. Pois nesse debate acerca dos nomes da Arena para o governo do Estado o líder do MDB na Assembléia Legislativa Baiana, disse o seguinte “Roberto Santos conseguiu uma grande oposição no cenário universitário da Bahia, e isto é muito bom, para a Oposição”<sup>209</sup>. Logo a falta de unidade na Arena e a indicação de Roberto Santos ao governo do Estado pelas tendências não-carlistas, não foi recebida, ao menos inicialmente, com adesão de parte dos membros da oposição. Contudo, veremos nos capítulos seguintes que uma relação cordial, de respeito, iria se estabelecer entre membros do MDB autêntico e da Arena robertista.

A frágil unidade da Arena é diretamente abordada no plenário quando, durante um debate sobre os acontecimentos das eleições parlamentares de 1974, Orlando Spínola pede um aparte da Stoessel Dourado e este, antes de concedê-lo diz:

Vou conceder a V.Exa o aparte, mas quero me antecipar a V.Exa, que V.Exa não precisa dar explicações à Casa, porque V.Exa fez ouvidos de mercador, quando solicitei a palavra para falar em nome do meu partido que dentro em breve, ficará unido. Hoje o meu partido se encontra esfacelado a ponto de o líder do Governo não desejar que um seu colega fale em nome da Arena, mas dentro em breve, assim espero, o nosso partido voltará a ser unido graças a liderança do Governador eleito o Sr. Roberto Santos. V.Exa agora quer explicar à Bahia e a esta Casa porque não permitiu que o seu colega falasse no horário do nosso partido.<sup>210</sup>

Na resposta Orlando Spínola diz que Stoessel Dourado está “inventando”, em seu discurso de despedida. Mas, na verdade, Dourado estava antecipando o discurso que marcaria o governo Roberto Santos, em prol da unidade interna na Arena, já que o novo governador não desconhecia as divisões na Arena, até porque havia sido apoiado por três dos quatro grupos arenistas, como veremos em detalhe no próximo capítulo.

Ainda tratando das eleições de 1974 e dos seus efeitos na “Arena dissidente”, Jutahy Magalhães diz que o Deputado Stoessel Dourado tem razão ao reclamar da perseguição realizada pelo grupo carlista aos membros de outros grupos do mesmo partido, acrescentando que:

Nós sabemos quantos amigos nossos sofreram nessa campanha eleitoral. Nós sabemos quantos companheiros nossos funcionários públicos, foram transferidos para outros distantes [lugares] porque não estavam apoiando os candidatos do Governo. Nós sabemos quantas pressões os Prefeitos sofreram, quantas autoridades foram demitidas, porque os Prefeitos estavam conosco. Sabemos de tudo isso e apesar de tudo isso nos tornamos vitoriosos. E, para Senador nós vencemos, como disse V.Exa, com a liderança do Professor Roberto Santos, nosso futuro Governador, porque ele soube

---

<sup>209</sup> Idem.

<sup>210</sup> Idem.

impor-se ele soube levar a Arena toda a votar [em] Luiz Viana Filho e nossa vitória devemos a ele.<sup>211</sup>

Orlando Spínola pede a palavra e credita a vitória da Arena baiana ao governo de ACM, enquanto Stoessel Dourado e Jutahy Magalhães, dizem que ao contrário, a vitória ocorreu apesar da administração de ACM. Podemos observar a ‘Arena dissidente’ criticando duramente a Arena carlista, acusando-a de perseguição. Os carlistas estariam procurando evitar que membros da “Arena dissidente” fossem eleitos, o que demonstra o grau de tensão e disputa entre os dois grupos. A “Arena dissidente” expressa a vitória de Roberto Santos no processo de indicação e a eleição de Luiz Viana Filho para o senado como uma vitória sua.

Na realidade a “Arena dissidente” é a reunião de três grupos arenistas. O de Luiz Viana Filho, o de Juracy Magalhães, então representado na Assembléia pelo seu filho Jutahy Magalhães e posteriormente o de Lomanto Junior, o que nos foi informado por Roberto Santos<sup>212</sup> em entrevista e confirmado na leitura dos jornais. Para cada grupo o nome de Roberto Santos era aceitável, mesmo que não fosse o nome preferido de nenhum deles. Decorrente a isso, houve a aliança em torno do nome do seu nome para o Governo da Bahia e do de Luiz Viana Filho para o Senado, em oposição à indicação de Clériston Andrade feita por ACM ao Governo do Estado. Este, no final do processo, chegou a declarar apoio a Roberto Santos, mas isso foi mais uma manobra política, para minimizar a derrota que havia sofrido.

Na Arena baiana e em parte, até pela existência das sublegendas, que permitiam a acomodação dessas diferentes tendências, as divergências de posicionamento, na maioria dos casos, não apontam para diferentes facções. As facções se organizam a partir de uma estrutura de poder, aliança com uma liderança que aglutina em torno de si apoio. Por isso vemos o carlismo, vianismo, lomantismo, juracicismo e durante a distensão a formação do robertismo. Tendências nascidas não de projetos políticos, ou visão do papel do Estado, mas de relações de apoio a uma pessoa que construiu um eixo de poder e que em sua maioria antecede o regime militar. O MDB não se organiza da mesma forma e as diferenças de posicionamento têm um impacto mais substancial nas clivagens do partido, o que é examinado nos capítulos seguintes.

---

<sup>211</sup> Diário Oficial publicado em 18/12/1974, p.61.

<sup>212</sup> Entrevista com Roberto Figueira Santos, 19/09/2009, Salvador (BA), p.2

## **Capítulo III**

**As eleições de 1974 e 1976 e sua relação com as  
clivagens partidárias na Bahia.**



### 1.1-Resultados nacionais e as interpretações do significado das eleições parlamentares de 1974.

O MDB saiu vitorioso das eleições parlamentares de 1974. Acerca disso há um relativo consenso, mesmo que Lamounier faça a ressalva, que esta vitória deve ser compreendida no sentido das expectativas frustradas da Arena e do crescimento significativo obtido pelo MDB<sup>213</sup>. O MDB obteve 16 das 22 cadeiras do Senado em disputa, crescendo também na Câmara, pois em 1970 obteve 87 cadeiras e em 1974 conquistou 161, enquanto a Arena desceu de 233 para 203 cadeiras na Câmara dos Deputados<sup>214</sup>. O crescimento do MDB em 1974, especialmente quando comparado ao das eleições de 1970 foi significativo. Se isso significava identificação com o partido, uma oposição a ditadura, ou apenas o comportamento eleitoral típico do brasileiro (quando votando em condições de menor excepcionalidade), há debate.

Lamounier entende que havia identificação forte de segmentos da sociedade com MDB e tal identificação passaria por uma associação deste partido com a população mais pobre, assalariada. Já a Arena teria uma associação com os ricos, os que não queriam renovação<sup>215</sup>. O MDB remeteria também à defesa de eleições diretas e como pudemos observar na Assembléia Legislativa da Bahia, algumas de suas lideranças de fato abraçavam essa causa. Maria D`Alva Gil Kinzo aponta que a descrição “mais acurada do perfil do MDB naquele período é dada por Lamounier, por frisar a forte identificação partidária com o MDB que as pesquisas de opinião haviam constatado”<sup>216</sup>

A autora, no entanto, se também via identificação da população com o MDB, relativiza em parte a interpretação classista exposta por Lamounier. Para ela, o objetivo do MDB era questionar a própria existência do regime militar, invés de “representar ou canalizar interesses de classe.” Aliás, seria justamente esse objetivo mais amplo que teria

<sup>213</sup> LAMOUNIER, Bolívar, O.; AMORIN NETO, J. L. de Matos Dias. *Regime Militar*. Consultado em 10/05/2008 <http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/consnac/orgpol/periodos/regmil/apresent.htm> “Ainda em 1974, realizaram-se eleições para o Congresso, num momento em que ninguém duvidava de mais uma tranqüila vitória do partido do governo, a Arena. O resultado foi o inverso: uma rotunda derrota para o governo. O MDB cresceu de 12% para 30% do Senado, conquistando 16 das 22 cadeiras em disputa e de 28% para 44% na Câmara dos Deputados”.

<sup>214</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*, Petrópolis, Vozes, 1985, p. 189.

<sup>215</sup> LAMOUNIER, Bolívar. *O voto em São Paulo, 1970-1978*. In: *Voto de desconfiança*. São Paulo, Símbolo, 1980, p.39.

<sup>216</sup> KINZO, Maria D`Alva Gil, *O legado oposicionista do MDB o partido do Movimento Democrático Brasileiro*. 142-153p. in: SOARES, Gláucio Ary Dillon e D`ARAUJO, Maria Celina, (Orgs) *21 ANOS de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1994, p.148.

permitido que o partido agregasse forças políticas de tantos diferentes matizes sob a mesma bandeira da luta pelo restabelecimento da democracia. Com isso se percebe a variação e complexidade do debate, pois mesmo entre os estudiosos que vêem identificação da população com MDB existem nuances<sup>217</sup>.

Eliézer Rizzo Oliveira, por sua vez, vê os resultados de 1974 da seguinte maneira: “Podemos dizer com Raymundo Faoro que as eleições de 1974 foram as primeiras a ‘demonstrar o repúdio ao sistema militar, de forma clara e nítida’. Inverteu-se assim o caráter plebiscitário. Antes, afirmação do regime militar: agora, repúdio a esse mesmo regime”.<sup>218</sup> Para esses autores, as eleições parlamentares de 1974 sinalizam bem mais um protesto contra o regime do que identificação com o MDB.

Fernando Henrique Cardoso reforça essa idéia ao defender que o MDB teve “um papel que foi menos o de representar os interesses de grupo ou de classe definidos, e mais de simbolizar um protesto”, claramente contrapondo-se à identificação de classe que haveria entre MDB e parte da população, defendida por Bolívar Lamounier, que autores como Eliézer Oliveira e Cardoso não compartilham<sup>219</sup>.

Há também a interpretação de Wanderley Guilherme dos Santos, menos comum nos autores que trabalhamos, mas nem por isso descartável. Essa interpretação se baseia quase que inteiramente em resultados eleitorais anteriores. Busca traçar um perfil do comportamento eleitoral brasileiro e aponta que a eleição de 1970 e não a de 1974, é que seria atípica. Já a de 1974 seria normal, tendo em vista o comportamento histórico dos brasileiros em eleições. A eleição de 1970 seria anormal por ter se processado

em clima de intimidação generalizada, quando o braço repressivo do sistema estava criando fortes raízes na maquinaria governamental, face a luta que então desenvolvia contra ousados grupos de guerrilheiros urbanos. A política, no sentido mais usual da palavra, havia sido encoberta pela luta intensamente visível entre duas organizações militares. A propaganda oficial, ademais, repetia que o futuro do país estava na dependência do resultado de tal luta, que atingiu seu pico precisamente no período 1969-1972. Uma nova onda de cassações se havia seguido ao fechamento do congresso em 1968, o qual devia ser reaberto em 1970, após as eleições e expurgado de seus membros considerados subversivos.<sup>220</sup>

<sup>217</sup> KINZO, Maria D’Alva Gil, *Oposição e autoritarismo gênese e trajetória do MDB: 1966-1979*, São Paulo, Vértice, Editora Revista dos tribunais, 1988. p.10.

<sup>218</sup> OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de, *De Geisel a Collor: forças armadas, transição e democracia*. Campinas, SP. Papyrus. 1994, p.56.

<sup>219</sup> CARDOSO, FH, in: CARDOSO, F. H. & LAMOUNIER, B., eds. “Os partidos e as eleições no Brasil”. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, *apud*: SANTOS, Wanderley Guilherme dos, *Poder e Política: crônica do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1978, p.57

<sup>220</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme dos, *Poder e Política: crônica do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1978, p.116-117.

A atividade política estava “degradada”, a apatia política disseminou-se, entre as populações urbanas, sobretudo, e sem dúvida em primeiro lugar, entre o eleitorado da oposição, cujo partido chegou a abrigar até propostas de autodissolução.<sup>221</sup> O ano de 1970 teve as maiores taxas de abstenção, votos brancos e nulos da história brasileira. Segundo Wanderley Guilherme dos Santos algumas estimativas não oficiais apontam que esses dados alcançaram um percentual de 50 por cento. Assim as eleições de 1974

apenas em relação aos resultados de 1970 é que os de 1974 podem aparecer como anormais, porém não tão enfaticamente se toma como ponto de referencia as tendências históricas das disputas eleitorais no Brasil, já discutidas, e o quadro político mais geral, à época.<sup>222</sup>

Wanderley Guilherme dos Santos destaca a tendência oposicionista do eleitorado, o equilíbrio e o ponto de desequilíbrio entre voto rural e urbano, o início da distensão e a conseqüente diminuição da censura e das cassações, como alguns dos fatores que ajudam a explicar o resultado das eleições parlamentares de 1974. O autor indica que esses resultados refletem o comportamento mais comum do eleitor, quando não está tão intimidado e o processo político não está tão desacreditado como estava em 1970.

O autor também indica que o governo “tanto quanto os políticos do partido arenista interpretaram mal os resultados das eleições de 1970. Pensaram que finalmente a ‘revolução’ obtivera espetacular apoio popular”<sup>223</sup>. Matérias como “Líderes regionais confirmam Vitória da Arena”<sup>224</sup> publicada mais de vinte dias antes das eleições, demonstram o excessivo otimismo que tomava conta da Arena em 1974. Não apenas a Arena se surpreendeu com os resultados, o MDB também, o que revela que mesmo se Wanderley Guilherme dos Santos estiver correto em afirmar que os resultados das eleições de 74 revelam um comportamento comum do eleitor brasileiro, isso não significa que tal resultado fosse esperado. Uma evidência da surpresa do MDB pode ser encontrada na matéria da primeira página do *Jornal da Bahia*, de 19 de novembro:

Está confirmado a realização de novas eleições nos Estados, do Paraná, Rio Grande Do Norte, Pernambuco, e Paraíba, para preenchimento de vagas para deputado, em numero ainda não apurado. Isto porque a soma dos votos conferidos ao MDB excedeu em

---

<sup>221</sup> Ibidem, p.117.

<sup>222</sup> Ibidem, p.116.

<sup>223</sup> Ibidem, p.118.

<sup>224</sup> *Jornal da Bahia*, 24/10/1974, p.4.

muito o quociente partidário, de modo a eleger todos os candidatos inscritos, com sobras para eleger outro ou outros mais<sup>225</sup>

Embora os autores vejam suas interpretações como mutuamente excludentes, nós pensamos que elas apenas o são, se levadas ao extremo. Ou seja, é perfeitamente possível entender essas interpretações como sendo complementares. As eleições de 1974 sinalizaram uma insatisfação popular para com o regime (aquilo que chamamos de “Flor no asfalto” na introdução), mas elas também aconteceram em um clima, que embora ainda fosse de exceção, era menos repressivo do que o existente em 1970. Avaliamos que nem as eleições de 1974 significaram um repúdio total ao regime, nem podem ser explicadas inteiramente apenas por teorias como a da tendência oposicionista do eleitor brasileiro. Elas indicam uma relativa insatisfação, mas seus resultados somente são extraordinários se comparados com os de 1970. O problema de todas essas interpretações é levá-las ao extremo, tornando-as excludentes, e supervalorizando um fator em detrimento do outro.

Embora não duvidemos dos dados das pesquisas de opinião utilizadas como base da identificação com o MDB apontada por Lamounier e Kinzo, esses dados certamente possibilitam interpretações menos taxativas. Por exemplo, que a população urbana de classe média e mais pobre queria ver no MDB um partido que representasse a luta pela redemocratização, bem como os seus interesses de classe, já que a Arena não os iria representar. Porém, a artificialidade de um partido criado pelo regime, assim como a existência dos adesistas, noticiada pela imprensa e evidenciada no capítulo anterior, desencoraja a interpretação de que havia forte identificação com o partido como um todo. Não por acaso, Eliézer Rizzo, Cardoso e outros autores, se distanciaram dela e alguns, como Wanderley Guilherme dos Santos, buscaram demonstrar que tal forte identificação não procedia, com o que tendemos a concordar.

Talvez apontar certa identificação de grupos urbanos com segmentos do MDB como o grupo autêntico, ou, por exemplo, a Ala Jovem do MDB, seja uma interpretação menos extrema, que busca em segmentos da sociedade, identificação com divisões internas do MDB. Essa nos parece ser uma interpretação mais precisa. Certa identificação existia e ela foi de fato se intensificando. Pudemos observar isso ocorrendo na Bahia, porém setores do MDB estiveram ao longo de todo o período do bipartidarismo aliados com a Arena, logo a idéia da identificação com todo o partido não procede e essa distinção precisa ser

---

<sup>225</sup> *Jornal da Bahia*, 19/11/1974, primeira página.

feita. No caso baiano, os adesistas detiveram inclusive poder no diretório regional do MDB durante grande parte do período ditatorial. Nos centros urbanos do Brasil como um todo, setores do MDB se aproximaram de forças advindas da sociedade civil organizada. Entre esses grupos e segmentos da população nós pudemos perceber uma forte identificação com a oposição ao regime militar.

Vale destacar que o debate acerca do significado das eleições de 1974 é complexo e está em aberto. Não compartilhamos a ênfase com que Lamounier indicou uma identificação popular com o MDB, especialmente o caráter classista dessa identificação. Porém entendemos que procede a sua visão acerca do caráter plebiscitário das eleições de 1974.<sup>226</sup> Os trabalhos de Lamounier trazem ainda diversos outros elementos e dados que contribuem para a compreensão das eleições durante a ditadura militar. Por exemplo, a questão da institucionalização do regime militar e sua vocação para durar mesmo que não no domínio do executivo, assim como a questão do “aparecimento de uma oposição vigorosa pela via eleitoral”<sup>227</sup>. Esse aspecto, inclusive, é inspirador para nós já que foi justamente a oposição pela via eleitoral ao regime que inicialmente capturou nossa curiosidade.

## **1.2- Resultados das eleições de 1974 na Bahia e a relação com as clivagens partidárias.**

Luiz Viana Filho, da Arena, venceu a disputa por uma vaga no Senado contra Clemens Sampaio do MDB. O primeiro recebeu 848.943 votos e o candidato do MDB 412.848, portanto menos da metade do que o candidato da Arena conseguiu, na mesma eleição em que o MDB obteve uma vitória expressiva no nível nacional – 16 das 22 cadeiras do Senado. A Arena baiana elegeu 21 deputados federais, enquanto o MDB fez apenas 5. A Arena baiana fez 41 deputados estaduais contra 9 do MDB<sup>228</sup>. Em meio a um contexto nacional de crescimento do MDB, parlamentares arenistas baianos alegam que a

Bahia foi o Estado onde a Arena obteve a maior vitória nas eleições de 15 de novembro último, porquanto fez o senador e 21 deputados federais, contra Minas Gerais que fez

<sup>226</sup> LAMOUNIER, Bolívar. O “Brasil autoritário” revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura. in: *Democratizando o Brasil/ A.Stepan(org.)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. p.111.

<sup>227</sup> *Ibidem*, p.84.

<sup>228</sup> *A Tarde*, 11/12/1974, p.3. O publica os resultados finais da eleição de 74, na matéria “Resultados finais do pleito na Bahia” depois de ter publicado anteriormente diversos resultados parciais devido a problemas na apuração, o que a retardou.

24 deputados, mas perdeu a senatoria. Eleitoralmente ficou em segundo lugar na soma do prestígio partidário.<sup>229</sup>

Obviamente que essas declarações dos parlamentares arenistas visam adquirir capital político e benesses junto a Arena nacional, distinguindo seu sucesso nas eleições diante do fracasso do partido em outros Estados, o que é uma estratégia de buscar acumular mais força política, como a matéria do jornal *A Tarde* bem aponta.

Uma das características das eleições parlamentares na Bahia foi a demora para divulgação dos resultados finais, o que ocorreu apenas em 11 de dezembro, quase um mês após a votação. No dia 20 de novembro, o jornal *A Tarde* divulga que “ Marchando morosamente em seu quarto dia, a apuração do pleito do último dia 15 ainda não tem prazo determinado para o encerramento dos trabalhos”<sup>230</sup>. Uma das explicações para a lentidão é fornecida pela IBM: “Por seu turno, a IBM está reclamando que o tribunal está remetendo parcelas de 50 mapas de 4 em 4 horas, quando dispõe de material para computar 1000 mapas por dia. Com isso, a marcha do pleito continua lenta.”<sup>231</sup>. Essa lentidão levou à publicação de diversos boletins parciais.

A alta abstenção foi uma característica das eleições na Bahia e uma particularidade excepcional, já que no Brasil, a taxa de abstenção caiu. O *Tribuna da Bahia* de 16 de novembro de 1974 tratou exatamente dessa questão. Primeiro aborda a abstenção, escrevendo que:

Não se tem até agora uma previsão segura do índice de abstenção nas eleições de ontem na Bahia, mas setores políticos e da justiça eleitoral consideram confirmados os prognósticos pessimistas de uma média que, sem a menor dúvida, irá superar largamente as verificadas em pleitos anteriores. Embora difícil a previsão em nível estadual, setores ligados ao Tribunal Regional Eleitoral arriscavam-se a respeito da abstenção na capital. Essas fontes calculam que dos 425 mil eleitores inscritos, hajam comparecido às urnas apenas 240 a 270 mil, registrando-se uma abstenção que pode variar entre 37 a 44 por cento.<sup>232</sup>

A matéria cita como causas do fato, o esvaziamento do conteúdo programático do debate político-eleitoral e, no interior do Estado, a não realização de pleito para escolha de prefeitos e vereadores, o que viria a ocorrer apenas em 1976, quando foram realizadas eleições municipais. A matéria descarta esses fatores como os principais, pois eles existiram em todo país, chamando a atenção para a especificidade da situação na Bahia:

<sup>229</sup> *A Tarde*, 10/12/1974, primeira página.

<sup>230</sup> *A Tarde*, 20/11/1974, p.3.

<sup>231</sup> *A Tarde*, 21/11/1974, p.3.

<sup>232</sup> *Tribuna da Bahia*, 16/11/1974, p.2

o reduzido índice de abstenção em São Paulo – 14 por cento, apenas – e em outras capitais de Estados, como Recife, Fortaleza, Porto Alegre, Florianópolis. Nestes Estados, nestas cidades, houve campanha eleitoral e verdadeira disputa, discussão seria dos problemas nacionais. Na Bahia não houve. Os mais expressivos candidatos da oposição foram impedidos de comparecerem aos programas de propaganda no rádio e televisão, um grupo sem mensagem alguma passou a falar pelo MDB e as lutas internas imobilizaram o partido<sup>233</sup>.

Ou seja, teria sido a atuação do MDB adesista baiano, um dos principais fatores que contribuíram para a alta taxa de abstenção na Bahia. Embora o adesismo tenha sido um fenômeno nacional, o episódio baiano de limitação do espaço dos autênticos nos meios de comunicação tem uma especificidade local. Pois se esse tipo de atuação adesista no partido de oposição ocorreu em outro Estado parece ter sido raro ou não deve ter tido grande destaque, já que os jornais baianos não fizeram referência a outros episódios semelhantes no país e seria lógico noticiar o fato, caso esse tipo de episódio não fosse específico da realidade política baiana. É possível que tenha ocorrido em algum outro Estado, mas em nenhum momento encontramos referência a fatos análogos aos acontecimentos da Bahia.

Em suma, como o MDB autêntico era aquele que tinha maior penetração eleitoral, especialmente nas áreas mais urbanas, o fato do candidato ao Senado não ser desse grupo partidário acabou desmotivando a militância da oposição. Como Ary Guimarães e Wanderley Guilherme dos Santos apontam, são as eleições com caráter mais direto e que opõe situação e oposição as que mais motivam e tendem a diminuir a abstenção. Por isso no Senado, onde a disputa foi direta o MDB conseguiu sua vitória mais expressiva nacionalmente.

Clemens Sampaio era do grupo adesista, que não era encarado como oposição. Logo, na Bahia, essa possibilidade de ver claramente o confronto situação x oposição não se operou na votação para o cargo mais relevante em disputa na eleição de 74. A abstenção também foi tema na capa do *Jornal da Bahia*, que após comentar a vitória de Luiz Viana para o Senado, escreve sobre a abstenção que “o comportamento do eleitorado de Salvador nas primeiras urnas abertas indica que as eleições de 74 vão registrar um dos mais altos índices de abstenção dos últimos anos”.<sup>234</sup>

A campanha de Clemens Sampaio do MDB ao Senado foi marcada por acusações. Sejam as do MDB autêntico, de que ele teria impedido seus membros de utilizar os meios

---

<sup>233</sup> Idem.

<sup>234</sup> *Jornal da Bahia*, 17/11/1974, primeira página.

de comunicação, sejam as que o próprio Sampaio dirigiu a Luiz Viana Filho. *A Tarde* dedicou, inclusive, dois editoriais para condenar as atitudes de Clemens Sampaio. Em um acusa Clemens Sampaio de levar a campanha para o campo pessoal, diferentemente da atitude da oposição em outros Estados, que debatia questões legítimas<sup>235</sup>. O editorial “A Bahia estarecida”, continua condenando a forma com que o candidato do MDB ao Senado conduziu sua campanha, mencionando o processo por calúnia impetrado pelo ex-governador Luiz Viana Filho<sup>236</sup>. Não foi só o *A Tarde*, mais conservador, que atacou o candidato do MDB adeso ao Senado. O *Jornal da Bahia*, por exemplo, apontou o fato de Clemens Sampaio estar sendo processado: “A procuradoria geral da República na Bahia recebeu, na última segunda-feira, queixa-crime apresentada pelo ex-governador Luiz Viana Filho contra o Sr. Clemens Sampaio”<sup>237</sup>. Em outra coluna, “Clemens vai depor na Polícia Federal”, indica que a causa do processo movido por Luiz Viana Filho foi o “pronunciamento feito pelo emedebista através da TV no último dia 3, quando atacou duramente a honra pessoal do candidato arenista.”<sup>238</sup>.

Até mesmo uma ficha policial do candidato Clemens Sampaio iria ser lida no programa eleitoral pelo deputado da Arena Dílson Nogueira, mas essa leitura foi suspensa, como aponta reportagem do jornal *A Tarde*<sup>239</sup>. Aliás, esse poder de Clemens Sampaio de suspender a desqualificação de sua imagem pública em programa eleitoral, reforça a tese dos editoriais do *Jornal da Bahia*, de que ele estaria sendo apoiado por ACM contra o grupo arenista que lhe fazia oposição. Isso porque o político do MDB não tinha grande expressão e é difícil imaginar que tivesse mais poder junto à justiça eleitoral do que lideranças da Arena baiana. Essa questão da aliança provável entre os Carlistas e MDB adeso será retomada nesse e no próximo capítulo.

Outro aspecto excepcional das eleições na Bahia foi a derrota de Clemens Sampaio do MDB na capital. Há vinte e quatro anos a oposição não era derrotada na capital. Em 18 de novembro Clemens Sampaio admitiu “que pela primeira vez em vinte e quatro anos a oposição perde em Salvador”. Essa “previsão”, já que a apuração não tinha terminado se confirmou com a divulgação dos resultados finais<sup>240</sup>.

<sup>235</sup> *A Tarde*, 12/11/1974, primeira página.

<sup>236</sup> *A Tarde*, 13/11/1974, primeira página.

<sup>237</sup> *Jornal da Bahia*, 06/11/1974, p.2

<sup>238</sup> *Jornal da Bahia*, 07/11/1974, p.2.

<sup>239</sup> *A Tarde*, 09/11/1974, p.3.

<sup>240</sup> *Jornal da Bahia*, 18/11/1974.



Após as eleições ficou clara a preocupação do MDB e da Arena com as eleições municipais de 76. O MDB tinha a expectativa de fazer maioria na Câmara Municipal de Salvador e chegou à conclusão que “os deputados que tiveram grande votação em Salvador devem se candidatar a vereador, porque não perdem o mandato. Se forem eleitos renunciarão abrindo vaga para suplentes”<sup>241</sup>. Percebe-se que além da expectativa, para 76, o MDB baiano já estava montando uma estratégia para não repetir o fracasso de 74. A estratégia consistia em utilizar os nomes que já tinham angariado algum apoio para conquistar maioria na câmara de vereadores, já que a escassez de nomes de peso no MDB e a fraqueza estrutural do partido dificultavam que ele lançasse políticos pouco conhecidos, que nesse contexto dificilmente conseguiriam se eleger.

A Arena e Roberto Santos, especialmente, se mostravam preocupados com as eleições de 76. Roberto Santos chegou a dizer que considerava uma de suas principais tarefas a partir de agora “cuidar das eleições municipais que se realizam daqui a dois anos, para as quais devemos estar atentos desde já”. Embora o então governador credite a vitória da Arena à “união partidária” na mesma matéria, essa união na Arena não existia, ou pelo menos não havia entre carlistas e o grupo que o apoiou. O então governador detectou os riscos de uma derrota na capital e o que isso poderia significar para sua administração, pois embora o MDB tenha saído derrotado na Bahia, nacionalmente o partido cresceu, o que poderia levar à “natural tendência da oposição de pensar em promover seu fortalecimento” inclusive na política baiana<sup>242</sup>.

Como analisamos anteriormente, o contexto pós-eleições foi palco também de disputas pela imputação de responsabilidade pela vitória e derrota da Arena e do MDB, respectivamente. Enquanto ACM reivindicava ser obra sua a vitória da Arena baiana, membros da Arena dissidente apontavam o novo governador Roberto Santos, e o então senador Luiz Viana Filho como os responsáveis pelo sucesso do partido. Já o MDB autêntico acusava a atuação do MDB adesista pela derrota sofrida e responsabilizava dispositivos do regime que favoreciam a situação. Na Assembléia Legislativa o líder da maioria, Orlando Spínola, aproveitou as eleições para defender o regime dizendo “Estas lutas democráticas, sem nenhuma dúvida fortalecem o nosso regime. Elas criam forças novas para a nossa Democracia.”<sup>243</sup>. Com esse pronunciamento, repete o argumento da

---

<sup>241</sup> *A Tarde*, 22/11/1974. p.3.

<sup>242</sup> *Tribuna da Bahia*. 21/11/1974. p.2.

<sup>243</sup> Diário da Assembléia Legislativa da Bahia, publicado em 14/02/1975. Sessão de 2 de fevereiro de 1975.

inclusividade para defender que o regime era democrático, argumento examinado no capítulo anterior.

Ary Guimarães, que estudou as eleições na Bahia nesse período, escreveu que o clima geral era de:

descrédito ao Legislativo, bem como à chamada classe política. Verdade que os efeitos disso se fizeram sentir não só em relação ao MDB, mas também contra a Arena. Refletiram-se no desanimo popular frente as eleições, como também tiraram dos candidatos a postos legislativos muito do antigo entusiasmo com que pretendiam, anteriormente, vitória nas urnas. A apatia do eleitorado frente à eleição foi, em verdade, generalizada.<sup>244</sup>

Outro fator essencial para a derrota do MDB foi que seu diretório central estava “entregue aos chamados ‘adesistas’”<sup>245</sup>. O interessante nesse quadro é que Ary Guimarães não escrevia sobre 1974, como poderíamos imaginar, e sim sobre 1970. No entanto, vemos três características centrais, que permaneceram, quais sejam: a apatia generalizada evidenciada pelas altas taxas de abstenção, o problema dos dispositivos do governo (sublegendas e a fidelidade partidária), e a atuação do grupo adesista. Não estamos afirmando que o quadro configurado em 1974 reproduziu as eleições de 1970 na Bahia. Afinal, história não se repete. O termo “Frente Tardia”, utilizado por Paulo Fábio Dantas Neto para caracterizar a demora com a qual o MDB e forças da sociedade civil na Bahia se integraram a mobilização pelo restabelecimento da democracia é, por isso, especialmente feliz. Pois as eleições de 1974 ainda conservaram várias características importantes presentes em 1970, as quais explicam, em grande medida, a vitória da Arena e a razão pela qual essa frente tardou a se formar e atuar de forma mais incisiva na Bahia.

Francisco Pinto, conhecido como Chico Pinto, foi uma liderança do MDB autêntico baiano, durante o período de distensão. Admirado por seus aliados, era “conhecido por suas posições progressistas, por sua coragem”<sup>246</sup>. Chico Pinto foi processado e preso, em 1974, acontecimento que teve larga cobertura da imprensa na época. O que é fundamentalmente de interesse, nesse episódio, que brevemente vamos examinar é que em nenhuma fonte da época está presente qual acusação estava sendo feita contra Chico Pinto. Um caso tão vastamente noticiado, que chegou a ser capa de diversos jornais e,

---

<sup>244</sup> GUIMARÃES, Ary. *As Eleições Baianas de 1970*. Salvador: Centro Editorial da UFBA, 1970. Capítulo I e Capítulo XI, p. 269.

<sup>245</sup> *Ibidem*, p. 282.

<sup>246</sup> Página de Emiliano José, vista pela última vez em 14/06/2009.  
[http://www.emilianojose.com.br/galeriaf/galeria\\_fv.htm](http://www.emilianojose.com.br/galeriaf/galeria_fv.htm)

estranhamente, o motivo do processo nunca é mencionado. Como veremos adiante a razão pela qual Chico Pinto foi preso se relaciona com as palavras proferidas por esse líder da oposição, o que em boa medida explica o silêncio dos meios de comunicação.

O MDB se manifestou prontamente discordando da condenação de Chico Pinto na voz de seu presidente Ulisses Guimarães:

sem desrespeitar, manifesta sua frustração e exerce a prerrogativa democrática de discordar da decisão do egrégio Tribunal Federal, que a um só tempo priva o deputado Francisco Pinto da liberdade nega-lhe a suspensão condicional de pena, embora fosse primário o acusado, suspende-lhe os direitos políticos.<sup>247</sup>

A mesma reportagem indica que o MDB buscava vias legais e políticas para defender o deputado Francisco Pinto contra as acusações, além de publicar a nota oficial do MDB na íntegra, que expressa a mesma intenção. O tom comedido do presidente do partido, ao iniciar assegurando que não queria desrespeitar a decisão da justiça, pode ser creditado à educação e estilo de Ulisses Guimarães. Porém pode-se inferir também que qualquer membro do MDB poderia ser cassado e preso, dependendo do que ele falasse, o que obrigava os políticos do MDB a moderar o tom e as palavras em seus pronunciamentos. A imprensa continuou a veicular notícias acerca desse processo, como a que tratava de seu recurso, no *Jornal da Bahia*, de 19 de outubro de 1974<sup>248</sup>, ou a matéria do *A Tarde*, “Congresso solidário com Francisco Pinto”<sup>249</sup>.

Havia também a questão de quem seria o candidato que substituiria Chico Pinto, como indica a matéria “Leonelli apresenta carta de Pinto que o indica candidato”<sup>250</sup>, no entanto, foi Noide Cerqueira, também de Feira de Santana como Chico Pinto, que foi escolhido para concorrer no lugar dessa liderança do MDB que agora enfrentava um processo. Leonelli ficou como primeiro suplente e para ele houve intervenção dos militares na eleição, em suas palavras: “segundo várias fontes daquela época, por intervenção direta de Golbery do Couto e Silva, que influenciou na apuração eleitoral para que Chico Pinto não fizesse sucessor.”<sup>251</sup> A mesma reportagem que anuncia Noide Cerqueira como candidato, indica que Chico Pinto foi condenado a seis meses de prisão.<sup>252</sup>

---

<sup>247</sup> *Jornal da Bahia*, 12/10/1974, p.4.

<sup>248</sup> *Jornal da Bahia*, 19/10/1974, p. 3.

<sup>249</sup> *A Tarde*, 15/10/1974, p.5.

<sup>250</sup> *Jornal da Bahia*, 01/11/1974, p.3.

<sup>251</sup> Entrevista com Domingos Leonelli, 28/06/2005 e 04/07/2005, Salvador (BA), p.3.

<sup>252</sup> *A Tarde*, 01/11/1974, p. 3.

O que todas as reportagens que lemos sobre o processo de cassação e finalmente a prisão de Chico Pinto têm em comum é que nenhuma delas narra a razão pela qual ele estava sendo processado. Esse fato destaca não apenas a censura, ou medo da censura, mas envolve o acusado em uma situação de não poder se defender publicamente, logo, invés da presunção da inocência, chega-se à presunção de responsabilidade ou culpa. Ao percebermos que não iríamos achar em fontes da época a razão da prisão de Chico Pinto, buscamos em outras fontes e rapidamente encontramos a resposta.

Chico Pinto “neste ano, não pôde se candidatar porque fora condenado e preso em razão da ácida, dura e correta crítica que fizera ao ditador Augusto Pinochet, por ocasião da vinda dele ao Brasil para a posse do também ditador Ernesto Geisel.”<sup>253</sup> Chico Pinto foi processado pelo que falou contra um dos mais violentos ditadores da América Latina. Reparem que não foi por críticas ao regime militar brasileiro, mas a um estrangeiro, porém as semelhanças que unem regimes autoritários (mesmo diferentes, aproximam-se no autoritarismo) não são tão difíceis de serem traçadas. Mais do que isso havia uma questão de política internacional envolvida e as ditaduras latino-americanas de direita tendiam a se apoiar. Mas esse era um fato que não devia ser anunciado, o que talvez explique o silêncio dos jornais.

As desavenças entre o MDB autêntico-adesista e a Arena carlista e não-carlista, ocuparam parte da imprensa antes das eleições de 74. No MDB grassava a disputa pelo horário eleitoral na televisão e rádio, por isso o

MDB baiano não consegue mesmo uma paz duradoura e agora já se esboça nova crise entre as alas dissidentes do partido, desta vez causada pela utilização do horário gratuito na Televisão. O Sr. Clemens Sampaio (adesista) disse ao deputado Antonio José Nascimento (ortodoxo) que ele não falará na TV enquanto o Diretório de Conquista não prestar apoio ao candidato do senado pelo MDB.<sup>254</sup>

Vale expressar que “ortodoxo” era outro nome para o grupo autêntico do MDB, utilizado, por exemplo, por Ary Guimarães, que examinamos anteriormente. O grupo dissidente da Arena acusou ACM de perseguição aos seus candidatos, como evidenciamos no capítulo anterior e esse tema repercutiu também na imprensa local e nacional:

As pressões e os desmandos do governador Antonio Carlos Magalhães contra os candidatos às eleições de 15 de novembro que não pertencem ao seu esquema político já começam a repercutir negativamente na imprensa nacional. O jornal *O Estado de*

---

<sup>253</sup> Página de Emiliano José, visualizada em 14/06/2009.  
<http://www.emilianojose.com.br/galeriaf/galariaf3xliiii.htm>  
 Encontramos confirmação em outras páginas.

<sup>254</sup> *Jornal da Bahia*, 02/10/1974, p.3.

*São Paulo*, por exemplo, publicou quinta-feira passada a seguinte nota ‘Candidatos do MDB da Bahia e da Ala arenista que não seguem orientação do governador Antonio Carlos Magalhães estão denunciando perseguições políticas, transferências de delegados de polícia, de professores e de ocupantes de cargos de chefia no funcionalismo público.’<sup>255</sup>

Na verdade, o tema da utilização do horário gratuito nos meios de comunicação foi recorrente na imprensa e o grupo autêntico chegou a acionar o T. R. E. visando uma solução para os problemas que enfrentava. O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Arivaldo Andrade, levou toda a tarde de ontem “em contacto com o Tribunal Superior Eleitoral, a fim de solucionar o impasse criado na Bahia com o Grupo Autêntico do MDB exigindo direito de falar na televisão”<sup>256</sup>. Essa acusação que pesa sobre o grupo adesista, também foi veiculada pelo *A Tarde*, segundo a qual as razões para a censura foram “imposições e exigências do organizador da programação do Partido, que entre outras coisas força elogios ao candidato do partido ao Senado e não admite determinadas críticas, numa espécie de ‘carta marcada’ de censura”.<sup>257</sup> Entre essas exigências, deviam se encontrar restrições a criticar ACM, pois Clemens Sampaio, do grupo adesista, realizou uma campanha de ataques a Luiz Viana e simultaneamente, manteve silêncio em relação a ACM. A Arena não-carlista, que tinha suas divisões, era muito mais crítica a ACM do que o grupo adesista do MDB.

A derrota do MDB baiano levou o partido a buscar se reorganizar, com o MDB autêntico começando a tentar afastar os adesistas do poder. O elemento que favoreceu inicialmente essa iniciativa foi o fato dos autênticos terem expandido sua maioria interna. O grupo “autêntico do MDB fará maioria na representação do partido para a câmara federal”.<sup>258</sup> O objetivo do MDB autêntico era a dissolução do Diretório Regional, dominado pelos adesistas, o que, aliás, Ary Guimarães já havia apontado. Outro objetivo era a expulsão de adesistas como Clemens Sampaio e Ney Ferreira:

grupo autêntico do MDB, que ganhou mais adeptos após as eleições vai se reunir quarta-feira próxima, nesta capital, para tratar sobre a representação do deputado Tarcísio Vieira de Melo, que pediu à direção nacional da Oposição que intervenha e dissolva o Diretório Regional do MDB na Bahia, face ‘à conduta irregular e antipartidária dos Srs. Clemens Sampaio e Francisco Nei Ferreira’.<sup>259</sup>

<sup>255</sup> *Jornal da Bahia*, 15/10/1974, p.4.

<sup>256</sup> *Jornal da Bahia*, 09/11/1974, p.2.

<sup>257</sup> *A Tarde*, 11/11/1974, p. 3.

<sup>258</sup> *Jornal da Bahia*, 22/11/1974, p.2.

<sup>259</sup> *Jornal da Bahia*, 13/12/1974, p.3.

Depois de comentar sobre a possibilidade de expulsão dos adesistas, a matéria chama atenção para outro ponto de conflito entre os dois grupos do MDB: a oposição ao governo Estadual. Em suma:

A ordem era não fazer oposição de espécie alguma. Mais especificamente ao Governo Estadual. Este era o compromisso de honra. O Sr. Clemens Sampaio já era conhecido em todo o Estado, não como o candidato do MDB, mas sim como o candidato do Governador.<sup>260</sup>

A derrota do MDB baiano consumada, resta analisar as causas do fato, diante de um cenário nacionalmente favorável ao crescimento do MDB. Membros da imprensa e do próprio partido, no período pós-eleição, já esboçavam explicações. Como se pode ver na seguinte matéria do *Tribuna da Bahia*, comentando que a Bahia foi:

o único Estado politicamente importante em que o MDB, até a noite de ontem, perdia as eleições para senado e não surpreendia a Arena com a conquista de numerosas cadeiras na Assembléia Legislativa e Câmara Federal. Considerando o panorama nacional das apurações, o fracasso do MDB da Bahia aparece como uma exceção e suas causas devem ser buscadas na notória incapacidade do próprio partido no âmbito regional. Esfacelado, deixando ao abandono pela direção nacional, dominado por um grupo ao qual o eleitorado se vem mostrando refratário através de eleições sucessivas, o MDB obteve precisamente aquilo que tanto se esforçou: a derrota.<sup>261</sup>

Membros do MDB consideram que outros fatores teriam contribuído para a derrota sofrida. Assim marcaram para o dia 11 de janeiro em Vitória da Conquista, uma reunião daqueles que pretendiam reestruturar o partido na Bahia. A seu ver “a não divulgação de um programa específico foi um dos fatores do fracasso do MDB no Estado” e, segundo essa mesma reportagem, para Clodoaldo Campos, líder do MDB na Assembléia, era importante conscientizar o povo antes dos períodos eleitorais “através de um plano que interiorize o partido e leve a todo o povo informações sobre suas proposições e programas”.<sup>262</sup>

Prevendo os acontecimentos, escreveu Carlos Castelo Branco:

Na Bahia não há problema eleitoral, a não ser o da escala do voto nulo e do voto em branco. O MDB, dividido, foi desestimulado a luta pela condenação do ex-deputado Francisco Pinto e pela escolha, como candidato a senador, de um dos cabeças da ala colaboracionista do Partido.<sup>263</sup>

Em seguida menciona os méritos da escolha da Arena de Luiz Viana Filho e afirma que a Arena venceria:

---

<sup>260</sup> Idem.

<sup>261</sup> *Tribuna da Bahia*, 18/11/1974, p.2.

<sup>262</sup> *A Tarde*, 20/12/1974, p.3.

<sup>263</sup> *A Tarde*, 08/11/1974, p.3

ainda que o MDB tivesse um candidato adequado, não conseguiria enfrentar no Estado a Arena, que tem ali não só a bandeira dos êxitos administrativos da Revolução, mas também a bandeira estadual dos êxitos administrativos dos sucessivos governos locais, entre os quais se destacam precisamente os dois últimos<sup>264</sup>

Ele se referia ao caráter desenvolvimentista dos governos de Luiz Viana Filho e ACM. A existência dessa percepção, especialmente em relação à ACM, foi uma imagem que se criou desde seus tempos de prefeito, quando foi chamado do “Pelé branco das construções”.

Entre os fatores responsáveis pela derrota da oposição a questão da sublegenda merece exame e análise mais detalhados. Nas eleições de 1970, Ary Guimarães, afirma que o mecanismo foi um fator que favoreceu a Arena e expressa que:

Dizia-se que a sublegenda multiplicava a Arena por três, possibilitando a convivência, no mesmo partido, de grupos opostos, e assim tirando ao MDB a possibilidade de, aproveitando esses atritos, organizar-se em vários municípios. Nesse sentido, à queixa emedebista procede, e é importante. Não é, entretanto, razão explicativa dominante para seu insucesso, embora seja das mais fortes.<sup>265</sup>

Havia divisões tanto na Arena quanto no MDB e existiam conflitos entre os diferentes grupos de ambos os partidos. Nesse sentido cabe analisar porque a divisão favorece a Arena, já que uma divisão no MDB era entendida como um dos fatores do insucesso eleitoral em 74. Em outras palavras, como a disputa entre carlistas, juracysistas, lomantistas, vianistas pôde ajudar a Arena e a disputa entre MDB autêntico e adesista prejudicou o MDB? Uma lógica mais simplista, sem examinar as características das clivagens tenderia a indicar que ou as divisões prejudicam ambos os partidos, ou ajudam ambos. Ary Guimarães examina a questão e escreve que na Arena:

trazia ela a perpetuação do clima de desunião entre grupos que representavam, ainda hoje em dia, os antigos partidos políticos, atrasando o objetivo de tornar-se um partido unívoco e minando sua disciplina interna, só em menor número de casos (e é até discutível se) repercutiu desfavoravelmente sobre as eleições municipais. Menos ainda, sobre as estaduais e federais( no caso de um grupo dissidente do partido fazer campanha contra o candidato mais prestigiado em determinado município, que foi muito raro. Quanto ao MDB, entretanto, seus efeitos foram muito mais danosos: partido com quadros reduzidos, não conseguia formar sublegendas a não ser muito raramente, e a partição da Arena muitas vezes o impediu de organizar-se. Por isso, multiplicavam-se as possibilidades de vitória para o partido do governo<sup>266</sup>

Em 74 houve perseguições na Arena, mas é difícil determinar se houve repercussão negativa para a Arena já que os resultados das eleições sugerem que não.

<sup>264</sup> Idem.

<sup>265</sup> GUIMARÃES, Ary. *As Eleições Baianas de 1970*, p.271.

<sup>266</sup> Ibidem, p. 271-272.

Em nossa análise, é possível considerar que as divisões da Arena contribuíram para a vitória desse partido, enquanto as divisões do MDB o prejudicaram devido ao tipo de divisão. Enquanto na Arena as divisões estão mais relacionadas à questão de poder e lealdade a determinada liderança política, como ACM, Juracy Magalhães ou Lomanto Junior, no MDB a divisão se dá por diferença de projeto ou por divergência de conduta. Ou seja, enquanto a disputa na Arena é mais marcada por uma competição de elites entre as quais alianças circunstanciais são possíveis, a disputa no MDB se dava entre grupos completamente antagônicos onde qualquer aliança parecia sempre quase impossível. O MDB autêntico queria expulsar os membros do MDB adesista justamente pelas dificuldades que esses lhe impunham.

A disputa na Arena levou a alianças, que isolaram apenas ACM e como esse era o partido do governo, contava ainda com inúmeras facilidades que o levaram à vitória. Essas facilidades não existiam para o MDB e o apoio de parte dos seus membros a forças que procuravam derrotar o afastava perigosamente do eleitorado que tinha como missão mobilizar. A natureza ideológica das fraturas do MDB transparece na simbologia das denominações.

Na Bahia o caráter colaboracionista dos emedebistas adesistas é freqüente nas notícias da imprensa baiana. Para o *Jornal da Bahia* já “Sabe-se perfeitamente que o mentor ‘intelectual’ do grupo adesista é o senhor Antonio Carlos Magalhães. Ele tinha a consciência que a ida de um **autêntico** à rádio ou televisão implicaria em críticas a sua administração”.<sup>267</sup> O próprio MDB confirma a aliança entre carlistas e adesistas, quando Viera de Melo informa que “diversos candidatos foram alijados dos programas de rádio e televisão e que a ordem era a de não fazer oposição ao Governo do Estado”, reforçando a idéia de que ACM teria parte na infiltração dos adesistas no MDB e que por isso esses deveriam atacar as demais facções da Arena, mas não seu governo. Isso explicaria também a razão pela qual os adesistas trabalharam tão arduamente para evitar que o MDB autêntico atacasse o governo do Estado ainda controlado por ACM durante o período das eleições.

268

A fim de compreender a dinâmica interna na Arena, não apenas no ano das eleições, mas nos anos seguintes, é importante mencionar algumas declarações do novo

<sup>267</sup> *Jornal da Bahia*.13/11/1974, p.2

<sup>268</sup> *Ibidem*, primeira página. Sobre o assunto ver também: *Jornal da Bahia*, 19/11/1974, p. 2 e *Jornal da Bahia*, 29/11/1974, p.3.



governador do Estado, que a primeira vista parecem contraditórias. Primeiro, em reportagem publicada em 25 de outubro, Roberto Santos diz que seu objetivo era uma “Arena unida, em que todos se respeitem mutuamente”<sup>269</sup>. Em 22 de novembro ele afirma que “a principal razão da vitória da Arena foi a convergência de todas as correntes do Partido para o objetivo maior: a vitória de seus candidatos, sobretudo na eleição majoritária”<sup>270</sup>. Essas declarações podem parecer contraditórias, afinal, se sua missão enquanto governador era unir a Arena, como em menos de um mês pôde a Arena ter vencido porque estava unida? Alternativamente essa segunda declaração pode ser creditada a uma estratégia política, de buscar agregar forças minimizando possíveis desavenças.

Podemos expor uma interpretação alternativa a essas duas declarações do governador. No primeiro momento Roberto Santos indica a necessidade de ter por missão unir a Arena, pois ele percebeu, como evidenciamos anteriormente, que a Arena estava dividida. Quando diz que a razão da vitória da Arena foi a sua união, ele se refere ao apoio que teve de Juracy Magalhães e, por consequência, de seu filho Jutahy Magalhães, bem como o apoio de Lomanto Júnior e principalmente de Luis Viana Filho. ACM, que já era uma das lideranças mais relevantes da Arena, não fez parte da aliança que apoiou a indicação de Roberto Santos.

A matéria do jornal *A Tarde*, “Apoio decidido de Lomanto completa coesão da Arena” ilustra bem essa união entre Roberto Santos e os grupos não carlistas. Embora a reportagem indique que essa aliança se deu “em favor da unidade do Partido, agora inteiramente coeso” não vemos como isso pode ter acontecido já que a Arena não-carlista chegou a acusar ACM de perseguir seus candidatos, o que é evidência fortíssima de que essa coesão não foi total.<sup>271</sup>

O editor do *Jornal da Bahia* diz mais ou menos o mesmo indicando que:

A verdade é que as eleições de 15 de novembro conseguiram reunir num mesmo grupo arenista todas as lideranças partidárias, menos o Sr. Antonio Carlos Magalhães. O seu afastamento da campanha política era previsto diante da sua impopularidade. Apenas um fato revolta os próprios arenistas; o Sr. Antonio Carlos Magalhães fez o possível e impossível para derrotar o ex-governador Luis Viana Filho e as demais lideranças arenistas<sup>272</sup>.

<sup>269</sup> *Tribuna da Bahia*, 25/10/1974, p.2.

<sup>270</sup> *A Tarde*, 22/11/1974, primeira página.

<sup>271</sup> *A Tarde*. 05/11/1974, p.3

<sup>272</sup> *Jornal da Bahia*, 12/11/1974, p.2

A despeito da oposição e do viés do jornal em relação a ACM, consideramos que sua análise no essencial foi precisa. O *Jornal da Bahia* retornou ao tema na coluna “Um ‘Olé Eleitoral’”, na qual reafirma que ACM perseguiu os membros da Arena não-carlista, e que essa perseguição foi mal sucedida, pois Jutahy Magalhães, Leur Lomanto e Luiz Viana Neto, filhos dos ex-governadores Juracy Magalhães, Lomanto Junior e Luís Viana Filho, respectivamente, foram eleitos, mesmo sendo adversários políticos de ACM naquele período.<sup>273</sup>

Roberto Santos, sabedor dessas divisões, ao mesmo tempo em que elogiou as alianças e seu papel na vitória da Arena, tinha consciência de que elas não iriam desaparecer e de que ACM disputava com ele e com outras lideranças a hegemonia na Arena baiana. Como havia certa unidade entre as tendências não-carlistas, pois se aliaram mesmo antes da eleição de 74, sendo Lomanto Junior o último a integrar a Arena não-carlista, é compreensível que vissemos a Arena não-carlista, ao menos inicialmente, como um grupo único, o que não era e isso ficará ainda mais evidente na seqüência da narrativa.

## **2.1- As eleições municipais de 1976 no Brasil e na Bahia.**

Depois do crescimento do MDB em 1974 os militares e a Arena estavam determinados a evitar que o fato se repetisse na eleição seguinte. A Lei Falcão, que levava o nome do ministro da justiça Armando Falcão, foi um exemplo dessa intenção<sup>274</sup>. Essa lei levou à redução drástica da propaganda eleitoral na televisão e rádio. O objetivo era diminuir o espaço para que a oposição continuasse suas críticas ao regime, além de esfriar o debate político. Algo que colunistas veiculados pelo *A Tarde*, como Marcos Sá Correia, admitiam sem problemas.<sup>275</sup> A experiência de 1974 demonstrara que, quando houve maior debate, grande parte da população fora em peso às urnas, especialmente nos centros urbanos, para votar no MDB.

Evidência forte do interesse do governo nas eleições foi também o envolvimento do então presidente Geisel, que fez campanha ativa para a Arena. Uma nova derrota, ou uma nova perda de espaço eleitoral, não significaria o fim do regime, mas seria um golpe duro

<sup>273</sup> *Jornal da Bahia*, 24/11/1974, p.2.

<sup>274</sup> Visualizada pela ultima vez em 29/10/2009. Verbetes temático Ernesto Geisel. Segundo subtítulo “As eleições de 1976 e a Lei Falcão”.[http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes\\_htm/2304\\_6.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/2304_6.asp)

<sup>275</sup> *A Tarde*, 03/11/1976, p.5

na administração de Geisel e mais um sinal claro de insatisfação popular com o regime militar. Tivemos o retorno da utilização do AI-5, no caso de dois deputados acusados de pertencer ao PCB.<sup>276</sup>

As eleições apresentaram, nos resultados, vantagem para a Arena, porém uma vantagem pequena, o que acabou demonstrando que as iniciativas do governo e do seu partido de sustentação não foram nacionalmente suficientes para conter a insatisfação que progressivamente ia se acumulando. O MDB manteve e fortaleceu sua presença nos centros urbanos. A vitória da Arena veio em grande medida de áreas mais empobrecidas e por isso mais dependentes do governo, notadamente das regiões Norte e Nordeste. Embora a votação tenha sido equilibrada em outros Estados, a Arena teve um desempenho mais forte nas regiões mais dependentes do governo<sup>277</sup>.

Representantes da Arena, como na época o seu presidente nacional Francelino Pereira, buscaram destacar a vantagem do partido, antes mesmo de declarados os números finais das eleições no nível nacional. Segundo Francelino Pereira, a Arena tinha ganhado também no número total de votos por “diferença substancial” e que o governo saíra fortalecido do pleito.<sup>278</sup> O objetivo, tudo indica, era divulgar a mensagem de que o crescimento do MDB fora freado e de que os planos do regime militar iriam continuar. Essas declarações também eram uma forma de buscar validar o esforço do presidente e do uso dos mecanismos de exceção.

As afirmações de Geisel, logo após as eleições, indicam a leitura favorável que fazia da votação da Arena no interior. Como ele explicava e caracterizava negativamente o crescimento do MDB nos centros urbanos. Geisel em 29 de dezembro de 1976, pela TV, fala sobre as eleições:

O contato entre candidatos e o eleitorado, face a face, em comícios e outros tipos de reuniões cívicas, animou a campanha e constitui um fato auspicioso por permitir autenticidade maior da escolha. O mesmo não ocorreu, por certo, nos grandes centros populosos, fazendo-se sentir aí uma influencia dominante de outros impulsos, menos legítimos por seus fundamentos, na escolha de 4 nomes a sufragar. Estranho é que, em face dessa realidade que salta os olhos, se queira atribuir significação e autenticidade maiores ao voto nas capitais e grandes centros urbanos<sup>279</sup>

<sup>276</sup> Visualizada pela ultima vez em 29/10/2009. Verbetes temático Ernesto Geisel. Segundo subtítulo “As eleições de 1976 e a Lei Falcão”.[http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes\\_htm/2304\\_6.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/2304_6.asp)

<sup>277</sup> OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. *De Geisel a Collor: Forças Armadas Transição e Democracia*. Campinas, SP: Papirus, 1994.(Coleção Estado e Política), p.53.

<sup>278</sup> *A Tarde*, 19/11/1976, p. 6.

<sup>279</sup> GEISEL, 1976, apud OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de, *De Geisel a Collor: forças armadas, transição e democracia*, p.53.

Geisel sabia que o crescimento do MDB nos centros urbanos, apesar de todos os seus esforços, não tinha sido realmente controlado. Salvador foi um exemplo a mais de que essa tendência se espalhava e preocupava. A sua explicação para a vitória da Arena no interior, ignora o fator mais relevante, que era a dependência que os municípios mais pobres tinham do governo, o que tornava difícil fazer oposição a ele. Como os cargos de governador ficariam necessariamente na Arena, políticos dos municípios menores sabiam que deveriam agradecer os governadores e o governo federal para que mais facilmente tivessem acesso aos recursos públicos dos quais eram dependentes.

A aparência de um clima mais livre foi destruída e fez todos lembrarem, já no mês seguinte às eleições, de que o Governo vigente era uma ditadura. Geisel acionou o AI-5 e “assinou decreto cassando o mandato parlamentar e suspendendo por 10 anos os direitos políticos de Leonel Júlio, do MDB, e Presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo”. Verdade que a acusação que recaiu sobre o deputado era a grave utilização inadequada da verba de representação, algo que, se verdadeiro, mesmo em tempos democráticos incorreria em abertura de processo. Logo não se trata aqui de defender o acusado, porém de registrar que o uso dos poderes excepcionais, que em mais de uma oportunidade, revela que a distensão não significava que o regime tinha abolido os mecanismos de exceção.<sup>280</sup>

Diferentemente das eleições de 1974, que representaram um revés histórico para o MDB baiano, em 1976, o partido obteve maioria na Câmara dos vereadores da capital, além de algumas outras vitórias importantes no interior do Estado. A maior parte dos governos municipais, entretanto, permaneceu nas mãos da Arena, que também ganhou espaço em redutos antes controlados pelo MDB. Os resultados finais globais na Bahia (que incluem os municípios de segurança nacional, para os quais não havia eleição de prefeito) indicam 1.518.800 votos para a Arena, (75,1%) e 504.604 votos para o MDB, ou seja, 24%.<sup>281</sup> A grande vitória da Arena no interior pode ser compreendida melhor se acrescentarmos que em 1972 o MDB concorreu em 61 municípios, vencendo em 32; já em 76, concorrera em 120, vencendo em apenas 32. A vitória emedebista aconteceu em municípios distintos, já que 18 municípios passaram para a Arena e outros 18 para o MDB. Logo o MDB manteve 14 municípios, cresceu na capacidade de concorrer em mais municípios e venceu em cidades importantes politicamente como Feira de Santana, Ilhéus,

---

<sup>280</sup> *A Tarde*, 04/12/1976, p.6.

<sup>281</sup> *A Tarde*, 08/12/1976, p.5.

Itabuna e Vitória da Conquista. Ou seja, o MDB cresceu, venceu em boa parte dos municípios mais ricos, mas os arenistas baianos conseguiram manter o controle do interior e ainda tirar municípios do controle dos emedebistas.

O significado dessa eleição, no entanto, é mais complexo que esses resultados. Pois com o prefeito da capital sendo indicado pelo governador e tendo a Câmara de Vereadores menos poder do que teria em uma democracia, a vitória do MDB na capital tem mais o sentido de fortalecer o partido, afastar os adesistas, do que de fato mudar de forma significativa o rumo do governo. Como veremos mais a frente, o objetivo de afastar os adesistas não é totalmente conquistado em 1976. O MDB autêntico tem um importante crescimento e se fortalece, mas os adesistas mantêm o controle dos diretórios.

O peso do MDB na Bahia e a sua capacidade de influenciar de fato a administração pública ainda se encontravam reduzidos. Além disso, o objetivo da Arena, de ser “Superior a 1972”<sup>282</sup>, manifestado antes das eleições pelo Governador Roberto Santos, foi como vimos, parcialmente conquistado, já que ao tomar 18 municípios do MDB, entre eles os importantes Jequié e Alagoinhas, a Arena baiana freou o crescimento do MDB no interior e manteve uma considerável maioria em termos globais no Estado.

Essa conclusão poderia levar o leitor a imaginar então que a vitória foi um crescimento eleitoral vazio na capital e em alguns municípios importantes. Já que não significava grande poder de mudança. Mas esse crescimento tem significado, pois como os autores apontam na avaliação nacional, o crescimento do MDB em centros urbanos como Salvador era um sinal da insatisfação popular que se desenvolvia. Assim sendo, o MDB baiano caminhava para afastar os adesistas que tanto prejudicaram o partido em 1974. Por outro lado, recuperar sua força na capital foi importante ao sinalizar um crescimento de sua participação no conjunto da sociedade civil, em oposição ao regime militar. As eleições de 1976 ao mesmo tempo em que indicam o resultado de um processo nacional, também apontam que a Bahia e o MDB autêntico caminhavam para se incorporar de forma ainda mais decisiva à Frente que fazia oposição à ditadura militar. Não queremos diminuir a atuação, de membros como Hildérico Oliveira, Newton Macedo Campos, entre outros, quando escrevemos sobre o pouco impacto nos rumos do governo. Mas reconhecer que,

---

<sup>282</sup> *Jornal da Bahia*, 09/11/1976, p.2.

depois de 76, tal atuação tinha bases eleitorais e acontecia em um contexto nacional mais favorável e com melhores possibilidades para a luta pela democracia.<sup>283</sup>

O caráter plebiscitário das eleições estava estampado na capa do jornal *A Tarde* com a manchete “Pleito definirá opinião política do País”. *A Tarde* fez uma extensa cobertura das eleições, assim como os outros dois jornais utilizados. Antes da eleição reportagens como “Zebra, a única esperança do MDB”, apontam o impacto de instrumentos já mencionados:

Também em Alagoinhas a Arena usou da estratégia da sublegenda, no sentido de retomar o poder do MDB que só lançou um candidato à sucessão. Os dois grupos fortes do Partido governista apresentaram seus postulantes e, ainda, permitiram legenda a um terceiro, com objetivo de atuar na área jovem onde a Oposição tem grande penetração<sup>284</sup>

O governador Roberto Santos teve ampla participação na campanha para as eleições municipais de 1976, de maneira até

um tanto surpreendente para quem, antes de ser escolhido governador, não dispunha de qualquer vivência partidária e eleitoral, o chefe do executivo tem se empenhado a fundo em mobilizar o partido e não tem se poupado quanto a freqüentes – quase se pode dizer, permanentes – viagens ao interior à presença constante em atos político-eleitorais na capital.<sup>285</sup>

O governador estava empenhado em ajudar a Arena. Embora o partido do governo tenha conseguido vitórias no interior, Roberto Santos, criticou a imprensa ao focalizar muito suas atenções nos grandes centros urbanos, onde o MDB saiu vencedor<sup>286</sup>. O governador já em 74, quando fez campanha para a Arena, intensivamente, demonstrava compreender que mesmo durante a ditadura era importante que seu partido tivesse maioria nos diversos espaços do poder. Roberto Santos tinha também uma preocupação constante em deixar claro que apoiava e queria ser apoiado por todos os grupos da Arena. Mesmo que em 74 não tenha sido apoiado pelos carlistas.

No campo do adversário, o fato mais relevante foi a conquista da maioria na Câmara Municipal de Salvador pelo MDB, o que aconteceu pela primeira vez depois da implantação do bipartidarismo.<sup>287</sup> O real sentido dessa vitória na capital é o apoio popular

<sup>283</sup> Em 1974 parte do país já tinha sinalizado a insatisfação popular com o regime através das eleições. Em 1976, foi a vez disso, também ocorrer, mesmo que parcialmente, também na Bahia.

<sup>284</sup> *A Tarde*, 06/11/1976, p. 5

<sup>285</sup> *Tribuna da Bahia*, 10/11/1976, p.2.

<sup>286</sup> *Tribuna da Bahia*, 23/11/1976, p.1

<sup>287</sup> Idem.

à principal causa do MDB, isto é, favorecer e defender que a redemocratização acontecesse de forma acelerada no país. Causa política que segundo evidências já apresentadas era do MDB autêntico. Já que o adesismo fora uma das razões da derrota do MDB baiano em 74, em 76 o adesismo é visto como:

inconcebível, sobretudo porque o partido de oposição, revitalizado, demonstra, agora, ser uma opção viável dentro de uma estrutura partidária bipartidária que, ao que se presume, não se modificará a curto prazo. O MDB se coloca como opção de poder e, dentro desta concepção, o adesismo ganha conotação de suicídio partidário.<sup>288</sup>

A reportagem citada se referia às supostas declarações de Ney Ferreira e do secretário geral do MDB, Dionísio Azevedo, de que a maioria oposicionista na Câmara dos Vereadores ‘não criará problemas’<sup>289</sup>. Essas declarações dariam conforto ao prefeito Jorge Hage da Arena, indicado por Roberto Santos, que comentou as declarações. O então prefeito elogiou o suposto comportamento dos membros do MDB e ao ser questionado se seria adesismo respondeu que a atitude de colocar a disposição para ajudar a Bahia “não se constitui em adesismo” acrescentando que entendia esse comportamento como uma posição de “vigilância e independência de quem está sempre alerta para julgar com bom senso”.<sup>290</sup>

Os elogios não duraram muito tempo e Ney Ferreira se apressou em negar que tinha fornecido tais declarações à emissora de rádio. Curiosamente uma reportagem foi publicada no mesmo dia comentando o provável adesismo do deputado do MDB. Nessa reportagem, Ney Ferreira, respondendo às declarações do prefeito, disse que ele foi “leviano, imaturo e inábil”, por ter se deixado conduzir por informações errôneas.”<sup>291</sup>. O fato relevante desse episódio é que revela um importante membro da ala adesista se afastando da identificação com o adesismo, ao menos publicamente. De certa forma, ironicamente, o deputado acabou concordando com a coluna, já mencionada, do *A Tarde*, a qual caracteriza o adesismo, nesse contexto, como sendo suicídio político.

Com os resultados das eleições relativamente definidos o *A Tarde* rapidamente, apenas quatro dias após a eleição, elegeu o prefeito de Salvador Jorge Hage como o responsável pela derrota da Arena na capital, em uma matéria não assinada.<sup>292</sup> Nela aponta que: “O fato é que mais de um ano e meio decorrido e o Prefeito de Salvador não disse a

<sup>288</sup> *A Tarde*, 24/11/1976, p.5.

<sup>289</sup> *Tribuna da Bahia*, 23/11/1976, p. 3

<sup>290</sup> *Idem*.

<sup>291</sup> *A Tarde*, 24/11/1976, p.5.

<sup>292</sup> *A Tarde*, 19/11/1976, p.3.

que veio, perdendo-se em atitudes demagógicas que a ninguém impressiona”<sup>293</sup>. Então menciona, além da administração pouco efetiva, outro fator ligado a atuação do prefeito que seria responsável pela derrota da Arena, qual seja:

para acentuar a sua inabilidade, arrogou-se ainda ao direito de estabelecer preferências entre os candidatos do próprio partido, favorecendo com benesses do poder aquele de sua predileção, em detrimento dos demais, revoltados com seus métodos políticos inteiramente impróprios para obtenção de resultado que depende do trabalho de equipe, de união de esforços.<sup>294</sup>

A avaliação que a administração foi conturbada nos parece precisa e pode ter sido de fato um fator que favoreceu o MDB<sup>295</sup>. O próprio Roberto Santos, em entrevista, nos informou que teve que remover o então prefeito após o episódio das invasões no bairro do Marotinho, no qual, segundo ele a reação de Hage teria sido exagerada. No entanto, a frase final da matéria, que diz “se ele se responsabilizou pela vitória, é ele, logicamente o responsável pela derrota”, não procede.<sup>296</sup> Embora a ironia seja apropriada, tendo em vista as declarações do prefeito, a análise de que ele foi o responsável pela derrota da Arena, reduz a explicação da vitória do MDB na capital a um único fator, porém existiram outros.

Um deles já foi comentado, o processo nacional de crescimento do MDB nos centros urbanos, que finalmente teve impacto na Bahia. Mas o fator mais relevante, para o MDB baiano, foi não algo que aconteceu, mas algo que não aconteceu. Lembremo-nos que em 1974 a ala autêntica chegou a pedir a dissolução do diretório, dominado pelos adesistas, que impediram vários membros autênticos de terem seu espaço garantido nos meios de comunicação. Isso não aconteceu em 1976 quando houve um entendimento entre adesistas e autênticos, examinado mais a frente.

Enquanto o *A Tarde* critica Jorge Hage, o *Jornal da Bahia* faz uma cobertura bem mais favorável das ações do prefeito indicado por Roberto Santos. Antes das eleições duas matérias indicam isso. Em uma o jornal escreve que uma série de obras da prefeitura revela “um novo líder político na Bahia, que é o Prefeito Jorge Hage Sobrinho”.<sup>297</sup> Vindo de um setor técnico, administração, o “Prefeito Jorge Hage adaptou-se perfeitamente ao diálogo popular e paralelamente às realizações da prefeitura busca comunicar-se numa linguagem

---

<sup>293</sup> Idem.

<sup>294</sup> Idem.

<sup>295</sup> Entrevista com Roberto Figueira Santos, 19/09/2009, Salvador (BA), p.8.

<sup>296</sup> *A Tarde*, 19/11/1976, p.3. O jornal se referia a declarações do prefeito antes das eleições, este teria afirmado que a vitória da Arena na capital seria mérito seu caso ocorresse.

<sup>297</sup> *Jornal da Bahia*, 07/11/1976, p.2.



direta na qual administrador e político se harmonizam”.<sup>298</sup> Em outra, na véspera da eleição, o jornal reitera que “Jorge Hage foi o grande eleitor da Arena em Salvador. Efetivamente, lançando-se com garra ao cumprimento de um plano de trabalho previamente estabelecido”.<sup>299</sup> A reportagem ainda indica que ele foi plenamente vitorioso em seus planos delineados no discurso de posse e que isso teria lhe garantido apoio nos bairros mais pobres de Salvador. Se esse apoio popular existiu, foi insuficiente, tendo em vista a derrota na capital. Logo, essas reportagens revelam mais o apoio do jornal a Roberto Santos e por extensão a Hage.

Mesmo após a derrota da Arena em Salvador o *Jornal da Bahia* manteve seu tom favorável ao prefeito, por exemplo, dando espaço para que ele explicasse a derrota, na qual o prefeito de Salvador atribui o resultado ao engajamento de vários fatores, entre eles “a problemática nacional votos pessoais.”<sup>300</sup> O *Jornal da Bahia* não questiona, nem exige que o prefeito assuma parte da responsabilidade. Em outra reportagem “Hage manda demolir construções ilegais”, o *Jornal da Bahia* noticia a atitude do prefeito em relação a invasões, no caso no Jardim Imperial, que servem de prévia para o episódio que acabaria levando Roberto Santos a afastar Jorge Hage da prefeitura, em função da reação às invasões no bairro do Marotinho. O jornal ressalta o aspecto irregular e que são “casas construídas ilegalmente em terreno de domínio público” e que as demolições foram feitas de acordo com o artigo 517 do código de obras.<sup>301</sup> Dando justificativas para uma questão complexa, que envolve tensões existentes na sociedade.

As conexões de ACM e adesistas voltaram a ser lembradas pelo *Jornal da Bahia* por terem o efeito de “prejudicar o ingente esforço do Governador Roberto Santos para unificar e recuperar uma Arena esfacelada precisamente pelo personalismo megalômano do Sr. Antonio Carlos.”<sup>302</sup> O editorial se referia à suposta aliança entre ACM e Clemens Sampaio. Aliás, Clemens Sampaio novamente teve relativo “destaque” pelo seu adesismo em 1976. Segundo o jornal, no município de Amargosa, a surpresa foi geral no último comício da Arena-1, quando o candidato arenista João Ângelo subiu ao palanque “acompanhado pelo emedebista Clemens Sampaio. O consolo do outro arenista, Sr. Rosalvo Santos é que ele tem o apoio de políticos da própria Arena que são conceituados e

---

<sup>298</sup> Idem.

<sup>299</sup> *Jornal da Bahia*, 14/11/1976, p. 2.

<sup>300</sup> *Jornal da Bahia*, 19/11/1976, p.3

<sup>301</sup> *Jornal da Bahia*, 30/11/1976, p.3.

<sup>302</sup> Ibidem, p.2

realmente influentes”<sup>303</sup>. Se havia alguma dúvida acerca do adesismo de Clemens Sampaio essa foi desfeita diante das evidências de 1976. Assim, não é um absurdo pensar que ele tenha feito uma aliança com ACM em 1974, como alega o *Jornal da Bahia*.

O conflito entre as facções do MDB chegou ao extremo de provocar a abertura de processos com acusações de grande gravidade em 1974. Já em 76, nada disso ocorreu, o que não significa que não existissem divergências. O contínuo crescimento dos autênticos e a falta de condições políticas para o adesismo pressionaram os adesistas a se aproximarem de fato da denominação que preferiam para si próprios, que era a de moderados. Em outras palavras, não tinham condições de apoiar publicamente e ativamente nenhum membro da Arena, nem o regime, sem sofrer as conseqüências, o que os aproximava, ao menos no discurso, dos autênticos. Tal entendimento é apontado inclusive por um dos artífices do conflito em 1974, Ney Ferreira, quando disse que:

a confiança que estávamos possuídos, em nosso trabalho na organização partidária e a certeza do senso haveria de imperar, superando questiúnculas internas, naturais na vida de agremiações políticas e democráticas e que seríamos conduzidos a essa retumbante vitória.<sup>304</sup>

Outras evidências se somam às citadas para indicar que mais e mais o título de adesista era repudiado pelos políticos do MDB, fossem eles da ala adesista ou não. O episódio de Judélio Carmo, prefeito de Alagoinhas, é exemplificativo. Segundo o prefeito, os boatos sobre seu adesismo eram falsos e ele os respondeu dizendo que se alguém lhe mandasse uma ficha de filiação da Arena, ela seria jogada no lixo, pois “Não me honra ingressar no partido do governo, porque não posso prejudicar o início da minha vida pública com a defesa de absurdos e aberrações políticas”.<sup>305</sup> A origem dos boatos (atribuída pelo prefeito a um grupo político da região) se explica pela proximidade do prefeito com Michel Fontes, da Arena, que foi eleito para ser seu sucessor em Alagoinhas. Judélio Carmo não negou tal proximidade e disse ter convidado Michel Fontes para ser candidato pelo MDB e diante de sua recusa não teria ajudado o amigo durante sua campanha. Não temos condições de avaliar se o prefeito do MDB favoreceu seu amigo arenista ou não, mas a forma como ele reagiu à insinuação de adesismo, dando declarações na defesa das “liberdades públicas, condenando os instrumentos de exceção”, indicam o quanto era importante para os políticos do MDB, naquele momento, se afastarem de

<sup>303</sup> *Jornal da Bahia*, 09/11/1976, p.2.

<sup>304</sup> *A Tarde*, 26/11/1976, p.8.

<sup>305</sup> *Tribuna da Bahia*, 24/11/1976, p.2

qualquer aparência de apoio, ou de estarem compactuando com o regime militar.<sup>306</sup> Ser chamado de adesista ou de traidor era algo equivalente e a ser evitado a todo custo pelos políticos do MDB baiano de 1976 em diante.

As grandes lideranças políticas também opinaram acerca dos resultados eleitorais, com interpretações diferentes dependendo do campo político em que falavam. Roberto Santos, em reportagem publicada pelo *A Tarde* apontou as vitórias da Arena. Em relação ao Estado da Bahia o governador enalteceu a “vitória verdadeiramente retumbante que haviam conseguido no Estado, onde obtiveram 90 por cento das prefeituras e 800 mil votos de diferença.”<sup>307</sup> A reportagem destaca que Roberto Santos estava procurando demonstrar que a Arena, mesmo sendo derrotada em cidades importantes na Bahia (como Feira de Santana Ilhéus, Itabuna, Vitória da Conquista) foi a grande vitoriosa no balanço geral, pois, se perdeu várias das cidades maiores manteve controle em mais de 70 por cento do Estado. Roberto Santos ainda abordou as características da vitória da Arena nas quais o partido do governo ganhou quase que a totalidade dos municípios de pequeno e médio porte e enfatizou “que o povo do interior não está descontente com o governo da Revolução”.<sup>308</sup>

A avaliação de Roberto Santos, semelhante à de Geisel, ajuda a deixar claro que os grandes centros urbanos, mais geradores de recursos e menos dependentes do Estado para sua sobrevivência, estavam se tornando espaços da oposição e que a sustentação do governo vinha predominantemente do interior. Obviamente existiam exceções e o MDB teve importantes vitórias no interior mesmo na Bahia, em um Estado ainda predominantemente arenista mesmo em 1976.

A atuação do presidente Geisel, já mencionada, pode ser percebida em matérias como “Geisel Volta a Pedir apoio popular para o seu governo”<sup>309</sup> e “Presidente pede voto para a Arena”<sup>310</sup>, sendo que reportagens similares estiveram em todos os jornais. O presidente se mostrava preocupado com o crescimento do MDB. Mesmo que existissem membros tanto do MDB quanto da Arena que estariam predispostos a uma diferente interpretação como, por exemplo, a do senador Nelson Carneiro do MDB.<sup>311</sup> Ele declarou que a vitória do MDB seria boa para o regime, pois indicaria uma aprovação da distensão,

---

<sup>306</sup> Idem.

<sup>307</sup> *A Tarde*, 23/11/1976, p.6.

<sup>308</sup> Idem.

<sup>309</sup> *Jornal da Bahia*, 10/11/1976, p.5

<sup>310</sup> *Jornal da Bahia*, 13/11/1976, p.5.

<sup>311</sup> Embora nascido em Salvador, Nelson Carneiro fez carreira política no Rio de Janeiro.

enquanto uma vitória da Arena seria um “aplausos à imobilidade”<sup>312</sup>. O crescimento do MDB nos centros urbanos não obscurece o fato de que a Arena recebeu mais votos e continuava a controlar mais municípios.

Uma liderança do MDB baiano também teve espaço nos meios de comunicação, dando uma interpretação bem distinta dos resultados. O ex-senador Josaphat Marinho em reportagem intitulada “O tempo enfraquece arbítrio”, expôs suas opiniões sobre as eleições. Fez a ressalva que seria muito cedo para se fazer um julgamento seguro, disse que: “o poder arbitrário por muito tempo se enfraquece diante da opinião pública”.<sup>313</sup> Na seqüência, a reportagem relata que para o ex-senador o povo “cansou de esperar soluções prometidas e não efetivadas, agravando-se dia a dia, as condições gerais de vida, sobretudo das classes médias e assalariadas”.<sup>314</sup> O mais relevante do discurso desse líder emedebista, que nesse momento adota um papel mais de voz do partido na Bahia do que de força política eleitoral, é que ele ataca tanto o autoritarismo do regime, quanto a capacidade da administração de resolver os principais problemas sociais e econômicos da classe média e dos trabalhadores. Em outras palavras, o papel do MDB, não seria apenas exigir a redemocratização, mas também diminuir as desigualdades econômicas, promovendo justiça social.

Em capítulos anteriores elencamos evidências das diferentes facções na Arena e chamamos a atenção para o fato de que divergências não significam necessariamente dissidências. Em 1976 um dos temas em discussão, o bipartidarismo, mais uma vez evidencia esse fato. Nessa época já se falava acerca de reformas políticas para as eleições de 1978 e dois membros da Arena baiana tinham posições bem distintas, não somente em relação ao bipartidarismo como em outros temas quentes do período, tais como sublegendas, prorrogação de mandatos e fidelidade partidária<sup>315</sup>. Escrevo sobre Stoessel Dourado e Rui Santos, que pertenciam ao mesmo grupo da Arena, enquanto Stoessel era contra o bipartidarismo, Rui era favorável, enquanto Stoessel era contrário à fidelidade partidária, Rui era favorável<sup>316</sup>. Stoessel, embora estivesse no mesmo grupo possuía

---

<sup>312</sup> *Jornal da Bahia*, 05/11/1976, p. 3.

<sup>313</sup> *A Tarde*, 29/11/1976, p.5.

<sup>314</sup> *Idem*.

<sup>315</sup> A prorrogação de mandatos adiaria para 1980 as eleições parlamentares previstas para 1978. Tal idéia foi duramente criticada pelos jornais baianos, *Tribuna da Bahia* em particular em editoriais, como falta de democracia. O *A Tarde* publicou reportagem em 17 de dezembro de 1976, (p.5) “Prorrogação é sinônimo de usurpação de direito para Josaphat Marinho.”

<sup>316</sup> *A Tarde*, 23/12/1976, p.6.

posições claramente distintas das de Rui Santos, que apresentava uma postura de maior defesa da maneira como o regime estava estruturado. Isso evidencia mais uma vez que as facções da Arena aconteciam devido a motivos outros que não são posições diante das grandes questões. Fatores como associação a uma figura de poder para obter projeção política, lealdade pessoal, busca de recursos públicos junto aos poderes estabelecidos, amizade familiar, todos esses fatores parecem pesar mais e estar mais interligados na estruturação dos grupos arenistas, do que as convicções e posições que cada político possuía.

Politicamente era inclusive preferível, pelo menos nos discursos públicos, evitar filiação com um grupo, como a declaração de Renan Baleeiro quando foi indicado para a presidência da Assembléia Legislativa da Bahia evidencia. Ao ser questionado se era do grupo “vianista” ou “robertista”, o deputado respondeu que, “como líder, não faz parte de grupos nem de alas, acentuando que se chegar à presidência do Legislativo Estadual, será o presidente dos que estão em todos os grupos da Arena.”<sup>317</sup> Se o deputado não pôde responder a que grupo pertencia, nós podemos indicar que o estilo por ele adotado foi o do então governador Roberto Santos, que sempre tentava em suas declarações passar uma imagem de unidade entre os grupos da Arena. O que não significa que estivesse associado ao grupo robertista, como ficará evidente mais adiante. Tal estilo indica não uma verdadeira unidade, que existiu brevemente em 1974 entre três grupos, mas sim o desejo da liderança em agregar forças e minimizar a oposição interna.

As divisões na Arena aparecem ainda em outros episódios e se expressam de várias maneiras. Roberto Santos, por exemplo, revela a intenção de formar um “grupo de parlamentares, prefeitos, vereadores e outras pessoas – em síntese uma facção arenista – disposto a colocar-se diretamente sob a sua liderança”<sup>318</sup> Essa percepção advém do fato do governador dar sinais claros de que iria permanecer na política, algo que anteriormente poderia não parecer decidido e ficou evidente após sua atuação na campanha de 1976. Seguindo um caminho similar ao dos ex-governadores que tinham seus grupos próprios, Roberto Santos estava formando o dele. Esse grupo, inclusive, iria com ele para o PP, quando este foi criado, após o final do bipartidarismo em 1979.

Uma circunstância que revelou a disputa existente entre as facções da Arena foi a escolha da mesa diretora da Assembléia Legislativa. Embora o encaminhamento dado

---

<sup>317</sup> *A Tarde*, 18/12/1976, p.6

<sup>318</sup> *Tribuna da Bahia*, 11/12/1976, p. 2.

estivesse à primeira vista de acordo com Roberto Santos e ACM, duas importantes lideranças que haviam tido suas desavenças, outros carlistas não aceitaram bem as decisões e o Deputado Orlando Spínola, uma liderança do grupo carlista “protestou junto ao deputado Barbosa Romeu, contra este estar **antecipando** que os **carlistas** aceitarão o esquema atual”, de modo a ficarem apenas com a primeira secretaria da Assembléia.<sup>319</sup> Spínola, que era o presidente anterior e um dos maiores defensores de ACM na Assembléia, tinha lançado seu nome para a presidência da mesa diretora. Nesta mesma matéria o *Tribuna da Bahia* também diz que Stoessel Dourado, deputado que havia lançado seu nome para a primeira secretaria, pretende ser candidato até mesmo ao cargo de presidente da mesa diretora.<sup>320</sup> Segundo Stoessel Dourado, se o critério de escolha for por grupos, ele argumenta que “o líder Renan Baleeiro integra o grupo do senador Luiz Viana e se tal grupo tiver a presidência não tem direito a reivindicar qualquer outro cargo”.<sup>321</sup> Como se pode ver, a disputa por cargos entre as diferentes facções da Arena contribuiu para que seus conflitos ficassem públicos.

## 2.2- As causas do resultado das eleições municipais de 1976.

Um dos elementos novos no cenário baiano foi a participação mais intensa da Ala Jovem do MDB, que havia sido criada em 1967<sup>322</sup>, mas que em 76, colhia seus primeiros resultados na Bahia. O jornal *Tribuna da Bahia* chegou a dar certo destaque ao grupo quando, após a eleição, divulgou que:

A ala jovem do MDB estará realizando, na próxima sexta-feira, dia 3, uma ampla reunião para apreciar o desempenho dos seus cinco candidatos na campanha eleitoral e nas próximas eleições, além de prosseguir a discussão em torno dos entendimentos iniciados antes do pleito, no sentido da legalização do grupo como departamento partidário.<sup>323</sup>

Antes das eleições o mesmo jornal apontava que o apoio de Francisco Pinto seria também um fator importante além da atuação da Ala jovem. Essa matéria destacou, entre

<sup>319</sup> *Tribuna da Bahia*, 27/11/1976, p.2. As palavras em negrito assim estão no original.

<sup>320</sup> *Tribuna da Bahia*, 27/11/1976, p.2.

<sup>321</sup> Idem.

<sup>322</sup> GONZALES, Maria Victoria Espineira. A resposta da Bahia à repressão militar: a ação partidária da Ala jovem do MDB e a militância civil do trabalho conjunto da cidade de Salvador, in: Ditadura Militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes/ Grimaldo Carneiro Zachariedhes (org.); Alex de Souza Ivoet AL. –Salvador: Edufba, 2009, p.217.

<sup>323</sup> *Tribuna da Bahia*, 30/11/1976, p. 2.

outros, Marcelo Cordeiro, que tinha “um trabalho intenso de organização do MDB na área universitária”.

A Ala Jovem do MDB foi um tipo de organização partidária “juvenil, que existiu em todo o país nos anos 70 como um ‘Setor’ ou ‘Departamento’ Jovem do MDB”.<sup>324</sup> Reunia atores políticos que buscavam lutar dentro do sistema partidário em oposição ao regime militar. Segundo Gonzales, as lideranças que fundaram a Ala Jovem eram na sua maioria “membros do PCB ou egressos do Partido, o qual conservava certa capacidade de mobilizar estudantes”<sup>325</sup>. A autora também destaca os diversos embates com o grupo adesista e as dificuldades que a Ala Jovem enfrentou para lançar candidatos. Em 1976 houve uma mudança nas condições políticas que permitiu uma maior atuação da Ala Jovem, o que ficou conhecido como “entendimento” entre as facções do MDB, como veremos depois.

De forma esperada, Domingos Leonelli, que era aliado e membro ala jovem do MDB, atribuiu boa parte dos méritos pela vitória do MDB na capital à atuação desse grupo do MDB, quando disse à reportagem do *Tribuna da Bahia*:

Não apenas nas urnas, mas especialmente na indiscutível contribuição que demos ao desempenho do conjunto do partido durante a campanha. É impossível deixar de comparar o quatro político de 74 com o que marcou as últimas eleições. Em 74, a insatisfação popular, variando talvez apenas de grau, era a mesma desse ano, o partido adversário estava tão dividido quanto agora e a chamada crise econômica e social também não era essencialmente diversa da que enfrentamos este ano. E enquanto o MDB, em 74, ganhava em todo país, perdia pela primeira vez em Salvador. O que mudou de 74 para cá e levou a inversão de papéis foi exatamente a postura oposicionista do partido.<sup>326</sup>

Apesar da parcialidade do informante, tendemos a ver sua análise como predominantemente precisa. Uma evidência disso e da importância da Ala Jovem, foi a expressiva votação de Marcelo Cordeiro, o mais votado à Câmara de Vereadores de Salvador, com 17.797 votos, mais que sete mil, acima do segundo mais votado do MDB e mais que oito mil acima do primeiro mais votado da Arena. O MDB acabou fazendo 12 vereadores contra 9 da Arena.<sup>327</sup> A Ala Jovem elegeu ainda Agenor Oliveira com 4.628 votos. Newton Macedo Campos também se elegeu, com 6.446 votos e embora não fosse da

---

<sup>324</sup> GONZALES, Maria Victoria Espineira. A resposta da Bahia à repressão militar: a ação partidária da Ala jovem do MDB e a militância civil do trabalho conjunto da cidade de Salvador, p.217.

<sup>325</sup> *Ibidem*, p.232

<sup>326</sup> *Tribuna da Bahia*, 07/12/1976, p. 2.

<sup>327</sup> *Tribuna da Bahia*, 01/12/1976, p.1.

Ala jovem pela idade, era apoiado por ela e por Francisco Pinto, tendo sido uma voz ativa do MDB autêntico.

Agenor Oliveira afirmou que não tinha qualquer ligação com o grupo adesista, dando mais uma demonstração de como era fundamental, para quem era e para quem não era do grupo adesista (seu caso), afastar-se naquele momento de qualquer imagem que aproximasse o político do regime<sup>328</sup>. Para a Presidência da Câmara Municipal, ele apoiou o vereador Newton Macedo Campos. Campos havia recebido um duro golpe em 1974, quando não foi eleito em meio ao fracasso do MDB baiano, porém em 76 reassume uma posição de relativo destaque dentro do partido. Posição que ele tinha na Assembléia Legislativa como deputado estadual, antes das eleições de 1974.

Leonelli, quando questionado pela reportagem do *Tribuna da Bahia*, se haveria um acordo entre a Ala jovem e o grupo adesista, negou o acordo e disse que houve apenas:

um entendimento sem as concessões mutuas ou trocas que caracterizam um acordo. Um entendimento que possibilitou, por exemplo, que a direção do partido registrasse todas as candidaturas da ala jovem, o que não poderia ser feito, se assim desejasse. Um entendimento, enfim, que traduziu o interesse das várias correntes partidárias em ganhar eleição na capital.<sup>329</sup>

O que indica que o grupo adesista teve que acomodar a Ala jovem, devido a fortes pressões. Em 1974 as condições políticas permitiram que os adesistas impedissem que autênticos tivessem acesso aos meios de comunicação, mas em 76, as condições se alteraram. Logo, para evitar conflitos, houve o chamado “entendimento” destacado por Leonelli.

Certamente organização partidária e fartura de recursos, pelo menos na Bahia, não foram os fatores que levaram à vitória na capital. A reportagem “Arena rica e MDB pobre” descreve o aparato oficial utilizado pelos arenistas, madeiras sendo transportados para construção de palanques, material eleitoral abundante; já o MDB tinha dificuldades e falta de pessoal.<sup>330</sup> Não bastasse isso, no início do mês da eleição explodiu um escândalo acerca do dinheiro para a campanha. A coluna “Raio Laser” do *Tribuna da Bahia* narra o acontecimento dizendo que:

O dinheiro do fundo partidário entregue ao MDB da Bahia, para distribuição aos diretórios municipais desapareceu misteriosamente e o presidente regional do partido,

---

<sup>328</sup> *Jornal da Bahia*, 25, 26(sic) / 12/1976, p.2. Assim está no original ao que tudo indica uma edição especial de fim de ano.

<sup>329</sup> *Tribuna da Bahia*, 07/12/1976, p.2.

<sup>330</sup> *Tribuna da Bahia*, 13/11/1976, p. 3.



deputado Roque Aras, está profundamente irritado com o fato, embora nas declarações sobre o assunto haja tentando evitar comentários muito contundentes contras as pessoas que supostamente poderiam ter manipulado os recursos.<sup>331</sup>

Mais à frente o jornal relata ainda que a quantia que cada candidato receberia era insignificante. Isso ajuda a explicar o resultado altamente favorável da Arena no interior, e reforça a idéia que as vitórias do MDB em centros urbanos estão mais relacionadas com a combinação de fatores nacionais e especificidades locais do que com a organização do MDB. Na Bahia a atuação da Ala Jovem do MDB, assim como de outras forças advindas da sociedade civil, teve importante papel. A insatisfação com o regime militar, seja pelo autoritarismo, seja pelo esvaziamento do “milagre econômico”, são fatores mais fortes do que a organização interna do MDB, que além de contar com poucos recursos, tinha grupos internamente destrutivos aliados muitas vezes a facções da Arena.

A tensão entre o grupo adesista e o autêntico se foi menor do que em 74, como a declaração de Leonelli acerca do “entendimento” entre as partes expressa, não deixou de existir. O *Tribuna da Bahia* indica a “promessa da direção partidária de que promoveria uma campanha tão intensa quanto possível, com farta distribuição de panfletos ao povo”.<sup>332</sup> A reportagem aponta que até então essa promessa não fora cumprida e pior que a “segunda manobra da direção adesista do partido” era distribuir de forma não equitativa os recursos, parques como sabemos, entre os diversos candidatos, favorecendo aqueles da sua ala. A reportagem finaliza expressando que:

Assim é que enquanto Chico Bastos, Degrialdo Miranda (um moleque, sem tirar nem por) e outros tem farta propaganda financiada pelo fundo partidário e outros fundos, candidatos sérios como Vivaldo Ornelias, Newton Macedo Campos, Antonio Fernandes Pinto, Luís Augusto Gomes e tantos outros só contam mesmo com o que esperam seja o bom discernimento do eleitorado.<sup>333</sup>

Dentre esses, os eleitos foram Antonio Fernandes Pinto, Newton M. Campos, autênticos e Francisco Bastos, adesista (segundo o *Tribuna da Bahia*). Porém a tática adesista, de publicamente repudiar o título, mas de manter sua diferença com relação aos autênticos, que eles preferiam chamar de ortodoxos, surtiu certo efeito. Já que Agenor Oliveira, da Ala Jovem do MDB, por ocasião da formação da Mesa Executiva da Câmara, declarou que Ney Ferreira, do grupo adesista, acredita que tem:

---

<sup>331</sup> *Tribuna da Bahia*, 04/11/1976, p.2.

<sup>332</sup> *Tribuna da Bahia*, 03/11/1976, p. 2.

<sup>333</sup> Idem.

nove votos certos na bancada, excluindo apenas eu, Marcelo Cordeiro e Newton Macedo. Se fosse ele, eu seria bem mais moderado nos cálculos. Eu mesmo sei de dois entre esses nove vereadores com que ele conta para o seu esquema que estão muito mais pendentes para o lado de cá.<sup>334</sup>

A intenção do recém eleito deputado do MDB era claramente minimizar as pretensões do grupo adesista, expressando que esses teriam excessivo otimismo em acreditar ter nove votos. Porém mesmo que Agenor Oliveira estivesse correto e eles tivessem sete e não nove votos, ainda assim os adesistas eram a maioria da bancada. Mais do que isso, os adesistas ainda controlavam o Diretório Municipal, como é apontado pelo *Jornal da Bahia*: os “autênticos foram, novamente, golpeados, e com isso serão minoria”.<sup>335</sup> O que revela que, politicamente, dizer-se adesista não era viável, mas ser adesista ainda era.

O crescimento do MDB nos centros mais urbanizados da Bahia, a atuação da Ala Jovem, o aparecimento dos movimentos de bairro, a atuação de organizações religiosas críticas ao regime, tudo isso inda não foi suficiente, em 1976, para tirar o grupo adesista do poder no partido. Mas, como Leonelli apontou, é verdade que esse grupo foi obrigado a acomodar os setores mais críticos ao regime, e se viu forçado a repudiar o discurso de apoio ao regime e a Arena. O que em si é demonstração do seu enfraquecimento. O MDB autêntico tinha maiores pretensões, como indicam as declarações do deputado Antonio José, pouco mais de um mês após as eleições municipais de 76. O deputado entende que a primeira posição do grupo autêntico tem que ser “disputar, em eleições honestas, o comando do Diretório Regional, em mãos do grupo Adesista. A partir daí o Grupo Autêntico vai marchar só, sem qualquer ligação com o grupo adesista.”<sup>336</sup> A reportagem ainda destaca a importância do ex-deputado Francisco Pinto nessa disputa. Os resultados nos centros urbanos contribuíram para dar confiança ao grupo não adesista para enfim buscar o controle do partido.

A Ala jovem do MDB não esteve sozinha como uma novidade política. Na década de 60 “e mais fortemente em 70, a grande marca do movimento popular e de bairro foi dada pela Igreja, através de suas pastorais”.<sup>337</sup> Portanto, não devem ser vistas como uma

<sup>334</sup> *Tribuna da Bahia*, 27/11/1976, p.2.

<sup>335</sup> *Jornal da Bahia*, 16/12/1976, p.2.

<sup>336</sup> *Jornal da Bahia*, 21/12/1976, p.2

<sup>337</sup> GONZALES, Maria Victoria Espiñeira. A resposta da Bahia à repressão militar: a ação partidária da Ala jovem do MDB e a militância civil do trabalho conjunto da cidade de Salvador, p.234

surpresa as declarações de D. Ivo Lorscheider da Diocese de Santa Maria durante seu pronunciamento de 19 de novembro de 1976, dirigido aos religiosos de vários Estados, realizado na Biblioteca Central dos Barris, e no qual ressaltou que “Devemos ter a coragem de criticar”.<sup>338</sup> D. Ivo Lorscheider que seria, segundo a reportagem e nos meios eclesiásticos, “progressista”, ressaltou que a Igreja “tem sua responsabilidade para com grupos sociais”.<sup>339</sup> Uma evidência da repercussão do pronunciamento da liderança religiosa foi a declaração do Ministro da justiça Armando Falcão, poucos dias após a fala de D. Ivo, na qual afirmou, pouco depois de chegar a Salvador, que “Não há nenhum problema entre Igreja e Governo”.<sup>340</sup>

As causas para a vitória do MDB na capital foram tema dos jornais, principalmente pelo fato da vitória do MDB na capital ter sido considerada surpreendente. Algo que o *Tribuna da Bahia* de 17 de novembro já apontava. A mesma reportagem indica que “a classe média, base política da Revolução, não vota mais com a Arena. Em todas as zonas ditas de **classe média** (grifo do jornal), predomina largamento (sic) do MDB, enquanto o partido oficial faz fé apenas, exclusivamente, nos bairros proletários”.<sup>341</sup> Essa observação do jornal é relevante, pois como o mesmo aponta, o regime estava perdendo o apoio de parte do setor da sociedade que o apoiara no golpe civil-militar de 64. Além disso, a reportagem deixa claro que embora os votos da Arena venham das áreas populares, o desempenho do MDB nesses setores na capital não é ruim, chegando a ganhar alguns bairros populares como o bairro da Liberdade, o que é interessante, levando-se em conta o nome do bairro.

A reportagem também aponta outros dados importantes como a diminuição significativa dos votos em branco, levando o jornal a afirmar que esse número era “irrelevante”, pois embora a abstenção ainda tenha sido alta, na casa dos 35%, diminuiu em relação a 1974.<sup>342</sup> Outro aspecto relevante foi a vitória do MDB nos votos para a legenda, muito mais numerosos que os da Arena “a proporção é de cinco para um. Isso está a indicar que o eleitor votou nos candidatos da oposição (ou somente na legenda do MDB) porque realmente quis votar contra o governismo”.<sup>343</sup> Tais resultados confirmam a

<sup>338</sup> *Jornal da Bahia*, 20/11/1976, p.3.

<sup>339</sup> *Idem*.

<sup>340</sup> *Jornal da Bahia*, 22/11/1976. Edição especial. Caderno I.

<sup>341</sup> *Tribuna da Bahia*, 17/11/1976, p.2.

<sup>342</sup> *Tribuna da Bahia*, 16/11/1976, p.3

<sup>343</sup> *Tribuna da Bahia*, 17/11/ 1976, p. 2.

interpretação que o crescimento do MDB está conectado mais com uma insatisfação geral com o regime, do que com um apoio ativo ao MDB, embora na Bahia, a Ala Jovem do MDB contribuiu para simultaneamente criticar o regime e angariar apoio mais específico, o que a votação de Marcelo Cordeiro exemplifica.

Essa coluna do *Tribuna da Bahia* de 17 de novembro por fim elenca possíveis causas para a “surpreendente vitória do MDB na capital”. Confirmada pelo presidente regional da Arena, Fernando Wilson Magalhães, que esperava que a Arena vencesse também na capital.<sup>344</sup> As causas apontadas foram primeiro a inflação e conseqüente elevação do custo de vida. A segunda causa seria que o regime político era “insatisfatório quanto à questão da liberdade”.<sup>345</sup> A terceira causa apontada é mais complexa, pois sugere que a classe média, liberal e favorável à iniciativa privada, estaria se sentindo frustrada com os desvios do regime na sua “política interna de crescente intervenção estatal na economia”.<sup>346</sup>

Essas supostas causas merecem análise. A crise do petróleo, que está conectada com o aumento da inflação e com o esvaziamento do milagre, já vinha sendo apontada como um dos fatores para a insatisfação da população para com o regime. O que afeta de forma mais decisiva os centros urbanos, com o aumento do custo de vida, já que no meio rural, a dependência ao Estado, leva a um apoio quase que de sobrevivência ao governo federal. Concordamos também com a segunda causa, já que o MDB centrava muito de sua campanha nas críticas ao autoritarismo, e especialmente em ambientes universitários crescia a oposição devido à ausência de liberdade. A terceira causa é problemática. Primeiro porque indica uma identidade da classe média com o ideário liberal, a qual embora não impossível, não pode ser facilmente generalizada para todas as camadas médias do país, nem muito menos de Salvador. Entendemos que em São Paulo e em alguns centros urbanos, especialmente os mais industrializados, havia essa identificação com o liberalismo, mas a classe média como um todo não pode ser caracterizada dessa forma. Inclusive porque muitas tendências de esquerda prosperaram exatamente nelas e nos setores universitários. Logo, qualquer generalização desse tipo, sem evidências estatísticas, é precipitada a nosso ver.

---

<sup>344</sup> Idem.

<sup>345</sup> *Tribuna da Bahia*, 17/11/1976, p. 2.

<sup>346</sup> Idem.

Ao citar as causas do resultado eleitoral favorável ao MDB, o *Tribuna da Bahia* se esquece de um fato que ela própria havia noticiado, mas que agora não menciona em seu editorial, que foi a atuação da Ala Jovem e o fortalecimento do grupo autêntico, fatores interligados com grande peso local. Até porque em 1974 o MDB baiano já contava com esse cenário nacional favorável, e não conseguiu aproveitar, como o fez em 76, o que reforça a interpretação de que algo mudara nesse período na Bahia e não só apenas no Brasil. O recuo dos adesistas e o conseqüente entendimento com os autênticos, além de diminuir o conflito interno indicam um processo que se inicia de mudança no eixo de poder do partido. Já na Arena, ACM tentava recuperar o apoio das facções que o abandonaram em 1974, o que pode ter favorecido o MDB. No resto do Estado, nas cidades menores, a falta de recursos e o apoio federal à Arena praticamente selavam a manutenção do controle na maior parte dos municípios nas mãos do partido de apoio ao regime.

## **Capítulo IV**

**As eleições de 1978 e o fim do bipartidarismo.**

### 1.1-O contexto que antecede as eleições no Brasil e na Bahia

Depois da derrota em 1974, especialmente nas eleições para o Senado, e do crescimento do MDB em 1976, mesmo com o advento da Lei Falcão e do envolvimento do presidente Geisel, os militares perceberam que a estratégia da realização de eleições para busca de legitimidade estava ameaçada. Em 1º de abril de 1977, utilizando como pretexto o não apoio do MDB a uma lei de reforma do Judiciário, Geisel fecha o Congresso e anuncia uma série de medidas que ficariam conhecidas como o “Pacote de Abril”. Essas medidas foram a resposta dos militares à possibilidade de vir a se configurar um governo com maioria emedebista no Legislativo. Esse “pacote” era composto de 14 emendas, três artigos novos e seis decretos-leis que tinham por objetivo manter a maioria governista na Câmara e no Senado, incluindo medidas como eleição indireta para 1/3 dos senadores, eleições indiretas para governadores ampliando o colégio eleitoral e extensão das restrições de propaganda eleitoral da Lei Falcão às eleições estaduais e federais.<sup>347</sup>

Apesar de o Congresso ter sido reaberto em 15 de abril, isso obviamente não evitou as críticas por parte do MDB à mudança das regras do jogo, explicitando-se dúvidas em relação ao efetivo comprometimento de Geisel com a liberalização. Essas dúvidas aumentaram com o desenrolar de acontecimentos que culminaram com a cassação de Alencar Furtado, líder do MDB na Câmara, por ter feito acusações na televisão contra o então presidente Geisel.<sup>348</sup> Manifestações contrárias ao governo vieram também dos estudantes, sendo que 850 estudantes que exigiam a volta da democracia foram presos em Belo Horizonte. Apesar da repressão a atos como esses, os protestos continuaram. Em 1975, quando Armando Falcão anunciou a extensão da censura a publicações estrangeiras, multiplicaram-se nos meios de comunicação e em círculos de intelectuais, manifestações contrárias à censura, que em 1977 se tornaram ainda mais freqüentes.

A tensão entre Geisel, militar da linha castelista, e membros da linha-dura se expressa em um importante episódio ocorrido no ano que antecede às eleições de 1978. O ministro do Exército Silvío Frota, “surgira como o líder da ‘linha-dura’”. Ele acreditava que o Brasil estava em perigo iminente de subversão comunista” e entendia a liberalização como uma estratégia que acabava ajudando os subversivos, pois muitos se “escondiam”

<sup>347</sup> MOTTA, Marly, “O Pacote de Abril”, em (consultado pela última vez 10/06/2008:

[http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_fatos\\_imagens/htm/fatos/PacoteAbril.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_fatos_imagens/htm/fatos/PacoteAbril.asp)

<sup>348</sup> SKIDMORE, Thomas E. “A lenta via brasileira para a democratização 1974-1985” in: A.Stepan(org) *Democratizando o Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p.43.

sob legendas partidárias legais.<sup>349</sup> Porém, em 12 de outubro de 1977 foi “anunciada subitamente a demissão de Frota”, que no dia seguinte acusou o governo de ser complacente com os criminosos comunistas.<sup>350</sup> A demissão de Frota revela que não somente Geisel tinha acumulado mais poder do que seus antecessores, demitindo um ministro do Exército antes de consultar o Alto Comando, como também implicou no afastamento da linha-dura da sucessão presidencial. Frota era um dos mais cotados pela linha-dura, porém Geisel conseguiu uma importante vitória sobre esse grupo militar e já sinalizava que conseguiria fazer de Figueiredo o seu sucessor. Ainda houve protestos e reação por parte da linha-dura, porém Geisel conseguiu atingir seus objetivos. Essa vitória de Geisel teve uma repercussão singular na política baiana, pois Figueiredo, ao assumir, contribuiu para consolidar o poder de ACM, como veremos adiante. Vale destacar que as divisões entre os militares são mais complexas, como expomos em capítulos anteriores, não podendo ser reduzidas à existência de uma linha dura e castelistas. Havia outros grupos como a direita nacionalista militar, um setor burocrático, porém não vamos examiná-las de forma pormenorizada, pois esse exame não é relevante para os objetivos da nossa pesquisa.

As mudanças nas leis eleitorais existentes no Pacote de Abril conseguiram seu intento e evitaram que o MDB alcançasse a maioria no Congresso. A Arena manteve controle sobre as duas casas, bem como sobre a indicação dos Senadores conhecidos como “biônicos”, como eram designados os políticos que assumiam cargos dessa forma. Porém a tendência do voto nas eleições diretas ainda era favorável ao MDB, tanto que nas eleições para o Senado o MDB ganhou 52% das cadeiras e a Arena 34% com 14% de votos nulos ou brancos<sup>351</sup>.

Geisel continuou afastando membros da linha-dura, e no final de 1978, o AI-5, dispositivo que fornecia uma série de instrumentos autoritários de exceção (como cassar congressistas, declarar recesso do congresso, etc.) foi abolido. Geisel assumia medidas liberalizantes como parte de uma estratégia cujo objetivo era a transição lenta e gradual para um regime civil, transição essa que deveria manter diversas das “conquistas da Revolução”, além de evitar que grupos de extrema esquerda chegassem ao poder. Ou seja, o objetivo era institucionalizar aspectos da ditadura que iriam permanecer em um regime

---

<sup>349</sup> Ibidem, p. 46

<sup>350</sup> Idem.

<sup>351</sup> Ibidem, p.48



civil, assim como a permanência da influência do alto comando militar na vida política, sem que esse exercesse diretamente o poder executivo.

Outro passo liberalizante foi a revogação das “ordens de expulsão de mais de 120 exilados políticos, a maioria dos quais havia deixado o país em 1969-1970 em troca de diplomatas estrangeiros que haviam sido seqüestrados pelos guerrilheiros.”<sup>352</sup>. Em resumo, Geisel assinou os decretos que revogavam as penas de banimento, abolindo também a Comissão Geral de Investigações, o CGI. Em ambos os casos foi necessário “um decreto presidencial, extinguindo-as (penas de banimento) da Constituição”<sup>353</sup>. Essas medidas faziam parte do projeto militar de distensão, porém os resultados eleitorais adversos levaram à mudança nas regras do jogo para manter maioria no Congresso e Senado, o que demonstra que o alto comando militar estava disposto a romper com a liberalização caso essa ameaçasse o objetivo maior de manter as “conquistas da Revolução”. Apesar disso, as pressões da sociedade civil indicam que o ritmo da liberação pode ter sido acelerado pelo que acontecia fora do alto comando militar, e ao que tudo indica realmente foi.

A linha-dura acreditava em outra estratégia mais repressiva para lidar com a oposição, e não via a liberalização como necessária. É importante lembrar que vários dispositivos autoritários ainda ficaram disponíveis para Figueiredo, como a Lei de Segurança Nacional. Além disso, o Congresso não tinha o controle sobre as verbas, algo que é comum ser prerrogativa dos congressos, claro que em países democráticos, o que não era o caso no Brasil. Parte do aparelho repressivo também ainda estava de pé, logo os passos liberalizantes, a diminuição da censura, e abolição de alguns dispositivos não nos devem levar a esquecer dos elementos que ainda faziam o regime ser profundamente autoritário. Inclusive nas eleições, já que a alteração das regras de disputa foi fundamental para a manutenção do controle da Arena.

O clima político antes das eleições era de tensão. Na Bahia, a avaliação da imprensa é que as medidas do governo mudando as regras não seriam essenciais para a vitória da Arena, pois mesmo com a vitória do MDB na capital em 1976, o partido ainda era pequeno no Estado, e tinha poucos recursos disponíveis. Por isso, tinha poucas chances de vencer a eleição para o Senado e menos ainda na votação para deputados federais e estaduais. Foi o que *A Tarde* expressou no seu editorial afirmando que “os arenistas baianos tem sabido

---

<sup>352</sup> Ibidem, p. 49.

<sup>353</sup> *A Tarde*, 30/12/1978, p.4

conduzir com mais habilidade sua campanha eleitoral”,<sup>354</sup> estando unidos pela vitória no pleito majoritário. O tema da união e desunião aparece na imprensa para caracterizar o comportamento do MDB, e a análise do jornal é que a desunião do MDB seria um fator para sua derrota. É relevante lembrar que emedebistas adesistas como Clemens Sampaio estavam sendo alvo dos autênticos para expulsão do partido e, como veremos, até antigos adesistas pediam a expulsão desses membros do MDB que tinham alianças com a Arena. Já o *Jornal da Bahia*, se não era tão enfático sobre a vantagem Arenista, apontava para os êxitos do governo de Roberto Santos, comentando que esse havia se tornado uma força para trazer votos para a Arena.<sup>355</sup>

Os dois partidos revelavam otimismo. Jutahy Magalhães, que seria senador biônico justamente devido ao advento do Pacote de Abril, declarava que a Arena baiana teria a mais expressiva vitória eleitoral em todo o país.<sup>356</sup> Já o MDB, através dos comitês eleitorais de Rômulo Almeida e Newton Macedo Campos, declarava que o partido de oposição provaria “nas urnas que a Bahia já não é mais um curral eleitoral da Arena”.<sup>357</sup> O otimismo do MDB, que poderia aos olhos de hoje ser considerado ingênuo, tem uma razão política fundamental, a luta pela sobrevivência. Se os políticos emedebistas não acreditassem na possibilidade de vitória dificilmente conseguiriam motivar a população a votar no partido, além do que, queriam pegar carona no movimento nacional que já demonstrava, há algum tempo, a tendência favorável à oposição, ao menos nos grandes centros.

A tendência favorável à oposição nas regiões mais urbanizadas se manifestou com passeatas na capital e presença maior de público nos comícios do MDB. O *Jornal da Bahia* apontou que a vitória significativa em termos de público conquistada pelo MDB na cidade de Feira de Santana era demonstrada por ter reunido mais de 10 mil pessoas na Praça João Pedreira. Já “a Arena, com presenças de Antonio Carlos, Luís Viana, Lomanto Junior, Luís Viana Filho e todos os candidatos à Câmara Federal e Assembléia Legislativa, não conseguiu levar nem quatro mil”<sup>358</sup>.

O clima de tensão pode ser exemplificado pelas acusações do MDB em relação aos gastos na campanha da Arena. Newton Macedo Campos e Rômulo Almeida disseram que a

---

<sup>354</sup> *A Tarde*, 08/11/1978, p.5

<sup>355</sup> *Jornal da Bahia*, 10/11/1978, p.2.

<sup>356</sup> *Jornal da Bahia*, 08/11/1978, p.3.

<sup>357</sup> *Idem*.

<sup>358</sup> *Jornal da Bahia*, 13/11/1978, p.3

Arena está fazendo uma campanha milionária para senador e “o Sr. Macedo Campos assegurou que se o TRE investigar o Sr. Lomanto Junior certamente terá sua candidatura cancelada, pois só com trios elétricos ele já ultrapassou todos os limites” dos gastos para as campanhas.<sup>359</sup> Questionam também as pesquisas publicadas que davam vantagem de 50% para Lomanto Junior e utilizam como argumento o crescimento gradual do MDB de 1974 para 1976. Destacam o fato do MDB não ter disputado eleição em diversos municípios e ter menos que 90 diretórios em 74, já em 78 o partido contava com 188 diretórios, o que demonstra o seu crescimento no Estado.

A vitória da Arena baiana esperada pelos jornais locais se confirmou, o que a manchete do *Jornal da Bahia* “Eleições na Bahia não apresentam Surpresas”, de 27 de novembro, indicou claramente, mesmo antes dos resultados finais. Na Assembléia Legislativa a Arena ficou com 43 das 56 cadeiras e o MDB com 13. Na Câmara Federal a Arena elegeu 24 deputados federais e o MDB apenas 8<sup>360</sup>. Para o Senado, Antonio Lomanto Junior, da Arena, recebeu 1.145.425 votos, Rômulo Almeida recebeu 516.146 votos e Newton Macedo Campos somente 81.367 votos. Apesar do desempenho do partido de oposição ter sido considerado abaixo do esperado, ele cresceu, aumentando a bancada federal em três deputados e a estadual em cinco.

Embora algumas manchetes indiquem explicações mais simples para a vitória da Arena, como a que os “Deputados Eleitos garantem vitória da Arena na Bahia”<sup>361</sup>, ou quando ACM creditou a Geisel à vitória da Arena baiana<sup>362</sup>, um exame mais atento encontra outros fatores que contribuiram para a vitória arenista. É importante lembrar que a Arena foi derrotada em Salvador e que Rômulo Almeida conseguiu uma frente de quase 90 mil votos na capital, vitória que ganha ainda mais significado diante do já aludido pacote de abril, que ampliou a Lei Falcão e bloqueou quase que inteiramente o uso dos meios de comunicação<sup>363</sup>. Além disso, as chuvas teoricamente inibiriam o eleitor o que não se confirmou. Não somente o tempo ruim, mas o comparecimento às urnas ocorreu com o eleitor “lutando contra vários tipos de sabotagem e de pressão”.<sup>364</sup>

<sup>359</sup> *Tribuna da Bahia*, 09/11/1978, p.2.

<sup>360</sup> *A Tarde*, 06/12/1978, p.6.

<sup>361</sup> *A Tarde*, 20/11/1978, p.1.

<sup>362</sup> *A Tarde*, 23/11/1978, p.7.

<sup>363</sup> *Jornal da Bahia*, 26/11/1978, p.2.

<sup>364</sup> *Tribuna da Bahia*, 17/11/1978, p. 2.

Diante desse contexto a vitória do MDB baiano na capital foi significativa. Porém o partido esperava ter resultados melhores em três centros urbanos importantes – Ilhéus, Itabuna e Jequié. Questões peculiares de cada município dificultaram a vitória emedebista: em Jequié o fato do candidato da Arena a senador ser natural da cidade facilitou a votação no partido do governo, em Itabuna o adesismo do ex-prefeito José Oduque bloqueou o voto no MDB, e em Ilhéus a obra da ponte Ilhéus Pontal, muito valorizada no município e associada ao governo do Estado trouxe inúmeros votos para a Arena. Essas cidades, como aponta o editorial político do *Tribuna da Bahia*, não valem somente “por elas, mas por muitas outras menores que se situam em suas áreas de influência”.<sup>365</sup>

O MDB de forma constante apontou irregularidades nas eleições, e Rômulo Almeida, candidato ao Senado, acabou sendo o porta-voz mais firme das denúncias. Não apenas ao apontar irregularidades, mas ao acusar “a Arena de fraude nas eleições”.<sup>366</sup> Enquanto na Arena a reação às acusações não foi uniforme, Roberto Santos, então governador, disse que “é interessante ver essas provas primeiro”, expressando a opinião de que os fatos devem ser apurados.<sup>367</sup> ACM, que seria o futuro governador do Estado, disse que “o Dr. Rômulo (sic), não tendo sido um bom candidato é pior perdedor, e as denúncias são tão ridículas, pois ele vai perder com uma diferença superior a 500 mil, que não cabe nem fazer apreciação”.<sup>368</sup>

No MDB logo após as eleições começou a especulação de quem seria o próximo presidente regional do partido. Na época o presidente era Roque Aras, que sugeriu o nome de Waldir Pires. O antigo presidente regional do MDB, Ney Ferreira, colocava o nome de Domingos Leonelli como uma possibilidade<sup>369</sup>. É relevante lembrar que Ney Ferreira havia sido o presidente regional do MDB nas eleições de 74, mas depois perdera espaço e a presidência para Roque Aras. Ele ainda era poderoso e era do grupo adesista. Durante esse período esse líder já fazia o que chamamos de “jogo dos autênticos”, no qual ele reproduz o discurso e toma atitudes que não mais agridem a outra facção do MDB, essa sendo uma estratégia política de sobrevivência. Waldir Pires viria a recusar a sugestão do seu nome a

---

<sup>365</sup> Idem.

<sup>366</sup> *Tribuna da Bahia*, 18/11/1978, p.1.

<sup>367</sup> *Jornal da Bahia*, 19/11/1978, p.2.

<sup>368</sup> Idem.

<sup>369</sup> *Tribuna da Bahia*, 09/11/1978, p.2.

presidência, dizendo que gostaria de voltar à política “humildemente”.<sup>370</sup> Waldir Pires estava entre aqueles que voltaram do exílio com o início do processo de anistia.

## **1.2- As clivagens partidárias nas eleições de 1978 e os novos eixos do poder.**

Uma das principais razões para a vitória da Arena baiana foi o realinhamento das facções existentes na Arena. Antes de mostrar essa mudança, ou analisar sua importância, é relevante lembrar que em 1974 foi justamente uma aliança de três facções que encaminhou Roberto Santos ao governo do Estado. Luís Viana Filho, Jutahy Magalhães e posteriormente Lomanto Junior, líderes de seus grupos, acabaram formando um acordo pelo qual Roberto Santos foi o escolhido para a indicação da Arena ao governo do Estado. Isso isolou e desagradou ACM, que defendia a indicação de Clériston Andrade e que diferentemente das outras lideranças defendeu até o último momento o seu indicado, só declarou apoio a Roberto Santos após fato consumado. ACM, como político hábil que era, estava determinado a não deixar que esse revés se repetisse, e nos bastidores buscou se reaproximar dos líderes arenistas. Até Roberto Santos foi abordado por ACM, porém, desentendimentos entre os dois impediram a formação de uma aliança. ACM também seria beneficiado com a chegada de Figueiredo à Presidência, pois já estava costurando apoios junto ao governo federal.

Roberto Santos nos informou que quando Figueiredo assumiu o controle da Arena, mesmo antes de assumir a presidência “favoreceu a escolha do ex-governador Antonio Carlos”.<sup>371</sup> Esse não foi o único fator para o retorno de ACM ao governo do Estado, pois, em nossa avaliação, foi de grande importância o fato de ACM ter costurado alianças junto às demais facções arenistas baianas. A chegada de Figueiredo à presidência contribuiu também para mexer nas negociações de ACM junto aos grupos arenistas baianos, já que estava na posição privilegiada de ser aliado do novo presidente, um presidente que claramente favorecia a ele e não a nova liderança que ameaçava sua hegemonia no partido, que era Roberto Santos.

Roberto Santos, inclusive, acabou se tornando a única liderança arenista que “não abriu mão da condição de oposição a Magalhães”.<sup>372</sup> Não é por acaso que com o fim do

<sup>370</sup> *Tribuna da Bahia*, 27/12/1978, p.2.

<sup>371</sup> Entrevista com Roberto Figueira Santos, 19/09/2009, Salvador (BA), p. 12.

<sup>372</sup> *Jornal da Bahia*, 27/11/1978, p.3.

bipartidarismo em 1979 ele não tenha ficado no PDS, partido herdeiro da Arena, e tenha ido para a oposição, primeiro no PP e depois no PMDB. Luís Viana Filho, liderança arenista que havia apoiado Roberto Santos em 74 de forma mais enfática<sup>373</sup>, assim como Jutahy Magalhães, cujo apoio a Roberto Santos estava muito conectado à oposição que seu pai Juracy Magalhães fazia a ACM, ficaram numa posição difícil. Havia, por isso, uma avaliação nos jornais e mesmo entre nossos entrevistados, que os apoios de Jutahy Magalhães e Luis Viana Filho foram feitos a contragosto, por uma questão estratégica, devido ao poder que ACM acumulava. Independente da intensidade ou das motivações, essas lideranças, que antes apoiavam Roberto Santos, passaram a apoiar ACM em 1978.

Na avaliação do editorial político do *Jornal da Bahia*, ao ficar indeciso em apontar um sucessor para o governo do Estado, Roberto Santos teria contribuído para que Jutahy Magalhães escapasse de sua órbita e aceitasse “os primeiros acenos de diálogo com Antonio Carlos Magalhães para uma medição de forças na conquista do Governo”<sup>374</sup>. ACM costurou também o apoio junto a Lomanto Junior o que lhe permitiu declarar que:

A aliança feita com o senador Luis Viana Filho, o general Juracy Magalhães e o seu filho Jutahy e o deputado Lomanto Junior é uma aliança feliz, onde eu volvi ao passado e encontrei os velhos e queridos amigos que me trouxeram a vida pública. A presença de Jutahy Magalhães e Luis Viana Neto na mesma chapa, representa a volta ao passado. É como se eu estivesse de novo com Juracy e Luiz Viana Filho.<sup>375</sup>

Essa aliança elevou ACM “ao trono de senhor absoluto do terreno político do Estado”. Como bem analisa o editorial do *Jornal da Bahia*, se essa tendência permanecesse, lideranças arenistas descontentes poderiam procurar outro espaço onde possuíssem mais poder, e foi o que os robertistas acabaram fazendo com o final do bipartidarismo<sup>376</sup>.

O realinhamento das lideranças arenistas agora apoiando ACM foi tema de editoriais como o de 17 de dezembro de 1978 do *Jornal da Bahia*, intitulado “Três estão unidos”. Ao dissertar sobre a composição da então futura mesa diretora da Assembléia Legislativa do Estado o editorialista destacou a tensão existente com o grupo arenista que embora fosse o segundo em termos eleitorais ficara fora do novo eixo de poder. Esse grupo

<sup>373</sup> Até porque foi Luís Viana Filho, quando era governador do Estado foi quem primeiro deu início à carreira política de Roberto Santos fora da Universidade ao convidá-lo, em 67 para ser o Secretário da Saúde da sua administração. Entrevista com Roberto Figueira Santos, 19/09/2009, Salvador (BA), p. 2.

<sup>374</sup> *Jornal da Bahia*, 01/12/1978, p.3

<sup>375</sup> Idem.

<sup>376</sup> Idem.

era o dos robertistas. O editorial destaca um acordo que estava surgindo entre os robertistas, agora alijados do poder, e o novo eixo que se formou em torno de ACM. O acordo implicava que dentro do Legislativo qualquer ataque a Roberto Santos “terá resposta imediata, daí o compromisso dos robertistas em ficar a margem de qualquer composição extra-partidária”.<sup>377</sup> O acordo consistia no reconhecimento do novo poder, desde que esse não fosse utilizado para sistematicamente atacar o grupo agora fora do poder dentro do partido, ou seja, os robertistas. Em troca, os robertistas se comprometiam a não fazer composição com o MDB. Havia um receio real que Roberto Santos saísse do partido e levasse com ele seus novos aliados devido a gravidade de suas desavenças políticas com ACM.

A campanha das eleições de 1978 acirrou ainda mais a tensão entre Roberto Santos e ACM. Apontamos como candidatos aliados a Jutahy Magalhães acusaram ACM, em 1974, de perseguir políticos de diferentes facções arenistas, buscando prejudicar a eleição daqueles que naquele momento eram oposição ao carlismo dentro do partido. Em 78, novamente, ACM teria perseguido os arenistas que não o apoiavam, o que “determinou o acirramento do combate”.<sup>378</sup> Só que desta vez Roberto Santos responderia defendendo “exclusivamente o grupo político que segue sua orientação”.<sup>379</sup> É necessário deixar claro que não se tratou, tudo indica, de uma desavença pessoal e sim de uma disputa política entre duas lideranças e seus grupos, embora aspectos pessoais possam também ter interferido no rompimento. Segundo Roberto Santos, o episódio que desencadeou o rompimento foi o seguinte:

Logo depois que fui escolhido, pela Assembléia Legislativa assumi o governo, e o ex-governador Antonio Carlos foi indicado para presidência da Eletrobrás. Nesse momento ele me telefonou, comunicando a escolha para a presidência da Eletrobrás e pedindo um momento para nos encontrarmos. Marcamos, ele foi ao “Palácio da Aclamação”, naquela época eu despachava pela manhã no palácio “Rio Branco” e *A Tarde* no “Palácio da Aclamação”. E trocamos idéias sobre coisas, sobre temas muito variados, no dia seguinte ele divulgou que tinha tido uma conversa que se apresentava como uma conversa política, de uma forma que dificultava o meu trabalho junto às demais correntes. Como se estivesse totalmente envolvido na corrente dele. O que não me pareceu que fosse exatamente a descrição da conversa que tínhamos tido. E eu então fiz uma nota dizendo que eu continuava com a responsabilidade de levar para frente os trabalhos do governo, contando com o apoio que pudesse me ser oferecido pelas diferentes correntes. E daí por diante não voltamos a conviver.<sup>380</sup>

<sup>377</sup> *Jornal da Bahia*, 17/12/1978, p.2.

<sup>378</sup> *Jornal da Bahia*, 12/11/1978, p.2

<sup>379</sup> *Idem*.

<sup>380</sup> Entrevista com Roberto Figueira Santos, 19/09/2009, Salvador (BA), p.3.

Temos apenas a versão de Roberto Santos, porém o caso tem relevância por mostrar a necessidade que Roberto Santos sentia em manter-se aberto ao diálogo com todos os grupos do partido, o que, por sua vez, destaca como as relações entre os grupos arenistas eram complexas.

As eleições de 1978 foram importantes para os robertistas, pois os converteram na segunda força eleitoral da Arena. O maior número de deputados estaduais e federais ficou com ACM “vindo em segundo lugar o governador Roberto Santos, em terceiro o senador Luis Viana Filho, em quarto o senador biônico Jutahy Magalhães, e em quinto, o senador eleito Lomanto Junior”.<sup>381</sup> Apesar de Lomanto Junior vencer a disputa para o Senado, seu grupo saiu enfraquecido das eleições. Já Roberto Santos elegeu do seu grupo quatro deputados estaduais e quatro federais. Seus assessores mesmo antes do resultado final já tinham declarado que Roberto Santos seria a segunda força da Arena baiana<sup>382</sup>.

O conflito entre ACM e Roberto Santos teve alguns episódios que agora vamos narrar. Um deles envolveu um grupo de juristas ligados a ACM, que argüiu a “inconstitucionalidade da presença do atual governador Roberto Santos no cargo após o dia 31 de janeiro.”<sup>383</sup> Roberto Santos entendia que deveria ficar no cargo até 15 de março de 1979. Em uma reportagem do *Jornal da Bahia* Roberto Santos foi perguntado de que maneira pretendia se defender das críticas que ACM fez durante “comício em Serrinha, classificando-o de vingativo e orgulhoso”<sup>384</sup>. Roberto Santos argumentou que a Arena estava desorganizada, lembrando que durante seu governo procurou justamente minimizar as tensões existentes entre os diferentes grupos, conseguindo, com isso, uma aliança entre as correntes, o que gerou uma situação de maior tranquilidade e harmonia de trabalho. Ao final da entrevista, o ainda governador Roberto Santos comentou sobre a campanha de seu grupo dizendo que “nós fazemos sem interferência das lideranças municipais, indo diretamente ao público e sem trio elétrico”.<sup>385</sup>

Como podemos ver o *Jornal da Bahia* foi o órgão da imprensa que mais destaque deu a esse confronto, o que não quer dizer que o assunto não tivesse espaço nos outros jornais. No *Tribuna da Bahia* de 23 de dezembro, por exemplo, Roberto Santos teria

---

<sup>381</sup> *Jornal da Bahia*, 06/12/1978, p.2.

<sup>382</sup> *A Tarde*, 21/11/1978, p.6.

<sup>383</sup> *Jornal da Bahia*, 14/12/1978, p.1.

<sup>384</sup> *Jornal da Bahia*, 14/12/1978, p.3.

<sup>385</sup> *Idem*



respondido a acusações de carlistas, políticos que qualificavam “sua administração de imobilista e previam um saldo de inúmeras obras incompletas”<sup>386</sup>. Roberto Santos teria classificado essa atitude de “sem sentido, nem propósitos” e que a mobilização do Governo teria “posto por terra as acusações dessa ‘corrente’.”<sup>387</sup>

Esses episódios demonstram a dimensão do confronto entre essas duas lideranças, sobre o qual houve ainda diversas especulações. Desde especulação que ACM iria mover uma ação para expulsar Roberto Santos da Arena, a qual ACM desmentiu em matéria publicada no dia da eleição, dizendo que “Seria dar um valor muito grande ao governador se eu pedisse sua expulsão do partido”<sup>388</sup>. Apesar disso já estava transparecendo que Roberto Santos não ficaria na Arena, e em reportagem do *A Tarde* de 9 de dezembro de 1978 Roberto Santos teria deixado claro que seus próximos passos na política dependeriam “das diretrizes que norteariam a reformulação partidária”<sup>389</sup>. Fica evidente que os resultados das eleições de 1978 ajudaram a formar uma base mais sólida para os robertistas, que somados ao conflito com ACM deram a Roberto Santos condições políticas para que ele pudesse levar seu grupo para outro partido, quando a reorganização partidária acontecesse.

O MDB baiano também teve nas eleições de 1978 resultados significativos, seja pela derrota dos adesistas internamente, seja pela atuação de não tão novos atores sociais como a Ala Jovem do MDB, seja pelo crescimento experimentado pelo partido. Na seqüência analisamos as clivagens partidárias no MDB e como elas se relacionaram com as eleições de 1978, porém constantemente fazendo relação com as eleições de 74 e 76, pois assim podemos perceber as transformações acontecidas.

Se a Arena ficou dividida entre carlistas e seus aliados em 78 (vianistas, lomantistas e juracysistas) e do outro lado os robertistas, o que representou uma alteração no plano das alianças das diferentes divisões arenistas, o MDB permanecia dividido em duas forças – o MDB autêntico e o adesista. Tendo em vista episódios como os de 1974, nos quais o MDB adesista impediu que os autênticos tivessem acesso aos meios de comunicação, muitos certamente veriam com surpresa o editorial político do *Tribuna da Bahia* de 8 de novembro de 1978, intitulado “Um fato novo, a unidade emedebista”. Faz-se necessário explicar, então, o significado desta “unidade” a que o editorial se refere.

---

<sup>386</sup> *Tribuna da Bahia*, 23/12/1978, p.2.

<sup>387</sup> *Idem*.

<sup>388</sup> *Jornal da Bahia*, 15/11/1978, p. 3.

<sup>389</sup> *A Tarde*, 09/12/1978, p.6.

O jornal apontava um episódio em particular como o mais significativo para sua avaliação. O fato criado pela decisão do “diretório regional do MDB de expulsar dos quadros partidários os prefeitos adesistas de Santo Amaro e Guaratinga, Srs. Walter Figueiredo e Jesus Moura”<sup>390</sup>. Tal decisão, segundo o *Tribuna da Bahia*, teve grande receptividade junto à oposição em todos os seus setores, e demonstrou a nova conduta da direção emedebista. A unidade ao qual o jornal se refere, portanto, é que se o adesismo é tolerado enquanto prática anterior de um grupo, a atuação adesista de fato (na qual membros do MDB fazem ativamente campanha para a Arena) não seria mais tolerada. Adesistas como Ney Ferreira, entre outros, entenderam isso, e conseguiram permanecer no partido porque apoiaram as expulsões. As tensões nem de longe desapareceram, nem os grupos se uniram fazendo a linha que os separava apagar-se, o que ocorreu foi um entendimento entre dois grupos ainda bem distintos, com o objetivo de sobrevivência política.

Essa mudança no eixo do poder do MDB não começou em 1978. É preciso lembrar que já em 1976, Ney Ferreira, maior liderança dos adesistas, se viu forçado a admitir a atuação da Ala Jovem e a candidatura de seus membros. O fato demonstra seu enfraquecimento, já que apenas dois anos antes, o mesmo Ney Ferreira montara uma ofensiva contra os autênticos para evitar que muitos fossem eleitos.

A razão pela qual os adesistas tiveram que aceitar cada vez mais a presença dos autênticos foi que durante a distensão esses ganharam força eleitoral, o que fica ainda mais evidente em 1978, quando o MDB autêntico “conseguiu eleger um maior número de candidatos. Assim, os adesistas elegeram para a Assembléia Legislativa dois deputados e para a Câmara Federal apenas um”<sup>391</sup>. Já o MDB autêntico elegeu para deputados federais Chico Pinto, o mesmo que se envolvia em um processo em 1974 por falar contra Pinochet. Ele foi o mais votado com 117.807 votos, e da Ala Jovem Marcelo Ribeiro Cordeiro, o segundo mais votado com 42.628 votos. O MDB autêntico elegeu ainda Elquisson Dias Soares, Jorge Viana, Roque Aras e Hildérico Oliveira da Silva. O MDB adesista elegeu apenas sua maior liderança para a Câmara Federal Ney Ferreira, com 29.920 votos, sendo apenas o quarto mais votado pelo MDB.<sup>392</sup> Raimundo Urbano rejeitou

---

<sup>390</sup> *Tribuna da Bahia*, 08/11/1978, p.2.

<sup>391</sup> *A Tarde*, 05/12/1978, p.5.

<sup>392</sup> *A Tarde*, 06/12/1978, p.5.

o rótulo de adesista que havia sido a ele conectado, e com isso e outros episódios, acabou não estando mais “nas graças do deputado Ney Ferreira”<sup>393</sup>.

O MDB, que aumentou na Assembléia Legislativa de 9 para 13 deputados, também viu uma vitória dos autênticos em 1978<sup>394</sup>. Nomes como Domingos Leonelli, que foi o mais votado com 27.761 votos, e Clodoaldo Campos, entre outros, se elegeram e reforçaram o grupo de deputados estaduais dos autênticos. O que levou a imprensa a publicar matérias como essa, do *A Tarde*, cujo título sugestivo é “Votos sepultam os adesistas”, e onde afirma que o que os autênticos não conseguiram fazer “seus eleitores por eles fizeram: sepultaram com votos a dissidência interna entre autênticos e adesistas, principal causa da fragilidade do partido no estado”.<sup>395</sup> A matéria também nos lembra que o fenômeno do adesismo é brasileiro, e não baiano algo que os estudiosos do período sabem bem. Vale, entretanto, apontar que a relação entre MDB autêntico e adesista baianos tem suas especificidades locais.

O resultado eleitoral de Ney Ferreira indica bem em que circunstância o partido estava naquele momento. Para melhor compreender isso é importante lembrar que em 1974, Ney Ferreira foi o deputado federal do MDB mais votado na Bahia, com 53.233 votos<sup>396</sup>. Em 1978 ele foi o quarto colocado, com uma queda significativa de votos e uma diferença ainda mais significativa para o primeiro colocado do MDB, Chico Pinto. As circunstâncias não mais permitiam uma atuação adesista, mesmo que ele mantivesse consigo um grupo que claramente não tinha identificação com o grupo autêntico. Domingos Leonelli disse sobre Ney Ferreira “a visão política demonstrada pelo parlamentar traduz um reconhecimento dos fatos novos que alteram o quadro político baiano”.<sup>397</sup>

Leonelli, com outras palavras, reconheceu o que nós apontamos sobre o adesismo na Bahia. A prática política adesista se tornou insustentável em 1978, mesmo que o grupo adesista ainda existisse separado do grupo autêntico. Os adesistas tinham grandes diferenças de posicionamento político, como ficou evidente com o final do bipartidarismo, e o caminho que cada grupo tomou. Esse grupo adesista teve que adotar um discurso e práticas, cada vez mais próximas do MDB autêntico, para sobreviver politicamente nas

---

<sup>393</sup> *A Tarde*, 05/12/1978, p.5.

<sup>394</sup> *Idem*.

<sup>395</sup> *A Tarde*, 27/11/1978, p.2.

<sup>396</sup> *Tribuna da Bahia*, 11/12/1974, p.9.

<sup>397</sup> *A Tarde*, 13/12/1978, p.5.

vésperas da abertura. Ney Ferreira ao sugerir o nome de Domingos Leonelli para assumir o diretório é um bom exemplo dessas atitudes. Uma interpretação que circulou no período, que mencionamos, mas não necessariamente subscrevemos, é que essa atitude de Ney Ferreira seria uma estratégia para melhor minar o partido, já que

Domingos Leonelli, Filemon Matos, Adelmo Oliveira e mesmo Marcelo Cordeiro e Francisco Pinto e seus seguidores têm os defeitos e virtudes da chamada ‘esquerda festiva’, sendo tão bons de urna quanto incapazes para o cumprimento das tarefas vinculadas à rotina partidária. ‘Eles aparecem nas eleições e depois somem’, disse ontem um liderado de Ney.<sup>398</sup>

Cabe ressaltar que não temos condições de afirmar que essa foi a estratégia dos adesistas. Essa hipótese não pode ser afastada; porém, ela pode também ser uma racionalização de um grupo que perdeu poder e preferia acreditar ou expressar para o público externo que estava cedendo estrategicamente sem admitir publicamente sua derrota, sendo essa uma possibilidade que também explica esse discurso. Uma investigação centrada nos adesistas talvez seja capaz de apontar com maior clareza o que estava por trás dessa atitude de Ney Ferreira. Nossa avaliação tende a apontar que a estratégia de alguns adesistas, como ele, era procurar evitar atritos com o MDB autêntico a fim de garantir sua permanência no partido. Devemos nos lembrar que em 1976 o “entendimento” entre Leonelli e Ney Ferreira permitiu a candidatura dos membros da Ala Jovem, e o sucesso dessa manobra política pode ter sido um dos fatores que motivou Ney Ferreira a indicar Leonelli. Pois sabia que mesmo sendo do grupo rival, seria alguém com quem o diálogo era possível. É relevante lembrar que apesar de não estar no cargo da direção regional do partido, Ney Ferreira ainda “controla a grande maioria do diretório regional e há muitos anos vinha travando uma luta persistente para manter-se no comando”.<sup>399</sup>

A partir de 1976, a Ala jovem do MDB baiano começou a ter certo destaque eleitoral, como apontamos no capítulo anterior. Em 1978, novamente a Ala Jovem teve papel destacado e conseguiu uma votação expressiva. Daí reportagens como “Votos vieram pela Ala Jovem”, indicando a interpretação de Roque Aras acerca do resultado obtido em Salvador pelo MDB. Grande parte dos votos englobados nos 65% conseguidos pelo MDB baiano na capital deve ser creditada ao “trabalho feito pela Ala Jovem do partido e todos os candidatos autênticos”.<sup>400</sup>

---

<sup>398</sup> *A Tarde*, 13/12/1978, p.5.

<sup>399</sup> *Tribuna da Bahia*, 15/12/1978, p.2.

<sup>400</sup> *Jornal da Bahia*, 25/11/1978, p.3.

Se na capital Ney Ferreira procurava um entendimento com os autênticos para sobreviver politicamente, no interior da Bahia houve episódios de extrema tensão entre autênticos e adesistas. Vamos apenas mencionar alguns episódios mais relevantes. Dois prefeitos do MDB baiano foram expulsos do partido, Walter Figueiredo (Santo Amaro) e Jesus Moura (Guaratinga) justamente por “infidelidade partidária, depois de uma reunião de duas horas do Diretório Regional do Partido”.<sup>401</sup> Havia ainda o processo de expulsão conjunta de três adesistas, Clemens Sampaio, cuja atuação em 74 e 76 foi analisada no capítulo anterior, José Oduque e Raimundo Urbano. Embora esse processo tenha sido derrotado, e o tribunal tenha decidido pela “manutenção do registro”<sup>402</sup> desses candidatos, o MDB autêntico saiu fortalecido do episódio. Pois foi possível demonstrar publicamente que esses membros do partido tinham “traído” os objetivos da oposição. Isso é tão verdadeiro que mesmo antes das eleições, Clemens Sampaio fez o requerimento para o “cancelamento do registro do seu nome como candidato à Câmara Federal pela legenda do MDB”<sup>403</sup>, saindo definitivamente do MDB. Embora tenha dado uma justificativa burocrática para o pedido de cancelamento do registro, esta saída do MDB indica claramente que apesar de ter conseguido manter-se durante aquela batalha jurídica no partido, Clemens Sampaio, que já havia feito campanha para candidatos da Arena, sabia que não tinha mais condições políticas para ficar no MDB. Como um dos últimos atos seus, naquele período, declarou apoio ao candidato ao senado pela Arena Lomanto Junior.

José Oduque, que chegou a ser prefeito da cidade de Itabuna de 1973 a 1977, fez campanha para Luis Eduardo Magalhães, filho de ACM e para o próprio Lomanto<sup>404</sup>. A revelação do seu adesismo, feita por ACM e Lomanto Junior, veio depois ser confirmada<sup>405</sup> e pegou Rômulo Almeida de surpresa, a ponto de ter comentado que “Oduque parecia um homem digno”<sup>406</sup>. Oduque retirou sua candidatura antes da revelação arenista, assim como Abelardo Veloso, pois suspeitas e acusações de adesismo já circulavam no MDB<sup>407</sup>. A indignação emedebista era grande, inclusive porque os arenistas disseram que o adesismo teria sido uma das razões pelas quais a Arena venceu em regiões controladas pelo MDB.

---

<sup>401</sup> *Jornal da Bahia*, 07/11/1978, p.1

<sup>402</sup> *Jornal da Bahia*, 11/1978, p.1.

<sup>403</sup> *Jornal da Bahia*, 13/11/1978, p.2.

<sup>404</sup> *Jornal da Bahia*, 18/11/1978, p.3.

<sup>405</sup> *Tribuna da Bahia*, 14/11/1978, p.3

<sup>406</sup> *Jornal da Bahia*, 19/11/1978, p.3

<sup>407</sup> *Tribuna da Bahia*, 14/11/1978, p. 3.

Rômulo Almeida, diante das notícias de adesismo que se tornavam mais frequentes, disse que a prática “sempre premia a infelicidade, estimula o corrupto, sempre sob as mais atrasadas formas de pressões da máquina do governo”.<sup>408</sup> As críticas de Rômulo Almeida aos currais eleitorais e ao adesismo se intensificaram e foram constantes em 78. Rômulo Almeida disse que o adesismo não é uma fraqueza do MDB, mas principalmente “uma expressão da corrupção do regime”.<sup>409</sup> Em outras palavras, o adesismo teria sido muito mais um subproduto do regime, em função das suas circunstâncias excepcionais e autoritárias, do que um traço do MDB.

Avaliamos que Rômulo Almeida estava com boa dose de razão acerca do papel do regime na existência desse fenômeno, porém, a submissão em relação ao poder e a atitude de muitos políticos em mudar de lado em prol daqueles que detêm o poder, é um comportamento que não é privilégio dos períodos ditatoriais. A especificidade da ditadura militar criou um contexto favorável a essa relação de adesismo do MDB, tanto por iniciativa de membros da Arena que buscavam minar as chances eleitorais da oposição realizando acordos com as facções do partido que se disponibilizavam à negociação, quanto por parte dos membros do próprio MDB que não eram de fato de oposição e se infiltraram no partido apenas como uma estratégia política.

Todos esses episódios antes, durante, e logo após as eleições de 1978 levaram a direção do MDB, agora cada vez mais sob controle dos autênticos, a criar uma “comissão, formada por seis membros, com o objetivo de coletar dados sobre o comportamento político de prefeitos, vereadores, e membros de diretórios municipais, acusados de infidelidade partidária”.<sup>410</sup> Esse seria o último ato de Roque Aras, que estava deixando a direção regional do MDB. Declarações davam conta que o “MDB quer conhecer os seus infiéis”<sup>411</sup> antes mesmo da idéia da formação de uma comissão.

Vale notar que adesistas como Ney Ferreira souberam habilmente mudar o discurso e apoiar os autênticos, mesmo que sem se juntar a eles, e com isso conseguiram permanecer no partido sem serem ameaçados. Apenas os políticos emedebistas que ativamente fizeram campanha para a Arena, como Clemens Sampaio e José Oduque, entre outros, foram alvo das expulsões e acabaram tendo que sair do partido.

---

<sup>408</sup> Idem.

<sup>409</sup> Idem.

<sup>410</sup> *A Tarde*, 11/12/1978, p.5.

<sup>411</sup> *Jornal da Bahia*, 28/11/1978, p.3.

## 2.1- O fim do bi-partidarismo e os caminhos da política partidária baiana.

Em novembro de 1979 o Congresso se preparava para votar uma reforma partidária ampla, que pretendia terminar com os únicos partidos legais existentes no país (Arena e MDB fundados em março de 1966<sup>412</sup>) e estabelecer as regras para a formação de novas agremiações partidárias. No dia 22 de novembro a primeira página dos principais jornais baianos, e presumidamente da maioria dos jornais do país, trazia a notícia “Congresso extingue com a Arena e o MDB”<sup>413</sup>. Na Câmara o projeto de lei que extinguiu os partidos foi aprovado com 229 votos a favor, e 177 contra. No Senado 41 (incluindo o voto do membro do MDB fluminense Hugo Ramos) votos a favor e 25 contra. Os deputados do MDB “Jairo Maltoni de São Paulo, Florin Coutinho, do Rio de Janeiro, votaram a favor do projeto e contra a orientação do partido”.<sup>414</sup>

Pode parecer uma surpresa saber que foi a Arena e não o MDB que defendeu o fim do bipartidarismo, e que a direção emedebista foi contrária ao fim do bipartidarismo. Já que o bipartidarismo foi uma criação da ditadura, que limitava o espaço da atuação política e fazia parte do aparato institucional que a ditadura possuía para concentrar o poder e justificar a si mesma. No entanto, a compreensão do contexto acaba demonstrando que não há surpresa nesse posicionamento dos partidos, e que declarações como as de Jarbas Passarinho da Arena, precisam ser compreendidas dentro da disputa política daquela época. Jarbas Passarinho disse, logo após a aprovação da medida:

É uma data de festa. Não vejo a medida como morte de nada. Vejo como nascimento de uma nova época para o Brasil. Está de parabéns o presidente João Batista de Figueiredo que proporcionou aos vários segmentos da sociedade – com exceção, é claro daqueles antidemocráticos – a oportunidade de constituir-se em verdadeiros partidos e cumprir sua vocação democrática.

Os antidemocráticos a quem ele se refere são os grupos de luta armada de esquerda, os quais o regime havia combatido desde momento em que foi implantado. Ainda resta a questão de compreender porque o MDB foi contrário ao fim do bipartidarismo. Para entendermos isso basta lembrarmos-nos das eleições de 1974, 76 e 78. O MDB vinha

<sup>412</sup> Consultado em 25/03/2010. [http://almanaque.folha.uol.com.br/ditadura\\_cronologia.htm](http://almanaque.folha.uol.com.br/ditadura_cronologia.htm)

<sup>413</sup> *Jornal da Bahia*, 22/11/1979, p.1.

<sup>414</sup> *Idem*.

crescendo e se consolidando enquanto partido de oposição, especialmente nos centros urbanos, e acabou se tornando um partido que aglutinou diferentes tendências todas que tinham o comum anseio pela volta da democracia. Verdade que ainda tinha em suas fileiras adesistas, mas esses, como a realidade baiana exemplifica, estavam sendo pressionados ou a sair do partido, ou moderar suas ações e discursos de forma a não prejudicar os autênticos. Logo, o final do bipartidarismo significava um risco grande de desagregação, correntes menores poderiam formar seus próprios partidos e o MDB ficaria enfraquecido para continuar a oposição ao regime militar. Essa é uma explicação possível para o fato de o MDB ter sido contrário ao fim do bipartidarismo, e o que explica o fato do então deputado federal pelo MDB baiano, Hildérico Oliveira, ter nos dito que com “o advento do pluripartidarismo os nossos ideais foram por água abaixo”.<sup>415</sup>

No contexto político nacional apareciam novas lideranças como o presidente do Sindicato de Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Luis Inácio da Silva, ou “Lula”. A liderança sindical deixa claro que “não adianta o governo propor um pacto social com o trabalhador, sem que este tenha primeiro liberdade e autonomia sindical”.<sup>416</sup> O espaço conquistado por Lula é indicativo da força que novos atores sociais começavam a adquirir no final da década de 70. A sociedade civil organizada começava a dar os primeiros passos para, posteriormente de forma mais unificada, organizar o movimento em defesa das eleições diretas.

As sublegendas também foram tema de debate no mesmo período, e nesse caso o governo foi derrotado, com 211 contra 187. Nesse caso 41 deputados arenistas “votaram contra a orientação do partido, e 7 do MDB optaram pela sublegenda”.<sup>417</sup> A sublegenda foi um mecanismo que favoreceu a Arena de forma predominante, como já examinamos, pois permitia a convivência de diferentes grupos no mesmo partido disputando com certa independência. O MDB, nesse caso, contou com o apoio dos “rebeldes” arenistas que formalizaram um acordo com o governo para a votação da reforma partidária. Eles apoiaram o projeto de lei para extinção dos partidos, “subscrito pelo biônico Aderbal Jurema (Arena-PE) e tiveram em troca, a garantia dos líderes Nelson Marchezan e Jarbas Passarinho de que solicitariam destaque para a votação nominal da emenda que suprime a

---

<sup>415</sup> Entrevista com Hildérico Oliveira, 16/12/2009, Salvador (BA), p.3.

<sup>416</sup> *Ibidem*, p.8.

<sup>417</sup> *A Tarde*, 22/11/1979, p.1.



sublegenda”.<sup>418</sup> Em outras palavras, esse acordo simultaneamente permitiu que o objetivo principal do governo fosse atingido, o fim do bipartidarismo, com apoio de alguns emedebistas, e em troca os “rebeldes” arenistas ajudaram que o MDB derrubasse as sublegendas. Isso foi importante para Figueiredo já que antes da aprovação, ainda no processo de negociação, este havia declarado que a “extinção dos partidos é único ponto que o governo não negocia”.<sup>419</sup> Obviamente esse processo pode e deve possuir vicissitudes que não abordamos, e um trabalho que foque mais diretamente nesse objeto pode revelar com mais clareza a complexidade dessas negociações.

Durante esse período iniciaram-se as especulações relativas a novos partidos, bem como o debate em torno de quais caminhos os políticos baianos iriam seguir. Ainda sem siglas definidas, o debate girava em torno das lideranças a que cada político iria se associar, algo que, como sabemos, é comum não somente à política baiana, mas à política brasileira, com o malufismo e outros “ismos” reveladores da persistência forte do personalismo na política. Uma especulação, por exemplo, dá conta que o partido de Tancredo Neves, com base em Minas Gerais, iria contar na Bahia com apoio de “Ney Ferreira e do deputado estadual Clodoaldo Campos”.<sup>420</sup> Essa foi uma das muitas especulações que não se confirmaram depois. Ney Ferreira manteve seu apoio ao regime, ao integrar o PDS (Partido Democrático Social), herdeiro da Arena quando o bipartidarismo acabou<sup>421</sup>. Clodoaldo Campos ficou no PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), partido que sucedeu o MDB, e posteriormente iria integrar o PSD (Partido Social Democrata). Clodoaldo Campos era uma liderança do MDB autêntico, porém como atuava muito nos bastidores e tinha um entendimento com Ney Ferreira para questões práticas alguns pensavam que ficariam no mesmo partido, como o editorial do *Tribuna da Bahia* revela. Isso não se confirmou, em boa medida porque os acertos entre ambos eram mais claramente para fins objetivos, e não refletiam identidade política ou pessoal. Clodoaldo Campos, segundo Hildérico Oliveira, veio a se tornar a principal liderança baiana no PMDB<sup>422</sup>.

O receio que levava o MDB a ser contrário ao fim do bipartidarismo possuía críticos na nova oposição que começava a se definir, qual seja: a dos robertistas. Os

---

<sup>418</sup> *A Tarde*, 22/11/1979, p.5.

<sup>419</sup> *A Tarde*, 06/11/1979, p.5.

<sup>420</sup> *Tribuna da Bahia*, 17/11/1979, p.2.

<sup>421</sup> Consultado pela última vez em 26/03/2010.<http://www.al.ba.gov.br/v2/biografia.cfm?varCodigo=385>

<sup>422</sup> Entrevista com Hildérico Oliveira, 16/12/2009, Salvador (BA), p.8.

robertistas já sinalizavam que iriam sair da Arena, o robertista Genebaldo Correia, por exemplo, aponta que: “As oposições, embora, divididas em partidos, nas eleições majoritárias, certamente que se unirão porque os objetivos são os mesmos”.<sup>423</sup> Ou seja, para ele o fracionamento do MDB não iria enfraquecer tanto a oposição, pois nas eleições nacionais os antigos emedebistas estariam juntos. Isso é parcialmente verdadeiro, pois membros do MDB adesista, como Ney Ferreira, levaram deputados e vereadores que eram do MDB, para o PDS quando o bipartidarismo acabou, porém é discutível o quão verdadeiramente úteis eles eram no MDB, já que raramente votavam com o partido.

Leonelli, entre outros membros do MDB, eram contrários à formação da Tendência Popular, que viria a ser o Partido Popular, embora a visse como “bem intencionada”. Leonelli entendia que “a manutenção do MDB o mais amplo possível é fundamental, pelo menos até a convocação de uma Assembléia Constituinte”.<sup>424</sup> Leonelli, de fato, ficou em um primeiro momento no PMDB, posteriormente, ele, assim como Hildérico Oliveira e outros emedebistas, foram para o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira). O desejo de evitar o fracionamento do MDB não foi bem sucedido, e não somente o PP, mas outros partidos foram criados. Até que ponto isso afetou as eleições seguintes, não podemos avaliar, já que essas eleições ficaram fora do nosso recorte temporal.

Membros da Arena como Jutahy Magalhães entendiam que a busca emedebista por unidade era “uma forma reacionária de comportamento em relação ao atual estágio de desenvolvimento político nacional”.<sup>425</sup> Na mudança do contexto político, Jutahy não foi a única liderança da Arena a buscar utilizar um discurso de apoio à transformação rumo a democracia. Lomanto Junior, por exemplo, quando deu parecer favorável à emenda constitucional de Edson Lobão, que propunha o restabelecimento das eleições diretas para governador dos Estados, disse que o Brasil clama por eleições diretas em todos os níveis, mas “em política a evidência nem sempre é o melhor caminho para a decisão conveniente e a opção justa. A linha de cautela e do gradualismo é a que melhor coincide com a idéia da conciliação e normalização progressiva”.<sup>426</sup> Mesmo destacando o discurso da distensão lenta e gradual, ao reconhecer que a população desejava eleições diretas e apontar que esse

---

<sup>423</sup> *A Tarde*, 09/11/1979, p.5.

<sup>424</sup> *Idem*.

<sup>425</sup> *A Tarde*, 20/11/1979, p.5.

<sup>426</sup> *A Tarde*, 28/11/1979, p. 5

era o caminho a se trilhar, Lomanto Junior já acenava para a adaptação que membros da Arena teriam que realizar, no contexto que se avizinhava.

A transição entre apoiar o regime militar e passar a defender eleições diretas foi progressivamente se tornando para membros da Arena uma questão de sobrevivência política, como se tornara antes para os adesistas como Ney Ferreira abraçar o discurso dos autênticos. Lomanto Junior inclusive, como apontamos, era uma das lideranças arenistas mais enfraquecidas em 1978. Por isso, sua estratégia começava a ser a de tentar se posicionar como um defensor da democracia.

Nem todos os casos de adesismo foram simples, o que já abordamos nesse capítulo. O mesmo pode ser dito do caso de Raimundo Urbano, que devemos reexaminar agora. Urbano foi eleito deputado federal e rechaçou acusações de adesismo em 1978. Porém, em 79, surgiram mais evidências de sua ligação com a Arena e de forma mais específica com ACM, quando o vereador arenista Castelo Branco, demonstrou toda sua irritação no plenário da Câmara exclamando que “o deputado Raimundo Urbano havia traído o compromisso firmado com o governador Antonio Carlos Magalhães de votar a favor do projeto de reforma partidária”<sup>427</sup>. O vereador do MDB Newton Macedo Campos confirmou que essa foi “uma das poucas vezes em que não traiu a oposição”<sup>428</sup>, confirmando o adesismo de Raimundo Urbano, e sua decisão de se afastar dessa prática. Urbano ao que parece fez o jogo adesista até quando pôde, e quando o contexto não mais permitia, se afastou da prática adesista e por consequência de ACM, já que tudo indica ter sido seu aliado na Arena. Obviamente antigos aliados, como o vereador baiano Castelo Branco não ficaram felizes com essa mudança.

Esse episódio lança luzes sobre outra alegação do período, a de que Ney Ferreira seria aliado de ACM. Alegação comum nas páginas do *Jornal da Bahia*. Hildérico Oliveira nos informou que Clemens Sampaio um forte aliado de Ney Ferreira em 1974, era “amigo de Antonio Carlos Magalhães”.<sup>429</sup> Não bastasse isso, devemos nos lembrar que Raimundo Urbano em 1978, quando disse não ser adesista, saiu das graças de Ney Ferreira. Ou seja, quando Raimundo Urbano rompeu a ligação que tinha com ACM, foi nesse momento que Urbano afastou-se de Ney Ferreira, tornando-se seu desafeto. Não por acaso Ney Ferreira veio a integrar o PDS, o mesmo partido que ACM comandava. Essas e outras evidências se

---

<sup>427</sup> *Tribuna da Bahia*, 23/11/1979, p.2.

<sup>428</sup> *Idem*.

<sup>429</sup> Entrevista com Hildérico Oliveira, 16/12/2009, Salvador (BA), p.1.

acumulam para indicar que os adesistas emedebistas, em sua maioria, tinham aliança com os carlistas, e era uma estratégia política de ACM ter membros no partido de oposição que fossem seus aliados.

Esse episódio também é importante para percebermos como ACM buscava infiltrar seu poder e influência no partido de oposição. Em 79, inclusive, ACM buscava influenciar a oposição dentro do seu próprio partido. Stoessel Dourado, por exemplo, deu declarações fortes contra a sublegenda, visto por alguns como sendo “o rebelde número um do partido”<sup>430</sup>, tendo obtido espaço na imprensa, inclusive por esse pronunciamento “irado”. Depois de uma conversa com ACM, entretanto, distribuiu uma nota a imprensa, informando que decidira “aceitar a mão estendida do presidente João Figueiredo”<sup>431</sup>. No momento da votação o deputado:

reservou uma surpresa. Trocou o barulho de antes por um memorável silêncio e considerou-se ausente na votação do destaque da sublegenda. Não ficou contra, como se manifestava no começo, nem a favor, como deu a entender depois. Donde se conclui: ou o deputado Stoessel Dourado resolveu agradar gregos e troianos, ou acabou traindo a todos. E a si mesmo.

ACM ao menos conseguiu silenciar, nesse episódio, um dos mais vocais “opositores” dentro do seu partido. Sendo que Stoessel Dourado, que costumeiramente se declarava como sendo de oposição, estava ligado a Jutahy Magalhães. Se fosse um robertista talvez tivesse condições políticas de se manter contra os anseios de ACM. Dourado era um opositor de ACM em 74 e em 76, e estava agindo, em 79, como antes, não percebendo ainda que o seu grupo dentro da Arena já estava apoiando ACM. Logo contrariar ACM, a maior liderança arenista, era algo que ele tinha de reconsiderar se quisesse permanecer no partido e foi disso que provavelmente ACM o lembrou, não necessariamente com essas palavras.

Outro caso de acusação de adesismo foi o do vereador emedebista Almir Araújo. Acusado da prática, disse que renunciaria o mandato se “alguém for capaz de provar que eu tenha sido beneficiado com qualquer favor governamental”<sup>432</sup>, jurando fidelidade à oposição. Obviamente não foram suas palavras que nos convenceram, nem ao menos podemos afirmar que não houve algum adesismo presente nesse caso, porque como já vimos o adesismo por vezes não era uma prática política uniforme, poderia ser uma prática

<sup>430</sup> *Tribuna da Bahia*, 23/11/1979, p.2

<sup>431</sup> *Tribuna da Bahia*, 23/11/1979, p. 2.

<sup>432</sup> *A Tarde*, 01/11/1979, p.6.

eventual ou permanente, havendo variação considerável. Alguns adesistas se afastaram da prática de troca de favores com a Arena baiana quando essa troca deixou de ser útil, caso de Raimundo Urbano, por exemplo. O que podemos afirmar sobre Almir Araújo é que ele permaneceu na oposição<sup>433</sup>, mesmo após o final do bipartidarismo. Havia uma tendência dos adesistas em rejeitar este rótulo com veemência, ou mudar discursos e práticas. Ney Ferreira, por exemplo, para sobreviver no MDB apoiou a expulsão de Clemens Sampaio, seu antigo aliado. Esse, aliás, que faz parte da categoria dos adesistas que continuaram publicamente defendendo candidaturas arenistas. Isso, mesmo quando não havia mais condições políticas para tanto, o que acabou resultando no processo que o fez desistir de ficar no MDB.

Na Arena era a tensão entre carlistas e robertistas que se estendeu ao debate acerca da sublegenda. A sublegenda, como apontamos, caiu com a ajuda dos arenistas dissidentes<sup>434</sup>. Na Bahia esse episódio demonstra como as outras forças políticas da Arena já estavam totalmente sob o comando de ACM, pois os deputados “arenistas da Assembléia Legislativa, a exceção dos ‘robertistas’, se revelaram completamente a favor da manutenção das sublegendas”<sup>435</sup>. Os arenistas alegavam que as divergências eram em geral apenas pessoais e Jutahy Magalhães, antes opositor de ACM, fez coro, enfatizando que “a queda da sublegenda inviabiliza o surgimento de um partido único forte, no que foi secundado por Luis Cabral, que também acredita no enfraquecimento do futuro partido governista”<sup>436</sup> se a sublegenda caísse. Em outras palavras, enquanto ACM e demais correntes arenistas defendiam a manutenção das sublegendas, os robertistas eram contrários à permanência do dispositivo.

Os robertistas expressavam também preocupação com o acordo feito por correntes arenistas dissidentes, quando o assunto era o projeto pela extinção dos partidos. Um exemplo foi Galdino Leite que era “do grupo ‘robertista’ e aliado natural dos dissidentes arenistas” que negociavam o acordo. Para Galdino Leite a postura digna seria a decisão pela “rejeição de todo o projeto”, pois “uma reforma política deve ser feita pelos políticos”

---

<sup>433</sup> Consultado pela última vez em:29/03/2010. <http://www.al.ba.gov.br/v2/biografia.cfm?varCodigo=196>

<sup>434</sup> Na época os jornais chamavam esse grupo de Partido Independente, porém é difícil determinar exatamente o que veio a ser desse grupo com o final do bi-partidarismo. Ao que parece não formou partido próprio e seus integrantes se dividiram em diversos partidos, não ficando no PDS, porém esse é um ponto que preferimos considerar em aberto e entendemos requer mais estudos e análise.

<sup>435</sup> *A Tarde*, 14/11/1979, p.6.

<sup>436</sup> *Idem*.

<sup>437</sup>. O processo estava sendo dirigido pelos militares e essa era a maior crítica de Galdino Leite. Os robertistas já vão assumindo, e esse é um exemplo, uma postura de oposição ao regime militar, posição que se definiria quando eles iriam integrar primeiro o PP e depois o PSDB.

ACM, já no governo do Estado, queria manter o poder do partido que havia em sua maior parte unificado em torno de si. ACM estava, aparentemente, pouco preocupado pela “queda da sublegenda, no Congresso Nacional, porque revelou, ontem, estar convencido que o presidente Figueiredo vetará parte do artigo 13 do projeto”, o que atenderia a uma “antiga reivindicação do governador, que é velho defensor da sublegenda e de sua extensão em todos os níveis”. <sup>438</sup> A previsão de ACM se confirmou, parcialmente, e Figueiredo em dezembro de 1979 vetou o artigo 13:

restabelecendo as sublegendas para o Senado e prefeitos municipais, ao dispositivo que determina que seja constituído, no prazo de cinco dias, os blocos parlamentares, no caso das Assembléias Legislativas, Câmara de Vereadores ou Congresso Nacional convocadas extraordinariamente, e a que estabelece critérios para a criação de Diretórios Distritais.<sup>439</sup>

Não se estendeu para todos os níveis, mas ainda assim foi um veto a decisão tomada pela Câmara Federal. Esse tipo de atitude motivou o então PMDB a lançar um “manifesto criticando o Governo”. <sup>440</sup> O documento também indica a ambição do PMDB congregar “todas as correntes verdadeiramente populares e democráticas”. Sendo ou não uma resposta direta ao veto, essa atitude foi de forma oportuna noticiada no mesmo dia 20 de dezembro, com palavras que nos fazem vislumbrar parte da retórica que em alguns anos iria predominar e fazer parte da campanha pelas diretas. Estava expresso no manifesto do PMDB que:

A Nação não esquece que cada arbitrariedade do regime permitiu sempre uma definição mais nítida das forças oposicionistas. Enquanto alguns, nominalmente na oposição, fraquejavam e transigiam, outros, muitas vezes vindos das bases partidárias e dos novos movimentos sindicais e comunitários, engajavam-se na luta. Agora, esse mesmo avanço dar-se-á em dimensão maior.<sup>441</sup>

Devemos destacar os caminhos que cada grupo seguiu. Na Arena Jutahy Magalhães, que tinha carreira política na UDN antes da ditadura militar e no final da

---

<sup>437</sup> *A Tarde*, 21/11/1979, p.5

<sup>438</sup> *A Tarde*, 23/11/1979, p.5.

<sup>439</sup> Consultado pela última vez em 30/03/2010. Folha de São Paulo, 20 de dezembro de 1979.

[http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil\\_20dez1979.htm](http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_20dez1979.htm)

<sup>440</sup> *Idem*.

<sup>441</sup> *Idem*.

distensão representava o juracisismo do seu pai (Juracy Magalhães), ficou no PDS dos antigos arenistas. Em 1987 passou para o PMDB, e mais tarde em 1995 iria integrar o PSDB. Lomanto Junior<sup>442</sup>, que tinha carreira no PL (Partido Libertador), também ficou no PDS. Luiz Viana Neto<sup>443</sup> que representava o vianismo de seu pai Luiz Viana Filho, ficou no PDS, e depois veio a integrar o PMDB. ACM ficou no PDS, e fazia parte do grupo que formaria o PFL em 1985. Apenas Roberto Santos e os robertistas não ficaram no PDS, indo primeiro para o PP, depois para o PMDB. O que já era esperado, pois ACM, a mais poderosa liderança do partido, já vinha buscando isolar os robertistas.

No MDB autêntico, Hildérico Oliveira<sup>444</sup> ficou no PMDB, apenas para posteriormente integrar o PSDB, onde encontraria o antes adversário Roberto Santos. Clodoaldo Campos<sup>445</sup>, que era uma das mais importantes lideranças do MDB autêntico em termos de poder nos bastidores e na organização do partido, ficou no PMDB, inclusive durante o período de redação da constituição de 1988, como deputado estadual. Rômulo Almeida, que havia sido o candidato do MDB em 78 ao Senado, com o fim do bipartidarismo vinculou-se “à corrente trabalhista liderada por Leonel Brizola. Quando este perdeu a sigla do PTB para Ivete Vargas, filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)”.<sup>446</sup> Domingos Leonelli ficou no PMDB inicialmente, depois passou pelo PSDB e PSB.

Sobre a Ala Jovem do MDB já mostramos como em 76 um entendimento com os adesistas permitira a candidatura de vários membros desse grupo e sua importância central na vitória do MDB na capital. Vale destacar que embora tenhamos centrado o nosso olhar na atuação dos autênticos e na Ala Jovem na capital, onde foram vitoriosos em 76 e 78, pudemos perceber que a oposição atuava em outras regiões do Estado. A notícia “Ala Jovem e CIVUB promovem Encontro das oposições em Jequié”<sup>447</sup> é especialmente importante para indicar essa atuação. A CIVUB (Confederação Interiorana dos Vestibulandos da Bahia) e a Ala Jovem do MDB marcaram para o início de dezembro de 1979 o primeiro “Encontro Regional das Oposições. Do programa constará: ‘Atual conjuntura política do Brasil’, ‘Leis de Exceção’, ‘Reforma Partidária’, e temas regionais

<sup>442</sup> Consultado pela última vez em 05/04/2010. <http://www.al.ba.gov.br/v2/biografia.cfm?varCodigo=455>

<sup>443</sup> Consultado pela última vez em 05/04/2010. <http://diap.ps5.com.br/file/2166.pdf>

<sup>444</sup> Consultado pela última vez em 05/04/2010. <http://www.al.ba.gov.br/v2/biografia.cfm?varCodigo=324>.

<sup>445</sup> Consultado pela última vez em 05/04/2010. <http://www.al.ba.gov.br/v2/biografia.cfm?varCodigo=194>

<sup>446</sup> Consultado pela última vez em 05/04/2010.

[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/romulo\\_de\\_almeida](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/romulo_de_almeida)

<sup>447</sup> *A Tarde*, 28/11/1979, p.13.

como saúde, instrução, grilagem, etc.”<sup>448</sup> Logo outros estudos poderão, talvez, analisar a atuação da oposição fora da capital. Nesse caso, por exemplo, trata-se de organizações com forte traço estudantil, que além de ser uma articulação de uma força predominantemente da capital, passou depois a atuar como uma organização também regional. Esse exemplo também é importante por permitir a visualização do processo de organização de forças da sociedade civil para lutar pela redemocratização, no final da década de 70. Organizações religiosas, de bairro, sindicatos, organizações estudantis, entre outras, iriam cada vez mais, buscar atuar no espaço da grande política, seja apresentando candidatos próprios, como fez a Ala Jovem, seja integrando novos partidos que começavam a se organizar no final da década, seja buscando influenciar as disputas políticas.

No MDB adesista, Clemens Sampaio<sup>449</sup> que tinha feito carreira política no PTB como deputado estadual, desapareceu da política partidária, ao menos de forma marcante, após ter desistido de permanecer no MDB. Já Ney Ferreira, maior liderança adesista, foi quem mais habilmente soube garantir sua permanência no MDB. Havia sido antes da ditadura presidente do Esporte Clube Vitória, oficial da reserva militar, suplente de deputado estadual pelo PDC (Partido Democrata Cristão). Com o final do bipartidarismo foi para o PDS, confirmando as suspeitas de sua aliança com arenistas, especialmente com ACM. Ele acabou exercendo o mandato para o qual foi eleito pelo MDB de 1979-1983, já estando no PDS e foi eleito pelo PDS em 1982 exercendo o mandato de 1983 a 1987.

Percebe-se que o PDS manteve, ao menos inicialmente, a maioria das suas principais lideranças, confirmando que as diferenças de posições eram menos importantes do que as relações de poder. Apenas os robertistas não tinham condições e espaço na nova Arena que era o PDS. Já o MDB se fracionou em diversos partidos, expressando tanto as associações com lideranças nacionais, fosse Ulisses Guimarães ou Tancredo Neves, ou as do PSDB (Montoro e Covas), e também expressando as diferenças de posicionamento. Cabe dizer, por fim, que os adesistas acrescentaram, em sua maioria, mais uma evidência clara de que ACM realmente tinha com eles vários laços e alianças políticas, quando esses mesmos indivíduos foram para o partido, que na Bahia, era controlado pelos carlistas.

---

<sup>448</sup> Idem.

<sup>449</sup> Consultado pela ultima vez em 05/04/2010.<http://www.al.ba.gov.br/v2/biografia.cfm?varCodigo=459>



## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As divisões nos partidos tinham suas peculiaridades e cada grupo passou por transformações durante o período da distensão. A principal mudança do MDB adesista baiano, e especialmente, de sua principal liderança, Ney Ferreira, foi a adaptação do discurso e práticas ao longo da distensão. Em 74, quando os adesistas controlavam o diretório do partido de forma quase que total, sentiam-se confortáveis para impedir que os autênticos tivessem espaço nos meios de comunicação, arriscando-se a enfrentar o processo judicial decorrente dessa atitude. Em 1976, já com menos poder, Ney Ferreira diminuiu o tom adesista, e negociou com os autênticos a entrada da Ala Jovem nas eleições. Em 1978 Ney Ferreira não somente abandona o discurso adesista, como defende a expulsão de Clemens Sampaio, seu candidato ao Senado pelo MDB em 74, percebendo que a atitude desse e de outros adesistas, como José Oduque, entre outros, não tinha mais espaço, e prejudicava as chances de sobrevivência política do grupo.

Devemos, por isso, enfatizar que os adesistas não constituíam um grupo coeso e bem articulado, nem diversos grupos facilmente identificáveis, como os da Arena. Os adesistas tinham na capital uma liderança, Ney Ferreira, que em torno de si e do poder acumulado como presidente do diretório regional do partido tinha controle sobre um grupo que a ele devia lealdade<sup>450</sup>. Esse grupo pode ser identificado, no conjunto maior dos adesistas, mas existiam adesistas que não integravam nem respondiam a Ney Ferreira, e que não formaram de forma clara seus próprios grupos. Logo, adesismo na Bahia era também um comportamento, em função do qual políticos do MDB baiano, de diversos municípios, negociavam alianças diretamente com membros da Arena. Outras investigações podem contribuir para melhor compreender a complexidade do fenômeno adesista no MDB baiano. Isso é algo que podemos fazer no futuro, assim como outros pesquisadores. Aliás, mais investigações podem e devem ser feitas não somente em relação ao adesismo, como em relação às outras clivagens partidárias que examinamos, já que se trata de um período ainda pouco estudado.

Já os emedebistas autênticos, diferentemente dos adesistas, tinham uma coesão maior, unidos pela oposição que faziam ao regime. Embora pertencessem a diferentes tendências desde o centro-esquerda até a esquerda comunista, essas divergências só apareceram com mais clareza apenas quando o bipartidarismo acabou. Pois, cada grupo, ou

---

<sup>450</sup> Em última análise e, como as evidências nos levam a acreditar, apoiavam ACM, devido a já exposta aliança entre Ney Ferreira e os carlistas.

mesmo indivíduo, se filiou ao partido que melhor representava sua forma de pensar. Quanto aos que ficaram no PMDB pode se argumentar que existiam razões não apenas ideológicas, mas de poder já que o partido herdava do MDB boa parte do aparato institucional, como diretórios nos municípios, o que dava uma vantagem eleitoral a esse partido. Em alguns casos fatores como lealdade pessoal pesaram na movimentação política, não sendo apenas a forma de pensar a única motivação dos políticos em sua reorganização quando Arena e MDB não mais existiam.

O MDB autêntico teve uma trajetória interessante. Em 74, sufocado pelos adesistas, o MDB autêntico elegeu poucos representantes, apesar do crescimento nacional do partido. Seus candidatos não tiveram nem acesso aos meios de comunicação, acontecimento que continuamente relembremos, devido sua importância central para a compreensão do contexto. Em 1976, as coisas começam a mudar na relação entre MDB autêntico e adesista. Com o processo de distensão em curso e o fortalecimento nacional do MDB engajado na luta pela democracia, o discurso adesista se torna internamente inviável e a Ala Jovem ganha poder dentro da organização. Em 1978, são os autênticos que elegem maior número de deputados, tendo condições políticas para buscar a expulsão de diversos adesistas do partido.

As divisões partidárias da Arena são de natureza diversa. O que havia de comum entre as quatro correntes arenistas por nós identificadas era que seus líderes já tinham sido governadores em algum momento da história da Bahia. Esse fato foi, inclusive, apontado por Roberto Santos em entrevista, quando disse, respondendo a uma pergunta acerca das características das divisões do partido:

Pois não, todos os líderes dessas diferentes correntes tinham exercido o governo do Estado. O governador Luiz Viana foi governador de 67 a 71. Tinha sido como disse a pouco, chefe da casa civil, no governo Castelo Branco. Com grande encaminhamento de serviços prestados à Bahia. O então deputado, depois senador, Jutahy Magalhães era filho do ex-governador Juracy Magalhães, e tinha exercido o governo da Bahia, entre 1931 e 32, quando foi nomeado interventor da revolução de 30. Depois foi eleito indiretamente em 34, quando houve a promulgação da constituição de 34. E em 37 tinha renunciado ao governo, deixando o resto do mandato, por não concordar com a implantação do Estado Novo. Depois disso, o ex-governador Juracy Magalhães, pleiteou eleição, por volta de 1950, para o governo do Estado, mas foi derrotado pela onda em favor de Getulio que aconteceu na ocasião. Mas foi eleito algum tempo depois, em 57 talvez, foi novamente eleito, foi governador segunda vez, portanto, quando o deputado Jutahy Magalhães estava já em plena atividade política.<sup>451</sup>

---

<sup>451</sup> Santos, Roberto. Testemunhos para a História, p.6-7.

Lomanto Junior havia sido governador de 1963 a 1967, e ACM de 1970 a 1974 e voltaria a ser governador em 1979. O que todas as lideranças de grupos da Arena têm em comum é o fato de terem formado boa parte de sua base de apoio, sua rede de alianças, a partir do controle do poder executivo do Estado da Bahia. O poder foi capaz de arregimentar mais alianças do que as que se formavam por identificação, ou identidade. A maior evidência disso é que Roberto Santos, com uma pequena carreira política até então, foi capaz de ter a segunda maior bancada depois das eleições de 1978, atrás apenas da bancada carlista, desbancando Luiz Viana Filho e Juracy Magalhães, então representados pelos seus filhos Luiz Viana Neto e Jutahy Magalhães, e também Lomanto Junior.

Mesmo levando em conta a habilidade e o esforço de Roberto Santos, fica evidente o peso que ser governador do Estado tem para a formação, a sua volta, de um grupo de apoio. Algumas alianças, obviamente, perduram além do período de poder no governo do Estado. Se não fosse assim, o vianismo e o juracisismo não existiriam no período estudado, e existiam. Galdino Leite, por exemplo, continuava robertista mesmo muitos anos depois da saída de Roberto Santos do governo do Estado. Nem todas as alianças são de um utilitarismo temporário e motivado pela circunstância de alguém estar no poder, e por isso nem todas são passageiras. Em conjunto com os demais, o episódio robertista demonstra, todavia, que embora nem todas as alianças sejam utilitaristas, há também muitas que são.

Em 1974, os três grupos não carlistas se aliaram, e diante do que certos membros dessas correntes disseram em 73 e 74, como apontamos no capítulo II, seria impensável uma reconciliação com ACM. Foi nesse período que esses três grupos indicaram Roberto Santos ao governo do Estado, contrariando ACM. No entanto, em 78, esses mesmos grupos vianista, juracisista, e lomantista se uniram sob o domínio de ACM, que nos bastidores já estava garantindo o seu retorno ao governo do Estado. O que demonstra a falta de solidez da aliança com Roberto Santos. Diante disso, os discursos altamente críticos a ACM em 73-74 devem ser relativizados, porque se houvesse de fato uma impossibilidade real de convivência, esses mesmos grupos não o teriam apoiado em 78. O episódio ainda demonstra que os conchavos muitas vezes se devem mais a questões de poder e sobrevivência política do que a perspectivas ou idéias políticas divergentes. Obviamente que isso não acontece sempre. Como apontamos, algumas lealdades ultrapassam os períodos em que um líder está no poder, permanecendo fortes devido a laços de lealdade ou a identidades políticas.

Essa relação com o poder e com o fato dele criar relações não é privilégio desse período da nossa história. A metáfora de Nabuco é, por isso, apropriada. Nela ele afirma que qualquer

ramo, por mais murcho e seco, deixado uma noite ao alento dessa atmosfera privilegiada, aparece na manhã seguinte coberto de folhas. Não há como negar o influxo desse *fiat*: é toda a nossa história. “O Poder é o Poder” foi uma frase que resumiu a sabedoria da experiência de todos os nossos homens públicos, e sobre a qual assentam todos os seus cálculos.<sup>452</sup>

No contexto ele se referia a um legado que a escravidão deixou, qual seja: o servilismo político. Porém sua reflexão maior acerca do poder permanece. Em volta do poder os políticos gravitam, e foi o que observamos quando examinamos especialmente a formação dos grupos existentes na Arena. Essa observação acerca do poder, e de como ele leva a relações de “geração espontânea”, não se restringe a Nabuco e nem só ao Brasil. Foucault, com objetos completamente distintos, também observou que o poder é capaz de produzir comportamentos. Mas essa é uma discussão que ultrapassa os limites desse trabalho, e que ficará, portanto, para outra oportunidade.

---

<sup>452</sup> NABUCO, Joaquim, *O Abolicionismo*, São Paulo: Publifolha, 2000, (Grandes Nomes do Pensamento brasileiro), p.11. Agradeço a Maria Cecília Velasco e Cruz ter chamado minha atenção para esta passagem do referido autor.

## **APÊNDICES**

## PERFIL DOS POLITICOS CITADOS<sup>453</sup>

### Capítulo I.

#### **Antonio Balbino**<sup>454</sup>

Em 1945, com o fim do Estado Novo, Antonio Balbino ingressou no Partido Popular Sindicalista (PPS), pelo qual concorreu, sem êxito, a uma cadeira na Assembléia Nacional Constituinte, em dezembro de 1945. No ano seguinte, transferiu-se para o Partido Social Democrático (PSD), em cuja legenda se elegeu deputado estadual em janeiro de 1947 e deputado federal em outubro de 1950. Nestas últimas eleições, Getúlio Vargas ascendeu à presidência da República. Em junho de 1953 licenciou-se do mandato por ter sido nomeado ministro da Educação e Saúde, no momento em que o ministério era desdobrado em duas pastas: o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o Ministério da Saúde. De agosto a dezembro de 1953, cumulativamente com a chefia do MEC, ocupou interinamente a chefia do Ministério da Saúde. Deixou a pasta em julho de 1954, para concorrer às eleições para o governo da Bahia. Retornando à Câmara dos Deputados, exerceu o mandato até o final da legislatura, em janeiro de 1955.

Nas eleições de 1954, Antônio Balbino elegeu-se governador da Bahia. Em 1959, ao findar o seu governo, retomou as atividades de advogado. Retornando à vida pública em setembro de 1961, no início da etapa parlamentarista do governo de João Goulart (1961-1964), assumiu o cargo de procurador-geral da República. Permaneceu na Procuradoria até agosto do ano seguinte, quando foi nomeado membro do Conselho Federal de Educação. Ainda em 1962 foi eleito senador pela Bahia. Em janeiro de 1963, com a reinstalação do presidencialismo, assumiu a pasta da Indústria e Comércio, voltando a ocupar sua cadeira no Senado em junho seguinte. O golpe militar que depôs João Goulart em 31 de março de 1964 não afetou seu mandato. Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) e a posterior instauração do bipartidarismo, filiou-se ao oposicionista Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Ao findar de seu mandato em janeiro de 1971, abandonou a vida política, dedicando-se à advocacia no Rio de Janeiro e a projetos agropecuários em Barreiras, sua terra natal.

#### **Roberto Santos**<sup>455</sup>

Roberto Santos nasceu a 15 de setembro de 1926, em Salvador, Bahia. Em 1944 ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia onde concluiu o curso em 1949. Em 1952 ingressou na divisão médica da Universidade de Cornell, New York e, na qualidade de residente, trabalhou no departamento de medicina interna da Universidade de Michigan. Em 1953, ingressou na Universidade Federal da Bahia na cátedra de clínica propedêutica médica. Em 1954 trabalhou no departamento de medicina experimental da Universidade de

---

<sup>453</sup> ACM não aparece nessa lista, pois o seu perfil e parte de sua carreira política, já estão no corpo do trabalho. Também não incluímos o perfil de alguns outros políticos que não foram considerados relevantes o suficiente para tal. Vale destacar que as fontes citadas são referencia apenas para informações, e por isso, eventuais opiniões podem e são suprimidas.

<sup>454</sup> Acessado em 31/12/2009. [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/Antonio\\_Balbino](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/Antonio_Balbino)

<sup>455</sup> Acessado em 31/12/2009. <http://www.governador.ba.gov.br/governadores/robertofigueira.htm>

Cambridge, Inglaterra. Em 1963 integrou a comissão de especialistas em ensino médico da diretoria de ensino superior do Ministério de Educação e Cultura. Em abril 1967 foi Secretário de saúde pública do estado, onde permaneceu até julho do mesmo ano, quando assumiu a reitoria da UFBA. Através do voto indireto, na Assembléia Legislativa, se tornou governador do estado, em 15 de março de 1975. Em 15 de março de 1979 passou o cargo ao ex-governador, Antônio Carlos Magalhães, reeleito para o seu segundo mandato. Em 1986 / 1987 exerce o cargo de ministro da saúde no governo de José Sarney.

### **Luiz Viana Filho**<sup>456</sup>

Formado em Direito em 1929, na Faculdade de Direito da Bahia, Luiz Viana Filho, herdou a vocação política de seu pai, Luiz Viana, presidente da Província da Bahia durante a campanha contra o Arraial de Canudos, e senador até 1920. No jornalismo, no qual ingressou antes de completar 20 anos, Luiz Viana Filho encontrou substrato tanto para sua iniciação na política quanto na Literatura. Paralelamente, dedicava-se à carreira do Direito, atuando como advogado junto a Aliomar Baleeiro e Álvaro Nascimento. Em 1931, casou-se com Julieta Pontes, com quem teve seis filhos: Frederico, Luiz, Lia, Julieta, Celina e Maria Lúcia. Em 1933, candidatou-se à Constituinte e, em 1934, como o mais jovem deputado federal até então, assumiu o primeiro de seus seis mandatos. Durante o Estado Novo, afastado da política, pôde dedicar-se à Literatura e ao Direito. Em 1937, tomou posse como catedrático de Direito Internacional na Faculdade de Direito da Bahia e, em 1943, foi nomeado para a cátedra de História do Brasil na Faculdade de Filosofia da Bahia. Em 1964 foi convidado pelo presidente Castelo Branco para chefiar a Casa Civil da Presidência da República. Entre 1967 e 1971 foi governador da Bahia. Em 1974 chegou ao Senado, onde permaneceria até sua morte.

### **Juracy Magalhães**<sup>457</sup>

Juracy Montenegro Magalhães, conhecido na política como Juracy Magalhães, nasceu em 4 de agosto de 1905 em Fortaleza, Ceará. Em julho de 1922, sentou praça no exército, no 23º batalhão de caçadores na capital cearense, seguindo no início de 1923 para o Rio de Janeiro, a fim de ingressar na escola militar de Realengo. Transferido para o 1º regimento de infantaria, na vila militar do Rio de Janeiro, em 1928, teve o seu primeiro contato com Juarez Távora, iniciando a atividade conspiradora que levaria à revolução de 1930. Nomeado interventor federal da Bahia, tomou posse em 19 de setembro de 1931. Durante sua permanência na interventoria, construiu um novo pacto político no estado, com a criação do PSD da Bahia. Assegurou o apoio dos baianos ao governo provisório de Vargas, ao reprimir as manifestações de apoio ao movimento constitucionalista de 1932, deflagrado em São Paulo. Juracy Magalhães construiu uma nova aliança política no estado, em torno dos chefes políticos municipais, consolidada na criação do partido social democrática da Bahia. Apoiado pela coligação sertaneja conseguiu fazer maioria na assembléia constituinte estadual, que o elegeu governador para o quadriênio 1935 / 1939. A 25 de abril de 1935 foi empossado no primeiro mandato constitucional pós-revolução de 1930. Juracy Montenegro Magalhães, eleito pela assembléia constituinte do estado, após três anos e meio a frente da interventoria baiana, assumiu o governo do estado em 25 de abril de 1935. Renunciou ao mandato no dia 10 de novembro de 1937, ao tomar

<sup>456</sup> Acessado em: 31/12/2009. [http://www.senado.gov.br/sf/biblioteca/acervo/LVF100/vida\\_01.shtm](http://www.senado.gov.br/sf/biblioteca/acervo/LVF100/vida_01.shtm)

<sup>457</sup> Acessado em : 31/12/2009. <http://www.governador.ba.gov.br/governadores/juracymontenegro.htm>



conhecimento da instauração do Estado Novo. Reassumiu suas atividades no exército, só regressando à política após a queda da ditadura. Exerceu a presidência da companhia Vale do Rio Doce em março de 1951. Adido militar do Brasil em Washington, de 1953 a 1954, retornou ao país para se tornar o primeiro presidente da Petrobrás. Conduzido novamente ao governo do estado, agora pela legenda da UDN, Juracy Montenegro Magalhães, tomou posse em 7 de abril de 1959, deixando seu mandato no senado federal. Em seu segundo período de governo, Juracy Magalhães foi o 30º governador do estado. Disputou com Jânio Quadros a indicação para a candidatura da UDN à presidência da república, em 1960, mas foi derrotado na convenção. Passou o governo a Antônio Lomanto Júnior a 7 de abril de 1963. Em 1964, participou da articulação do movimento militar que derrubou João Goulart. Assumiu o posto de embaixador do Brasil nos Estados Unidos em junho, no qual se manteve até outubro de 1965, quando regressou ao Brasil para ocupar a pasta da justiça no governo de Castelo Branco. Em janeiro do ano seguinte, foi transferido para a pasta das relações exteriores, que ocupou até março de 1967. A partir de então se retirou da política, dedicando-se exclusivamente a empresa privada. Faleceu em Salvador, no dia 15 de maio de 2000.

### **Lomanto Junior<sup>458</sup>**

Antonio Lomanto Junior, conhecido na política baiana como Lomanto Junior, nasceu em 29 de novembro de 1924, Jequié, Bahia. Ingressou na Faculdade de Odontologia da Bahia, tendo concluído o curso em 1946, época em que regressou a Jequié, onde começou a exercer a profissão, abandonando-a para dedicar-se à política. Iniciou a sua carreira política, em 1947, como vereador. Em 1951 / 1955, prefeito, pelo partido libertador, através do qual começou a se projetar no cenário político do estado. Em 1954 foi eleito deputado à assembléia legislativa, assumindo no ano seguinte ao completar o mandato de prefeito. Assumiu o governo do estado em 7 de abril de 1963. Durante o seu governo, ocorreu o movimento militar que depôs o presidente João Goulart, em 31 de março de 1964. Concluiu o seu mandato em 7 de abril de 1967, sendo substituído por Luís Viana Filho. Em 1992 reelege-se, pela terceira vez, prefeito de Jequié, assumindo em 1993 e ali permanecendo até janeiro de 1997.

### **Domingos Leonelli<sup>459</sup>**

Diretor da Cia. de Teatro ARENA, Salvador, 1965-1966; diretor de Criação da VOX Propaganda, GPM, PROPEG, PUBLIVENDAS e ENGENHO NOVO, Salvador, 1967-1978. Secretário estadual de Comunicação da Bahia, 1993-1994; secretário-geral de Programa de Desenvolvimento e Ações Estratégicas da Administração Municipal, Prefeitura de Salvador, 1993-1994. Fundador e presidente do Instituto Pensar; editor da Revista Socialismo do Futuro. Membro fundador do Centro Ibero-americano de Desenvolvimento Estratégico Urbano - CIDEU, membro, consultor do Comitê de Direção da Revista Socialismo do Futuro. Secretário municipal de Economia, Emprego e Renda, Salvador-BA, 2005. Superintendente da Agência Municipal de Desenvolvimento Econômico de Salvador - ADESA, 2005-2006; secretário estadual de Turismo da Bahia, a partir de 02/01/2007. Eleito deputado estadual pelo Movimento Democrático Brasileiro - MDB, 1979-1983; deputado federal pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro -

<sup>458</sup> Acessado em: 31/12/2009. <http://www.governador.ba.gov.br/governadores/antoniolomanto.htm>

<sup>459</sup> Acessado em: 31/12/2009. <http://www.al.ba.gov.br/v2/biografia.cfm?varCodigo=273>

PMDB, 1983-1987 e reeleito deputado federal Constituinte, 1987-1991; deputado federal pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, 1995-1999. Filiações partidárias MDB; PMDB; PSB; PSDB.

### **Raulino Franklin de Queiroz<sup>460</sup>**

Formou-se Oficial da Polícia Militar-PM pela Academia da Polícia Militar da Bahia, 1956. Oficial da Polícia Militar, comandante do 3º Batalhão da PM, 1966; professor de Geografia Humana no Colégio Técnico-Comercial da Associação Educacional Dr. José Inácio da Silva. Secretário da prefeitura de Juazeiro, 1963-1966, diretor da Divisão de Estâncias Hidrominerais do Departamento das Municipalidades. Colaborador dos jornais: A Voz do São Francisco, Tribuna do Povo e Jornal de Juazeiro. Foi eleito vereador em Juazeiro pelo Partido Democrático Cristão - PDC, 1958-1962. Deputado estadual pela Aliança Renovadora Nacional-ARENA, 1967-1971; suplente de deputado estadual pela ARENA, 1971-1975, efetivou-se em novembro de 1971. Eleito deputado estadual pela ARENA, 1975-1979 e 1979-1983; suplente de deputado estadual pelo Partido Democrático Social-PDS, 1983-1987, efetivou-se em jun. de 1986.

## **Capítulo II<sup>461</sup>**

### **Afrísio Vieira Lima**

Revisor da Imprensa Oficial, 1947-1948; chefe de cartório do Tribunal Regional Eleitoral- TRE, 1949-1954; assistente jurídico da Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia, 1955-1956; diretor do Fórum Ruy Barbosa, Salvador, 1956-1960; procurador do município de Salvador, 1960-1975; superintendente do Centro Industrial de Aratu-CIA, 1987-1988; secretário estadual de Segurança Pública da Bahia, 1990-1994; superintendente regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA; diretor presidente da Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA, 1995-2002. Presidente da Junta Comercial do Estado da Bahia - JUCEB, da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia, a partir de jan. 2007. Na carreira política foi eleito vereador pela União Democrática Nacional - UDN, 1963-1967, Itaquara-BA. Deputado estadual pela Aliança Renovadora Nacional - ARENA, 1971-1975. Deputado federal pela ARENA, 1975-1979, reeleito deputado federal, ARENA, 1979-1983, e pelo Partido Democrático Social - PDS, 1983-1987. Suplente de deputado federal pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, 1987-1991, assumiu por diversos períodos.

### **Hildérico Pereira de Oliveira**

Professor de Língua Portuguesa e Literatura de 1956-2003 e professor em vários colégios: Educandário de Nazaré, Nazaré, 1956, Colégio Municipal de Valença, Valença-

<sup>460</sup> Acessado em: 31/12/2009. <http://www.al.ba.gov.br/v2/biografia.cfm?varCodigo=252>

<sup>461</sup> Perfil dos deputados estaduais, na ordem que aparecem no texto, o que implica que damos informações apenas dos deputados citados, e cujas falas foram utilizadas na dissertação ou daqueles que aparecem nas falas de outros deputados estaduais. A maioria das informações para realizar os perfis foi retirada da página oficial da Assembléia Legislativa. <http://www.al.ba.gov.br/>

BA, 1957, Colégio Santo Antônio de Jesus, Santo Antônio de Jesus-BA, 1958, Colégio Augusto Galvão, Campo Formoso-BA, 1959-1960. Fundador, diretor, proprietário e professor do Ginásio da Fraternidade, Irecê-BA, 1961-1963, e em Salvador no Colégio Visconde de Mauá, 1964-1968, Colégio Nossa Senhora de Lourdes, 1969-1993, Colégio Democrata, 1994-2006. Professor de Português e Francês na Universidade Católica do Salvador - UCSAL, 1968. Pecuarista em Ibotirama-BA, 1981-1999 e advogado 1969-2006. Membro da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/BA e membro da Grande Loja Maçônica da Bahia, Salvador. Em sua carreira política foi suplente de deputado estadual pelo Movimento Democrático Brasileiro-MDB, 1971-1975, efetivou-se em março de 1972. Deputado federal pelo MDB, 1975-1979, reeleito pelo PMDB, 1979-1983. Sua filiação partidária foi com MDB, PMDB e PSDB.

### **Raulino Franklin de Queiroz**

Formou-se Oficial da Polícia Militar-PM pela Academia da Polícia Militar da Bahia, 1956. Oficial da Polícia Militar, comandante do 3º Batalhão da PM, 1966; professor de Geografia Humana no Colégio Técnico-Comercial da Associação Educacional Dr. José Inácio da Silva, secretário da prefeitura de Juazeiro, 1963-1966, diretor da Divisão de Estâncias Hidrominerais do Departamento das Municipalidades. Colaborador dos jornais: A Voz do São Francisco, Tribuna do Povo e Jornal de Juazeiro. Foi eleito vereador em Juazeiro pelo Partido Democrático Cristão - PDC, 1958-1962. Deputado estadual pela Aliança Renovadora Nacional-ARENA, 1967-1971; suplente de deputado estadual pela ARENA, 1971-1975, efetivou-se em novembro de 1971. Eleito deputado estadual pela ARENA, 1975-1979 e 1979-1983; suplente de deputado estadual pelo Partido Democrático Social-PDS, 1983-1987, efetivou-se em jun. de 1986.

### **Agostinho Cardoso Pinheiro**

Advogado, agropecuarista e membro do Rotary Club. Vereador, Ipiaú-BA. Prefeito de Ipiaú, 1943-1945. Eleito deputado estadual pelo Partido Libertador - PL, 1959-1963, reeleito, PL, 1963-1967. Suplente de deputado estadual pela Aliança Renovadora Nacional - ARENA, 1967-1971, assumiu o mandato de out. a dez.1967. Deputado estadual pela ARENA, 1971-1975.

### **Newton Macedo Campos**

Funcionário da Petrobrás, coordenador parlamentar da Assembléia Legislativa da Bahia, 1975-1985, assessor do ministro da Justiça Fernando Lyra. Suplente de deputado estadual pelo Movimento Democrático Brasileiro-MDB, 1967-1971, assumiu o mandato de out. 1967 a fev. 1968. Eleito deputado estadual pelo MDB, 1971-1975. Vereador em Salvador, MDB/PMDB, 1977-1982. Vice-líder da Minoria-MDB, ALBA, 1971-1974. Fundador e presidente do Partido Socialista Brasileiro-PSB, Bahia.

### **Antônio José Sá Nascimento**

Contabilista, 1959-1966; professor da Escola Técnica de Contabilidade do Centro Educacional Humberto de Campos, 1964; presidente da Associação Comercial e Industrial de Vitória da Conquista, 1968-1969, reeleito para 1970-1971; advogado do Banco

Nacional do Norte-BANORTE, Vitória da Conquista, 1979-1983, Banco do Estado do Rio de Janeiro S/A-BANERJ, 1984-1986, e Banco Real S/A, 1984, Salvador, chefe do Escritório Regional do Conselho Nacional do Petróleo, CNP, BA e SE, 1986-1990. Advogado em Vitória da Conquista. Membro da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB-BA. Eleito vereador pelo Movimento Democrático Brasileiro - MDB, 1967-1971, Vitória da Conquista. Deputado estadual, MDB, 1971-1975. Eleito deputado federal, MDB, 1975-1979. Filiação partidária MDB; MTR; PP.

### **Orlando Ferreira Spínola**

Médico psiquiátrico do Asilo São João de Deus (Hospital Juliano Moreira), Salvador, clinicou no serviço público no município de Urandi-BA, chefe do Posto de Higiene no município de Vitória da Conquista-BA, chefe da clínica do Hospital da Santa Casa de Misericórdia, cirurgião da Casa de Saúde São Geraldo, Vitória da Conquista. Clinicou na Clínica Psiquiátrica do Professor Doutor Mário Leal. Fundador e presidente do Fundo Mutuário Parlamentar, 1963, fundador e presidente da Caixa Parlamentar de Previdência, ALBA, 1967. Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado da Bahia-TCE, jul./dez. 1982. Eleito deputado estadual Constituinte pela União Democrática Nacional-UDN, 1947-1951, reeleito UDN, 1951-1955, 1955-1959 e 1959-1963, renunciou ao mandato em jan. 1963. Deputado estadual, UDN, 1963-1967, reeleito pela Aliança Renovadora Nacional-ARENA, 1967-1971, 1971-1975, 1975-1979, 1979-1983. Renunciou ao mandato para exercer o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, 1982. Assumiu o Governo do Estado por diversos períodos, nos governos de Antônio Balbino, Juracy Magalhães e Antônio Lomanto Júnior. Filiação partidária UDN, ARENA e PDS.

### **Dilson de Souza Nogueira**

Oficial de gabinete do ministro Luis Vianna Filho, chefe do gabinete civil do governo Marechal Castelo Branco. Farmacêutico do Instituto de Assistência e Previdência dos Servidores do Estado da Bahia - IAPSEB, onde se aposentou. Em Xique-Xique, instalou o Hospital Julieta Viana, 1970, e o Ginásio Polivalente, um dos fundadores da Sociedade Assistencial e de várias escolas primárias. Sócio do Laboratório de Análises Clínicas - LABOCLISA, 1962-2000, membro do Conselho de Farmácia da Bahia. Eleito deputado estadual pela Aliança Renovadora Nacional-ARENA, 1967-1971, reeleito ARENA, 1971-1975 e 1975-1979.

### **Stoessel de Oliveira Dourado**

Atendente da Secretaria de Segurança Pública da Bahia, 1950-1952; oficial de gabinete do secretário de Segurança Pública, 1955-1958; funcionário da Assembléia Legislativa da Bahia, 1952-1963; professor assistente de Histologia e Embriologia da Escola de Medicina Veterinária da Bahia, 1956; veterinário da Prefeitura Municipal de Salvador, 1957; procurador do Serviço Jurídico da União, Previdência Social, 1961; professor de Português, Organização Social e Política do Brasil no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, Salvador, 1967; professor de Direito Usual no Colégio Estadual Alípio Franca, 1968; professor de Direito Usual e Legislação aplicada no Centro Educacional Euclides

Dantas, Vitória da Conquista - BA; assessor da Secretaria de Minas e Energia, dez. 1967-ago. 1968; professor auxiliar de Estudo de Problemas Brasileiros, da Faculdade de Filosofia da UFBA, 1974; assessor administrativo do Senado Federal, 1984-1986; assessor do Ministério de Minas e Energia, 1983-1984; juiz do Tribunal Regional do Trabalho - TRT, 5ª Região, 1986-1995, vice-presidente do TRT, dez.1989-dez.1991, corregedor do TRT, dez.1991-dez.1993. Eleito deputado estadual pela Aliança Renovadora Nacional - ARENA, 1971-1975 e 1975-1979. Deputado federal pelo Partido Democrático Social - PDS, 1979-1983.

### **José Lourenço Moraes da Silva**

Empresário e economista. Vice-líder da Maioria, ALBA, 1978; líder da Maioria, ARENA, ALBA, 1979-1982; líder do PDS, ALBA, 1980-1982. Fundador do PFL, membro da Executiva Nacional do PFL; presidente do PDS, BA, 1991; na Câmara Federal: vice-líder do PDS, 1983-1984, 1989-1990 e 1991-1993; líder do PFL, 1985-1989; vice-líder do Governo, PDS, 1992; vice-líder do PPR, 1993; vice-líder do PFL, 1997-2000; vice-líder do Bloco PMDB/PTN, 2001; vice-líder do PMDB, 2001. Filiação partidária ARENA; PDS; PFL; PMDB; PPB; PPR.

### **Jairo Azzi**

Secretário municipal de Saúde, Alagoinhas-BA, diretor da Legião Brasileira de Assistência-LBA, médico do INAMPS e da Secretaria de Saúde Pública do Estado da Bahia. Pecuarista. Eleito vereador pelo Partido Republicano-PR, 1961-1965, Alagoinhas. Deputado estadual pela Aliança Renovadora Nacional-ARENA, 1967-1971, reeleito ARENA, 1971-1975, 1975-1979, 1979-1983. Deputado federal pelo Partido Democrático Social-PDS, 1983-1987, reeleito deputado federal Constituinte pelo Partido da Frente Liberal-PFL, 1987-1991, reeleito pelo Partido Democrático Cristão-PDC, 1991-1995, pelo PFL, 1995-1999 e 1999-2003.

### **Eliseu Cabral Leal**

Comerciante em Gandu. Assessor do presidente da União das Prefeituras da Bahia - UPB. Eleito vereador pelo Partido Trabalhista Brasileiro-PTB, 1962-1966 e prefeito pela Aliança Renovadora Nacional-ARENA, 1966-1970, 1977-1981, Gandu. Deputado estadual, ARENA, 1971-1975.

### **Clodoaldo de Oliveira Campos**

Dentista, 1938-1945 e agropecuarista, Canavieiras-BA. Eleito vereador em Canavieiras pelo Partido Social Democrático-PSD, 1947-1951 e reeleito pelo PSD, 1951-1955. Prefeito de Iará pelo PSD, 1955-1959. Deputado estadual pelo PSD, 1959-1963, reeleito, PSD, 1963-1967, pelo Movimento Democrático Brasileiro-MDB, 1967-1971, 1971-1975, 1975-1979, 1979-1983. Deputado estadual Constituinte pelo Partido Democrático Brasileiro-PMDB, 1987-1991. Filiação partidária MDB, PMDB e PSD. Foi líder da minoria 1971-1975 na Assembléia Legislativa pelo MDB.

### **Jutahy Borges Magalhães**

Funcionário do Instituto de Assistência e Previdência do Servidor do Estado da Bahia-IAPSEB; inspetor-geral do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado-IPASE para a Bahia, Sergipe e Espírito Santo; presidente das empresas A.J. Cravo, Tramac, Matema e Mirka, 1955-1956. Eleito vereador pela União Democrática Nacional-UDN, 1959-1963, Itaparica-BA. Deputado estadual pela UDN, 1963-1967. Eleito pela Assembléia Legislativa, vice-governador do Estado da Bahia pela Aliança Renovadora Nacional - ARENA, 1967-1971. Deputado estadual pela ARENA, 1971-1975. Deputado federal pela ARENA, 1975-1979. Senador indicado pelo presidente da República Ernesto Geisel, 1979-1987. Senador Constituinte, Partido do Movimento Democrático Brasileiro-PMDB, 1987-1995. Torna-se importante liderança na Arena, inclusive porque seu pai Juracy Magalhães, ainda era uma liderança que tinha um grupo de aliados, alianças que se transferiram para seu filho.

### **Vilobaldo Neves Freitas**

Professor de 1932-1940. Inspetor e técnico da Secretaria de Educação, 1940-1950. Conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios-TCM, maio/nov. 1985. Vice-líder da Maioria, ALBA, 1968, 1971-1974, 1977-1978; vice-presidente do Diretório Regional do Partido, ARENA, 1976-1977. Filiação partidária Arena e PDS.

## **Capítulo III**

### **Josaphat Marinho<sup>462</sup>**

Josaphat Ramos Marinho nasceu em Areia, hoje Ubaíra (BA), no dia 28 de outubro de 1915, filho de Sinfrônio de Sales Marinho e de Adelaide Ramos Marinho. Ingressou, em 1934, na Faculdade de Direito da Bahia, bacharelando-se por essa faculdade. Ocupou interinamente, em 1942, o cargo de consultor jurídico do Departamento de Serviço Público da Bahia, passando, em seguida, a dedicar-se ao magistério. Findo o Estado Novo (1937-1945), foi eleito, em janeiro de 1947, deputado à Assembléia Constituinte da Bahia na legenda da União Democrática Nacional (UDN). Deixou a Assembléia em 1951, a ela retornando eleito em outubro de 1954, pela legenda do Partido Liberal (PL). Após a posse de Juracy Magalhães no governo da Bahia, em 1959, Josaphat Marinho foi nomeado, em abril, secretário do Interior e Justiça do Estado. Ocupou o cargo até 1960, porque foi designado secretário da Fazenda. Exerceu essa função até março de 1961, quando foi nomeado pelo Presidente Jânio Quadros para a presidência do Conselho Nacional do Petróleo (CNP). Com a renúncia do presidente, em 25-8-61, pediu demissão do cargo, que não foi aceita imediatamente. Permaneceu na presidência do CNP até dezembro de 1961. Retornou, então, à Bahia, assumindo novamente a Secretaria da Fazenda até dezembro de 1962.

---

<sup>462</sup> Acessado em 06/01/2010.

<http://www.senado.gov.br/comunica/museu/pron4.htm>

No pleito de outubro de 1962, elegeu-se para o Senado Federal pela Bahia. Concluído seu mandato em 1971, Josaphat afastou-se da vida pública, voltando a se dedicar à advocacia e ao magistério superior como professor de Direito Constitucional da Universidade de Brasília (UnB). Em dezembro de 1979, no contexto da reformulação partidária posterior à extinção do bipartidarismo (29-11-79), assinalou, em entrevista ao Jornal do Brasil, que, após oito anos de afastamento, voltava à vida pública para "dar uma contribuição ao processo de formação dos novos partidos".

Josaphat Marinho tornou-se membro do Instituto dos Advogados da Bahia, do Instituto Baiano de Direito do Trabalho e da Academia Baiana de Letras. Exerce seu segundo mandato de senador da República (1990-98) durante o qual foi relator-geral do novo Código Civil brasileiro, aprovado no Senado depois de 22 anos de tramitação no Congresso Nacional. Josaphat Marinho é casado com Iraci Ramos Marinho, com quem tem dois filhos.

## Fontes e Arquivos.

- Biblioteca Central dos Barris.
- Biblioteca da Assembléia Legislativa.

### 1- Periódicos

#### 1.1-Jornais da Grande imprensa

*A Tarde*: (Salvador – BA – Outubro a dezembro em 1974 e 1976 e novembro a dezembro em 1978 e 1979)

*Jornal da Bahia* (Salvador – BA – Outubro a dezembro em 1974 e 1976 e novembro a dezembro em 1978 e 1979)

*Tribuna da Bahia* (Salvador – BA – Outubro a dezembro em 1974, 1976 e novembro a dezembro em 1978 e 1979)

#### 1.2. Almanaque

Banco de dados. Almanaque-Folha on-line consultado pela ultima vez em 10/06/2009:  
[http://almanaque.folha.uol.com.br/ditadura\\_cronologia.htm](http://almanaque.folha.uol.com.br/ditadura_cronologia.htm)

### 2-Documentos da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia.<sup>463</sup>

Diários Oficiais da Assembléia Legislativa da Bahia de janeiro de 1974 a dezembro de 1975.

### 3-Fontes orais<sup>464</sup>.

Entrevista com Domingos Leonelli, 28/06/2005 e 04/07/2005, Salvador (BA).

Entrevista com Roberto Figueira Santos, 19/09/2009, Salvador (BA).

Entrevista com Hildérico Oliveira, 16/12/2009, Salvador (BA).

---

<sup>463</sup> Por recomendação dos funcionários da biblioteca e do departamento de pesquisa, adotamos o método de citar a data de publicação do diário e não a data da sessão. Pois facilita a localização, além do que, localizar a data da sessão é uma tarefa que mesmo os funcionários da biblioteca tem dificuldades, devido a forma de organização dos diários oficiais.

<sup>464</sup> Duas entrevistas, a com Roberto Santos e Hildérico Oliveira, foram filmadas. O conteúdo nós vamos depositar na Biblioteca de FFCH. A versão transcrita, das três entrevistas, tão breve seja revisada, também será depositada.



## Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Rômulo. *Rômulo: voltado para o futuro*. Fortaleza: BNB, 1986, 242p. (Entrevistas concedidas ao grupo de trabalho da ASED).
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*, Petrópolis, Vozes, 1985.
- ANDRADE, Ilza Araújo Leão. *Políticas e Poder: Os mecanismos de implementação e o fortalecimento de Novas Elites políticas no Nordeste -1979-1985*. Tese apresentada ao doutorado em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas- Unicamp, julho 1994, 225 p.
- BAHIA, Assembléia Legislativa. *Memória do Legislativo Baiano*, Salvador: A Assembléia, 2004, 400 p.
- BLOCH, Marc. *Introdução à história. (Apologie pour l'histoire ou Métier d'historien)*. Ed. crítica, Mem Martins-Portugal, Publicações Europa-América, 1997. 289p.
- BOBBIO, Norberto. *O futuro da Democracia*. São Paulo. Ed: Paz e Terra.1986. p-17-40.
- BOBBIO, Norberto. *Democracia Representativa e Democracia direta*, São Paulo. Ed: Paz e Terra.1986.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*, 3ª. Ed. Brasília, Editora da UNB, 1991.
- BOOTH, W.C., COLOMB, G.G., WILLIAMS, J. M. *A Arte da Pesquisa*. São Paulo: Martins Fontes, 2000..
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Ideologias econômicas e democracia no Brasil, Trabalho apresentado no seminário *L'internationalisation de la Democratie Politique*, organizado pela Universidade de Montreal, 28 de setembro a 5 de outubro de 1988. Consultado pela ultima vez em 23/08/2009. <http://www.scielo.br/pdf/ea/v3n6/v3n6a04.pdf>
- CAMPELLO, Maria do Carmo, *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)*, São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1976.
- CARDOSO, Fernando Henrique, in: Cardoso, F. H. & Lamounier, B., eds. *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, *apud*: SANTOS, Wanderley Guilherme dos, *Poder e Política: crônica do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1978.
- CARDOSO, Fernando Henrique, “Regime político e mudança social (algumas reflexões sobre o caso brasileiro)”, em *Revista de Cultura política*, numero três, Rio de Janeiro, Cedec/Paz e Terra, 1980.
- CARVALHO, Aloysio. *Geisel, Figueiredo e a liberalização do regime autoritário (1974-1985)*. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582005000100005#nt23](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582005000100005#nt23) . Consultado em 10/06/2008.
- CASANOVA, Pablo. *Globalização Excludente:Desigualdade ,exclusão e democracia na nova ordem mundial*. (Capítulo 2, Globalidade, Neoliberalismo e democracia). Editora Vozes, Petrópolis, 2000. 46-61 p.
- COIMBRA, Cecília Bouças. *Qual Anistia? Grupo Tortura Nunca Mais*. Disponível em: <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/Artigos.asp?Codigo=35>. Acesso em: 05 ago. 2007.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *A Democracia como um valor Universal*. São Paulo,Livraria Editora Ciências Humanas, 1980, 118p.
- CRUZ, Sebastião Carlos Velasco, *Empresariado e estado na transição brasileira um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977)*, Campinas, SP, Editora da UNICAMP, São Paulo: FAPESP, 1995.

- CRUZ, Sebastião Velasco e MARTINS, Carlos Estevam, De Castelo a Figueiredo: uma incursão na pré-história da ‘abertura’ in: *Sociedade e Política no Brasil pós-64*. SORJ, Bernardo, ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (org). São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.
- DAHL, Robert. *Poliarquia: Participação e oposição*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1997, 240 p.
- DANTAS NETO, Paulo Fabio. “Surf” Nas Ondas do Tempo: do carlismo histórico ao carlismo pós-carlista, Caderno CRH, Salvador, nº 39, jul/dez. 2003, p.213-255
- DANTAS NETO, Paulo Fabio. Caminhos e Atalhos: Autonomia política, governabilidade e governança em Salvador. In: IVO, Anete Brito Leal (org.) *O poder da Cidade: Limites da governança urbana*, Salvador: Edufba, 2000. p 51-83.
- DANTAS NETO, Paulo Fabio. *Tradição, Autocracia e Carisma: a política de Antonio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974)*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006. 587p.
- DEBERT, Guita G., “Problemas Relativos á utilização da História de Vida e História Oral”, in: CARDOSO, Ruth C. L. (organizadora) *A Aventura Antropológica: Teoria e Pesquisa*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986 p.141-156
- DREIFUSS, René, *1964: A conquista do Estado*, Petrópolis, Vozes, 1981. (capítulo VIII).
- FAORO, Raymundo, *Os donos do Poder*, Editora Globo, Porto Alegre, 1958.
- FERNANDES, Aldo Demerval Rio Branco e outros. *História do Brasil – República*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, Ed., 1998.
- FERREIRA, Marieta de Moraes Ferreira. A “Nova Velha História”. O retorno da História Política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.265-271, 1992.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. “História, tempo presente e História Oral” , *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002, p.314-332.
- FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina (orgs). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1996.
- FICO, Carlos. *Além do Golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro, Record, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. 295 p
- GOMES, João Carlos Teixeira. *Memórias das Trevas*. São Paulo: Geração Editorial, 2001. 766 p.
- GONZALES, Maria Victoria Espiñeira. A resposta da Bahia à repressão militar: a ação partidária da Ala jovem do MDB e a militância civil do trabalho conjunto da cidade de Salvador, in: ZACHARIEDHES, Grimaldo Carneiro, (org.) *Ditadura Militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes*, Salvador: Edufba, 2009, p. 215-240.
- GONZALES, Maria Victoria Espiñeira. *O Partido, A Igreja e o Estado nas Associações de Bairros*. Salvador: EDUFBA, 1997. 125p.
- GONZALES, Maria Victoria Espiñeira. *A experiência da ala jovem do MDB da Bahia durante o Regime Militar*. Niterói-RJ. III Encontro da Associação Nacional de Ciência Política. UFF, Julho de 2002.
- GUIMARÃES, Ary. *As Eleições Baianas de 1970*. Salvador: Centro Editorial da UFBA, 1970. (Capítulo I e Capítulo XI)
- GUIMARÃES, Ary. As Eleições de 1978 na Bahia In: *Eleições Nacionais de 1978*. Brasília: Fundação Milton Campos, 1979. v.2.
- GUIMARÃES, Ary. Bahia: Uma Eleição sem Surpresas. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, nº 43, jul. 1976.

- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, A Política e o Estado Moderno*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 444p.
- HALL, Michael M. História Oral: Os riscos da inocência. In: São Paulo. Secretaria Municipal de Cultura. *O Direito à Memória*. São Paulo: Departamento do Patrimônio histórico, 1992.
- ĨNIGUEZ, Lupicínio (Org.). *Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais*. Petrópolis, RJ:Vozes, 2004, 301p.
- KELSEN, Hans, *A democracia*, 2 ed, São Paulo: Martins Fontes, 2000, 404p.
- KINZO, Maria D’Alva Gil, O legado oposicionista do MDB o partido do Movimento Democrático Brasileiro. 142-153p. in: SOARES, Gláucio Ary Dillon e D’ARAÚJO, Maria Celina, (Orgs.) *21 ANOS de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1994. 320 p.
- KINZO, Maria D’Alva Gil, *Oposição e autoritarismo gênese e trajetória do MDB: 1966-1979*, São Paulo, Vértice , Editora Revista dos Tribunais, 1988.
- LAISNER, Regina Claudia. *Visões da democracia: o debate entre tradições e o caminho para um novo modelo*. In: II Simpósio de Ciência Política, 2001, São Paulo. Anais do II Simpósio de Ciência Política. Universidade de São Paulo, 2001.
- LAMOUNIER, Bolívar . “O discurso e o processo (da distensão às opções do regime brasileiro)”. In: RATTNER, Henrique (org.). *Brasil 1990: caminhos alternativos do desenvolvimento*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979, p. 88-120.
- LAMOUNIER, Bolívar. Comportamento eleitoral em São Paulo: passado e presente. In: CARDOSO, F. H. & LAMOUNIER, B., (editores). *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- LAMOUNIER, Bolívar. *O voto em São Paulo, 1970-1978*. In: Voto de desconfiança. São Paulo, Símbolo, 1980.
- LAMOUNIER, Bolívar, O.; AMORIN NETO, J. L. de Matos Dias. *Regime Militar*. Consultado em 10/05/2008.  
<http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/consnac/orgpol/periodos/regmil/apresent.htm>
- LAMOUNIER, Bolívar. O “Brasil autoritário” revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura. in: STEPAN, Alfred (org.) *Democratizando o Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. p 83-134.
- LEONELLI, Domingos, e OLIVEIRA, Dante de, *Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura*, Rio de Janeiro: Record, 2004. 639 p.
- LINZ, Juan J. STEPAN, Alfred, A democracia e seus campos. In: *A transição e consolidação da democracia: A Experiência do Sul da Europa e da America do Sul*. Editora: Paz e Terra, 1999. p.21-33.
- MACPHERSON, Crawford Brough. *A democracia liberal: origens e evolução*. Zahar Editora, Rio de Janeiro, 1978.
- MACPHERSON, Crawford Brough, *The Real World of Democracy*. Oxford University Press. New York and Oxford, 1966.
- MANCUSO, Amanda Pinheiro, Resenha. Consultada pela ultima vez em 30/04/2010, p.165. <http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/89/79>
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Martin Claret, 2006. 190p.
- MATHIAS, Suzeley Kalil. *Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)*. Campinas, SP: Papirus, 1995. 158p.
- MATHIAS, Suzeley Kalil. *A militarização da burocracia: a participação militar na administração federal das Comunicações e da Educação 1963-1990*. São Paulo: UNESP, 2004. 226p.

- MIGUEL, Luis Felipe. *A democracia Domesticada: Bases antidemocráticas do pensamento democrático contemporâneo*. Revista de ciências sociais, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº 3, 2002, p.483-511.
- MOSCA, Gaetano, *La Classe Política*. Fondo de Cultura.: México.1992, (capítulos II, III, IV).
- MOTTA, Marly, *O Pacote de Abril*, em (consultado pela ultima vez 10/06/2008: [http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_fatos\\_imagens/htm/fatos/PacoteAbril.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_fatos_imagens/htm/fatos/PacoteAbril.asp))
- NABUCO, Joaquim, *O Abolicionismo*, São Paulo: Publifolha, 2000, (Grandes Nomes do Pensamento brasileiro)
- O'DONNELL, Guillermo, SCHMITTER, Philippe C. & Whitehead, Laurence (editores). *Transições do Regime Autoritário*, São Paulo: Vértice, 1988, 354p.
- O'DONNELL, Guilherme, Tensões no Estado Burocrático-Autoritário e a questão da democracia. In: O'DONNELL, Guillermo. *Autoritarismo e Democratização*, São Paulo, Biblioteca Vértice, 1986.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. *De Geisel a Collor: Forças Armadas Transição e Democracia*. Campinas, SP: Papirus, 1994. 352p. (Coleção Estado e Política).
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969)*, Editora Vozes, RJ, 1976.
- PIRES, Francisco Murari, *A Razão da Democracia e a Astúcia da Demagogia*. Revista TB, Rio de Janeiro, 154: 123/132, Jul-set. 2003.
- PEDROSA, José Fernando de Maya. A grande barreira: os militares e a esquerda radical no Brasil 1930-1968, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, ed. 667, 1998.
- PORTELLI, Alessandro. "O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum". In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina (orgs). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1996. p. 103-130
- PORTELLI, Alessandro. "The Peculiarities of Oral History", In: History Workshop: A Journal of Socialist Historians. Issue 12, autumn 1981, p. 96-107.
- RÉMOND, René. Por que a História Política? *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.7, n. 13, 10p, 1994, p.3.
- RÉMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. 472p.
- SAMPAIO, Consuelo, Novais, O poder legislativo da Bahia, primeira república (1889-1930), Salvador: Assembléia Legislativa: UFBA. 1985. 111p.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos, *Poder e Política: crônica do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1978.
- SKIDMORE, Thomas E. A lenta via brasileira para a democratização 1974-1985 In: STEPAN, Alfred (org.) *Democratizando o Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. p.27-81
- SILVA, Paulo Santos, Âncoras de Tradição: luta política intelectuais e construção do discurso histórico da Bahia (1930-1949), Edufba, 2000.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon, Censura Durante o Regime Autoritário, Acessado pela ultima vez em 15/07/2009. [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_10/rbcs10\\_02.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_10/rbcs10_02.htm)
- RÉMOND, René. Por que a História Política? *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.7, n. 13, 1994.
- SCHUMPETER, Joseph, *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1961, 528p.

THOMPSON, Edward Palmer. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, 231 p.

URBINATI, Nadia. O que torna a Representação Democrática? Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a07n67.pdf>